

Linguagem **em** **Discurso**

ISSN 1982-4017

volume 21, número 1, jan./abr. 2021

ISSN 1982-4017 (eletrônica)

em Linguagem (Dis)curso

Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem
Universidade do Sul de Santa Catarina



Tubarão – SC

v. 21, n. 1, p. 1-169 jan./abr. 2021

Dados Postais/Mailing Address

Revista Linguagem em (Dis)curso

Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem – Unisul

A/C: Comissão Editorial

Avenida José Acácio Moreira, 787

88.704-900 – Tubarão, Santa Catarina, Brasil

Fone: (55) (48) 3621-3000 - Fax: (55) (48) 3621-3036

E-mail: lemd@unisul.br

Site: <http://linguagem.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/linguagem-em-discurso/index.htm>

Portal de Periódicos: http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem_Discurso

SciELO: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=1518-7632&nrm=iso&lng=pt

Ficha Catalográfica

Linguagem em (Dis)curso/Universidade do Sul de Santa Catarina. -
v. 1, n. 1 (2000) - Tubarão: Unisul, 2000 -

Quadrimestral

ISSN 1518-7632; 1982-4017

1. Linguagem - Periódicos. I. Universidade do Sul de
Santa Catarina.

CDD 405

Elaborada pela Biblioteca Universitária da Unisul

Indexação/Indexation

Os textos publicados na revista são indexados em: SciElo Brasil; EBSCO Publishing; LLBA – Linguistics & Language Behavior Abstracts (Cambridge Scientific Abstracts); MLA International Bibliography (Modern Language Association); Linguistics Abstracts (Blackwell Publishing); Ulrich's Periodicals Directory; Directory of Open Access Journals (DOAJ); Clase (Universidad Nacional Autónoma de México); Latindex; Journalseek (Germanics); Dialnet (Universidad de La Rioja); Social and Human Sciences Online Periodicals (Unesco); GeoDados (Universidade Estadual de Maringá); OASIS (Ibict); Portal de Periódicos (CAPES); Portal para Periódicos de Livre Acesso na Internet (Ministério da Ciência e Tecnologia, Brasil); Cabell's Database.

The journal and its contents are indexed in: SciElo Brasil; EBSCO Publishing; LLBA - Linguistics & Language Behavior Abstracts (Cambridge Scientific Abstracts); MLA International Bibliography (Modern Language Association); Linguistics Abstracts (Blackwell Publishing); Ulrich's Periodicals Directory; Directory of Open Access Journals (DOAJ); Clase (Universidad Nacional Autónoma de México); Latindex; Journalseek (Germanics); Dialnet (Universidad de La Rioja); Social and Human Sciences Online Periodicals (Unesco); GeoDados (Universidade Estadual de Maringá); OASIS (Ibict); Portal de Periódicos (CAPES, Brazil); and Portal para Periódicos de Livre Acesso na Internet (Ministry of Science and Technology, Brazil); Cabell's Database.



Reitor

Mauri Luiz Heerd

Vice-Reitor

Lester Marcantonio Camargo

Secretária Geral da Unisul

Mirian Maria de Medeiros

Pró-Reitor Acadêmico

Hércules Nunes de Araújo

Pró-Reitor Administrativo

Ademar Schmitz

Diretor de Marketing

Fabiano Ceretta

Diretor da Região Sul

Rafael Ávila Faraco

Diretor da Região Grande Florianópolis e Unisul Virtual

Zacaria Alexandre Nassar

Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem

Fábio José Rauen (Coordenador)

Nádia Régia Maffi Neckel (Coordenadora Adjunta)

Av. José Acácio Moreira, 787

88704-900 – Tubarão - SC

Fone: (55) (48) 3621-3000 – Fax: (55) (48) 3621-3036

Sítio: www.unisul.br

Editores/Editors

Silvânia Siebert (Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, Brasil)
Fábio José Rauhen (Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, Brasil)

Editora Honorária/Honorary Editor

Maria Marta Furlanetto (Florianópolis, Brasil)

Secretária Executiva/Executive Secretary

Kellen Oliveira (Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, Brasil)

Comitê Editorial/Editorial Committee

Adair Bonini (Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil)
Andréia da Silva Daltoé (Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, Brasil)
Carmen Rosa Caldas-Coulthard (University of Birmingham, Birmingham, Inglaterra)
Débora de Carvalho Figueiredo (Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil)
Freda Indursky (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil)
Maurício Eugênio Maliska (Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, Brasil)
Sandro Braga (Universidade Federal de Santa Catarina, Tubarão, Brasil)
Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva (Univ. Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil)

Conselho Consultivo/Advisory Board

Aleksandra Piasecka-Till (Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Brasil)
Alessandra Baldo (Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, Brasil)
Ana Cristina Ostermann (Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, Brasil)
Ana Cristina Pelosi (Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Brasil)
Ana Elisa Ribeiro (Centro Federal de Educação Tecnológica, Belo Horizonte, Brasil)
Anna Christina Bentes (Universidade Estadual de Campinas, Campinas, Brasil)
Anna Flora Brunelli (Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, Brasil)
Angela Maria Rubel Fanini (Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, Brasil)
Angela Paiva Dionísio (Universidade Federal do Pernambuco, Recife, Brasil)
Antônio Carlos Soares Martins (Instituto Fed. do Norte de Minas Gerais, Montes Claros, Brasil)
Aparecida Feola Sella (Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, Brasil)
Belmira Rita da Costa Magalhães (Universidade Federal de Alagoas, Maceió, Brasil)
Clarissa Gonzalez (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Cleide Inês Wittke (Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, Brasil)
Conceição Aparecida Kindermann (Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, Brasil)
Cristiane Gonçalves Dagostim (Secretaria de Estado da Educação, Criciúma, Brasil)
Cristina Teixeira Vieira de Melo (Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Brasil)
Danie Marcelo de Jesus (Universidade Federal do Mato Grosso, Rondonópolis, Brasil)
Danielle Barbosa Lins de Almeida (Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Brasil)
Désirée Motta-Roth (Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Brasil)
Enio Clark de Oliveira (Texas Christian University – TCU, Fort Worth, Texas, United States)
Eulália Vera Lúcia Fraga Leurquin (Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Brasil)
Fernanda Mussalim (Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Brasil)
Gisele de Carvalho (Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Gustavo Ximenes Cunha (Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil)
Heloísa Pedroso de Moraes Feltes (Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, Brasil)
Heronides Maurílio de Melo Moura (Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil)
João Carlos Cattelan (Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, Brasil)
José Luiz Vila Real Gonçalves (Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, Brasil)
Juliana Enrico (Universidad Nacional de Córdoba, Córdoba, Argentina)

Júlio César Araújo (Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Brasil)
Lilian Cristine Hübner (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, p. Alegre, Brasil)
Luiz Paulo da Moita Lopes (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Manoel Luiz Gonçalves Corrêa (Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil)
Marc Fileti Martins (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Maria Antônia Coutinho (Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal)
Maria Cecília de Miranda Nogueira Coelho (Univ. Federal de Minas Gerais, B. Horizonte, Brasil)
Maria da Conceição Fonseca-Silva (Univ. Est. do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, Brasil)
Maria de Fátima Silva Amarante (Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, Brasil)
Maria Ester Moritz (Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil)
Maria Inês Ghilardi Lucena (Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, Brasil)
Maria Izabel Santos Magalhães (Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Brasil)
Maria Otilia Ninin (Universidade Paulista, Santana de Parnaíba, Brasil)
Mariléia Silva dos Reis (Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, Brasil)
Marly de Bari Matos (Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil)
Maurício Eugênio Maliska (Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, Brasil)
Mônica Magalhães Cavalcante (Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Brasil)
Mônica Santos de Souza Melo (Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Brasil)
Nicolás Bermúdez (Universidad de Buenos Aires/Universidad Nacional del Arte, Buenos Aires, Argentina)
Nívea Rohling (Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, Brasil)
Onici Claro Flôres (Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, Brasil)
Orlando Vian Jr. (Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Brasil)
Patrícia da Silva Meneghel (Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, Brasil)
Pedro de Moraes Garcez (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil)
Raquel Bambirra (Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil)
Renilson Menegassi (Universidade Estadual de Maringá, Maringá, Brasil)
Ricardo Moutinho (Universidade de Macau, Macau, China)
Richarles Souza de Carvalho (Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, Brasil)
Roberto Leiser Baronas (Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, Brasil)
Rosângela Gabriel (Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, Brasil)
Rossana de Felipe Böhlke (Fundação Universidade do Rio Grande, Rio Grande, Brasil)
Sandro Braga (Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil)
Sebastião Lourenço dos Santos (Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, Brasil)
Sílvia Ines C. C. de Vasconcelos (Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil)
Simone Padilha (Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, Brasil)
Solange Leda Gallo (Universidade do Sul de Santa Catarina, Palhoça, Brasil)
Sônia Maria de Oliveira Pimenta (Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil)
Susana Borneo Funck (Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil)
Vanessa Wendhausen Lima (Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, Brasil)
Vera Lúcia Lopes Cristovão (Universidade Estadual de Londrina, Londrina, Brasil)
Wilson José Leffa (Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, Brasil)
Wagner Alexandre dos Santos Costa (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, Brasil)
Wander Emediato (Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil)

Equipe Técnica/Technical Team

Tradução e revisão/Translation and Revision

Editores (português); Ricardo Ribeiro Elias (inglês); Elita de Medeiros (espanhol)

Bolsista/Trainee

Israel Vieira Pereira e Ricardo Ribeiro Elias

Diagramação/Layout

Fábio José Rauen

SUMÁRIO
CONTENTS | CONTENIDO
EDIÇÃO CORRENTE
CURRENT EDITION | EDICIÓN CORRIENTE

Editorial | *Editorial* | *Editorial*

Diálogos científicos

Scientific Dialogues

Diálogos científicos

Editores

9

Artigos de Pesquisa | *Research Articles* | *Artículos de investigación*

Identidade em Linguística Aplicada:
em direção a uma sistematização conceitual

Identity in Applied Linguistics:

towards a Systematization of the Concept

Identidad en Lingüística Aplicada:

hacia una sistematización conceptual

Hélvio Frank

Mariney Pereira Conceição

11

Da sobreasseveração para a aforização:
percurso teórico para um regime enunciativo

From Surassertion to Aphorization:

a Theoretical Path for a Regime of Enunciation

De la sobreasseveración para aforización:

recorrido teórico para un régimen de enunciación

Luís Rodolfo Cabral

33

Os vingadores: mobilização dos discursos
da religião, do mito, da tecnologia, da história

The Avengers: Mobilization of Discourses

about Religion, Myth, Technology, and History

Los Vengadores: movilización de los discursos

de la religión, del mito, de la tecnología, de la historia

Maria Emília de Rodat de Aguiar Barreto Barros

51

Quais sentidos para gênero? Uma análise de dicionários <i>Which Meanings are there for Gender? An Analysis of Dictionaries</i> <i>¿Cuáles significados para género? Un análisis de diccionários</i>	
Laís Virgínia Alves Medeiros	71
<i>We can do it!:</i> discursos sobre a força da mulher nas movências da história <i>We can do it!: Discourses on Women's Strenght in the Movements of History</i> <i>We can do it!:</i> discursos sobre la fuerza de la mujer en la movilidad de la Historia	
Juliane de Araujo Gonzaga	95
A subjetividade nos discursos da literatura de autoajuda <i>The Subjectivity in Self-help Literature's Discourses</i> <i>Subjectividad en discursos de literatura de autoayuda</i>	
Geilson Fernandes de Oliveira Marcília Luzia Gomes da Costa Mendes	117
Impolidez e identidades em uma interação on-line no Facebook: uma abordagem sociodiscursiva <i>Impoliteness and Identities in an online Interaction on Facebook: A Sociodiscursive Approach</i> <i>Descortesía e identidades en una interacción en línea en Facebook: un abordaje sociodiscursivo</i>	
Ricardo Rios Barreto Filho Kazue Saito Monteiro de Barros	135
Tensão e produção de sentidos em Bakhtin e o <i>Círculo</i> <i>Tension and Production of Meanings in Bakhtin and the Circle</i> <i>Tensión y producción de significado en Bakhtin y el Círculo</i>	
Paulo Rogério Stella Beth Brait	151

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017/210101-00-00>

DIÁLOGOS CIENTÍFICOS

Scientific Dialogues | Diálogos científicos

Silvânia Siebert*

Universidade do Sul de Santa Catarina,
Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem, Tubarão, SC, Brasil

Fábio José Rauen**

Universidade do Sul de Santa Catarina,
Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem, Tubarão, SC, Brasil

Embora haja distinções teóricas e metodológicas fundamentais entre arte e ciência, há entre elas algo poderosamente comum. Trata-se da finalidade compartilhada por ambas, que é a da criação e a da geração de conhecimento, através da formulação de conceitos abstratos e ao mesmo tempo, por paradoxal que pareça, tangíveis e concretos. No caso da ciência essa tangibilidade e concretude se dá pela demonstração lógica e pela experiência; no caso da arte, pela sensibilização do conceito em metáfora e pela vivência. (VOGT, 2003).

Prezados leitores interessados em pesquisa científica no campo de letras e linguística: nesta primeira edição de 2021 da Revista Linguagem em (Dis)curso há um empreendimento de muita energia e dedicação de secretária, consultores, editores, tradutores, revisores, bolsistas e autores, para trazer a vocês pesquisas inéditas ligadas aos estudos do texto e do discurso. Um processo realizado em/pelo diálogo.

Neste número temos artigos que discutem ideias relacionadas à sobreasseveração e à aforização; religião, mito, tecnologia, e história; impolidez e interação on-line; ideias que interrogam o leitor: quais sentidos para gênero, a partir de análise de dicionários?; ideias que destacam discursos sobre a força da mulher e sobre a literatura de autoajuda; e, ainda, ideias que destacam a metodologia e a revisão bibliográfica como dispositivos fundamentais para a inovação e a descoberta científica; que discutem a produção de sentidos em obras de Bakhtin e do Círculo, e o conceito de identidade nos estudos em linguística aplicada.

* Doutora em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas. Docente do Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina. Editora de Linguagem em (Dis)curso. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7852-0968>. E-mail: silvania@cinemaistv.com.br.

** Doutor em Letras/Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina. Docente e Coordenador do Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina. Editor de Linguagem em (Dis)curso. E-mail: fabio.rauen@gmail.com.

Entendemos que esta plêiade de assuntos oportuniza a realização de uma “tela”, de uma cena, que retrata a pluralidade de vozes que compõe este vasto espectro de interesses pela pesquisa em linguagem no Brasil e que acontece como publicação especializada – realizada a partir do diálogo, um diálogo que existe há 21 anos.

A revista Linguagem em (Dis)curso (LemD) foi criada como periódico oficial do Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem no segundo semestre de 2000 assumindo que “o discurso contém, por sua essência, a condição de (dis)curso” (CARVALHO; RAUEN; ESPÍNDOLA, 2000, p. 7). Concebida para divulgar diferentes gêneros textuais e discursivos, tinha como propósito registrar um dizer em permanente semiose, fértil porque inesperado, novo. Em um esforço de trabalho em cada edição para produzir uma publicação especializada de alta qualidade editorial, a LemD obteve reconhecimento com a indexação na base SciELO em 2009.

Ao longo deste percurso a Linguagem em (Dis)curso tem como compromisso publicar textos de excelência e promover as ciências da linguagem do/no Brasil e, deste modo, fazer evoluir a ciência em geral.

Nossos agradecimentos aos pesquisadores que usam este espaço para a divulgação de suas descobertas; aos consultores que dedicam tempo e conhecimento para o processo de avaliação e melhoria dos materiais publicados; e a nossos leitores, que buscam em cada edição novas descobertas.

Vemos neste número uma nova realização, que exigiu muita dedicação, mas que nos enche de orgulho e satisfação. Contribuímos com o fazer científico. Melhor, trabalhamos para a divulgação do saber científico em uma área que entendemos ser determinante para o conhecimento do humano. Afinal, para sermos sujeitos temos de ser discurso.

REFERÊNCIAS

- CARVALHO, Eduardo Búrigo de; RAUEN, Fábio José; ESPÍNDOLA, Maria Felomena Souza. Apresentação. *Linguagem em (Dis)curso – LemD*, Tubarão, SC, v. 1, n. 1, p. 7, jul./dez. 2000.
- VOGT, Carlos. A espiral da cultura científica. *ComCiência: Revista Eletrônica de Jornalismo Científico*, Campinas, Labjor, n. 45, atual. 10 set. 2003. Disponível em: <https://www.comciencia.br/dossies-1-72/reportagens/cultura/cultura01.shtml>. Acesso em: 20 maio 2009.



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-210102-8519>

Recebido em: 12/09/19 | Aprovado em: 01/03/21

IDENTIDADE EM LINGÜÍSTICA APLICADA: EM DIREÇÃO A UMA SISTEMATIZAÇÃO CONCEITUAL

IDENTITY IN APPLIED LINGUISTICS: | IDENTIDAD EN LINGÜÍSTICA APLICADA:
TOWARDS A SYSTEMATIZATION | HACIA UNA SISTEMATIZACIÓN
OF THE CONCEPT | CONCEPTUAL

Hélvio Frank*

Universidade Estadual de Goiás, Itapuranga, GO, Brasil

Mariney Pereira Conceição**

Universidade de Brasília, Instituto de Letras,

Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução, Brasília, DF, Brasil

Resumo: A identidade é atualmente um tema linguístico e social bastante profícuo e abrange grandes discussões em Linguística Aplicada (REIS et al., 2011). Pesquisas desenvolvidas sob diferentes orientações teórico-metodológicas enxergam o conceito e suas caracterizações de maneira diversificada. Por se tratar de um fenômeno instalado no circuito da cultura, a gama de definições e exemplos produzidos por variadas frentes de estudo acaba por gerar sua robusta configuração. Esse alargamento parece relevante para acenar uma possível sistematização com vistas à análise científica do construto no universo das relações sociais mediadas por linguagem. Sob tais perspectivas, este artigo busca sistematizar percursos teórico-metodológicos do conceito difundidos em estudos de Linguística Aplicada. Serve-se, para tanto, da condição interdisciplinar do campo de investigação científica, a fim de traçar algumas características da/s identidade/s e, em seguida, discutir abordagens utilizadas em pesquisas da área de Linguística Aplicada, incluindo propostas de taxonomia para análises futuras.

Palavras-chave: Linguística Aplicada. Identidade. Sistematização conceitual.

Abstract: Identity is currently a very important linguistic and social theme that comprehends relevant discussions in Applied Linguistics (REIS et al., 2011). Researches developed under different theoretical-methodological orientations present the concept and its characterizations in distinct ways. Since it is a phenomenon instated in culture, the range of definitions and examples produced by various studies increases the identity's configuration. All this concept expansion seems significant to indicate a possible systematization to analyse, scientifically, the construct in the universe of language-mediated social relations. From these perspectives, this paper aims to systematize theoretical-methodological paths of the concept disseminated in Applied Linguistics studies. For this purpose, it uses the interdisciplinary aspects of the scientific research field, in order to present some characteristics of the identity and then discuss some approaches used in Applied Linguistics research, including taxonomic proposals for future analyses.

Keywords: Applied Linguistics. Identity. Conceptual systematization.

* Doutor em Linguística. Docente da Universidade Estadual de Goiás, Unidade Universitária de Itapuranga. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0553-8075>. E-mail: helviofrank@hotmail.com.

** Doutora em Linguística Aplicada. Docente da Universidade de Brasília. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0989-0137>. E-mail: marineydf@gmail.com.

Resumen: Identidad es, actualmente, un tema lingüístico y social bastante proficuo, e incluye grandes discusiones en Lingüística Aplicada (REIS et al., 2011). Investigaciones desarrolladas bajo diferentes orientaciones teórico-metodológicas ven el concepto y sus caracterizaciones de manera diversificada. Por tratarse de un fenómeno instalado en el circuito de la cultura, a gama de definiciones y ejemplos producidos por variadas frentes de estudio generan su robusta configuración. Ese alargamiento parece relevante para saludar una posible sistematización con el objetivo de analizar científicamente el constructo en el universo de las relaciones sociales mediadas por lenguaje. Bajo tales perspectivas, este artículo busca sistematizar recorridos teórico-metodológicos del concepto difundidos en estudios de lingüística Aplicada. Para ello, se sirve de la condición interdisciplinaria del campo de investigación científica, para trazar algunas características de la/s identidad/es, y a continuación, discutir abordajes utilizadas en investigaciones del área de lingüística Aplicada, incluyendo propuestas de taxonomía para analices futuras.

Palabras clave: Lingüística Aplicada. Identidad. Sistematización conceptual.

1 INTRODUÇÃO

A busca por um ‘sentido de si’ (HALL, 2006) ou por uma compreensão de quem somos que nos possa garantir um lugar no mundo ou nos forneça um senso de pertencimento social é um assunto que vem despertando amplo interesse nos estudos de linguagem (BARCELOS, 2013; REIS et al., 2011; MAIOR; LUZ, 2019; MACHADO; GIL, 2017; MOITA LOPES; BASTOS, 2011). Amparadas pelas Ciências Humanas e Sociais (CIAMPA, 1987, 2002; LEMKE, 2008; MOSCOVICI, 2013) e pelos Estudos Culturais (HALL, 2003, 2006, 2009; SILVA, 2009; WOODWARD, 2009), pesquisas sobre identidade¹ em LA se sustentam pelo caráter social e relacional humano e apresentam desde uma compreensão sólida, coerente e estável enquanto fenômeno, atravessado por heranças genéticas e culturais, a uma inteligibilidade mais instável, contraditória e dinâmica.

À medida que o tempo passa e a vida em sociedade se transforma, outros contextos e relações sociais nos oferecem possibilidades para pensar a identidade. Entretanto, qualquer tentativa de sistematização de um conceito tão complexo, colocando à prova proposições teóricas avolumadas acerca do tema, parece-nos uma empreitada bastante ambiciosa. Cientes da complexidade que envolve a tarefa, neste artigo buscamos sistematizar percursos teórico-metodológicos do conceito *identidade* difundidos nos estudos de Linguística Aplicada no Brasil, caracterizando sua abordagem e propondo uma taxonomia para análise.

A partir de consultas a estudos no campo da linguagem (BARCELOS, 2013; REIS et al., 2011), da participação em grupos de pesquisa e de nosso trabalho com o tema (CÂNDIDO JÚNIOR et al., 2020; CAPPARELLI et al., 2018; CONCEIÇÃO, 2013, 2020; CONCEIÇÃO; ANDRADE, 2020; CONCEIÇÃO; FLORINDO, 2020; CONCEIÇÃO et al., 2019; 2020; CUNHA; OLIVEIRA, 2019; MACHADO et al., 2016; OLIVEIRA, 2017a, 2017b, 2018; UTIM; FRANK, 2020), nas próximas seções perscrutamos características e conceitos de identidade, para, em seguida, discutirmos sobre as abordagens mobilizadas acerca do construto em pesquisas de LA, incluindo propostas de taxonomias teórico-metodológicas para análises futuras.

¹ Compreendemos o termo *identidade*, independentemente de seu uso no singular ou plural, como um processo linguístico multifacetado de identificação ou diferenciação de uma pessoa, coisa, grupo etc.

2 COMPLEXIDADES E PERSPECTIVAS DO CONCEITO DE IDENTIDADE EM LA

Identidade não é uma categoria teórica elaborada recentemente na LA. Em muitos desses trabalhos, nem sempre há menção explícita ao termo, muito embora ele apareça como uma espécie de produto/resultado de discursos, isto é, um pano de fundo alimentado por outros fenômenos sociais focalizados, de modo a refletir a identidade.

No contexto de ensino/aprendizagem de línguas, sua problemática, segundo Deters (2011), inaugura-se com a mudança de perspectiva nos estudos de aquisição de linguagem, os quais passaram a concentrar foco no aprendiz em contato com a cultura/língua diferente e a conceber a língua em uso. A partir dessa guinada sociocultural, ocorrida na década de 1970, passaram a predominar os domínios social e contextual das relações constitutivas do ser – que é igualmente social, heterogêneo e complexo (DETERS, 2011) – como modelo de orientação para o trabalho com a identidade e fenômenos associados (FIRTH; WAGNER, 2007).

Considerando o contexto de diferentes movimentos migratórios, de imersão (DETERS, 2011) e de contato ao redor do mundo, no ensino de línguas o modo como os envolvidos veem a si próprios e ao/s outro/s em meio às relações sociais estabelecidas (DE NARDI; GIL, 2015), fundindo diferenças étnicas, raciais, culturais etc., perpassa o domínio de compreensão da identidade (NORTON; MCKINNEY, 2011). Segundo Firth e Wagner (2007), a dimensão existencial do aprendiz, vigorada pelos questionamentos de *quem sou, onde estou e para onde vou* evoca consciência identitária. Entretanto, esse entendimento muitas vezes escapa a uma sistematização conceitual devido à volumosa configuração do construto.

O caráter difuso da identidade se reserva às suas múltiplas facetas caracterizadoras, às abundantes bases e afiliações teóricas perseguidas, com configurações que variam conforme a maneira como é explorada no contexto de pesquisa, bem como à sua correlação com outros componentes e objetos. Essa complexidade prejudica, em certa proporção, seu rastreamento (DETERS, 2011). Por isso, em nossa trajetória de estudos (CÂNDIDO JÚNIOR et al., 2020; CONCEIÇÃO, 2013, 2020; OLIVEIRA, 2017a, 2017b, 2018) temos reafirmado que identidade constitui fenomenologia em objeto e, pela dimensão sociocultural que ocupa, precisa ser esquadrihada qualitativa, interpretativa e contextualmente (VARGHESE et al., 2005).

É consenso, na área, que o componente social é uma condição precípua à propagação da identidade (FIRTH; WAGNER, 2007; KLEIMAN, 1998; LASKY, 2005; LIBERALI, 2004). Vários fenômenos, como interação, socialização, práticas sociais, cultura, comunicação, entre outros, cujo caráter social imbrica-se à linguagem no processo, acionam (in)diretamente a identidade. Crenças, valores, motivações, aparência, escolhas, costumes etc. também operam nessa ordem (BARCELOS, 2013, 2015). Assim, a simbiose de elementos a ser examinada é inevitável quando se pressupõe a existência de uma pessoa em conjunto com outra/s, atribuindo sentidos na vida social mediada pela linguagem.

A identidade geralmente é resenhada para se descobrir a respeito de sua trama nas relações sociais. Comumente aparece associada a outros fenômenos, os quais, a nosso

ver, precisariam ser tratados de maneira estanque em acepção, para que a inevitável imbricação não sirva apenas para incluí-la, como se fizesse parte de um mesmo conceito, devido a suas características se diluírem ou se assemelharem em algum momento no processo. Instala-se, portanto, uma dificuldade de mapeamento inerente às complexidades da própria configuração conceitual, oriunda do limite de conexão da identidade com outros elementos. Talvez aí esteja o grande desafio dos linguistas aplicados: desgrudar as extensões e ramificações que anunciam a identidade geralmente associada a outros conceitos que também se orientam pelo fenômeno da linguagem.

O exame da identidade também se alastra por intermédio de narrativas (BARCARO, 2012; CAPPARELLI et al., 2018; MISHLER, 2002; SILVA et al., 2007; TELLES, 2004; UTIM; FRANK, 2020), de interações, de significados dessas relações e de valores surtidos em atos comunicativos. Com isso, o teor de manifestação de sentidos circunstanciado por práticas intersubjetivas, incluindo ordens linguísticas de negociação, construção, classificação, avaliação etc., mostra-se bastante produtivo para o fluxo e, conseqüentemente, para a interpretação da identidade (BUCHOLTZ; HALL, 2005; PAVLENKO; BLACKLEDGE, 2004). É na trama social instalada por interlocutores e enredada por elementos semióticos (BLOMMAERT, 2005) que linguagem e identidade se amalgamam, dificultando, assim, a dissociação dos elementos (OLIVEIRA, 2017b, 2018).

O artefato simbólico presente na linguagem garante ao indivíduo a oportunidade de construir o mundo e suas relações sociais, e é nessa conjuntura que se forma a identidade. Talvez seja essa uma das prerrogativas para a LA se enveredar na pesquisa sobre o tema, já que é pelo atributo da comunicação entre pessoas que a identidade se articula. Afinal, perscruta-se a identidade a partir da ação de linguagem que pessoas em comunicação socialmente realizam. Logo, é buscado, como interpretação, o registro histórico de amparo desse consenso coletivizado no ato linguístico, mesmo que, em muitos casos, não deixe de haver estereótipos, segregações e classificações enrijecidas (LEMKE, 2008).

Em geral, as práticas sociais, quando ponderadas sob linguagem, são responsáveis por instaurar o fluxo da identidade, o qual, de acordo com Norton (2016, p. 476), se relaciona à maneira de ver a vida e à “forma como uma pessoa compreende sua relação com o mundo, como essa relação é estruturada no tempo e espaço e como essa pessoa compreende possibilidades futuras”². Com efeito, linguistas aplicados recorrem a esse entendimento acerca da identidade para implementar suas investigações.

3 ABORDAGENS PARA O ESTUDO DO CONCEITO DE IDENTIDADE EM LA

A existência social do ser humano integrada à relação ontológica implica a emergência da identidade, a qual se abastece dessa orientação justamente por pressupor, em sua dinâmica, a relação eu-outro/s. Desse modo, surge e se sustenta a partir dos

² Do original: “the way a person understands his or her relationship to the world, how that relationship is constructed across time and space, and how the person understands possibilities for the future (NORTON, 2016, p. 476).

caráteres relacional e contrastivo, mediada pela linguagem, apropriada e ajustada conforme o contexto. Embalado por toda essa complexidade, o tema, que também é bastante explorado em seu envolvimento com segunda língua (PAVLENKO; NORTON, 2007), numa perspectiva móvel de celebração (CORACINI, 2007), mostra-se prolixo, interdisciplinar e, com isso, multiplica eixos de análise, especialmente quando integrado a outros objetos e processos pesquisados.

Em sua tese, Falasca (2017) propõe quatro perspectivas sociais de estudo para a identidade: 1) pós-estrutural, 2) aprendizagem socialmente situada: socialização e comunidades de prática, 3) sociocultural e, por fim, 4) bakhtiniana, esforço no qual se concentra para relacionar aspectos da identidade e aprendizagem da língua estrangeira (alemão). Entretanto, revisitando estudos que lidam com o fenômeno, sem descartar a caracterização proposta pela autora, mas compreendendo-a sob um novo arranjo, apostamos na plausibilidade de três abordagens predominantes em LA, sobre as quais passamos a discorrer:

3.1 ABORDAGEM DISCURSIVA

Pautada na dimensão pós-estruturalista, que tem Lacan, Derrida e Foucault como alguns de seus expoentes, a abordagem discursiva vê a linguagem, no aspecto conceitual de discurso, como primordial à construção da identidade. Segundo Pinto e Badan (2012), o conceito se atrela ao de linguagem, ao mesmo tempo que a existência social do sujeito, sua constituição e posicionamento tornam-se dependentes de um sistema linguístico.

Na busca por concepções menos fixas e unificadas, a característica flexível do discurso assemelha-se a características pós-modernas da identidade. A propósito, o novo paradigma caracterizado pelos estudos culturais vale-se dessa mesma ótica, distante, pois, de uma visão moderna, humanística e estável, mas mobilizada no e pelo discurso (HALL, 2006; WOODWARD, 2009), para percebê-la.

Sob uma condição móvel, em que há relativa liberdade humana sobre o discurso, a identidade configura-se de modo estável, podendo emergir de enunciações, performances, indexicalidades etc. (SILVA, 2012). Nessa acepção, serve à noção de contexto para exames da materialidade discursiva posta, lógicas de interlocução, circunstâncias e instâncias situadas em diferentes esferas da atividade humana, bem como para lógicas curriculares, culturais, enredadas por letramentos e agência (MACHADO; GIL, 2017; SLOAN, 2006). Além disso, pode-se ter como aporte teórico o discurso enquanto fabricante da identidade (MOITA LOPES, 1998), ou seja, como “processo” de significação manifestado em linguagem, e o discurso que leva à percepção de uma específica identidade, os chamados “discursos de identidade” (ALSUP, 2006; MOITA LOPES, 1998, 2003), concebidos como “produtos” da linguagem, por meio dos quais a identidade socialmente se constrói (NORTON; MCKINNEY, 2011).

Embora, nos estudos de LA observados, não apareçam de maneira tão estanque, na abordagem discursiva concentram-se dois vieses de análise da identidade: i) sócio-histórico (CORACINI, 2007; SIGNORINI, 1998) e ii) pragmático (MOITA LOPES; BASTOS, 2011; REES; PINTO, 2012; RAJAGOPALAN, 2001, 2003, 2006). Esses

vieses geralmente são reconhecidos conforme a concepção de linguagem/língua adotada e/ou a afiliação teórica, à luz de esforços e caracterizações perpassando desde a Análise do Discurso (CORACINI, 2007; SIGNORINI, 1998) à Análise de Discurso Crítica (JASNIEVSKI, 2013; LEMKE, 2008; TORIZANI, 2005).

No viés sócio-histórico, abandona-se a noção de autoconsciência do sujeito e considera-se, de imediato, sua complexidade histórica e cultural. Se inexitem sujeitos sociais anteriores à linguagem, e se suas práticas sociais não são fixas, conforme Deters (2011), à condição de assujeitamento também se rende o dinamismo da identidade. Então, surge, como alternativa, a análise da identidade centrada em um viés caracterizado pelo processo contínuo vivido pela pessoa, abastecido pela formação social e, conseqüentemente, pelas formações ideológica e discursiva existentes no domínio social e no fluxo da história (DE NARDI, 2007).

Partindo da premissa de que não existe sujeito pre-existente à linguagem, e de que se desenvolve um senso de si apenas por meio da língua, a identidade é examinada sob a ordem do inconsciente e da determinação histórica e ideológica, movida pelo discurso. Assim, uma identidade conforma e é conformada por valores culturais que fazem com que as pessoas vejam o mundo – e constituam sua identidade – de uma forma e não de outra (CORACINI, 2007).

Pesquisas em LA que se balizam pelo viés sócio-histórico apresentam uma característica da identidade moldada no fluxo histórico dos acontecimentos, dos arquivos e memórias inter/discursivas, na dispersão dos enunciados, incluindo ideologias e historicidade. Para isso, as análises operam de forma diferenciada, caso se considerem as frentes teóricas utilizadas, as quais vão desde uma adesão lacaniana (CORACINI, 2000; ECKERT-HOFF, 2008) a uma compreensão bakhtiniana (COSTA, 2016; ELICHIRIGOITY, 2008; FALASCA, 2017). Nesse apego, aspectos éticos e estéticos do fenômeno identidade podem ser analisados (FALASCA, 2017), ao mesmo tempo que a aparição de identificações significantes seja um contingente para a identidade conferida àquela frente teórica.

No que tange ao viés pragmático, a identidade pode ser cotejada a partir de um sujeito que, para forjar ou despojar-se do próprio eu, no mero ato de comunicação, vale-se do contexto de interlocução para produzi-la, conforme sua intenção e desejo de assunção no momento de ocorrência. Sob vasta possibilidade de constituição, essa identidade é reivindicada de modo intencional, não neutro, dada a ocasião imediata de sua construção social durante a conversa (BOHN; TRINDADE, 2014).

A identidade, nesse viés, teria um aspecto consciente em termos de interpretação, porque, do ponto de vista de ocorrência real da interlocução, ao mesmo tempo que ela consiste em um posicionamento de A interpretado e conferido em sentido por B, a reação linguística de B demanda uma posição que, por conseguinte, vai promover uma nova identidade em A. Para o aparecimento da identidade, levando-se em conta os atos de linguagem, tem de haver consciência e intencionalidade por parte do sujeito interpretante, que, por sua vez, também é responsável por apurar determinados sentidos existentes na relação social e, com isso, se posicionar, tornando cíclica cada identidade produzida.

Por esse caminho, a identidade aparece em virtude da interpretação do sentido veiculada pelo interlocutor durante atos comunicativos, ou mesmo quando esse

interlocutor traz um parecer sobre dada relação social (SOARES, 2006). A priori, é o locutor que realiza a ação linguística no mundo, mas sua identidade só vem à tona quando esse dizer é palco político de interpretação. A construção identitária se dá, portanto, por intermédio do sentido instaurado na interlocução mediado pela linguagem, o qual só pode ser resgatado para o disparo de uma nova identidade, caso haja avaliações, demarcações e afirmações linguísticas promovidas pelos interagentes sobre si mesmos e sobre o/s outro/s. É esse movimento que ocorre quando há o contato da pessoa com uma nova língua, com novas culturas.

Do ponto de vista pragmático, a identidade, assim como o discurso, é entendida como performance (LEMKE, 2008; MASTRELLA-DE-ANDRADE, 2013; MISHLER, 2002). Isso significa dizer que ela emerge no fazer, nas práticas sociais e, de acordo com Lemke (2008), nas adaptações contextuais, na continuação de encontros e atuação nas relações sociais. Aqui não se firma, pois, uma ontologia que defina uma estrutura essencializada, depositada apenas na historicidade discursiva.

Assim como para Blommaert (2005), parece-nos consenso que, em primeiro momento, a identidade emergiria dos eventos interacionais de promulgação pragmática. Em segundo plano, após a ocorrência, seriam atribuídas, por parte do interpretante, categorias alojadas em um retrospecto avaliativo e estancado de caracterizações anteriormente reconhecidas e já, então, consensuais: charmoso, valente, chato etc. Isso ocorre porque o exercício de construção da identidade é relacional, dialético e não autoatribuído. Afinal, podemos ter atitudes de ousadia que façam com que o/s outro/s nos reconheça/m, nos leia/m ousados, sem ao menos termos essa consciência.

3.2 ABORDAGEM COGNITIVA

Alavancada pelo acolhimento das teorias psicológicas de Piaget, Wallon e Vygotsky aos processos de ensino/aprendizagem, também mostra-se produtiva a integração, em um primeiro momento, da ordem cognitiva/individual das experiências para, depois, no contexto de aquisição de línguas, segundo Norton e Mckinney (2011), expandir o caráter social da identidade misturado ao de linguagem em LA. Nessa configuração, o conceito passa a englobar o conhecimento socialmente produzido atrelado às dimensões pedagógica, psicológica e linguística da interação social (BARCELOS, 2013, 2015; MARCELO, 2009).

Um princípio relevante à abordagem, também postulado por teorias psicológicas mais recentes, é o de que a identidade se modifica conforme as mudanças no meio social em que a pessoa se insere. Isso se dá porque a cognição deriva de um processo mental e interacionista, em que a linguagem e o entorno social, incorporados a outros meios semióticos, assumem fundamental importância na constituição identitária.

Nesse modelo, de acordo com Deters (2011), existe uma relação dialética entre a mente humana, produto da linguagem, e o meio social. Assim, com a garantia da regulação de um indivíduo por outro/s, mutuamente se modificando sob uma progressão de desenvolvimentos, a assimilação de uma identidade é obtida no princípio de continuidade da experiência, integrando os fatores biológico, afetivo, social e intelectual.

Os estudos que se enveredam por essa abordagem geralmente agregam, de uma perspectiva filo e ontogenética, diferentes fatores socioculturais, internos e externos ao indivíduo, como condicionantes da identidade. Se são os seres sociais que a produzem, logo, uma vez mediados coletivamente pela cultura, esses fatores inscritos na relação pedagógica colaboram para as devidas construções. Em geral, a abordagem cognitiva prevê os elementos psicológico e social e, ao mesmo tempo, histórico e desenvolvimental, para atribuir coerência à identidade.

Convalidando a adaptação biológica de organização do pensamento em Vygotsky (1998), parece-nos prevalecer na abordagem dois movimentos cíclicos de construção identitária: a) intrapessoal, em que a identidade é ponderada (in)conscientemente – pelo indivíduo – em conformidade com a avaliação e o julgamento balizados por outrem, e, ao mesmo tempo, b) interpessoal, resultante da ação e da influência (in)diretas de artefatos culturais e de outros meios de mediação conduzidos – pelo social – no próprio indivíduo. Ambos os caminhos valorizam o papel social do outro e geralmente se complementam, apostando na dimensão política existente na relação para a compreensão de si e dos outros.

A abordagem cognitiva correlaciona-se especialmente à teoria vygotskyana, na medida em que a atuação social das pessoas, que também valida suas identidades, depende de questões individuais e relacionais ressonantes e de fatores socioculturais e biológicos. Nesse caso, uma identidade nasce imbricada ao comportamento e às respostas das pessoas aos estímulos sociais e simbólicos estabelecidos em/por mediação. O contato com outras experiências e sujeitos desperta o potencial identitário no processo, sem apego denso às questões puramente de linguagem, mas, talvez pelo respaldo psicopedagógico de teorização aportada, exclusivamente endereçado à dimensão do ensino em geral.

Considerando que a teoria cognitiva estabelece a aprendizagem como resultante de um esquema de representações mentais, elementos linguísticos incorporados à relação contribuem para a construção de determinados conhecimentos, os quais, por sua vez, refletem a identidade, sem necessariamente referir-se especificamente a ela. No entorno social, uma identidade não surge isolada, mas associada dinamicamente a outros processos igualmente cognitivos, tais como motivação (OLIVEIRA, 2016), emoção (ARAGÃO; CAJAZEIRA, 2017; CAMARGO; BULGACOV, 2006; BARCELOS, 2017; ZEMBYLAS, 2005), subjetividade (SIGNORINI, 1998), entre outros.

Se a cadeia de fenômenos sociais ocorre – a exemplo do que temos com as representações e crenças (BARCELOS, 2013, 2015) – imbuída de linguagem, ela não pode funcionar apenas para integrar elementos sem uma análise criteriosa do que se interliga à identidade. Ao mesmo tempo que Barcelos (2013, p. 173) avança ao dizer que “crenças e emoções estão no cerne do que é nossa identidade”, é preciso observar, segundo Hall (2009), que essas representações constroem a identidade, isto é, elas não correspondem à identidade.

Por se tratar de uma teoria suporte em boa parte dos estudos em LA, talvez o socioconstrutivismo condense mais fenômenos em seu repertório de análise do que o da própria identidade em si. Nesse caso, o esforço novamente está em se debruçar na apreensão de cada elemento que a integra. Em outros estudos, é apresentado um conceito livre para a identidade, sem muita preocupação com o acolhimento científico fundante, já que o argumento sociocultural, por si só, representa uma condição teorizante para o construto.

O dilema de constituição da identidade previsto na abordagem cognitiva consiste em sua junção às categorias *atividade e consciência* (VYGOTSKY, 1998). Diante do que merece ser vivido sob as condições dadas (CIAMPA, 1987), a identidade torna-se um processo (in)consciente que depende da interpretação alheia criada. Do ponto de vista da ação social, sua emergência depende de um motivo, por sua vez encontrado no reflexo psíquico acompanhado de um tom emocional. Ou seja, as emoções, materializadas nas funções cerebrais, reguladas e condicionadas à experiência individual humana, representam papel ativo e desencadeador de ações mobilizadoras e anunciadoras da identidade (CAMARGO; BULGACOV, 2006; ARAGÃO; CAJAZEIRA, 2017).

3.3 ABORDAGEM SITUADA

Notabilizada por estudos antropológicos, a abordagem situada envolve o processo e a localização de fenômenos sociais, como a identidade, mediante o contexto em que práticas sociais se realizam. Em primeiro momento, uma noção relevante se pauta no princípio de inserção e participação de estranhos em uma comunidade específica (DETERS, 2011). Com os novos modos de vida, globais e tecnológicos, acoplado o dinamismo de ‘ação’ e ‘relação’ social, a complexidade geopolítica da identidade se avoluma, dinamizando a sistematização do conceito.

Lave e Wenger (1991) utilizam o conceito de aprendizagem situada como salutar à identidade no sentido de as pessoas filiarem-se socialmente umas às outras. O fato é que existe primordialmente um contexto – algumas vezes físico, mas sempre socialmente traduzível – no qual o indivíduo se situa e, a partir de suas práticas, constrói sentidos para si e para o entorno coletivo mediante mútua participação e engajamento. A partir disso, para além do contexto de aquisição de línguas, a identidade flui em localizações sociais, criando referências de filiação do indivíduo a grupos, comunidades, instituições etc. sob contextos de procedência para as devidas alusões.

Para Blommaert (2005), a noção de espaço é relevante à compreensão da identidade, porque pode oferecer, além de incursões empíricas importantes para seu desvelamento e desenvolvimento em determinada relação, como a de trabalho, por exemplo, suporte para que as relações significativas e eventos instaurados se ancorem a um senso de comunidade desenvolvido e de pertença. Tudo isso, afirma o autor, torna-se ingrediente para uma matriz semiótica em que se identificam membros e não-membros, por ocasião de variadas qualidades atributivas: caráter, estilo, preferências e modos específicos de comportamento.

O lugar define as pessoas, tanto a seus próprios olhos e aos olhos dos outros, e tais definições de pertença são mediadas através de indicialidades etnodialetais. E, obviamente, quando as pessoas ficam deslocadas, seus discursos se tornam desterritorializados – desconectados de seus espaços habituais e inseridos em novos regidos por novas regras (BLOMMAERT, 2005, p. 223).

Tomando a identidade pela lente semiótica (BLOMMAERT, 2005), evitamos reduzi-la à categoria estática, uma vez que começamos a pensá-la sob uma análise

rigorosa de como pessoas se identificam com outras e como o fazem, utilizando-se dos meios que têm à sua disposição. Dessa maneira, é perceptível seu sistema policêntrico e, ao mesmo tempo, estratificado, já que se organiza por “tópico, situação, gênero, estilo, ocasião, finalidade, e assim por diante”, e pode se desenvolver por meio dessas intersecções e hierarquias. Em suas palavras, “nem toda identidade terá a mesma gama ou extensão” (p. 210), pois dependerá do ambiente particular em que se vive.

O advento da globalização, assim como a compressão de espaço-tempo advinda dos avanços na área das tecnologias digitais e dos novos modos de vida social contemporânea (GIDDENS, 2002), produz contornos porosos para a identidade situada. Nesse caso, a identidade acolhe referências geográficas de várias comunidades, com diferentes visões de mundo e comportamento, causando o conflito e o trânsito propostos por diferenças interpeladas. Essa dimensão nos indica que o lugar não é exatamente físico, mas, sobretudo, contextual, por englobar significados resgatados por valores e costumes culturais presentes nas práticas organizadas em determinadas instâncias ou, ainda, fruídas por valores que o indivíduo leva consigo e que o fazem pertencer a dada cartografia. Assim sendo, sua identidade, diluída em aspectos situados, se condiciona ao pertencimento contextual e se materializa como lugar de fala.

Automaticamente, o dinamismo da identidade se inter-relaciona (in)diretamente com o contexto social que lhe é imanente (GEE, 2001) e em conformidade com o *lócus* da materialidade linguística enunciada. Engrenada a uma variedade de processos localizados na construção de sentidos, sejam esses vigorados pelo discurso ou pela experiência, a abordagem situada, além do senso de pertença, recebe apoio da posição social e posicionamento de sujeitos, bem como de processos de alteridade (CHARAUDEAU, 2009; COSTA, 2016).

As pessoas falam de um lugar e levam em conta suas profundas ligações particulares com esse ambiente, incluindo formas de linguagem/cultura ali presentes. Há uma atribuição qualitativa desse lugar social para o que dizem. As variedades linguísticas fazem movimento orgânico e enunciam lugares (sociais) ao serem usadas por pessoas que lhes fazem referência. Segundo Riley (2003), a identidade está codificada em nossa linguagem, organizada em repertórios lexicais, distribuída em nosso modo de falar (sentir e acreditar) e sobre como falam de nós, a partir de declarações (afirmações identitárias) que denotam afiliações.

Para efeito de análise, a diversidade linguística torna-se um campo de significados, inclusive identitário, porque nos conduz à compreensão de como as pessoas se situam e para que e quem elas falam. Logo, ao variarem os turnos discursivos, pode haver mudanças na fabricação dessas identidades (BLOMMAERT, 2005).

Especialmente no circuito da cultura, a identidade se constitui de forma heterogênea. Nas relações intersubjetivas, realizadas em contextos, ela se efetiva pelo contraste, algumas vezes imperceptível a interlocutores. Sendo assim, é estabelecida à medida que existem disputas e posicionamentos entre sujeitos, percepções, sentidos, avaliações e demarcações em relação àquilo que se mostra diferente. Como destaca Charaudeau (2009, p. 1, grifo do autor),

É somente ao perceber o outro como diferente, que pode nascer, no sujeito, sua consciência identitária. A percepção da diferença do outro constitui de início a prova de sua própria identidade, que passa então a “ser o que não é o outro”. A partir daí, a consciência de si mesmo existe na proporção da consciência que se tem da existência do outro. Quanto mais forte é a consciência do outro, mais fortemente se constrói a sua própria consciência identitária. É o que se chama de *princípio de alteridade*. Esta relação ao outro se institui através de trocas que fazem com que cada um dos parceiros se reconheça semelhante e diferente do outro.

Considerando que a identidade, assim como a linguagem, demanda posicionamentos sociais (WOODWARD, 2009) envolvendo produção de sentidos, ela se movimenta dinamicamente mediante episódios de des/re/construção (MACHADO; GIL, 2017), a depender do contexto e dos efeitos de significação surtidos em determinadas cenas enunciativas (SOUSA, 2006). Nesse caminho, participar ou não participar de uma ‘comunidade’ produz determinadas identidades, já que nos construímos a partir daquilo que também optamos por não participar.

Sob o princípio de posicionamento social, a identidade se torna emergente e se revela no outro. Nessa relação, suas imbricações permeiam os marcadores raça (BOHN; TRINDADE, 2014; FERREIRA, 2012, 2017) e gênero (MOITA LOPES, 2002), entre outras intersecções, que atravessam distintos arranjos de modalidade linguística, por sua vez configurados em aspectos verbal (oral e escrito) e/ou não-verbal (visual e semiótico). Pesquisas feministas em LA têm usado o posicionamento social para estudar a identidade, o qual, por sua vez, se funda pragmaticamente no uso da pessoa verbal, denotando assunção à causa política de enfrentamento (PINTO; BADAN, 2012).

Os ‘marcadores identitários’, como salientam Pinto e Badan (2012), se relacionam linguisticamente com o posicionamento e também com o senso de pertença, podendo se articular a indivíduos ou a grupos. Ao mesmo tempo que se tem uma identidade jovem, por exemplo, essa pode ser amparada por diversos entrecruzamentos, os quais podem ser lidos como categorizações. A categorização, aliás, é um movimento de demarcação individual, ainda que moderno, em conjunto com uma incisiva noção de representação geralmente obtida na coletividade.

Não obstante, a identidade possui como característica o componente de inclusão e de exclusão em comparação com aspectos que identificam ou diferenciam grupos e pessoas. Sob o senso de pertencimento, uma identidade docente é assumida porque a pessoa identificada se situa em determinada classe/grupo/camada social e, com isso, rejeita outros atributos materializados na diferença. Nesse mesmo exemplo, nota-se que, ao mesmo tempo que se afirma a identidade de professor, é possível também demarcar em linguagem posições tais, tendo em vista a diferença inerente ao outro (SILVA, 2009). Isso tudo só pode ser estabelecido por ocasião do trabalho potencial exercido pela linguagem, que também consiste em uma justificativa comumente utilizada por pesquisas em LA para subsidiar o estudo da identidade.

A identidade numa abordagem situada abriga ainda perspectivas micro/macro ao incorporar categorias culturais de pertencimento, as quais vão desde uma relação de nacionalidade (mais abrangente), como brasileiro, a uma relação de comportamento de grupo/comunidade mais restrito (específica), goiano, sertanejo, corajoso, entre outras. Embora ambas tenham o respaldo coletivo e contemplem perspectivas polarizadas, não deixam de se configurar como identidades individuais diante de uma noção coletivizada e cartografada.

Para Blommaert (2005, p. 207), a identidade não é “uma propriedade ou uma categoria estável de indivíduos ou grupos, mas formas particulares de potencial semiótico, organizado em um repertório”.

as pessoas não possuem uma identidade, mas as identidades são construídas em práticas que produzem, promulgam, ou performam identidade – identidade é identificação, um resultado de um trabalho semiótico condicionado socialmente (BLOMMAERT, 2005, p. 205).

Em interface com estudos interculturais, o construto reivindica ainda a relação de alteridade como base para discussão dos processos e práticas de ensino/aprendizagem de línguas (CORACINI, 2007; PICONI; MATEUS, 2011). Em alguns deles, a base do dialogismo bakhtiniano se manifesta pela condição dialética da linguagem no mundo social (COSTA, 2016; MAIOR; LUZ, 2019). Em outros, prevalece o senso de si numa elaboração mais lacaniana, conforme já ponderamos. Por essa razão, para análise da identidade há que se prever também a forma de conceber o outro (Bakhtin) ou o Outro (Lacan), ou seja, o papel da/s pessoa/s com quem nos relacionamos. As reservas aqui se valem de um eu dirigido a outro, ambos subsidiados pela linguagem.

4 OS CAMINHOS DIACRÔNICO E SINCRÔNICO DA LINGUAGEM NA ANÁLISE DA IDENTIDADE

São tentaculares as formas de se perscrutar o conceito identidade em LA. Em analogia à dicotomia saussuriana, dois caminhos – diacrônico e sincrônico – nos parecem promissores para se conceber suas noções singularizada e pluralizada. Por intermédio da diacronia, é possível observar a identificação de uma pessoa e toda sua historicidade sendo atravessada por momentos de construção identitária. Nesse caso, quando singularizada, temos uma identidade resultante das representações por que um indivíduo passa em sua trajetória, a partir de descartes ou adesões. Esse caminho é geralmente percorrido por estudos educacionais (CONNELLY; CLANDININ, 1999), sobre os quais se subentende o essencialismo da identidade mediante interpelação individual/coletiva, podendo modificar ou enrijecer-se com o tempo (DANIELEWICZ, 2001). A solidez identitária, a propósito, requer de pesquisas contornos metodológicos mais longitudinais, haja vista o fato de as pessoas mudarem com o tempo, sendo dificultoso compreender por que cada uma se tornou ou se constituiu de determinada forma ou de outra.

Embora resvale mais sobre uma ideia ortodoxa de identidade ou contemple uma noção mais estática de sujeito, se nos conduzirmos pelo caminho diacrônico singularizado, as análises de identidade (no singular) parecem mais promissoras no sentido de vasculhar a trajetória individual caracterizada por valores modificados no decorrer do tempo e do modo de vida de um sujeito, de maneira a consubstanciar a sua identidade, unificada. Com isso, teríamos um tom lacaniano de análise relacionado à percepção de si por intermédio da linguagem (DE NARDI, 2007; RAMBO, 2004).

Pensar o viés diacrônico singular da identidade em estudos de LA significa discursivamente resvalar em aspectos dialógicos e sociais da linguagem e, numa linha cognitiva, combinar a identidade como produto das interações sociais e das experiências realizadas em linguagem pelo sujeito ao longo de sua vida. Dessa forma, um critério psicanalítico, caracterizado pelas experiências de vida que se confirmam diante do resultado daquilo que o sujeito “se tornou”, se traduz em uma espécie de eu-produto dos acontecimentos ocorridos, servindo como base de constituição identitária para a proposta. Seria relevante a seguinte pergunta: *como determinado sujeito se tornou assim?*

A pergunta geralmente motiva condições em que se percebe a identidade como resultado dos fragmentos de crenças/representações, as quais se deslocam e modificam ao longo da trajetória de vida humana (BARCELOS, 2013, 2015; CORACINI, 2007; MAIOR; LUZ, 2019; SIGNORINI, 1998). Aqui, consideramos a unificação, porque, ainda que a identidade do indivíduo – por quais sejam os motivos – se movimente ao longo de sua vida e se modifique, ela resulta dos pontos de apego temporário das identificações que, por sua vez, pressupõem representações.

É também o caminho diacrônico singular que alguns estudos pioneiros sobre identidade em LA percorrem (BARCELOS, 2013, 2015, 2017) ao incluir outros elementos cognitivos intrincados ao fenômeno, já que todos se prestam a conceitos inseparáveis das ações e dos dizeres do sujeito. Para Barcelos (2013), Aragão e Cajazeira (2017) e Lemke (2008), a identidade é o resultado da imbricação de determinados valores construídos social e culturalmente, dentre os quais, crenças e emoções. Logo, sua base *cognitiva* se respalda por artefatos linguísticos e psicológicos bastante coerentes (BEIJAARD et al., 2004).

No caminho sincrônico pluralizado, a identidade se torna menos palpável, por conta das várias possibilidades que um sujeito tem de forjá-la no imediato da interlocução. Durante a ocorrência do ato de comunicação no mundo, em que as pessoas abdicam de ou afirmam certa identidade, não há a preocupação com os fatores tempo, história e circunstância ideológica de linguagem que a rondam, anteriores à interlocução. O efeito pragmático é preponderante para construir as identidades, no plural, de maneira posicional e estratégica (MOITA LOPES, 2001, 2003; RAJAGOPALAN, 2001).

Isso ocorre porque a sincronização parece inspirar mais valor à performance, conforme os sentidos linguísticos vão sendo veiculados, de modo a produzir discursivamente variadas identidades. Dessa perspectiva, o sujeito é intencional, consciente e suas identidades dependem das afirmações de sentido dos outros para emergir (RAJAGOPALAN, 1998). Ou seja, o que importa é o “aqui e agora” no ato da comunicação e o papel do interlocutor no uso da linguagem. Todas essas faces incorporadas no momento de ocorrência se apresentam como primordiais para que a identidade do locutor se forje. Podem aparecer várias ao mesmo tempo, a depender dos efeitos das interpretações construídas.

Para todas as abordagens descritas anteriormente, o viés sincrônico é uma possibilidade latente, porque se confirma o ideal de contexto enunciativo imediato de interação, o qual é composto de elementos extra/linguísticos, às vezes somados a outros processos, como de alteridade, de polidez etc., a prescrever quais identidades devem ser usufruídas, abandonadas e quais devem estar dispostas no momento da comunicação em que os sentidos das relações sociais são conferidos.

Nessa perspectiva, a pessoa com quem eu falo constitui os propósitos de surgimento ou apagamento de determinada identidade. É esse interlocutor o responsável por balizar e moldar discursos constituidores de uma identidade provisória e pragmaticamente marcada. Caberia, aqui, a seguinte interrogação: *por que e para que determinado sujeito se torna ou constitui suas identidades de determinada forma?* Nesse caso, considerando a linguagem “impregnada da noção de poder e de efeitos”, operando “identidades e possibilita[ndo] deslocamentos identitários” (PINTO; BADAN, 2012, p. 136), teríamos várias identidades constituidoras do eu, para as quais os atos de fala e as relações de poder certamente teriam validade em negociação, uma vez abastecidos de linguagem (MASTRELLA-DE-ANDRADE; NORTON, 2011; NORTON; MCKINNEY, 2011; RAJAGOPALAN, 2003). Contudo, insistimos, esses caminhos são bastante dispersos e difíceis ao se analisar o conceito.

5 A HIBRIDIZAÇÃO DE CONCEITOS E CARACTERIZAÇÕES

Considerando que a construção social da identidade denota teores de inventividade humana, as abordagens apresentadas, em conjunto com os fios de definições que a alastram, ainda que incipientes, levando-se em conta a complexa rede de relações e configurações que toma o conceito, tornam-se bastante promissoras para se pensar como as pessoas, por intermédio de práticas sociais de linguagem, tais como o contexto de ensino/aprendizagem de línguas, negociam, constroem, reconstróem ou desconstróem identidades (CONCEIÇÃO, 2013; OLIVEIRA, 2017a, 2017b; PICONI; MATEUS, 2011; TICKS, 2008).

Ainda que não se mostre simplificada a articulação de como toda essa abrangência de caracterizações se efetiva nas relações sociais, porque também diz respeito à dinâmica relação de fenômenos intrincados a instâncias psicológicas e sociais, as taxonomias construídas em torno do conceito identidade apresentam farta configuração face à relação de envolvimento com outros objetos de análise. Poderíamos, a título de ilustração, combinar as abordagens discursiva e situada, aqui classificadas, agrupando-as ao pós-estruturalismo a partir das noções: local, subjetividade e posições de sujeito, e vinculá-las a uma linhagem mais “crítica” detida por alguns estudos, assim como também poderíamos, apoiados em Lemke (2008), destacar a mescla dos atributos cognitivos, discursivos e situados da/s identidade/s aqui explorados etc.

Diante de tantas possibilidades para o exame da identidade, uma reflexão pertinente nos salta aos olhos: a garantia de que não se trata de procedimentos de análise estanques. Assim como a identidade forjada por uma pessoa, o arranjo de caracterizações que aqui propomos, em vários níveis, não pode ser reduzido ao ato simplista de considerar a identidade de maneira isolada, tampouco apenas em conjunto, sem uma inteligibilidade aparente. Aqui estamos descrevendo possibilidades de interpretação do processo, a partir do que mostram estudos da área, sem desconsiderarmos o inevitável hibridismo que dá qualidade ao conceito.

Não obstante, é preciso, sim, perceber a partir de que lente experimentamos a noção de identidade (RAJAGOPALAN, 2006), isto é, a partir de quais caminhos, abordagens

e/ou paradigmas faremos a opção de análise. Compreenderemos a identidade como fenômenos estáveis e fixos, a rigor moderno, ou pensaremos em sua volatilidade, adensada pela linguagem, considerando que, enquanto professores, podemos assumir, a depender dos contextos de atuação, identidades de filhos, pais, maridos, netos, dançarinos, pesquisadores etc.?

Em contextos globais e pós-modernos, há o respaldo paradigmático para as identidades cambiantes, fluidas, contraditórias, híbridas (HALL, 2006), atravessadas por novos modos de vida (GIDDENS, 2002). Se o presente século se incumbe de ideais inatingíveis para elas, que passam a ser moldadas pelas diferentes formas como representamos o mundo e como somos nele representados (MOSCOVICI, 2013), realmente torna-se dificultoso assimilá-las, caso continuemos apegados a essencialismos pautados por um matiz identitário definido. Muito mais do que uma questão de lente, a problemática esbarra em aspectos de ordem paradigmática: de como percebemos a afirmação ou mesmo a negação de certas identidades.

Toda a complexidade posta até aqui confirma o fato de que a sistematização do conceito de identidade em estudos de LA envolve paradigmas sociais. O dilema perpassa desde concepções monolíticas, precisas e cristalizadas da identidade a noções mais transitórias, sem o controle de “blocos fixos de definições pré-estabelecidas” (PINTO; BADAN, 2012, p. 50). Temos muito volume de elementos agrupados à identidade quando se observam questões de língua (REES; PINTO, 2012), de modo que estancá-los torna-se muitas vezes improdutivo.

À guisa de sistematização, porque entendemos todo esse processo e procedimentos como abundantes para a análise da identidade, propomos um quadro de possibilidades teórico-metodológicas conceituais a ser aproveitado em estudos em LA:

DISCURSIVO	COGNITIVO	SITUADO
Identities	Identidade	Identidade/s
Discurso	Linguagem/Cognição	Língua/Cultura
Contexto Enunciativo	Contexto Interacional	Contexto Cultural
A partir de Bakhtin	A partir de Vygotsky	A partir de Hall
Práticas Discursivas	Entorno sociocultural	Vivência glocal
Interdisciplinaridade da LA com a Sociologia, Filosofia e o pensamento crítico	Interdisciplinaridade da LA com a Educação/Psicologia	Interdisciplinaridade da LA com a Antropologia/Estudos Culturais
Sujeito discursivo (sócio-histórico ou intencional)	Sujeito sociocognitivo	Sujeito glocal
Dialogismo	Afetividade	Alteridade e pertencimento

Quadro 1 – Domínios preponderantes da identidade em estudos de LA

Fonte: Frank e Conceição (2021).

Como destacamos, não há necessidade de se construir uma dicotomia resistente aos domínios apresentados; tampouco compartimentalizar o fluir das abordagens e caminhos que permeiam a identidade. Pelo contrário, diante de uma postura híbrida, pós-moderna, parece produtivo não essencializar ou separar as vertentes apresentadas, e é o que os pesquisadores geralmente fazem, uma vez estabelecido seu escopo de pesquisa (DE NARDI; GIL, 2015).

Contudo, para fins de sistematização científica sobre o conceito de identidade resenhado na LA, torna-se relevante a predominância de certas características, mesmo diante das abstrações oferecidas, uma vez que fazem ressonâncias às teorias linguísticas e linguístico-aplicadas com suas interdisciplinaridades captadas em busca de como o objeto pode ser percebido teórica e metodologicamente. Essa base estabelecida talvez seja fundamental ao entendimento pormenorizado e à observação de como a complexidade que abrange o tema identidade pode ser esmiuçada, se consideradas as diferentes discussões científicas, uma vez que nosso propósito maior foi o de conferir inteligibilidade e relevância às interpretações teórico-metodológicas futuras.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora haja uma exploração intensa do conceito de identidade na LA, atravessada por apresentação de diversos rigores e métodos científicos, conforme indicamos no início deste artigo, o construto ainda merece detalhamento diante de sua abundância teórica e metodológica caracterizada pelo/no aspecto social. Isso é salutar porque há um consenso sobre as contingências por intermédio das quais é possível reivindicar a identidade – sociais, políticas, históricas, econômicas, culturais etc. Por isso, compreendemos que buscar sistematização para sua análise em nossa área corrobora reflexões acerca das inquietações concretas propagadas pela influência que o tema exerce nos espaços intersubjetivos de ensino/aprendizagem de línguas. Nesse sentido, a linguagem constitui-se como um rico componente, na tentativa de estabelecermos alguns percursos para melhor compreender a identidade (TORIZANI, 2005).

As conexões para as quais as taxonomias aqui apresentadas apontam nos oferecem amplitude para trabalhar com a identidade em contextos sociais envolvendo linguagem. Não queremos – ao mesmo tempo que não podemos evitar – o paradigma moderno em choque com o pós-moderno, balizando as referidas categorizações (RAJAGOPALAN, 2006). Uma vez que as abordagens não estabelecem limites absolutos entre si, assumimos suas múltiplas possibilidades como relevantes, a depender do objetivo que permeia cada estudo de identidade a se desenvolver, no sentido de orientar como se possa conduzi-lo.

Nosso esforço foi o de tentar mostrar que existem particularidades e diferenciações notáveis acerca do conceito oferecidas por diversos estudos aqui mencionados, as quais podem auxiliar na orientação de futuras pesquisas sobre identidade. Ao apresentarmos características particionadas, não esgotamos a possibilidade de agrupá-las. Precisamos, isso sim, nos guiar pelo método de pesquisa perseguido, o qual deve se responsabilizar pela delimitação de abrangências, para que haja maior aprofundamento científico em análise.

REFERÊNCIAS

- ALSUP, J. *Teacher identity discourses: negotiating personal and professional spaces*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, 2006.
- ARAGÃO, R. C.; CAJAZEIRA, R. Emoções, crenças e identidades na formação de professores de inglês. *Caminhos em Linguística Aplicada*, v. 16, p. 109-133, 2017.
- BARCARO, C. F. *A menina que falava inglês: a construção identitária de uma professora de inglês sob as lentes da pesquisa com base em narrativas*. 2012. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Paraná, 2012.
- BARCELOS, A. M. F. Desvelando a relação entre crenças sobre ensino e aprendizagem de línguas, emoções e identidades. In: GERHARDT, A. F. L. M.; AMORIN, M. A.; CARVALHO, A. M. (Org.). *Linguística Aplicada e ensino: língua e literatura*. Campinas: Pontes, 2013. p. 153-186.
- BARCELOS, A. M. F. Unveiling the relationship between language learning beliefs, emotions, and identities. *Studies in Second Language Learning and Teaching*, v. 5, p. 301-325, 2015.
- BARCELOS, A. M. F. Identities as emotioning and believing. In: BARKHUIZEN, G. (Org.). *Reflections on Language Teacher Identity Research*. New York: Routledge, 2017. p. 145-150.
- BEIJAARD, D.; MEIJER, P. C.; VERLOOP, N. Reconsidering research on teachers' professional identity. *Teaching and Teacher Education*, 20, p. 107-128, 2004.
- BLOMMAERT, J. *Discourse: a critical introduction*. New York: Cambridge University Press, 2005.
- BOHN, H.; TRINDADE, C. As palavras 'cor' e 'raça' (não) ecoam na linguagem dos documentos governamentais sobre educação. *Identidade!* v.19, n. 1, p. 23-31, 2014.
- BUCHOLTZ, M.; HALL, K. Identity and interaction: a sociocultural linguistic approach. *Discourse Studies*, vol. 7, p. 585-614, 2005.
- CAMARGO, D.; BULGACOV, Y. L. M. Introdução. In: CAMARGO, D.; BULGACOV, Y. L. M. (Org.). *Identidade e emoção*. Curitiba: Travessa dos Editores, 2006. p. 11-22.
- CÂNDIDO JÚNIOR, A.; CONCEIÇÃO, M. P.; FRANK, H. Aprendizagem de língua estrangeira na terceira idade: marcas identitárias e representações sociais acerca do idoso. In: TAVARES, C. N. V.; MENEZES, S. F. (Org.). *Envelhecimento e modos de ensino-aprendizagem*. Uberlândia: EDUFU, 2020. p. 64-83.
- CAPPARELLI, C. P. A.; FRANK, H.; MEOTTI, J. P. ; PINHEIRO NETO, J. E. Problematizando identidades de gênero e sexualidade a partir de narrativas de uma professora de línguas. *Glauks*, v. 18, p. 242-259, 2018.
- CHARAUDEAU, P. Identidade social e identidade discursiva, o fundamento da competência comunicacional. In: PIETROLUONGO, M. (Org.). *O trabalho da tradução*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2009. p. 309-326.
- CIAMPA, A. C. Políticas de identidade e identidades políticas. In: DUNKER; C. I. L.; PASSOS, M. C. (Orgs.). *Uma psicologia que se interroga: ensaios*. São Paulo: Edicon, 2002. p. 120-135.
- CIAMPA, A. C. A estória do Severino e a história da Severina: um ensaio de psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CONCEIÇÃO, M. P. Teacher's narratives: revealing experiences and conflicting identities. In: FIGUEIREDO, C. J.; MASTRELLA-DE-ANDRADE, M. R. (Org.). *Ensino de línguas na contemporaneidade: práticas de construção de identidades*. Campinas: Pontes, 2013. p. 305-317.
- CONCEIÇÃO, M. P. O si mesmo como um outro: identidades em narrativas visuais de aprendizes de português como segunda língua. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, v. 59, p. 1339-1372, 2020.
- CONCEIÇÃO, M. P.; ANDRADE, F. S. B. Linguagens, vozes e discursos: identidades de uma trabalhadora doméstica. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, v. 21, p. 292-312, 2020.
- CONCEIÇÃO, M. P.; FLORINDO, G. Identidades, investimento e comunidades imaginadas de aprendizes de Braille. *The Specialist*, v. 41, p. 1-16, 2020.
- CONCEIÇÃO, M. P.; SILVEIRA, C. G.; NASCIMENTO, J. F. Representações e marcas identitárias em narrativas de professores sobre suas experiências com o uso de tecnologias na pós-graduação. In: FINARDI, K.; SCHERRE, M.; VIDON, L. (Org.). *Língua, discurso e políticas: desafios contemporâneos*. Campinas: Pontes, 2019. p. 55-78.

- CONNELLY, F. M.; CLANDININ, D. J. *Shaping a professional identity: stories of educational practice*. New York: Teachers College Press, 1999.
- CORACINI, M. J. Subjetividade e Identidade do professor de Português. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, n. 36, p. 147-158, 2000.
- CORACINI, M. J. *A celebração do outro: arquivo, memória e identidade*. Mercado de Letras: São Paulo, 2007.
- COSTA, M. A. L. M. *A constituição da identidade docente na escrita de memoriais em turmas de magistério*. 136 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.
- CUNHA, N. M.; OLIVEIRA, H. F. Crise de identidade: questões ideológico-conceituais de gênero. In: VIEIRA, M. S.; BONAFIM, A. (Org.). *Problematizações e debates em língua e literatura*. Curitiba: CRV, 2019. p. 79-86.
- DANIELEWICZ, J. *Teaching selves: identity, pedagogy and teacher education*. Albany, NY: State University of New York Press, 2001.
- DETERS, P. *Identity, agency and the acquisition of professional language and culture*. London: Continuum, 2011.
- DE NARDI, F. S. *Um olhar discursivo sobre língua, cultura e identidade: reflexões sobre o livro didático para o ensino de espanhol como língua estrangeira*. 190 f. Tese (Doutorado em Teorias do Texto e do Discurso) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- DE NARDI, D. A. C.; GIL, G. How do I see myself? What do I want to become? A study on English as an additional language teachers' identity reconstruction. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, v. 54, n. 1, p. 137-160, 2015.
- DINIZ-PEREIRA, J. E. Lentas teóricas para o estudo da construção da identidade docente. *Educação em Perspectiva*, v. 7, n. 1, p. 9-34, 2016.
- ECKERT-HOFF, B. M. *Escritura de si e identidade: o sujeito-professor em formação*: Campinas: Mercado de Letras / FAPESP, 2008.
- ELICHIRIGOITY, M. T. A formação do sentido e da identidade na visão bakhtiniana. *Cadernos de Letras da UFF*, n. 34, p. 181-206, 2008.
- ERIKSON, E. H. *Identidade, juventude e crise*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1972.
- FALASCA, P. 'Eu disse tudo isso em alemão, mas em português penso totalmente diferente': identidade e argumentação na sala de aula de língua estrangeira. f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual de São Paulo, Araraquara, 2017.
- FERREIRA, A. J. (Org.) *Identidades sociais de raça, etnia, gênero e sexualidade: práticas pedagógicas em sala de aula de línguas e formação de professores/as*. Campinas: Pontes, 2012.
- FERREIRA, A. J. *Identidades sociais de raça em estudos da linguagem: com atividades reflexivas*. Ponta Grossa: Editora Estúdio Texto, 2017.
- FIRTH, A.; WAGNER, J. Second/Foreign language learning as a social accomplishment: elaborations on a reconceptualized SLA. *The Modern Language Journal*, 91, p. 800-819, 2007.
- GEE, J. P. Identity as an analytic lens for research in education. *Review of research in education*, v. 25, p. 99-125, 2001.
- GIDDENS, A. *Modernidade e identidade*. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- HALL, S. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. In: SOVIK, L. (Org.). Trad. Adelaine La Guardia Resende et al. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva; Guacira Lopes Louro. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HALL, S. Quem precisa da identidade? In: SILVA, T. T.; HALL, S.; WOODWARD, K. (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 9. ed. São Paulo: Vozes, 2009. p. 103-133.
- JASNIEVSKI, C. C. *Insatisfação e mudanças: identidades sobre o real e o ideal nas bases de conhecimento do professor*. 2013. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Paraná, 2013.
- KLEIMAN, A. B. A construção de identidades em sala de aula: um enfoque interacional. In: SIGNORINI, I. (Org.). *Lingua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado*. Campinas: Mercado de Letras, 1998. p. 267-302.

- LASKY, S. A sociocultural approach to understanding teacher identity, agency and professional vulnerability in a context of secondary school reform. *Teaching and Teacher Education*, v. 21, p. 899–916, 2005.
- LAVE, J.; WENGER, E. *Situated learning: legitimate peripheral participation*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- LEMKE, J. L. Identity, development, and desire In: CALDAS-COULTHARD, C. R.; LEDEMA, R. (Org.). *Identity trouble: critical discourse and contested identities*. London: Palgrave, 2008. p. 17-42.
- LIBERALI, F. C. A constituição da identidade do professor de inglês na avaliação de sua aula. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, v. 4, p. 45-56, 2004.
- MACHADO, A. S.; MASTRELLA-DE-ANDRADE, M. R.; OLIVEIRA, H. F. A identidade do aprendiz de línguas autodidata em debate. *Cenários: Revista de Estudos da Linguagem*, v. 13, n. 1, p. 98-117, 2016.
- MAIOR, R. C. S.; LUZ, L. S. F. Identidades docentes e a ética discursiva nas interações sugeridas nas consígnias de abertura no contexto de educação a distância. *Calidoscópico*, v. 17, n. 2, p. 395-413, 2019.
- MACHADO, F. R.; GIL, G. The processes of construction, deconstruction and reconstruction of an IFSC English language teacher's professional identity. *DELTA*, v. 33, n. 2, p. 383-411, 2017.
- MARCELO, C. Identidade docente: constantes e desafios. *Formação docente: revista brasileira de pesquisa sobre formação de professores*, v. 1, n. 1, p. 109-131, 2009.
- MASTRELLA-DE-ANDRADE, M. R. Pensando identidades em contextos de ensino–aprendizagem de línguas: uma discussão teórica introdutória. In: FIGUEREDO, C. J.; MASTRELLA-DE-ANDRADE, M. R. (Org.). *Ensino de línguas na contemporaneidade: práticas de construção de identidades*. Campinas, SP: Pontes, 2013. p. 61-88.
- MASTRELLA-DE-ANDRADE, M. R.; NORTON, B. Querer é poder? Motivação, identidade e aprendizagem de língua estrangeira. In: MASTRELLA-DE-ANDRADE, M. R. (Org.). *Afetividade e emoções no ensino/aprendizagem de línguas: múltiplos olhares*. Campinas: Pontes Editores, 2011. p. 89-114.
- MEAD, G. H. *Mind, self & society: from the standpoint of a social behaviorist*. Chicago: The University of Chicago Press, 1992.
- MISHLER, E. G. Narrativa e identidade: a mão dupla do tempo. In: MOITA LOPES, L. P.; BASTOS, L. C. (Org.). *Identidades: recortes multi e interdisciplinares*. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 2002. p. 97-119.
- MOITA LOPES, L. P. Discursos de identidade em sala de aula de leitura de L1: a construção da diferença. In: SIGNORINI, I. (Org.) *Língua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado*. São Paulo: Mercado de Letras, 1998. p. 303-332.
- MOITA LOPES, L. P. Práticas narrativas como espaço de construção das identidades sociais: uma abordagem socioconstrucionista. In: RIBEIRO, B. T.; LIMA, C. C.; DANTAS, M. T. L. (Org.). *Narrativa, identidade e clínica*. Rio de Janeiro: IPUB/CUCA, 2001. p. 55-71.
- MOITA LOPES, L. P. *Identidades fragmentadas: a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2002.
- MOITA LOPES, L. P. Socioconstrucionismo: discurso e identidades sociais. In: MOITA LOPES, L. P. (Org.). *Discursos de identidades: discurso como espaço de construção de gênero, sexualidade, raça, idade e profissão na escola e na família*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2003. p. 13-38.
- MOITA LOPES, L. P.; BASTOS, L. C. Introdução: entre saberes interdisciplinares e práticas sociais: o estudo da identidade em abordagens contemporâneas. In: BASTOS, L. C.; MOITA LOPES, L. P. (Org.). *Estudos da identidade: entre saberes e práticas*. Rio de Janeiro: Garamond, 2011. p. 13-31.
- MOSCOVICI, S. *Representações sociais: investigações em Psicologia Social*. Petrópolis: Vozes, 2013.
- NORTON, B. Language, identity and the ownership of English. *TESOL Quarterly*, v. 31, n. 3, p. 409-429, 1997.
- NORTON, B. Identity and language learning: back to the future. *TESOL Quarterly*, 50 (2), p. 475-479, 2016.
- NORTON, B.; MCKINNEY, C. An identity approach to Second Language Acquisition. In: ATKINSON, D. *Alternative Approaches to Second Language Acquisition*. New York: Routledge, 2011. p. 73-94.
- OLIVEIRA, B. M. *Crenças, motivações e identidades de alunos de língua inglesa de uma escola particular*. 137 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2016.

- OLIVEIRA, H. F. A bagagem do PIBID para a formação inicial docente e para a construção da identidade profissional. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, v. 56, p. 913-934, 2017a.
- OLIVEIRA, H. F. Tirania da identidade do professor de LE: crenças, emoções e ações por meio da linguagem. *Letras Escreve*, v. 6, p. 13-38, 2017b.
- OLIVEIRA, H. F. Discurso e identidade/s: diálogos e interfaces nos processos de ensino, aprendizagem e formação docente. In: HOLANDA, J. A.; CASELLA, C. A. O. (Org.). *Linguagens, identidades e ensino: diálogos e interfaces*. Anápolis: UEG, 2018. p. 13-28.
- PAVLENKO, A.; BLACKLEDGE, A. *Negotiation of identities in multilingual contexts*. Tonawanda, NY: UTP, 2004.
- PAVLENKO, A.; NORTON, B. Imagined communities, identity, and English language teaching. In: CUMMINS, J.; DAVISON, C. (Org.). *International handbook of English language teaching*. New York: Springer, 2007. p. 669-680.
- PICONI, L. B.; MATEUS, E. F. Ressignificações de identidades de professores: uma análise do encontro com o outro. In REIS, S.; VAN VEEN, K.; GIMENEZ, T. (Org.). *Identidades de professores de línguas*. Londrina: EDUEL, 2011. p. 271-294.
- PIMENTA, S. G. Formação de professores: identidade e saberes da docência. In: PIMENTA, S. G. (Org.). *Saberes pedagógicos e atividade docente*. São Paulo, Cortez, 2012. p. 15-38.
- PINTO, J. P.; BADAN, S. C. Feminismo e as identidades no cerne dos princípios de pesquisa. *Calidoscópio*, v. 10, p. 133-139, 2012.
- RAJAGOPALAN, K. O conceito de identidade em linguística: é chegada a hora de uma reconsideração radical? In: SIGNORINI, I. (Org.). *Lingua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998. p. 21-45.
- RAJAGOPALAN, K. ELT Classroom as an arena for identity clashes. In: GRIGOLETTO, M.; CARMAGNANI, A. M. *Inglês como língua estrangeira: identidade, práticas e textualidade*. São Paulo: Humanitas, 2001. p. 70-90.
- RAJAGOPALAN, K. *Por uma Linguística Crítica: linguagem, identidade e a questão ética*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.
- RAJAGOPALAN, K. Pós-modernidade e a política de identidade. In: RAJAGOPALAN, K.; FERREIRA, D. M. M. (Org.). *Políticas em linguagem: perspectivas identitárias*. São Paulo: Editora Mackenzie, 2006. p. 63-82.
- RAMBO, H. H. *The language and culture of identity: crafting a new self in a second language*. Kent: Kent State University, 2004.
- REES, D. K.; PINTO, J. P. Entrelugares e identidades monolíticas: leituras múltiplas de Anzaldúa em sala de aula. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, v. 13, p. 30-55, 2012.
- REIS, S.; VAN VEEN, K.; GIMENEZ, T. (Org.). *Identidades de professores de línguas*. Londrina: EDUEL, 2011.
- RILEY, P. Self-access as access to 'self': cultural variation in the notions of self and personhood. In PALFREYMAN, D.; SMITH, R. (Ed.). *Learner autonomy across cultures: language education perspectives*. New York: Palgrave, 2003. p. 92-109.
- SIGNORINI, I. Des(construindo) bordas e fronteiras: letramento e identidade social. In: SIGNORINI, I. (Org.). *Lingua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado*. Campinas: Mercado de Letras, 1998. p. 139-171.
- SILVA, L. M. *A língua constitui o professor: identidades (conflitantes) de professores de línguas estrangeiras*. 2012. 118 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Católica de Pelotas, Rio Grande do Sul, 2012.
- SILVA, M.; GREGGIO, S.; LUCENA, C. A.; DENARDI, D. A. C.; GIL, G. Unveiling teachers' identities. *Signum: estudos de linguagem*, v. 10, p. 199-222, 2007.
- SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T. T.; HALL, S.; WOODWARD, K. (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 9 ed. São Paulo: Vozes, 2009. p. 73-102.
- SLOAN, K. Teacher identity and agency in school worlds: beyond the allgood/all-bad discourse on accountability-explicit curriculum policies. *Curriculum Inquiry*, 36 (2), p.119-152, 2006.

SOARES, M. F. *Compondo identidades: construindo diários na aula de língua inglesa*. 2006. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

SOUSA, R. M. R. Q. *Professores de inglês da escola pública: investigações sobre suas identidades numa rede de conflitos*. 2006. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

TELLES, J. A. Reflexão e identidade profissional do professor de LE: que histórias contam os futuros professores? *Revista Brasileira de Lingüística Aplicada*, Belo Horizonte: UFMG, v. 4, n. 2, p. 57-83, 2004.

TICKS, L. K. *(Re)construção de concepções, práticas pedagógicas e identidades por de professoras de inglês pré e em serviço*. 2008. 328 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2008.

TORIZANI, J. E. *Análise crítica da identidade do professor de língua portuguesa da rede municipal de Jaraguá do Sul*. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2005.

UTIM, M. A.; FRANK, H. Construção identitária no contexto de sala de aula: problematizando narrativas de um garoto trans. In: VICENTE, R. B.; DEFENDI, C. L. (Org.). *Estudos de linguagem em perspectiva: caminhos da interculturalidade*. Porto de Galinhas: UFRPE, 2020. p. 3898-3903.

VARGHESE, M.; MORGAN, B.; JOHNSTON, B.; JOHNSON, K. A. Theorizing language teacher identity: three perspectives and beyond. *Journal of language, identity, and education*, vol. 4, p. 21-44, 2005.

VYGOTSKY, L. S. *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. da. (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 7-72.

ZEMBYLAS, M. Discursive practices, genealogies, and emotional rules: A poststructuralist view on emotion and identity in teaching. *Teaching and Teacher Education*, n. 21, p. 935-948, 2005.



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-210103-8919>

Recebido: 20/09/19 | Aprovado: 13/01/21

DA SOBRESASSEVERAÇÃO PARA A AFORIZAÇÃO: PERCURSO TEÓRICO PARA UM REGIME ENUNCIATIVO

FROM SURASSERTION TO APHORIZATION: A THEORETICAL PATH TOWARDS A REGIME OF ENUNCIATION | DE LA SOBRESASSEVERACIÓN PARA AFORIZACIÓN: RECORRIDO TEÓRICO PARA UN RÉGIMEN DE ENUNCIACIÓN

Luís Rodolfo Cabral*

Instituto Federal do Maranhão, Santa Inês, MA, Brasil

Resumo: O objetivo deste trabalho é traçar um percurso teórico para o regime aforizante, desenvolvido detalhadamente na obra de Dominique Maingueneau *Frases sem texto* (*Les phrases sans texte*, Paris, 2012), lançada no Brasil em 2014. A teoria sobre a aforização é resultado de, pelo menos, dez anos de pesquisa, e com o levantamento bibliográfico das publicações sobre o assunto a partir de 2004, o estudo explicita a progressiva construção do estatuto pragmático desse regime enunciativo, mais especificamente no que concerne às noções de sobreasseveração e aforizador. Levanta uma breve discussão sobre responsabilidade enunciativa de forma a evidenciar como se constrói a noção de sujeito da enunciação nesse regime. Este trabalho busca dirimir a diversidade terminológica em torno dos conceitos que essa teoria mobiliza, e apresentar uma revisão teórica para os iniciantes no assunto.

Palavras-chave: Frases sem texto. Aforização. Regime aforizante.

Abstract: This paper aims to outline a theoretical path for a specific regime of enunciation named *aphorization*, which is developed in detail on Dominique Maingueneau's work entitled *Frases sem texto* (*Les phrases sans texte*, Paris, 2012), launched in Brazil in 2014. The theory of aphorization is a result of at least ten years of research, and with a bibliographic survey of publications about the subject from 2004 onwards, this paper makes explicit the progressive construction of the pragmatic statute for this regime of enunciation, specifically regarding to the notions of surassertion and aphorizer (the enunciator of an aphorization). It briefly discusses about enunciative responsibility in order to emphasize the development process of the subject of enunciation in this regime, as well as intends to clarify the terminological diversity concerning the concepts mobilized by this theory. At last, the research presents a theoretical review for beginners.

Keywords: Texteless sentences. Aphorization. Aphorizing regime.

Resumen: El objetivo de ese trabajo es trazar un recorrido teórico para el régimen *aforizante*, desarrollado detalladamente en la obra *Frases sin texto* (*Frases sem texto*), de Dominique Maingueneau, lanzada en Brasil el año de 2014. La teoría sobre *aforización* es resultado de por lo menos diez años de investigación, y con encuesta bibliográfica de publicaciones sobre el tema desde 2004, el estudio haz explicita la progresiva construcción del estatuto pragmático de ese régimen enunciativo, más específicamente con respecto a nociones de *sobrasseveración* y *aforizador*. Trae una breve discusión sobre responsabilidad enunciativa de manera a hacer evidente cómo se construye la noción de sujeto da enunciação en ese régimen. Ese trabajo busca resolver la diversidad terminológica sobre los conceptos que esa teoría moviliza, y presentar una revisión teórica para los iniciantes en el asunto.

Palabras clave: Frases sem texto. Aforización. Régimen aforizante.

* Professor do Instituto Federal do Maranhão – Campus Santa Inês. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5456-8927> Email: rodolfo.cabral@ifma.edu.br

1 INTRODUÇÃO

No livro *Les phrases sans texte*, publicado na França em 2012 e traduzido no Brasil em 2014 com o título *Frases sem texto*, Maingueneau desenvolve uma teoria sobre um regime enunciativo a partir da observação de que há frases que funcionam de maneira autônoma: algumas circulam da forma como foram produzidas originalmente – como os provérbios, por exemplo; e outras são postas a circular independentemente do texto de origem e do contexto em que foram produzidas. Esses dois tipos de frases são chamados aforizações, ou seja, são enunciados produzidos pelo regime enunciativo aforizante.

Grosso modo, a aforização (termo usado para se referir tanto ao processo quanto ao produto) é uma enunciação relacionada à produção de enunciados autossuficientes que estão situados em um texto e, paradoxalmente, aspiram a sair dele. Nessa perspectiva, Maingueneau entende que as aforizações atribuem um novo estatuto à citação, pois não se trata de uma retomada, mas de uma forma de apresentação, de tornar enigmático um enunciado que manifesta e esconde tudo ao mesmo tempo, e que apela para a interpretação.

Na tentativa de contribuir com a divulgação dos estudos sobre esse regime enunciativo, este texto realiza um levantamento bibliográfico dos trabalhos de Maingueneau sobre aforização, publicados antes da obra de 2012, de modo a traçar um percurso cronológico do desenvolvimento dessa teoria e a evidenciar os avanços de pesquisa sobre o regime aforizante ao longo dos anos. Além disso, também é objetivo deste trabalho dirimir a diversidade terminológica em torno dos conceitos que essa teoria mobiliza, e apresentar uma revisão teórica para os iniciantes no assunto.

Este texto está organizado em três partes, fora esta introdução e as considerações finais; na primeira são apresentados os textos selecionados para a discussão teórica e o critério de escolha; na segunda, discorre-se sobre as motivações iniciais de Maingueneau para construir a noção de *sobreasseveração*; na terceira, são estabelecidas as distinções necessárias para as definições de um estatuto pragmático do regime aforizante no que se refere ao aforizador e ao auditório.

2 O LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO

Neste trabalho, são discutidos sete textos de Maingueneau, publicados entre os anos de 2004 e 2012 na forma de artigos ou de capítulos de livros, dispostos no quadro 1. Para chegar a este quantitativo, parte-se das referências a trabalhos anteriores utilizadas em *Les phrases sans texte*, e descartando-se aqueles que abordam questões como *enunciação proverbial*, *participação*, *panaforização*, *enquadramento* e *supradestinatório*. Tais questões são consideradas desdobramentos do estatuto pragmático deste regime enunciativo.

Texto original	Ano	Tradução ao português brasileiro	Ano
<i>Citation et surassertion</i>	2004	Citação e destacabilidade ¹	2008
<i>Les énoncés détachés dans la presse écrite: de la surassertion à l'aphorisation</i>	2006	-	-
<i>Les énoncés détachés</i>	2007	Enunciados destacados ²	2013
<i>L' énonciation aphorissante</i>	2007	-	-
Aforização: enunciados sem texto? (original em português brasileiro)	2010		2010
Enunciação ligada, enunciação desatada (original em português brasileiro)	2012		2012
Texto, gênero do discurso e aforização (original em português brasileiro)	2012		2012

Quadro 1 – Levantamento bibliográfico sobre regime aforizante em Maingueneau (2004-2012)

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Tendo em vista que o objetivo deste trabalho é traçar um percurso cronológico, será feita referência à primeira data de publicação, ainda que se recorra à tradução brasileira, quando houver. Caso não haja, será apresentada nossa tradução, com o trecho original em nota de rodapé.

3 A SOBRESASSEVERAÇÃO

O primeiro texto de Maingueneau a tratar do assunto é o intitulado *Citation et surassertion*, publicado na revista *Polifonia* em dezembro de 2004, em que problematiza aspectos da citação para os casos em que há indícios flagrantes de que um dado enunciado foi construído visando a um destacamento e circulação ulterior. Essa discussão se estende em outros dois textos posteriores: no artigo *Les énoncés détachés dans la presse écrite*, publicado na revista *Revue Tranel*, em 2006; e no texto *L' énonciation aphorissante*, incluído nos anais do *V Congresso Nacional da Associação Brasileira de Linguística*, em 2007. Como muitas das reflexões desenvolvidas nesses três textos são retomadas em todas as produções subsequentes, avaliamos que eles constituem o núcleo teórico para o desenvolvimento da teoria sobre as aforizações.

Com o objetivo de discutir esse funcionamento autônomo das fórmulas³, Maingueneau examina as “citações célebres”, mais especificamente as máximas heroicas e as fórmulas filosóficas. As sequências autônomas deste primeiro grupo são comuns no teatro clássico francês do século XVII, em cujas produções há recorrência de asserções generalizantes, curtas, facilmente memoráveis e reutilizáveis, ainda que a não originalidade do conteúdo seja questionável.

¹ A versão traduzida por Roberto Leiser Baronas está incluída no livro *Cenas da enunciação*, de onde foram extraídos os trechos em português.

² Refere-se ao capítulo 18 de *Análise de textos de comunicação*, incluído na edição ampliada do livro.

³ *A priori*, dada a propriedade de cristalização, os enunciados destacados do campo filosófico são tratados como fórmulas. Essa abordagem vai perdendo força à medida que a teoria se desenvolve, como se pode ver nos registros de *Frases sem texto*. Para uma revisão teórica sobre fórmula discursiva, ver Krieg-Planque (2010).

Aprofundando essa investigação, as propriedades de destacabilidade das máximas heroicas são examinadas a partir de duas falas de Rodrigo, personagem de Cid, obra de Corneille⁴. Do ponto de vista enunciativo, Maingueneau (2004) chama a atenção para os verbos dessas sequências, os quais, apesar de conjugados no tempo presente, não se opõem nem ao passado nem ao futuro, funcionando como asserção de uma verdade atemporal para qualquer situação. Pela combinação paradoxal de ineditismo e imemorialidade, produz-se a expectativa de destacabilidade nessas fórmulas: o enunciado é digno de ser consagrado porque se apresenta como novo e, ao mesmo tempo, aspira a um estatuto de perenidade ao inaugurar a possibilidade de uma série de retomadas.

Para examinar as fórmulas filosóficas, Maingueneau recorre a um trecho de *Duas fontes da moral e da religião*, de Bergson⁵, mostrando as indicações textuais para que a sequência seja destacada: ela ocupa a posição final de um capítulo de uma obra, apresenta uma autonomização enunciativa, e é introduzida pelo metadiscurso. Algumas partes da sequência estão, inclusive, em itálico, reforçando a propensão ao destacamento. Marcações como essas sinalizam que um enunciado específico do parágrafo é candidato ideal à circulação autônoma.

Essas observações evidenciam que, tanto nas máximas heroicas quanto nas fórmulas filosóficas, opera-se, em relação aos demais enunciados do texto, a sobressalência de uma sequência específica, que ocorre “pela condensação semântica que ela implica, associada a uma estrutura de significante prenante” (MAINGUENEAU, 2004, p. 81).

Até aqui, em *Citação e destacabilidade*, a reflexão visava a dar conta do fato de que, nos textos, frequentemente são identificados enunciados salientes que ganham vida independente e que funcionam como resumos de doutrinas ou como sentenças de força moral. Por entender que o fenômeno da destacabilidade não se restringe aos textos eruditos, Maingueneau estende a observação da sobressalência para os enunciados em circulação na mídia porque esse fenômeno aparentemente se assenta no próprio funcionamento desse campo: profissionais da comunicação – jornalistas, assessores de imprensa, etc. – estariam familiarizados com procedimentos que situam enunciados em posições textuais privilegiadas de forma que eles possam ser facilmente identificados como destacáveis, permitindo a produção de títulos, intertítulos e legendas de fotos.

Com a indicação dos fragmentos que devem ser retomados, alguns enunciados se tornariam *slogans*⁶ de intensa circulação nos veículos de informação, seja na televisão ou no rádio. Assim, a partir de exemplos que demonstram a autonomia das fórmulas e das máximas heroicas, Maingueneau (2004) introduz a noção de *sobreesseveração*, a qual caracteriza um enunciado:

⁴ As sentenças são: “Para quem vinga seu pai, não há nada impossível”, e “A coragem não espera a idade”.

⁵ A sequência examinada é a seguinte: “Ao contrário, tudo se esclarece quando se vai buscar, além das manifestações, a própria vida. Atribuíamos então à palavra biologia o sentido bem compreensível que ela deveria ter, que ela assumirá talvez um dia, e digamos, para concluir, que *toda moral, pressão ou aspiração é de natureza biológica*”. Maingueneau (2004) utiliza itálico no enunciado final para sinalizar que ele se situa em posição de destaque textual.

⁶ Com o desenvolvimento da teoria, os *slogans* são considerados uma família do sistema de participações.

- Relativamente breve e de estrutura pregnante no plano do significativo e/ou do significado;
- Em posição relevante, em particular no final ou no começo do texto;
- Com temática relacionada ao intuito do gênero do discurso;
- Com capacidade de amplificação da figura do enunciador.

Após terem sido elencadas as características de um enunciado sobreasseverado, são apresentados inúmeros exemplos das diversas formas de exploração desse fenômeno na mídia impressa francesa e brasileira. Nessa compilação⁷, há casos em que a passagem do texto-fonte ao paratexto implica alterações no enunciado; há outros em que, mesmo quando o segmento atende às características da sobreasseveração, ele não está necessariamente fadado ao destacamento, apesar da propensão para tanto.

Na tentativa de chegar a um consenso sobre o funcionamento do destacamento e da sobreasseveração, Maingueneau (2004) propõe três distinções. A primeira é quanto ao tipo de sobreasseveração. No caso de enunciados em que há marcação apropriada para o destacamento, chama-se *sobreasseveração pretendida*; quando os enunciados forem efetivamente destacados de um texto, fala-se de *sobreasseveração derivada*. Decorrente da sobreasseveração pretendida, a forma derivada se desdobra em duas subclassificações a depender da autonomização dos enunciados: há, de um lado, o grupo dos chamados *enunciados autonomizados*, que, em consequência de uma sobreasseveração forte, rompem com o texto de origem; e, de outro, o grupo dos *enunciados não autonomizados*, que circulam próximos do texto fonte e são resultantes de uma sobreasseveração fraca. Finalmente, a terceira distinção se efetiva no interior da sobreasseveração fraca: opõem-se os enunciados destacados de primeiro grau aos de segundo grau, aqueles que são resultado de uma extração anterior, sob forma de citação.

Estas distinções foram organizadas na Figura 1:

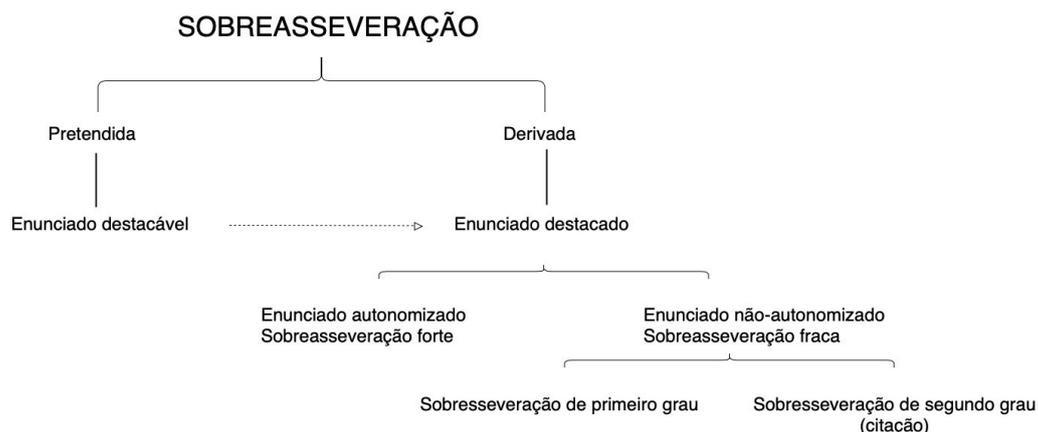


Figura 1 – Tipos de sobreasseveração

Fonte: Elaborado a partir de Maingueneau (2004).

⁷ Os exemplos apresentados foram extraídos de jornais distribuídos gratuitamente na França (*Métro* e *20 Minutes*) e de veículos tradicionais franceses (*Tele Star*, *Le Monde* e *Libération*) e brasileiros (*UOL* e *Veja*).

A imagem permite visualizar as definições preliminares para sobreasseveração e favorece o acompanhamento da linha de raciocínio do autor à época. Na figura, a linha partilhada, que sai da entrada “enunciado destacável” em direção a “enunciado destacado”, reforça a ideia de que a sobreasseveração pretendida é apenas uma propensão ao destacamento, não uma causa incondicional.

Nesse primeiro texto, observa-se que sobreasseveração parece confundir-se com aforização, noção hoje muito bem definida. A própria tradução do título original para português do Brasil dá indícios de que as terminologias eram intercambiáveis (a palavra *surassertion* do título francês aparece como *destacabilidade*, em português). Tal percepção se sustenta também no que se pode inferir do seguinte trecho: “A autonomização da sobreasseveração em relação ao texto de origem vai mais longe quando existe uma transformação do enunciado” (MAINGUENEAU, 2004, p. 86). Ou seja, a sobreasseveração e a autonomização são tratadas como processos equivalentes.

Além disso, a bibliografia especializada no Brasil, publicada a partir desse primeiro texto, registra que: “os casos de destacabilidade são extremamente numerosos e aumentam com o crescimento e a diversificação da mídia. [...] Maingueneau qualifica esse processo como sendo de *sobreasseveração*” (POSSENTI, 2008, p. 67, grifo no original), o que também corrobora o entendimento de que havia sobreposição das noções de enunciado sobreasseverado e enunciado destacado.

A estabilidade terminológica vai sendo construída com o desenvolvimento da teoria. Todavia, esse uso intercambiável inicial trouxe consequências para a definição dos conceitos em torno da aforização, no que tange inclusive ao sujeito enunciativo desse regime, como será abordado mais adiante. Neste ponto da pesquisa, importa questionar: considerando a desconformidade entre enunciado destacável e enunciado destacado, seria possível manter a noção de sobreasseveração para os dois casos?

4 DA SOBRESSEVERAÇÃO PARA A AFORIZAÇÃO

Ainda sem desenvolver com profundidade, os parágrafos finais de *Citação e destacabilidade* apontam que não se deve confundir uma lógica de “sobreasseveração – que faz aparecer uma sequência sobre um fundo textual – e uma lógica de aforização (para ser exato, um destaque aforizante) que implica um tipo de enunciação totalmente diferente” (MAINGUENEAU, 2004, p. 92).

Nos dois textos seguintes – *De la surassertion à l’aphorisation*, e *L’énonciation aphorizante*, publicados em 2006 e em 2007, respectivamente –, Maingueneau define os limites enunciativos do que é destacável e do que é destacado, rejeitando a relação de continuidade entre a sobreasseveração e a destacabilidade: o enunciado sobreasseverado implicaria um certo locutor e o enunciado destacado implicaria outro, ainda que essas duas instâncias sejam ou não indexadas pelo mesmo nome próprio. A solução encontrada é a distinção de duas lógicas: a da sobreasseveração (já apresentada no texto de 2004) e a do *destacamento aforizante* (desenvolvida nesses dois textos).

Para desenvolver a lógica aforizante, Maingueneau (2006, 2007) segue a lacuna deixada por um estudo de Benveniste, sobre a qual serão apresentados alguns aspectos, frisando o que convier para os fins deste artigo. Ao examinar o indo-europeu, Benveniste mostra que as frases nominais e sua respectiva contrapartida com cópula⁸ constituem dois tipos distintos de enunciação. Nessa língua, as frases nominais são um enunciado assertivo finito, paralelo na sua estrutura a qualquer outro que tenha a mesma função sintática; são sequências compostas igualmente por dois elementos: um implícito e invariante, que dá ao enunciado força de asserção, e outro, variável e explícito, que pertence à classe morfológica dos nomes. Como o elemento assertivo dessa estrutura da frase não é susceptível às determinações que a forma verbal tem em si – as marcas de tempo, de pessoa, de número, por exemplo –, a “asserção terá esse caráter próprio de ser intemporal, impessoal, não modal, em suma, de ter por objeto um termo reduzido apenas ao seu conteúdo semântico.” (BENVENISTE, 1950, p. 171).

Benveniste observa também que, no grego antigo e no latim, a frase nominal não é empregada para descrever um fato na sua peculiaridade porque propõe uma relação intemporal e perpétua que visa a convencer como uma “verdade geral”. Essa tese é validada por um estudo de *corpus* que compara um texto poético – as *Píticas*, de Píndaro – e uma prosa narrativa – a *História*, de Heródoto. No poema, é grande o número de frases nominais, mas elas não aparecem em situações ocasionais, apenas nas passagens em que se profere sequências de valor permanente. Na prosa narrativa, apesar de aparecerem em menor número, as ocorrências se dão em discursos reportados para enunciar uma asserção do tipo “proverbial”. Na obra de Homero a frase nominal tampouco aparece nas sequências narrativas, e sim naquelas em que se exprimem asserções aptas para servir de referência ou para quando se quer criar uma convicção.

Segundo Benveniste, fica evidente que a frase nominal “tem valor de argumento, de prova, de referência. É introduzida no discurso para agir e convencer, não para informar. É, fora do tempo, das pessoas e da circunstância, uma verdade proferida como tal” (BENVENISTE, 1950, p. 179). Mesmo não se voltando diretamente para a textualidade tampouco para a destacabilidade, Benveniste torna explícita uma lacuna: as frases sem verbo aparecem em um texto, mas, por expressarem uma verdade absoluta, aspiram a sair dele. No prolongamento dessa perspectiva, inscreve-se o destacamento aforizante tendo em vista que as frases nominais revelam que, na dimensão constitutiva da enunciação, existe um regime enunciativo específico.

Ampliando essa linha de pensamento para a reflexão sobre as fórmulas sentenciosas, as máximas heroicas, e a proliferação de enunciados generalizantes produzidos pela máquina midiática, Maingueneau (2006, 2007) entende que a destacabilidade é apenas parte de um processo que engloba toda a dimensão constitutiva da enunciação. Por isso, é necessário distinguir dois regimes enunciativos: *a enunciação textualizante* e *a enunciação aforizante*. A primeira está relacionada ao horizonte dos gêneros do discurso; a segunda, ao contrário, rompe com essa lógica.

⁸ Como exemplo, Maingueneau (2006) utiliza a frase nominal em latim *Homo homini lupus* e *Homo homini lupus est* (homem lobo próprio do homem e homem é o lobo próprio do homem, respectivamente).

Para iniciar a definição do estatuto da enunciação aforizante, Maingueneau (2006, 2007) toma como exemplo a frase “Eu me acho linda”, atribuída a Preta Gil, e que foi destacada de uma fala pública da cantora e divulgada na seção *Veja Essa*, da revista *Veja*. Esse enunciado aforizado constrói outra cena dentro de outro gênero, diferente daquele no qual foi originalmente produzido, evidenciando que, apesar de não entrar na lógica de um gênero do discurso, a aforização não pode ser proferida fora dele. Entre a aforização e o texto que a acolhe, há uma tensão resultante da “*pretensão ilocutória* ligada à aforização, de ser uma fala absoluta, sem contexto, convocada dentro de um texto, que não é absoluto (MAINGUENEAU, 2006, p. 161, grifo no original). Assim, entre um enunciado aforizado e um texto, não há diferença de tamanho, mas de ordem, pois refere-se a uma profunda desconexão entre aquilo que pertence a um tipo de gênero discursivo e aquilo que ultrapassa qualquer tipo.

Ao distinguir dois regimes enunciativos, Maingueneau (2006, 2007) reorganiza a nomenclatura do texto de 2004: o que antes era denominado “sobrasseveração derivada” passa a ser entendido como aforização, termo que se refere tanto ao regime enunciativo quanto ao próprio enunciado destacado. Em *De la surassertion à l’aphorisation* e em *L’énonciation aphorisante*, fica estabelecido que a sobrasseveração corresponde especificamente aos “enunciados que são modulados pelo locutor de maneira a ser apresentados como destacáveis” (MAINGUENEAU, 2006, p. 116), passando a ser entendida como a demarcação da destacabilidade de uma sequência em um texto.

Notadamente no trabalho de 2007, reforça-se a diferença entre aforização e sobrasseveração a partir da comparação dos enunciados no paratexto com os enunciados do texto de origem. Evidencia-se que, nas produções midiáticas, o enunciado destacado tende a sofrer alterações para entrar no regime aforizante. Dos vários exemplos que sustentam essa constatação, serve de apoio o trecho de duas entrevistas⁹ e seus respectivos paratextos, reproduzidos abaixo:

[paratexto] ‘**Eu sou muito ligado em sexo**’

[entrevista] A imprensa rotula você de ‘intelectual’. Você não seria antes rock ‘n roll?

Eu não penso em sê-lo no sentido tradicional, mas há alguma coisa de muito físico e de muito sexual em um guitarrista. Nesse sentido, sim, eu sou muito rock ‘n roll. As pessoas pensam que, porque você intelectualiza seu trabalho, você não pode ser alguém muito físico. Os dois não são antagônicos. Eu sou e eu sempre fui alguém muito ligado em sexo.

[...]

[paratexto] ‘**Para durar nessa profissão, é preciso ser forte**’

As pessoas não se dão conta, elas têm a impressão de que, quando a gente é conhecida, a gente chegou lá. É difícil durar. É preciso ser muito forte psicologicamente. Às vezes sou, às vezes, não (MAINGUENEAU, 2007, p. 158, grifados no original)¹⁰

⁹ A entrevista de Chalay foi publicada na revista *Jalouse*, n. 58, de março de 2003; e a entrevista de Brunetti Tedeschi, no *Le Figaro*, de 2 de outubro de 2004.

¹⁰ Como o original está em francês, recorre-se à tradução registrada em Maingueneau (2013).

Os dois trechos foram extraídos de entrevistas: a primeira é com o *design* de moda turco Hussein Chalayan; e a segunda é com a apresentadora de televisão monegasca Alexandra Kazan. Em ambos os trechos destacados houve supressão de elementos na passagem ao paratexto, o que impede de afirmar que se trata exatamente do mesmo enunciado. Na entrevista de Chalayan, a frase se encontra sobreasseverada – está em posição final e, pela construção sintática simétrica, possui forte organização interna e, ainda assim, sofre alteração. O enunciado de Alessandra Kazan é ainda mais emblemático: o enunciado que apresenta estrutura sintática simétrica – “às vezes sou, às vezes, não” – não é o que foi alçado ao título. O enunciado original apresenta movimento argumentativo repartido em diversas frases, e, chega à aforização a partir da transformação em uma frase única generalizante. É como se essa alteração lapidasse a autonomia do enunciado originalmente não sobreasseverado.

Desse tipo de divergência entre o enunciado de origem e o enunciado destacado depreende-se que a sobreasseveração e o destacamento são dois fenômenos distintos, a saber: “a sobreasseveração, que prepara um fragmento destacável, é um fenômeno que está relacionado ao funcionamento textual, enquanto que o enunciado destacado implica um regime enunciativo específico, não textual, o qual designaremos pelo termo *aforização*” (MAINGUENEAU, 2007, p. 159, tradução nossa, grifo no original)¹¹. Dessa forma, na dimensão constitutiva da enunciação, ocupam lugares distintos a sobreasseveração e a aforização: esta é o resultado do destacamento; aquela é a demarcação de um enunciado como um forte candidato à destextualização, sendo apenas uma modulação enunciativa para formatar um fragmento como destacável, não implicando que um enunciado com essas propriedades seja efetivamente destacado. Quanto à independência do enunciado aforizado em relação ao texto-fonte, essa questão pode ser avaliada como resultado de um *destacamento fraco* ou de um *destacamento forte* (MAINGUENEAU, 2007), mantendo as delimitações estabelecidas em *Citação e destacabilidade*.

Nos textos de 2006 e de 2007, fica estabelecido que, por tratarem de aspectos linguísticos relacionados à amplificação de certas sequências de um texto, a sobreasseveração se situa no regime textualizante, e a aforização corresponde tanto ao processo quanto ao produto do regime aforizante (os enunciados autônomos, resultantes de uma sobreasseveração ou não). Pela enunciação aforizante, são produzidos dois tipos de aforização: um tipo que engloba os enunciados autônomos por natureza, que possuem valor generalizante, e são atribuídos a uma instância anônima; e outro correspondente aos enunciados não necessariamente generalizantes, destacados de um texto e atribuídos aos indivíduos em geral indexados por um nome próprio.

A terminologia para esses dois grupos sofre modificações, ainda que conserve as mesmas definições: *enunciado autonomizado* e *enunciado não autonomizado* (MAINGUENEAU, 2004); *enunciados originais* e *enunciados derivados* (MAINGUENEAU, 2006, 2007), *enunciados destacados por natureza* e *enunciados destacados de um texto* (MAINGUENEAU, 2010, 2012a), e, finalmente, na terminologia mais atual, *aforizações primárias* e *aforizações secundárias* (MAINGUENEAU, 2012b, 2014).

¹¹No original : “La surassertion, qui pose un fragment comme détachable, est un phénomène qui relève du fonctionnement textuel, alors que l'énoncé détaché implique un régime énonciatif spécifique, non textuel, que nous désignons par le terme *aphorisation*”.

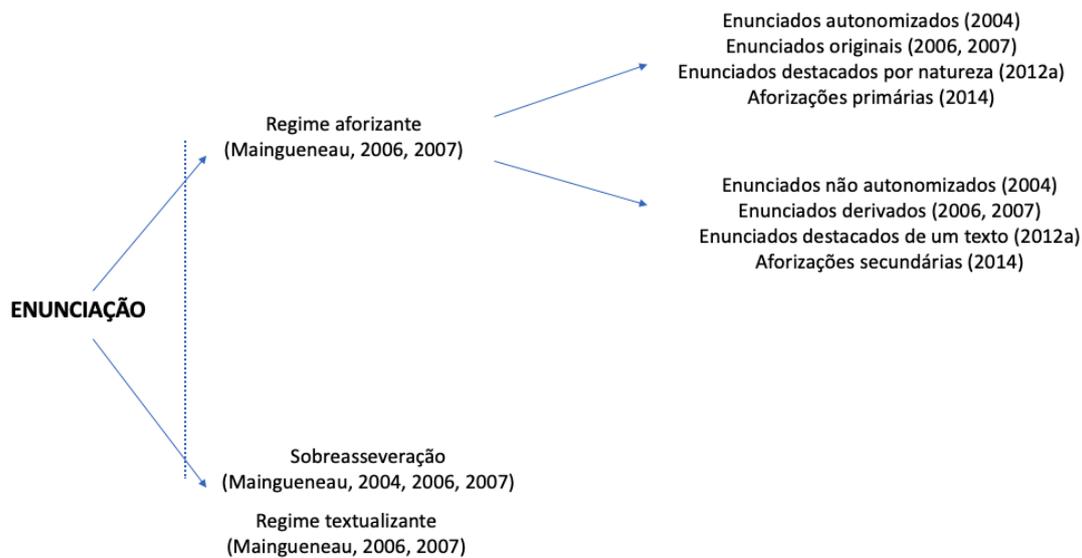


Figura 2 – Sobreposição terminológica na construção da teoria do regime aforizante

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Para explicitar o percurso das discussões sobre o destacamento, especialmente no que se refere à distinção entre sobreasseveração e aforização, redesenha-se o quadro elaborado no início desta seção, evidenciando a diversidade terminológica registrada nos textos deste levantamento bibliográfico. A figura 2 distingue os dois regimes enunciativos: o regime textualizante e o regime aforizante. Nas setas que saem do regime aforizante, evidenciam-se os tipos de aforizações sob as mais diversas nomenclaturas, cunhadas ao longo do desenvolvimento da teoria. Próxima do regime textualizante, está disposta a sobreasseveração porque é nos limites do texto que podem aparecer as marcas de destacabilidade. A linha pontilhada entrecruza os dois regimes, indicando a relação paradoxal entre eles: pelo destacamento, um enunciado escapa de um texto, mas, quando aforizado, só pode circular se estiver em um gênero.

5 O AFORIZADOR

A definição de que há enunciados que são produzidos pela enunciação aforizante exige que se estabeleça o estatuto pragmático desse regime enunciativo. O sujeito da enunciação aforizante chama-se *aforizador*. Na seção anterior, foi explicitado que a atividade de fala se desenvolve segundo, pelo menos, dois regimes enunciativos: o textualizante, cujos modos de subjetivação são determinados pelos gêneros do discurso; e o aforizante, pelo qual o dizer se apresenta como uma proposição incontestável, relacionada a um sujeito de pleno direito, não assujeitado ao jogo das interações discursivas. Como entre esses dois regimes enunciativos não há uma diferença de tamanho, mas de ordem, essa distinção traz consequências à noção de sujeito da enunciação, àquele que diz *eu* no enunciado: no regime textualizante, o sujeito é determinado por modos de subjetivação relacionados a um gênero do discurso; no regime aforizante, trata-se de um sujeito de pleno direito que se dirige a um público

indeterminado, estando ambos situados em nível diferente daquele imposto pelas fronteiras do gênero.

Retomando o levantamento bibliográfico, pode-se afirmar que indícios da definição desse estatuto pragmático já são observados em *Citação e destacabilidade*. Com o objetivo de mostrar que o regime aforizante não é um fenômeno periférico reservado à imprensa popular, Maingueneau constrói um *corpus* heterogêneo composto por uma variedade de frases coletadas nas mais diversas fontes, proferidas por personalidades políticas e por celebridades que foram postas a circular pela mídia impressa francesa tradicional e popular, bem como pela mídia impressa brasileira. Em um dos materiais, o autor ilustra a diferença entre enunciado-fonte e enunciado destacado com a manchete da entrevista de Oliver, primeiro vencedor do *reality show* “Le Bachelor” e de Alexandra, sua companheira. A posição superior da página é ocupada por um enunciado atribuído ao casal. O texto de origem, porém, registra outra versão, apenas com Oliver como locutor¹².

Àquela altura das reflexões, ainda em estágio inicial, importava garantir um estatuto diferenciado à sobreasseveração, que evidenciasse a transformação de enunciado-fonte para o enunciado destacado. Apesar de Maingueneau já observar a dissonância entre locutor efetivo e esse mesmo locutor enquanto fonte de um enunciado destacado, especialmente quando resultante de um agenciamento da máquina midiática, essa questão não é desenvolvida.

Insistindo na pertinência de estabelecer o estatuto pragmático da aforização, Maingueneau retoma praticamente o mesmo *corpus* construído em *Citação e destacabilidade* para, em *Les énoncés détachés dans la presse écrite*, se empenhar na determinação da figura do enunciativo nesse regime. O ponto de partida é a percepção de que, apesar de o funcionamento das mídias favorecer a construção de sequências formatadas para serem destacadas, o jornalista pode operar o destacamento de diversas fontes e fabricar “pequenas frases”, manipulando um enunciado que pode implicar a não coincidência entre locutores do enunciado-fonte e do enunciado destacado. Como resultado do destacamento, “produz-se uma discrepância entre o locutor efetivo do enunciado e esse mesmo locutor como fonte do enunciado destacado pela máquina midiática” (MAINGUENEAU, 2006, p. 116)¹³.

Nesse mesmo texto, Maingueneau retoma as propriedades das frases nominais, desta vez enfatizando que, nelas, a imbricação entre as dimensões referenciais, modais e textuais produz um enunciado que, ao mesmo tempo: *i)* é desembreado, ou seja, apresenta-se como se estivesse isolado da situação de enunciação; *ii)* é revestido por uma autoridade cuja responsabilidade é atribuída a uma instância que não coincide com o produtor empírico do enunciado; e *iii)* não pertence a um texto (provérbios, adágios, etc.).

Parece claro que o intuito de retomar as frases nominais é o de firmar teoricamente o lugar em que se sustentaria a proposta de desenvolvimento de um regime enunciativo diferente do textualizante. Para Maingueneau, o regime aforizante enfrenta o entrave de uma definição precisa, já que, numa sociedade dominada pela oralidade, a aforização

¹² Na entrevista, Oliver, o vencedor do programa, diz: “Se, algum dia, a coisa não estiver bem entre nós, não vamos esconder”. No título da matéria, no entanto, aparece: “**Oliver e Alexandra** – Se a coisa não for bem entre nós, vamos contar para vocês” (MAINGUENEAU, 2004, grifo no original).

¹³ No original : “Il se produit dès lors un décalage essentiel entre le locuteur effectif et ce même locuteur en tant qu’il est la source d’un énoncé détaché par la machine médiatique”.

manteria relações privilegiadas com a memória, com as generalizações, com as formas poéticas e com os gêneros sentenciosos. No caso da sociedade contemporânea, dominada pelas mídias audiovisuais, as operações de recorte e re-textualização de enunciados entram em primeiro plano. Mesmo em se tratando de relações distintas em cada um dos casos, o tipo de enunciação é o mesmo: à maneira do que acontece com as frases nominais, nas aforizações “tem-se o dizer verdadeiro de um Sujeito pleno que se conjuga em uma unidade imaginária de uma asserção autônoma” (MAINGUENEAU, 2006, p. 118)¹⁴.

Ainda em *Les énoncés détachés dans la presse écrite*, Maingueneau começa a delinear o estatuto do sujeito da enunciação do regime aforizante, sustentando-se na percepção de que a aforização tensiona o assujeitamento dos enunciados a um gênero do discurso, pois o enunciado aforizado, ao mesmo tempo que pertence a um tipo de discurso, também ultrapassa qualquer um deles. Como são enunciados destacados, as aforizações são marcadas pelo apagamento do contexto, e instauram um novo compromisso ilocucionário, não definido especificamente pelos horizontes do gênero do discurso. É graças a esse rompimento que o sujeito da enunciação aforizante “afirma uma verdade refletida, subtraída de negociação, expressa uma totalidade: uma doutrina filosófica, uma concepção de existência” (MAINGUENEAU, 2006, p. 119)¹⁵.

Na lógica da aforização, pela qual são produzidos enunciados autônomos geralmente constituídos por uma única frase, a figura do enunciador “não somente diz, mas mostra o que diz” (MAINGUENEAU, 2014, p. 28). Trata-se, portanto, de um sujeito de enunciação que apresenta a força de uma posição exemplar, de um posicionamento irrepreensível em relação ao mundo. O aforizador se mostra como um homem autorizado, que exprime uma posição de mundo e que estabelece valores, sobre os quais não cabe discussão ou contestação.

Em *L'énonciation aphorissante*, fica estabelecido que cada tipo de aforização corresponde a um tipo de enunciador diferente. Para os enunciados sentenciosos (aforizações primárias), atribui-se a responsabilidade do dizer a um *hiperenunciador*¹⁶; para os enunciados pessoais, a responsabilidade é atribuída aos indivíduos em geral indexados por um nome próprio. Entende-se também que “a enunciação aforizante institui uma cena de fala onde não há interação entre dois protagonistas situados no mesmo plano: a instância responsável pela enunciação aforizante fala de outro lugar” (MAINGUENEAU, 2007a, p. 161, tradução nossa)¹⁷. Essa constatação é evidente para as aforizações primárias, e no caso das secundárias também é significativa: o trabalho de destacamento de enunciados cria um efeito de que apenas um número restrito de indivíduos sobressalentes de uma coletividade é levado a uma cena de fala autorizada, a ordem outra de importância acessível apenas a locutores autorizados.

¹⁴ No original: “[...] c'est le dire vrai d'un Sujet plein qui se rassemble dans l'unité imaginaire d'une assertion autonome.”

¹⁵ No original: “ils sont censés énoncer une vérité réfléchie, soustraite à la négociation, l'expression d'une totalité: une doctrine philosophique, une conception de l'existence”.

¹⁶ Nesse texto, associa-se o hiperenunciador às aforizações primárias. No desenvolver da teoria sobre o regime aforizante, essa figura enunciativa torna-se nuclear para identificar um sistema específico de aforizações, as *participações*. Ver Maingueneau (2004b e 2011).

¹⁷ No original: “L'énonciation aphorissante institue une scène de parole où il n'y a pas d'interaction entre deux protagonistes placés sur un même plan : l'instance responsable de l'énonciation aphorissante se tient dans un ailleurs” (MAINGUENEAU, 2007, p. 161).

Essa discussão se estende em *Aforização: enunciados sem texto?*, quando Maingueneau defende que a aforização faz emergir um modo distinto de subjetivação, diferente do regime textualizante em que formas de subjetividade variam de acordo com o suporte e com os modos de circulação, impostos propriamente pela escrita. No caso da aforização, o enunciado pretende exprimir o pensamento do locutor não submetido a um jogo de linguagem pois “pretende escapar do fluxo de comunicação, ser pura fala” (MAINGUENEAU, 2010, p. 14).

Nesses dois últimos trabalhos referidos, o autor chama especial atenção à frequente presença de fotos de rostos articuladas às aforizações, particularmente na mídia impressa, em que a fala de determinados locutores é pinçada do cotexto e alçada a um espaço de destaque junto com a fotografia deles, atestando a plena responsabilidade do dito a um sujeito único. A questão do rosto será tratada um pouco mais adiante; não obstante, urge algumas palavras sobre o que parece ser o ponto crucial para definir o sujeito da enunciação aforizante: a responsabilidade enunciativa.

A depender do regime, atribui-se responsabilidade a instâncias distintas, ainda que elas possam corresponder ao mesmo sujeito empírico. Para distinguir essas instâncias enunciativas nos dois regimes, parte-se da responsabilidade enunciativa no regime textualizante, em que, de maneira geral, o indivíduo que fala é também aquele que se apresenta como responsável pelo enunciado. Nesse regime, o sujeito realiza duas operações: situa-se como fonte de ancoragem dos embreantes para a situação de enunciação, e também apresenta o enunciado como verdadeiro, garantindo-lhe a autenticidade.

Por vezes, essas duas dimensões são inseparáveis – o sujeito da enunciação textualizante é tanto o ponto de ancoragem das operações referenciais quanto a fonte das operações modais –, e aquele que fala coincide com aquele responsável pelo dito. Todavia, há casos em que essa dupla equivalência não é insuspeita: por exemplo, quando um sujeito cita as palavras de outrem, ele pode estar se eximindo de responsabilidade; quando uma palavra é aspeada em um texto, sinaliza-se, no nível lexical, um afastamento do dito.

Esse movimento enunciativo permeia a problemática da polifonia, desenvolvida por Bakhtin, segundo a qual nos textos, especialmente os literários, há várias vozes que falam simultaneamente sem que uma dentre elas seja preponderante. Operando em um quadro mais restritivo, Ducrot (1987) leva a polifonia para a linguística e estabelece distinções entre sujeito falante, locutor e enunciator. O primeiro corresponde ao ser empírico que produziu o enunciado; o segundo é aquele a quem se pode atribuir a responsabilidade do enunciado; e o terceiro é o sujeito enunciativo cujo ponto de vista determina a forma como os acontecimentos são apresentados.

Para Maingueneau (1994, 2013), as fronteiras entre essas três instâncias enunciativas são confusas e pouco operacionais, pois reforçam o tratamento privilegiado da dimensão referencial da linguagem, negligenciando a dimensão modal estabelecida pelo enunciator com sua própria enunciação. No entender dele, essa discrepância pode ser resolvida se for feita a distinção entre a instância que enuncia e a instância que se apresenta como responsável pelo dito: “O produtor é quem elaborou materialmente o enunciado, enquanto o locutor é quem realiza a enunciação, é aquele a quem se referem ‘eu’, ‘meu’, etc. e que se encontra em um lugar que pode ser designado como ‘aqui’ (MAINGUENEAU, 2013, p. 166-167, grifo nosso).

Ao distinguir produtor e locutor, Maingueneau igualmente estabelece, de certa forma, um critério para que se possa atribuir a um sujeito a responsabilidade enunciativa: é aquele que encena ser a fonte do dizer. Por esse ângulo, pode-se atribuir ao locutor a responsabilidade pelos enunciados por ele proferidos, e, mesmo quando outras vozes são encenadas – a voz daquele a quem se dirige, a voz de qualquer indivíduo ou grupo de indivíduos em terceira pessoa, ou a voz da coletividade –, o locutor é aquele que se apresenta como responsável por elas. Essa encenação do dizer pode também provocar o efeito contrário, o de se eximir da responsabilidade, quando, por exemplo, o locutor evoca um ponto de vista e o refuta.

Esse “orquestramento” de vozes é mais facilmente percebido no caso dos discursos citados, em que falas são atribuídas a outras instâncias que não a do locutor, ou no caso do discurso direto, em que aquele que cita simula as palavras do locutor citado. Ainda, pelo discurso indireto, o locutor pode reformular o enunciado original em favor de seus propósitos. No caso dos discursos relatados, a responsabilidade enunciativa depende do próprio movimento enunciativo mobilizado pelo locutor. Este, ao evocar um ponto de vista, pode tanto recusá-lo quanto aderir a ele, ou seja, “quando um locutor fala, ele não se contenta em expressar suas próprias opiniões; ao contrário, ele faz ouvir diversas vozes, mais ou menos claramente identificadas, em relação às quais ele se situa” (MAINGUENEAU, 2013, p. 163).

Tratar da lógica da citação no regime textualizante implica discutir responsabilidade enunciativa na perspectiva da relação entre dois acontecimentos enunciativos mobilizados pela retomada de falas de outrem na enunciação. Essa é uma questão complexa, e desenvolvê-la com mais afinco significa fugir do escopo deste estudo; foi trazida à baila porque esses enunciados do discurso relatado são, em certo nível, uma forma de destacamento cujas consequências criam uma tensão quanto à responsabilidade do dizer. Em todo caso, essa zona de tensão é criada quando o enunciado de outrem é deslocado e situado em um novo contexto. Mesmo no caso do discurso direto em que a citação é apresentada como uma exata reprodução das palavras do enunciador citado, o enunciado não necessariamente corresponde às falas efetivamente pronunciadas, mas a responsabilidade por ele é atribuída a um único sujeito da enunciação.

A questão da responsabilidade enunciativa permeia toda a progressão do trabalho de construção teórica sobre o regime aforizante, inclusive quando havia sobreposição terminológica de sobreasseveração e aforização, mencionada na primeira seção deste texto. Quanto aos efeitos da questionável decisão de traduzir *surassertion* para “destacabilidade”, o texto original de 2004 traz registrado o termo “sobreasseverador” (tradução de *surasserteur*, do original) que, à época, se referia aos casos em que o locutor do destacamento “não pode coincidir com o locutor do texto de origem” (MAINGUENEAU, 2004, p. 89).

Essa escolha terminológica original parece recuperar aspectos teóricos de outras definições, a de “asserção” (*assertion*) e a de “asseverador” (*asserteur*). No *Dicionário de Análise do Discurso*, organizado em parceria com Charaudeau, o termo “asserção” aparece para designar “todo enunciado que contém uma certa visão de mundo, quer se apresente sob forma positiva, negativa, hipotética ou condicional. A asserção diz respeito ao próprio fato de pôr em relação elementos para dizer alguma coisa sobre o mundo” (CHARAUDEAU, 2018, p. 68). A responsabilidade enunciativa para esse tipo de enunciado é atribuída a um “asseverador” (MAINGUENEAU, 1994, 2013).

Considerando a propriedade de produzir uma fala que, mais do que a asserção, se apresenta como incontestável, longe das negociações, o destacamento instaura uma instância enunciativa de Sujeito de pleno direito, acima do asseverador. Daí o sufixo *sur* (acima de) para indicar esse posicionamento em nível superior. Ocorre que, aparentemente, quando da distinção dos dois regimes enunciativos e da instituição da sobreasseveração como possibilidade exclusiva no nível da textualização, a noção de “sobreasseverador” como o sujeito enunciativo do destacamento se tornou inócua, uma vez que os papéis enunciativos, nesse regime, são determinados pelo gênero, sem rompê-lo. As propriedades então conferidas ao “sobreasseverador” são incorporadas à noção de “aforizador”, a quem se pode atribuir a responsabilidade enunciativa do regime aforizante.

Os textos publicados entre 2010 e 2012 elucidam as especificidades dos diferentes modos de subjetivação correspondentes a cada um dos dois regimes enunciativos. Em *Aforização: enunciados sem texto?*, Maingueneau mostra que, no regime textualizante, especialmente em se tratando do texto escrito, as relações são estabelecidas entre um locutor que fixa a si e a outro(s) destinatário(s), não havendo a possibilidade de troca, pelo menos imediata, de papéis entre ambos. Nesse regime, predomina uma organização interna que tende a estratificar planos enunciativos – figuras dos enunciados, índices de polifonia, planos textuais, embreantes, etc., o sujeito da enunciação é “descentrado”, e compartilha a responsabilidade do dizer, que pode ser, inclusive, negociada. Na lógica da aforização, ao contrário, o enunciado tende à homogeneidade por ser uma “forma de dizer puro, quase próxima de uma consciência” (MAINGUENEAU, 2010, p. 14). Fora das coerções dos gêneros, o sujeito não é apreendido por papéis. Dado o caráter fundamentalmente monologal desse regime enunciativo, o aforizador é uma instância centralizadora, que exerce toda a plenitude do dizer.

Essa constatação é reforçada em *Enunciação ligada, enunciação desatada*, quando Maingueneau direciona a atenção para um artigo publicado no *Le Monde* em que um indivíduo designado por um nome se apresenta duas vezes, uma no enunciado do texto e outra no enunciado destacado. A essas duas apresentações do mesmo ser empírico corresponderiam dois estatutos distintos: o de locutor, inscrito em uma situação de comunicação imposta pelo texto, e o de aforizador, inscrito fora dessa situação de comunicação. Essa observação sobre a publicação do jornal francês torna evidentes, pelo menos, dois aspectos constitutivos do regime aforizante, ao passo que a frequência de ocorrências semelhantes denota não ser esse um caso isolado. O primeiro aspecto relaciona-se ao aforizador, que por surgir em consequência de um destacamento, cria um paradoxo. Apesar de se apresentar como sujeito falante por excelência, essa posição enunciativa só pode ser alcançada pela intervenção de um terceiro. Logo, “é na medida em que, como numa cena de teatro, a instância que sustenta a palavra é posta em espetáculo por um terceiro que ela pode enunciar com majestade. A palavra deve ser retomada para poder ser plenamente dita” (MAINGUENEAU, 2012a, p. 18).

O segundo aspecto constitutivo do aforizador é o do papel desempenhado pela fotografia de rosto que, nas produções midiáticas, regularmente acompanha os enunciados aforizados. Para Maingueneau (2010), o rosto tem três propriedades notáveis: i) identifica o indivíduo como distinto de qualquer outro; ii) é a sede do pensamento; e

iii) é onde se encontra a boca, fonte da fala. Por esse prisma, ao se articular com o enunciado destacado, a fotografia de rosto autentica a aforização como sendo a fala de um sujeito responsável, sinalizando ser aquela a *sua* fala. Além disso, o ângulo da fotografia geralmente privilegia o olhar, direcionado a um auditório indeterminado do qual o leitor participa, e faz esconder as mãos, cuja presença indicaria a participação de um alocutário que partilharia o mesmo espaço de interlocução e que, portanto, poderia intervir.

Tanto o enunciado verbal quanto o rosto são resultado de destacamento. A ausência de marcas de um possível alocutário reforça a autonomia e a atemporalidade porque “a aforização, na medida em que exprime esse Sujeito, diz o que é, não no instante, mas na duração atemporal do valor” (MAINGUENEAU, 2010, p. 17).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que se percebe, com esse levantamento bibliográfico, é que, bem antes de *Les phrases sans texte*, a teoria sobre as aforizações derivou da observação primeira de textos da filosofia e do teatro francês. Em seguida, ela foi deslocada para os enunciados em circulação na mídia, campo propício para a destacabilidade, que eleva ao paroxismo a potencialidade desse regime enunciativo. É esse percurso teórico que aparece registrado na obra de 2012, que chegou ao Brasil dois anos depois.

Por algum tempo, as noções de sobreasseveração e de aforização foram usadas de forma intercambiável, até que se distinguisse o limite da textualização, no que concerne às marcas linguísticas da propensão ao destacamento. O enunciado aforizado, no entanto, apesar de circular em um gênero, rompe com essa lógica.

Além disso, foi identificada certa heterogeneidade de escolhas terminológicas, tanto no original quanto na tradução para o português do Brasil. Essas escolhas, em um primeiro momento, podem ser entendidas como inconsistência teórica. Este texto argumenta em defesa de que a diversidade de terminologias em torno de um mesmo conceito é consequência da construção progressiva das noções que o regime mobiliza, e que isso não enfraquece a base teórica na qual elas foram erigidas; pelo contrário, são as tentativas teóricas que fortalecem a pertinência de uma investigação.

REFERÊNCIAS

- BENVENISTE, E. [1950] A frase nominal. In: BENVENISTE, E. *Problemas de linguística geral I*. 5. ed. Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luísa Neri. Revisão de Isaac Nicolau Salum. Campinas (SP): Pontes, 2005 (p. 163-182).
- CHARAUDEAU, P. Asserção. In: CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de análise do discurso*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2018. p. 67- 68.
- DUCROT, O. *O dizer e o dito*. Campinas (SP): Pontes, 1987.
- KRIEG-PLANQUE, A. *A noção de “fórmula” em análise do discurso: quadro teórico e metodológico*. Tradução de Luciana Salazar Salgado e Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2010.
- MAINGUENEAU, D. *L'énonciation en linguistique française*. Paris: Hachette, 1994.

- MAINGUENEAU, D. Citation et surassertion. *Polifonia*, v. 8, n. 8, 2004. Disponível em: <http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/polifonia/article/view/1124/888>. Acesso em 10 de maio de 2019. [Tradução em português: Citação e destacabilidade. Tradução de Roberto Leiser Baronas In: MAINGUENEAU, D. *Cenas da enunciação*. Org. de POSSENTI, S.; SOUZA-E-SILVA, M. C. P. de. São Paulo: Parábola, 2008 (p. 75-92)]
- MAINGUENEAU, D. Les énoncés détachés dans la presse écrite. De la surassertion à l'aphorisation. *Revue Tranel (Travaux neuchâtelois de linguistique)*, v. 44, p. 107-120, 2006. Disponível em : <http://doc.rero.ch/record/17519>. Acesso em: 30 abr. 2019.
- MAINGUENEAU, D. L'énunciation aphorissante. *Conferências do V Congresso Internacional da Associação Brasileira de Linguística*, Universidade Federal de Minas Gerais: Belo Horizonte, 2007. p. 153-163. Disponível em: shorturl.at/bEMS1. Acesso em: 20 abr. 2019.
- MAINGUENEAU, D. Aforização: enunciados sem texto? Tradução de Ana Raquel Motta. In: POSSENTI, S.; SOUZA-E-SILVA, M. C. P. de (Org.) *Doze conceitos em análise do discurso*. São Paulo: Parábola, 2010. p. 9-24.
- MAINGUENEAU, D. Enunciação ligada, enunciação desatada. Tradução de Leci Borges Barbisan, com revisão do autor. In: DI FANTI, M. da G.; BARBISAN, L. B. (Org.) *Enunciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2012a. p. 13-24.
- MAINGUENEAU, D. Texto, gênero do discurso e aforização. Tradução de Ana Raquel Motta. In: BRAIT, B.; SOUZA-E-SILVA, M. C. P. (Org.) *Texto ou discurso?* São Paulo: Contexto, 2012b. p. 109-128.
- MAINGUENEAU, D. *Análise de textos de comunicação*. Tradução de Maria Cecília Perez de Souza-e-Silva e de Décio Rocha. 6. ed. ampl. São Paulo: Cortez, 2013.
- MAINGUENEAU, D. *Frases sem texto*. Tradução de Sírio Possenti et alii. São Paulo: Parábola, 2014.
- POSSANTI, S. Novos objetos e novos conceitos: a Análise do Discurso se move. In: SARGENTINI, V; GREGOLIN, M. do R. (Org.) *Análise do discurso: heranças, métodos e objetos*. São Paulo: Claraluz, 2008. p. 59-68.



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-210104-0220>

Recebido em: 08/01/20 | Aprovado em: 27/01/21

OS VINGADORES: MOBILIZAÇÃO DOS DISCURSOS DA RELIGIÃO, DO MITO, DA TECNOLOGIA, DA HISTÓRIA

<i>THE AVENGERS:</i> MOBILIZATION OF DISCOURSES ABOUT RELIGION, MYTH, TECHNOLOGY, AND HISTORY	<i>LOS VENGADORES:</i> MOVILIZACIÓN DE LOS DISCURSOS DE LA RELIGIÓN, DEL MITO, DE LA TECNOLOGÍA, DE LA HISTORIA
--	--

Maria Emília de Rodat de Aguiar Barreto Barros*

Universidade Federal de Sergipe (UFS), Centro de Educação e Ciências Humanas,
Departamento de Letras Vernáculas, São Cristóvão, SE, Brasil

Resumo: Este artigo aborda uma pesquisa pós-doutoral, analisando-se discursivamente a filmografia *Vingadores*. Examinam-se oito *sequências enunciativas* referentes ao primeiro filme, atentando-se para enunciados concernentes à violência/paz; à verdade/inverdade, ao conhecimento/desconhecimento, fundamentados nas pesquisas *arqueológica, genealógica* (FOUCAULT). Conforme a primeira, focalizam-se dois conceitos basilares: discurso e enunciado, a partir dos quais são estudados o objeto, os campos de saber nele/por ele mobilizados (religião/mito/ufologia; tecnologia/armamentismo; história), averiguando-se os acontecimentos em seu entorno. Atinente à *genealogia*, reflete-se sobre as relações entre poder, produção de verdades homogeneizadoras, capazes de universalizar culturas, modos de vida. Duas perguntas norteiam a análise: qual o papel dos discursos veiculados nesse *Universo Cinematográfico* para a criação do imaginário dos sujeitos? Num gesto arqueológico, questiona-se a conexão entre a mídia e a *história do presente*. Constata-se que os *Vingadores* são considerados *pessoas notáveis*, rememorando o poder político-econômico, armamentista estadunidense, a possível engenhosidade de seus heróis.

Palavras-chave: *Vingadores*. Arqueologia. Genealogia. Discurso.

Abstract: This paper addresses a postdoctoral research, which discursively analyzes *The Avengers*, aiming to examine eight enunciative sequences of the movie. Based on the Foucauldian perspective of archaeology and genealogy, we observe utterances regarding violence/peace; truth/untruth, and knowledge/unawareness. In the *archaeology*, the focus is in two basic concepts: discourse and utterance, where we observe the object, the fields of knowledge mobilized in/by it (religion/myth/ufology; technology/armamentism; history), and study the events around them. Regarding the *genealogy*, the reflection is on the relations between power and the production of homogenizing truths, as the latter is capable of universalizing cultures and ways of life. Two questions guide the analysis: what is the role of the circulated discourses in this *Cinematographic Universe* in order to create the subjects' imaginary? In addition, through an archaeological gesture, we question the connection between the media and the *history of the present*. It is noticeable that the *Avengers* are *remarkable people*, resembling the political-economic and arms power of USA, the possible cleverness of their heroes.

Keywords: *Avengers*. Archaeology. Genealogy. Discourse.

Resumen: Este artículo aborda una investigación posdoctoral, analizando discursivamente la filmografía “Vengadores”. Objetivase examinar ocho *secuencias enunciativas* referentes a la primera película,

* Doutora em Letras (UFBA), Professora Associada do Departamento de Letras Vernáculas da Universidade Federal de Sergipe (UFS), Campus São Cristóvão. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5287-1949>. E-mail: mebarretob@gmail.com.

atentando para enunciados concernientes con la violencia/paz; la verdad/falsedad, y conocimiento/desconocimiento, basado en la investigación *arqueológica*, *genealógica* (FOUCAULT). Conforme la primera, se enfocan dos conceptos básicos: discurso y enunciado, de los cuales se estudia el objeto, los campos de saber en él/por él movilizados (religión/mito/ufología; tecnología/armamentismo; historia), estudiándose los hechos en su entorno. Relacionado con la genealogía, reflexionase sobre las relaciones entre poder, producción de verdades homogeneizadoras, capaces de universalizar culturas, modos de vida. Dos preguntas orientan el análisis: ¿cuál es el papel de los discursos difundidos en ese *Universo Cinematográfico* para la creación del imaginario de los sujetos? En un gesto arqueológico, cuestionase la conexión entre los medios de comunicación y la *historia del presente*. Constatase que los Vengadores son considerados *personas notables*, rememorando el poder político-económico estadounidense, armamentista, la posible ingeniosidad de sus héroes.

Palabras Clave: *Vengadores*. Arqueología. Genealogía. Discurso.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo consiste em resultado parcial do projeto de estudos pós-doutorais, sob o título “Como ler filmes hoje? O Universo Cinematográfico Marvel (Os Vingadores): circulação e reatualização dos discursos” (PPGEdu / UFPE). Nele objetiva-se analisar discursivamente a filmografia de *Os Vingadores*¹, fundamentando-se na *arqueologia* e na *genealogia*, consoante Michel Foucault.

Conforme a pesquisa *arqueológica*, procuramos, como ensina Foucault (1997a), delimitar o objeto de estudo, atentando para as relações com diferentes campos do saber, construindo o ponto de vista a partir do qual se dão as abordagens discursivas. Quanto aos campos de saber mobilizados no objeto (“The Avengers”, 2012), encontramos a interligação dos discursos religioso/mitológico/ufológico; o discurso tecnológico/armamentista, envolvendo igualmente os conhecimentos referentes à física quântica², à história, os quais constituem a base dos filmes do Universo Cinematográfico Marvel (doravante UCM).

Atinente ao primeiro campo, constatamos um resgate da mitologia nórdica, ao ser retomado o mundo de “Asgard” e seus deuses (Thor, Loki). Igualmente, notamos a presença de naves extraterrestres, reiterando a crença nesses seres (discurso tanto ufológico quanto da física quântica); o discurso religioso judaico-cristão aparece durante remissão a passagens bíblicas, reveladas na análise, além de consistir em um dos suportes da própria história estadunidense.

¹ The Avengers (2012); Os Vingadores: Era de Ultron (2015); Os Vingadores: Guerra Infinita (2018); Os Vingadores: Ultimato (2019)

² A física quântica **estuda todos os fenômenos ocorridos com as partículas atômicas e subatômicas** (iguais ou menores que os átomos). Tornou-se base para outros ramos da física, da química. Os seus princípios são aplicados em múltiplos setores do conhecimento humano, revolucionando-se também **correntes filosóficas** cuja principal ligação está na condição de casualidade e incerteza desta teoria, ao dizer ser possível a **existência de duas situações diferentes e simultâneas para determinado corpo subatômico**. Esse princípio foi observado na física quântica a partir da chamada **"dualidade onda-partícula"**, quando uma partícula se comporta ora como partícula, ora como uma onda, afirmação totalmente anormal perante a física clássica. Partindo desta ideia, por exemplo, surgem diversas hipóteses teóricas de estudo, como a **'teoria dos vários mundos'**, afirmando ser possível a existência de diversas realidades alternativas para cada indivíduo. (Significado da Física Quântica: <https://www.significados.com.br/fisica-quantica/>, adaptado).

O segundo campo do saber (tecnológico/armamentista) é representado pelo arsenal bélico da S.H.I.E.L.D. (*Supreme Headquarters of International Espionage and Law-Enforcement Division*, criado por Stan Lee), apontando para avanços tanto da física quântica quanto da indústria armamentista. Esse arsenal bélico é comparado à competência, ao desenvolvimento dos *Chitauri*, alienígenas invasores da Terra. O discurso da história, como mencionado, subjaz a toda trama de filmes desse Universo, por remeter não só à segunda grande guerra mundial e, consecutivamente, à guerra fria (marcos fundamentais para a história moderna do ocidente), mas também aos *acontecimentos* próximos ao lançamento dos filmes. Partindo dessas condições, observando o próprio objeto e relacionando-o aos acontecimentos com os quais traça vizinhanças, separamos, associamos, agrupamos tais discursos, evidenciando alguns deles.

Ainda referente a uma abordagem *arqueológica*, esclarecemos que Foucault (1997) defende o descentramento do sujeito, consecutivamente, o distanciamento da existência de um sujeito fundador, afastando-se de uma visão embrionária do presente. Tal perspectiva redonda no estabelecimento de novas temporalidades, na busca pela dispersão, pela descontinuidade.

Quanto ao período denominado *genealogia*, ele consiste, segundo Castro (2016), numa investigação que possibilita o estudo das práticas não discursivas. Esse período está relacionado ao segundo eixo de análise do discurso, conforme Foucault, observando do poder do soberano ao poder disciplinar; da sociedade punitiva à sociedade disciplinar; a organização das técnicas da sociedade disciplinar em instituições como prisões, escolas, fábricas. Em decorrência dessas investigações, Foucault (1997b) defende que o corpo é o alvo da disciplina. Como explica Castro (2016, p. 184-185):

[...] a passagem da arqueologia à genealogia é uma ampliação do campo de investigação para incluir de maneira mais precisa o estudo das práticas **não** discursivas e, sobretudo, a relação **não** discursividade/discursividade. Em outras palavras, para analisar o saber em termos de estratégia e táticas³ de poder. Nesse sentido, trata-se de situar o saber no âmbito das lutas. [...]. (grifos nossos)

Retomando a delimitação do objeto em estudo, ressaltamos que o filme ora analisado rendeu índices bastante relevantes de bilheteria, com um total de arrecadação em torno de 1,519 bilhão USD, levando-o à conquista de prêmios, como o Oscar, o BAFTA (*British Academy of Film and Television Arts*). “The Avengers” (2012), na cronologia atual do UCM, constitui o sétimo, entre vinte e três filmes lançados, incluindo o mais recente “Homem Aranha: Longe de Casa”. São publicações realizadas pela *Marvel Entertainment*, distribuídas pela Disney e Buena Vista, sob a direção de Joss Whedon, produção de Kevin Feige.

³ [...] Foucault introduz uma distinção entre táticas e estratégia: táticas são as racionalidades locais de poder em casos particulares; estratégias, por outro lado, são os padrões de poder maiores, sistêmicos ou globais (LYNCH, 2018, p. 39).

Nesse Universo Cinematográfico, notamos uma contraposição entre utopia (numa possível remissão ao modelo de vida estadunidense) e distopia (remissão ao mundo sombrio dos vilões, à maldade, à destruição); violência e paz; subjugação e resistência; conhecimento e desconhecimento. No presente estudo, analisamos oito *sequências enunciativas* (SE), entre as quais duas se referem aos acontecimentos ocorridos próximos ao lançamento do filme; seis foram retiradas do filme, observando-se as relações de poder/saber, poder/verdade, poder/subjetivação; os campos de saber mencionados. Similarmente, conforme a definição de dispositivo discursivo, consoante Deleuze (2015), Foucault (2008) e Gregolin (2016), consideramos esse filme um dispositivo discursivo de poder, por meio do qual é construída uma “história do presente”. Tal consideração justifica-se por esse objeto de estudo consistir em um *acontecimento*, revelando uma tensão entre memória e esquecimento.

Quanto aos campos de saber anteriormente elencados, entendemos que, por constituir interface entre o discurso religioso e o mítico, esse Universo Cinematográfico remonta ao *dualismo* “bem *versus* mal”, na medida em que seus habitantes são deuses, super-heróis, humanos, alienígenas. No eixo do *bem*, encontram-se os personagens supostamente contrários à violência, à morte, com vistas ao alcance da paz, à detenção do poder/saber/verdade, numa remissão aos discursos propagados não só na história estadunidense como na história ocidental do presente. No eixo do *mal*, alienígenas lutam pelo domínio tanto da Terra como do Universo. Esse gesto de possível combate ao mal remete à guerra fria, quando as Histórias em Quadrinhos (mais adiante, HQs), fonte de inspiração dos filmes, surgiram. Apesar de sua origem, os filmes não consistem em uma continuação delas; há outros produtores, roteiristas à sua frente, implicando um processo constante de (res)significação. No filme, como ensina Bernadet (1985), as imagens encontram seu suporte na mídia cinematográfica, cuja linguagem é uma sucessão de seleções, de escolhas, uma expressão de montagem. Isso determina o processo de manipulação concernente a essa mídia, conferindo ao cinema uma linguagem produtora de sentidos, porém não necessariamente reprodutora do real.

Similarmente, esse *dualismo* (bem *versus* mal) remete à recente história estadunidense, relacionada à guerra travada contra o Iraque. Por revelar tais fatos históricos, há grande divulgação do poder estadunidense enquanto protetor dos valores, modos de vida do ocidente, responsável por sua universalização. Em virtude disso, inspira os espectadores do mundo a pensarem nesse projeto de sociedade como um modelo a ser seguido, com o subsequente processo de homogeneização da história do presente, em relação a múltiplos povos e culturas.

Para esclarecer a formulação deste trabalho, afora esta introdução e as considerações finais, elaboramos três itens: 2. *O Universo Cinematográfico Marvel*, uma apresentação desse Universo, breves considerações relacionadas ao filme. 3. *Da teoria às análises, um olhar discursivo*, ao longo do qual discutimos os principais conceitos de Foucault, referentes ao dispositivo, ao discurso, ao acontecimento, ao enunciado, ao poder. No decorrer dessa discussão, analisamos *cinco sequências enunciativas*, tentando relacionar a teoria ao objeto de estudo. No item 4, intitulado *Conhecimento, verdade, poder, subjetivação*, investigamos a relação poder/saber/verdade/subjetivação, conforme Foucault. Ao longo deste item, analisamos três *sequências enunciativas*.

2 O UNIVERSO CINEMATográfico MARVEL

O Universo Cinematográfico, como afirmado, está povoado por super-heróis. A história de “Os Vingadores” apresenta vários deles, entre os quais estão Homem de Ferro (Tony Stark; doravante, HF), Hulk, Thor e Loki⁴. Os dois últimos são migrados do campo de saber da mitologia nórdica: o primeiro, o deus do trovão, representante da força da natureza; o segundo, Loki, irmão adotado de Thor, um deus/gigante, ligado à magia, símbolo da maldade e traição, considerado como uma das figuras mais complexas dessa mitologia; na trama, surge como um dos principais vilões. No filme, assim como os outros personagens, Thor simboliza o herói, protetor essencialmente da Terra, sugerindo uma comparação entre super-heróis e deuses mitológicos; há, portanto, uma mudança de posição discursiva desse personagem (de deus mitológico a super-herói). Nesse contexto, ao mesmo tempo que observamos essa mudança de posição, verificamos o discurso sobre o mito, numa demonstração do poder dos deuses contrapondo-se à fragilidade dos homens. Além desses personagens, neste filme, estão presentes Capitão América, Viúva Negra, Gavião Arqueiro⁵. O Capitão também rememora a segunda guerra mundial, época de seu surgimento, na HQ.

Numa tentativa de sumarizar o enredo deste filme, objetivando situar o leitor não conhecedor dessa filmografia, mencionamos os principais momentos dessa película, ainda numa perspectiva discursiva: o filme tem início com Nick Fury (Samuel L. Jackson), diretor da S.H.I.E.L.D., reunindo os super-heróis apresentados anteriormente (no dizer do HF, aos (01:41: 31): “Os heróis mais poderosos da Terra [...]”), para enfrentarem a vilania de Loki e seu exército alienígena, cujo objetivo era governar os humanos, subjugando-os. Fury é contactado por Phil Coulson (Clark Gregg), considerado braço direito desse diretor; vai ao centro de pesquisas da SHIELD, onde cientistas, a exemplo do doutor Erik Selvig (Stellan Skarsgard), haviam detectado o funcionamento voluntário do *Tesseract* (nesse Universo, um instrumento que provoca a luta entre a SHIELD e a HIDRA, desde o filme “Capitão América: O Primeiro Vingador” (2011)). Esse objeto é fonte de energia de potencial desconhecido. Seu funcionamento resultou na abertura de um portal, do qual Loki ressurgiu, após o exílio iniciado no filme “Thor” (sexto filme), continuando as histórias anteriormente narradas na filmografia do UCM. Após uma luta travada contra os guardiões do centro de pesquisa, Loki obtém o *Tesseract*, tão almejado por ele e pelos Chitauri. Para tal, utilizando seu cetro (arma de Loki), controla as mentes de várias pessoas da S.H.I.E.L.D., entre as quais se encontram o Gavião Arqueiro e o cientista, já mencionado. Por conta disso, a *Iniciativa Vingadores* (planejada desde o filme “Capitã Marvel”⁶) é acionada, reunindo os super-heróis, no dizer de Fury, “pessoas notáveis”, revelando uma associação com a coragem, a força, o conhecimento, numa oposição à vulnerabilidade do ser humano.

⁴ Esses personagens são interpretados, respectivamente, por Robert Downey Jr., Mark Ruffalo, Chris Hemsworth, Tom Hiddleston.

⁵ Sequencialmente, interpretados por Chris Evans, Scarlett Johansson (numa remissão à aranha), Jeremy Renner.

⁶ Este filme, apesar de ter sido lançado em 2019, constitui o segundo filme da filmografia Marvel, após o “Capitão América: O Primeiro Vingador” (2011).

Durante seu exílio, Loki se alia aos Chitauri, como mencionado, alienígenas cujo propósito era a conquista do Universo, a partir do *Tesseract*, em troca do qual esse povo concorda em permitir que Loki governe a Terra. Os Vingadores, então, empenham-se em impedir a realização do objetivo de Loki e dos Chitauri, numa guerra épica entre humanos, super-heróis, deuses nórdicos, alienígenas. Tudo isso em meio a um requinte tecnológico de grandes proporções, administrado, principalmente, pelo Homem de Ferro. A constante *visibilidade* de alienígenas, deuses mitológicos evidencia o discurso sobre a possível existência de vida em outros planetas, numa remissão tanto ao discurso ufológico (e, nessa medida, ao discurso da física quântica), quanto ao religioso, quando traz à tona as palavras bíblicas, segundo as quais “Na casa do meu Pai, há muitas moradas [...]” (João 14:2).

No final, o HF desponta como o grande herói da história, ao levar o míssil lançado sobre Nova Iorque até a nave mãe dos Chitauri, destruindo, assim, o exército alienígena, ao mesmo tempo em que a Viúva Negra consegue fechar o portal de acesso dos alienígenas à Terra, numa possível demonstração do *empoderamento* feminino. Nesse espaço de tempo, o HF consegue voltar à Terra, em queda livre; entretanto, sua queda é amortizada por Hulk, demonstrando a força desse super-herói. Finalizada a batalha, o *Tesseract* é entregue a Thor, que volta para Asgard com Loki, como prisioneiro. Os demais seguem suas vidas.

3 DA TEORIA ÀS ANÁLISES, UM OLHAR DISCURSIVO

Na breve exposição desse enredo e da fundamentação teórica do trabalho, na análise apresentada a seguir concordamos com Foucault (2003), segundo o qual, para se compreender os discursos, é importante acionar os acontecimentos em sua volta, seu processo de construção de sentidos. Consoante suas pesquisas, a análise de discurso compreende dois níveis: em um determinado nível, conjunto regular de fatos linguísticos (principalmente se são levados em conta os estudos presentes em *As palavras e as coisas*); no outro, polêmicos e estratégicos. Foucault ([1973] 2013, p. 19) propõe uma análise de discurso nos seguintes termos:

[...] não mais sob os aspectos linguísticos, mas, de certa forma [...] como jogos (games), jogos estratégicos, de ação e de reação, de pergunta e resposta, de dominação e de esquiva, como também de luta. O discurso é esse conjunto de fatos linguísticos em determinado nível, e polêmicos e estratégicos em outro.

Objetivando a análise discursiva, principalmente voltada para o segundo nível de análise, duas perguntas a norteiam: qual o papel dos discursos veiculados no UCM para a criação do imaginário dos sujeitos? Num gesto arqueológico, questionamos a conexão entre a mídia e a ‘história do presente’. Consideramos também o conceito foucaultiano de *enunciado*, materializado em *forma de qualquer registro*. De acordo com Foucault (1997a), com a análise dos enunciados, não se pretende uma descrição total, exaustiva da ‘linguagem’ ou de ‘o que foi dito’. Segundo esse filósofo (1997, p. 104 - 105): “[...] a descrição do nível enunciativo [...] pode ser feita [...] pela análise das relações entre o

enunciado e os espaços de diferenciação, em que ele mesmo faz aparecer as diferenças”. Para Gregolin (2011, p. 86): “[...] o ‘enunciado’, na análise arqueológica de Foucault, não é exclusivamente linguístico, tem natureza *semiológica*”. Ainda consoante Gregolin (2011, p. 87): “[...] a ‘semiologia’ pensada por Foucault tem natureza essencialmente histórica”.

No que concerne à mídia, em geral; à cinematográfica, em particular, como mencionado, observando os fundamentos de Deleuze (2015), Foucault (2008), Gregolin (2016), categorizamos essa mídia como um dispositivo de poder. Consoante Foucault (2008, p. 244), os dispositivos são heterogêneos: “[...] engloba(m) discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas”. Em outros termos, o dispositivo incorpora o dito e o não dito, o dizer e o fazer; constitui uma rede interligando todos esses elementos. Essas redes estão relacionadas ao poder, (re)produzindo saber. Como ensina Gregolin (2016), o dispositivo é concebido como uma tática, uma estratégia correspondendo a uma certa necessidade histórica, de um certo momento histórico.

Deleuze (2015), revisando o conceito de dispositivo na obra de Foucault, defende que um dispositivo é caracterizado por três dimensões: a primeira se refere ao conceito segundo o qual todo dispositivo tem suas *curvas de visibilidade*, relacionadas, principalmente, aos estudos derivados do Panóptico de Bentham, primordialmente ao “par ver ser visto”⁷. Examinando o objeto de estudo sob esse prisma, julgamos que essa *visibilidade* cinematográfica pode ser percebida, inicialmente, pelo quantitativo de espectadores que assistiram à trama, resultando em uma geração de altos índices de bilheteria⁸. Para além dessa perspectiva, atentamos para a existência das *curvas de visibilidade*, quando levamos em conta a conexão atores/atrizes e público alvo que, apesar do afastamento físico, pode ser identificada se se considerar o advento das redes sociais. É importante ainda observar o fato de esse filme ser exibido reiteradas vezes, tanto pelas televisões fechadas como pelas abertas, além das plataformas de *streaming*⁹ que disponibilizam essa filmografia; dos DVDs. Em virtude disso, os *campos de saber*, apontados na introdução, são largamente expostos, primeiramente, numa determinada medida; depois, em múltiplos meios midiáticos.

A segunda dimensão refere-se à *enunciabilidade*: todo dispositivo apresenta um aspecto de um dizer excessivo, na mesma medida em que o apaga. Esse jogo entre o dizer e o não dizer dos enunciados produz as *curvas de enunciabilidade*, conforme Deleuze (2015). Atinente a essa dimensão, compreendemos que a própria estrutura narrativa, no *blockbuster*, é responsável por esse movimento de dizer e apagar, na medida em que as histórias são apresentadas como lineares. Mas, ao relacioná-las com os *acontecimentos* com os quais traça vizinhanças, numa perspectiva da história, da política, da economia, observamos, igualmente, o apagamento das discussões concernentes a esses campos do saber.

⁷ “O Panóptico é uma máquina de dissociar o par ver-ser visto: no anel periférico, se é totalmente visto, sem nunca ver; na torre central, vê-se tudo, sem nunca ser visto” (FOUCAULT, 1997b, p. 167).

⁸ Como mencionado, só no Brasil, a bilheteria de *Os Vingadores* (2012) atingiu 10.968.065 ingressos vendidos (<http://www.adorocinema.com/slideshows/filmes/slideshow-138826/#page=9>, acessado em 07/12, às 00:32).

⁹ Desde dezembro de 2020, toda a produção da Marvel está locada no *streaming Disney*. Nele se pode encontrar todos os filmes do Universo Cinematográfico Marvel.

Fundamentado nessas duas dimensões (visibilidade e enunciabilidade), Deleuze (2015) afirma que os dispositivos têm seus regimes de luz, os de *dizibilidade*; pois, de certa maneira, torna algo muito visível, mas, ao mesmo tempo, oculta outras coisas. Isso resulta do fato de, em todo dispositivo, o dito e o mostrado serem controlados pelos poderes. Como consequência, a terceira dimensão dos dispositivos se relaciona com esse controle: as *linhas de força*, capazes de controlar a *visibilidade* e a *dizibilidade*; consistem nos poderes controladores daquilo que se pode ou não dizer. Nessa direção, compreende-se que, no que se refere às *linhas de força*, considerando o controle dos discursos divulgados pela mídia, há uma relação com a interdição dos discursos. E, em decorrência dessa interdição, ocorrem as chamadas *linhas de fuga* (FOUCAULT, 2008).

Tais *linhas* correspondem ao que Deleuze (2015) considera como a quarta dimensão de um dispositivo: as *linhas de subjetivação*, pois surgem como efeito dos jogos entre o dizer, o mostrar, o ocultar. Essa *subjetivação* produzida pelos dispositivos apresenta-se em movimento. Quanto ao filme analisado, o processo de subjetivação pode ser constatado pelas interações entre os apaixonados pelo UCM, nos *ciberespaços*, tais como *Instagram*, *Facebook*, *Youtube*, por exemplo. Pensando com esses autores, percebemos que a mídia cinematográfica consiste em um dispositivo de poder, por ela, na medida em que veicula discursos institucionalmente marcados, constituir uma rede capaz de interligar os elementos a que Foucault (2008) se refere: discursos, instituições, organizações arquitetônicas etc.

Ainda no que concerne à mídia cinematográfica, atentamos para seu poder, ao *reatualizar* os discursos em geral; em particular, os rememorados em “Os Vingadores” (2012): o discurso religioso, o mitológico, o ufológico; o tecnológico/armamentista; o da história. Por conseguinte, a mídia instaura novos discursos acerca de determinados objetos; na mesma medida, ela se esforça para a perpetuação de *mesmos discursos*, apontando para um movimento entre *o mesmo* e *o outro*. De igual modo, tais discursos entram em um novo processo de produção de sentidos, enquanto um *acontecimento*, pois são *reatualizados* em momentos diferentes, na medida em que os filmes são exibidos várias vezes. Tal gesto provoca uma grande *movência de sentidos*.

Continuando essa discussão, retomamos os eixos investigativos com os quais Foucault trabalha no desenvolvimento de suas pesquisas: a relação poder/saber/verdade/subjetivação. Para Foucault ([1973] 2013, p. 10), o poder não se resume ao Estado, encontra-se em toda parte, é tentacular: “[...] é, ao mesmo tempo, econômico, político, judiciário e epistemológico”. Daí esse filósofo discordar do marxismo no que diz respeito à política, à ideologia, pois Foucault ([1977] 2012) considera que o marxismo trata tais instâncias como superestruturais. Como resultado dessa discordância, uma análise discursiva pautada nesse filósofo não consiste em uma análise materialista do discurso, pois ele mesmo nega situar na base do sistema as forças produtivas; para Foucault, há relações muito mais complexas que ligam a tecnologia do poder e o desenvolvimento das forças produtivas (FOUCAULT, [1977] 2012).

Quanto à subjetivação, Foucault ([1973] 2013) defende que a constituição do sujeito ocorre no interior da história, haja vista seu viés arqueológico de pesquisa, utilizado com vistas a indagar como o homem constrói sua própria existência. Nesse sentido, os sujeitos, os objetos são construídos discursivamente partindo-se do que se fala

sobre eles. Ainda segundo Foucault ([1973] 2013, p. 18), “[...] O próprio sujeito do conhecimento tem uma história, a relação do sujeito com o objeto, ou, mais claramente, a própria verdade tem sua história”. Esse filósofo busca observar “[...] a constituição histórica de um sujeito do conhecimento através de um discurso tomado como um conjunto de estratégias que fazem parte das práticas sociais” (FOUCAULT, ([1973] 2013, p. 20). Com efeito, o sujeito se constitui no interior da história e, a cada instante, é fundado, refundado por ela.

A essa teoria, acrescentamos que, como define Foucault ([1978] 2012, p. 248), o discurso deve ser tratado como “[...] uma série de acontecimentos, como acontecimentos políticos, através dos quais o poder é vinculado e orientado”. Em decorrência dessa definição, o referido filósofo nega a relação do discurso com a estrutura, ao mesmo tempo em que esclarece o conceito de *acontecimento*:

Eu me dei como objeto uma análise do discurso [...]. Meu programa não se fundamenta tampouco nos métodos da linguística. **A noção de estrutura não tem nenhum sentido para mim.** O que me interessa, no problema do discurso, é o fato de que alguém disse alguma coisa em um dado momento. Não é o sentido que eu busco evidenciar, mas a função que se pode atribuir uma vez que essa coisa foi dita naquele momento. Isto é o que eu chamo de acontecimento. (FOUCAULT, [1978] 2012, p. 249) (grifos nossos)

Ao considerar o discurso como *uma série de acontecimentos*, o pesquisador cujo aporte teórico se centra nos estudos discursivos foucaultianos coloca-se igualmente na dimensão da história, na medida em que, tal como Foucault ([1978] 2012, p. 231) argumenta, busca entender “[...] por que e como se estabelecem relações entre os acontecimentos discursivos”. Tais *acontecimentos* não devem estar, necessariamente, relacionados a longos períodos, como faziam os historiadores, crédulos em uma história global (FOUCAULT, 1997a). Mas, numa perspectiva de uma história geral, tais períodos podem se referir a diferentes temporalidades. Ainda no que concerne ao discurso, conforme esse filósofo ([1976] 2011, p. 220 – 221), ele é considerado como *um campo estratégico, um operador*, em direção ao segundo nível de análise:

[...] o discurso não deve ser compreendido como o conjunto de coisas que se diz, nem como a maneira de dizê-las. Ele está igualmente no que se diz, ou que se marca por gestos, atitudes, maneiras de ser, esquemas de comportamentos, manejos espaciais.

Trata-se, aqui, de mostrar o discurso como um campo estratégico no qual os elementos, as táticas, as armas não cessam de passar de um campo ao outro, de permutar-se entre os adversários, de voltar-se contra os que os utilizam. É à medida que ele é comum que o discurso pode tornar-se a um só tempo num lugar e um instrumento de confronto.

[...]

O discurso é para a relação das forças não apenas uma superfície de inscrição, mas um operador.

Ao compararmos o discurso com *um campo estratégico*, estamos relacionando o discurso à história, aos processos de constituição dos sujeitos, ao político, ao social, enquanto um processo histórico-discursivo. É nesse contexto que recorreremos a uma análise arqueológica, em consonância com a qual observamos o discurso, o enunciado. É assim que Foucault (1997a, p. 32) define enunciado:

[...] um enunciado é sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente. Trata-se de um acontecimento estranho, por certo: [...], *abre para si mesmo uma existência remanescente no campo de uma memória, ou na materialidade dos manuscritos, dos livros e de qualquer forma de registro*; em seguida, porque é único como todo acontecimento, mas está aberto à repetição, à transformação, à reativação; finalmente, porque está ligado não apenas a situações que o provocam, e a consequências por ele ocasionadas, mas, ao mesmo tempo, e segundo uma modalidade inteiramente diferente, a enunciados que o precedem e o seguem. (grifos sublinhados nossos)

Conforme tal definição, consideramos o filme “Os Vingadores” um enunciado, em que há, como mencionado, a todo momento, tanto uma retomada de enunciados que o precedem, como uma remissão a novos enunciados, os quais, geralmente, são pontuados em cenas pós-crédito. Ademais, ambas as relações enunciativas são vinculadas não só à trama desse mesmo Universo como à história estadunidense do presente, do passado. Em consequência desse jogo enunciativo, no decorrer do enredo, observamos um processo constante de *reatualização* de discursos. Esclarecemos que, sob o ponto de vista de Foucault ([1969], 2009, p. 284): ela (a *reatualização*) consiste na “[...] re inserção de um discurso em um domínio de generalização, de aplicação ou de transformação que é novo para ele”.

Adotamos, então, esse olhar *arqueológico*, atentando para os enunciados precedentes, subsequentes, simultâneos ao lançamento do filme, a fim de analisar as *sequências enunciativas* retiradas do objeto. Primeiramente, retomamos a tragédia histórica vivenciada pelo povo estadunidense, por ocasião do atentado às Torres Gêmeas, ocorrido em 11 de setembro de 2001. Enfatizamos o gesto de luta (ou de vingança?) e de luto desse povo a partir desse atentado, um *acontecimento* ocorrido na cidade de Nova Iorque, em pleno centro econômico-financeiro dos Estados Unidos.

Em segundo lugar, lançamos mão de uma reportagem, publicada em 26 de abril de 2012, pelo Instituto Humanitas Unisinos, baseada no artigo de Santiago O’Donnell, intitulado “Desigualdade: lições latino-americanas para os Estados Unidos”. Tal reportagem situa o leitor em relação à sociedade estadunidense em 2012, ano do lançamento deste filme (27 de abril de 2012). Ela apresenta dados de pesquisa que revelam a desigualdade social estadunidense, sinalizando para o fim do *sonho americano*. Mas, mesmo vítima de políticas públicas ineficientes, pondo em risco a realização desse sonho, o povo reelege o presidente Barack Obama.

Relacionando esses dois *acontecimentos* históricos ao objeto em análise, sob o prisma *arqueológico*, entendemos que a história dos personagens, na batalha épica contra os vilões alienígenas, traz à tona a necessidade de se acreditar na vitória do *bem* (em conformidade com o entendimento desse povo e sua posterior divulgação), no recrudescimento do ideal americano. De igual modo, revela a capacidade de os heróis se *vingarem* desse *mal* – nesse caso, da invasão alienígena.

E, ainda atentando para tais *acontecimentos*, analisamos abaixo duas *sequências enunciativas*: a primeira (SE₁) é a imagem do Memorial 11 de setembro (em inglês, “9/11 Memoria & Museum”), aberto ao público em 11 de setembro de 2011, dez anos após o ataque às Torres Gêmeas. Comparamos essa imagem à cena de ‘Os Vingadores’ (SE₂), em que o Homem de Ferro leva o míssil para o portal aberto pelo *Tesseract*, rumo à nave mãe, salvando a cidade de Nova Iorque de uma destruição por esse objeto bélico.



Figura 1 – SE1 – Imagem: monumento ao 11 de setembro de 2001: “Tribute in light”

Fonte: *Inauguração do monumento 11 de setembro*. Disponível em: <https://sicnoticias.pt/mundo/2017-09-11-Ja-passaram-16-anos-desde-o-11-de-Setembro>. Acesso em: 12 de dezembro de 2019.



Figura 2 – SE2 (2:06:00): Cena do Homem de Ferro rumo à nave mãe dos Chitauri, invasores alienígenas

Fonte: OS VINGADORES: The Avengers. Direção Joss Whedon. Marvel Entertainment: Disney e Buena Vista. USA, 2012. [DVD] 2h23min, colorido.

Postas lado a lado, essas duas imagens dialogam histórica e discursivamente, numa produção de novos sentidos: vitória, força, coragem, heroísmo. São as luzes lançadas da cidade de Nova Iorque, rumo ao espaço: as primeiras, a partir de um novo lugar criado para, ao mesmo tempo, *lembrar* e *apagar* a tragédia ocorrida nessa cidade, resultante de ataque terrorista; a segunda, num gesto de defesa da cidade, a luz que dá *visibilidade* ao super-herói novaiorquino, Tony Stark (HF), representante de uma elite tanto intelectual quanto financeiramente abastada. Enfatizamos ainda o local, o estabelecimento de inter-relações dos dois *acontecimentos*: a cidade de Nova Iorque, ambos ligam céu, Terra, luz, rememorando a simbologia religiosa.

Ainda com vistas à associação entre *Os Vingadores* e o discurso religioso, precedendo a SE₂ (representada na Figura 2), há um diálogo entre o Homem de Ferro e a inteligência artificial, Jarvis, em que este adverte aquele:

(SE₃ (2:01:25)) - J: Senhor, ficaremos sem energia antes de penetrarmos naquele caso....

H.F: Jarvis, conhece a parábola de Jonas?

J. Eu não o consideraria um exemplo.

Verificamos, no diálogo da SE₃, a *reatualização* do discurso religioso judaico-cristão, no qual a cultura ocidental, em geral e, em particular, a estadunidense estão fundamentadas. Quando o HF se refere à parábola de Jonas, ele remete os espectadores ao Antigo Testamento, ao livro de Jonas, que consiste em um relato biográfico desse profeta, numa ilustração de misericórdia de Javé aos ninivitas. Javé, representante de um Deus de toda a humanidade, em vez da destruição do povo, deseja sua conversão. Essa parábola revela que Deus deseja a salvação também dos pagãos, daqueles tratados como inimigos. Dessa remissão resulta o apagamento do discurso acerca de um Deus vingador, propalado, principalmente, durante a Idade Média. E, ao ser incorporada pelo HF, esse apagamento reflete semelhantemente na imagem dos *super-heróis*, justificando o gesto de *destruição* da nave mãe inimiga. A *vingança* é interpretada como justiça – afinal, como

bem adverte o HF, em diálogo com Loki: se os heróis não conseguem proteger a Terra, eles a *vingam* (01:41: 31)¹⁰.

Num olhar para a história passada estadunidense, semelhantemente observamos uma remissão à doutrina do *destino manifesto*, consoante o qual o povo americano foi eleito por Deus para civilizar a América. Esse processo civilizatório redundou na Guerra da Secessão (1861 a 1865), quando o Norte foi vitorioso, impedindo a separação do país, exterminando (em tese) a escravidão nesse país. No final do século XIX, sua economia tornou-se a maior do mundo, e o país expandiu-se para o Pacífico.

Se confrontarmos esses discursos com o contexto sociopolítico, histórico em que o filme foi lançado, observamos a tensão entre *memória* e *esquecimento*, sobre a qual falamos na introdução: nesse caso particular, a guerra é contra os alienígenas, e Stark repete o gesto de Jonas, ao adentrar o portal, a fim de impedir a destruição dos novaiorquinos; há também a libertação dos humanos de uma possível escravidão instaurada, dessa vez, por alienígenas. Em tese, o desenvolvimento da trama, as imagens associadas a ela possibilitam a compreensão de que houve justiça.

No seguimento da análise, retomamos a ligação estabelecida entre o conceito de dispositivo e a mídia cinematográfica. Considerando o dispositivo como uma estratégia proveniente de uma necessidade histórica, observamos o dito e o não dito, corporificados nas imagens do filme ora examinado. Ainda no que diz respeito à comparação entre o ataque de alienígenas à cidade de Nova Iorque e o ataque terrorista às Torres Gêmeas, constatamos uma estreita relação entre eles, nas duas *sequências enunciativas* abaixo expostas. As SE₄ e SE₅, assim aproximadas, obedecem ao regime de luz, consoante Deleuze (2015), na medida em que há, ao mesmo tempo, uma exposição excessiva e um apagamento obsessivo desses discursos. Afinal, “Os Vingadores” (castigadores, punidores), como o nome já revela, são capazes de destruir não só a força alienígena, como também superar o desenvolvimento tecnológico desta. Além disso, eles despontam como os defensores do Universo, não apenas da cidade novaiorquina; seus poderes vão além do espaço terráqueo. Examinando as duas imagens, podemos ainda perceber a semelhança entre os bombeiros, heróis nacionais, em 11 de setembro de 2001; e os super-heróis ‘Vingadores’, em meio aos destroços da mesma cidade; nesse caso, como mencionado, os últimos não só se marcam como heróis nacionais, mas universais, já que se percebem como defensores da Terra, em particular; e do Universo, em geral.

¹⁰ Loki: Os Chitauri estão vindo. O que tenho a temer?

Homem de Ferro: Os Vingadores. É como nos chamamos. Somos uma equipe. Os heróis mais poderosos da Terra... e coisa e tal.

Loki: Sim, já os conheci.

HF: Leva um tempo para a gente se entender, admito. [...] Quando chegarem... e vão chegar. Será para ir atrás de você.

Loki: Eu tenho um exército.

[.....]

HF: Você não está entendendo. Não há nenhum trono. Não há uma versão disso em que você sai com êxito. Talvez seu exército venha e talvez seja demais para nós. Mas é tudo contra você. Porque, se não pudermos proteger a Terra, com certeza, nós a vingaremos. (grifos nossos)



Figura 3 – SE4: Foto revelada pelo FBI dos atentados de 11 de setembro de 2001, em 2011

Fonte: Imagens das Torres Gêmeas. Disponível em: https://www.gentside.com.br/atentado/11-de-setembro-de-2001-o-fbi-revela-fotos-exclusivas-dos-atentados-do-world-trade-center_art7420.html: Acesso em: 12 dez. 2019



Figura 4 – SE5 (1:52:34): Os Vingadores em meio aos destroços resultantes da guerra contra os Chitauri e Loki

Fonte: OS VINGADORES: The Avengers. Direção Joss Whedon. Marvel Entertainment: Disney e Buena Vista. USA, 2012. [DVD] 2h23min, colorido.

Ademais, entendemos que, entre os humanos, os Chitauri e Loki há uma reconhecida luta não só pela apropriação do governo dos homens como pela disputa do poder/saber. Nesse sentido, no próximo item, apresentamos estudos referentes à ligação conhecimento/verdade/poder/subjetivação. E, como afirmado no decorrer dessa abordagem, objetivando estabelecer o diálogo entre a fundamentação teórica e o objeto de estudo, analisamos três *sequências enunciativas*.

4 CONHECIMENTO, VERDADE, PODER, SUBJETIVAÇÃO

Na sequência, trazemos Foucault ([1973] 2013), para quem um dos objetivos de pesquisas se refere à necessidade de mostrar a possibilidade de as práticas sociais engendram domínios de saber e, com efeito, verdades, não apenas concernentes ao aparecimento de novos objetos, conceitos, técnicas, mas à formação de novos sujeitos, de sujeitos do conhecimento. Esse filósofo discute, dessa forma, como foi possível construir um novo saber a partir das práticas de vigilância, de controle. Foucault levanta, então, duas hipóteses sobre a história da verdade: uma interna, relacionada à história da verdade sob o signo das ciências; outra externa, referente a outros lugares de formação da verdade, com “um certo número de regras de jogo definidas” ([1973] 2013), p. 20).

À luz do estudo da relação verdade/subjetivação, Foucault ([1973] 2013), retomando o pensamento nietzschiano, nega a preexistência de um sujeito do conhecimento, observando a contradição entre este pensamento e o kantiano. Para Kant, o ser humano possui estruturas *a priori* da intuição (conhecido como o ‘apriorismo’ kantiano), segundo as quais, antes de sua existência, o ser humano possui estruturas prontas, as de tempo e de espaço. Em outros termos, para este filósofo, o ser humano possui faculdades que tornam possível o conhecimento; com efeito, não poderíamos perceber nada fora dessas estruturas.

É contrariando essa direção, relacionada à preexistência de um sujeito do conhecimento, que Foucault, ainda inspirado na obra de Nietzsche, reitera a diferença entre invenção (*Erfindung*) e origem (*Ursprung*), afirmando que a religião, a poesia, o ideal foram inventados, fabricados, produzidos por uma série de mecanismos, não têm origem. Do mesmo modo, o conhecimento foi inventado, não está inscrito na natureza humana. Como define Foucault ([1973] 2013, p. 25):

Foi por obscuras relações de poder que a poesia foi inventada. Foi igualmente por puras obscuras relações de poder que a religião foi inventada [...]. À solenidade de origem, é necessário opor um bom método histórico, a pequenez meticulosa e inconfessável dessas fabricações, dessas invenções.

Ainda fundamentado no pensamento nietzschiano, Foucault ([1973] 2013) argumenta que o mundo é um eterno caos, haja vista a ausência de ordem, de encadeamento, de formas, de beleza e de sabedoria; por conseguinte, não há leis da natureza. Defende, dessa forma, que o conhecimento deve lutar contra “[...] um mundo sem ordem, sem encadeamento, sem formas, sem beleza, sem sabedoria, sem harmonia, sem lei. [...] Não é natural à natureza ser conhecida” (FOUCAULT, [1973] 2013, p. 27).

Foucault ([1973] 2013) também alega que Nietzsche contesta as teses de Descartes, de Kant, na medida em que rompe com a harmonia, garantida por Deus, existente entre o conhecimento e as coisas a conhecer. Isso porque, para que Descartes pudesse provar que o conhecimento se fundamentava nas coisas do mundo, ele afirmou a existência de Deus, no centro do sistema do conhecimento. Tal perspectiva filosófica, ao ser contrariada, provoca uma ruptura teórica, a do conhecimento com a teologia, possibilitando a discussão sobre a dispersão do sujeito. E, ao provocar essa ruptura, a teoria nietzschiana traz para o interior do conhecimento, em sua raiz, o ódio, a luta, a relação de poder. Foucault ([1973] 2013, p. 26) assim define: “[...] O conhecimento, no fundo, não faz parte da natureza humana. É a luta, o combate, o resultado do combate e conseqüentemente o risco e acaso que vão dar lugar ao conhecimento”. Mais adiante, ele ([1973] 2013, p. 33) acrescenta: “[...] o conhecimento é sempre uma relação estratégica em que o homem se encontra situado”. Tal relação é que define o efeito do conhecimento: se parcial, oblíquo, perspectivo. Ainda de acordo com esse filósofo ([1973] 2013, p. 33): “Pode-se falar do caráter perspectivo do conhecimento porque há batalhas e porque o conhecimento é o efeito dessa batalha”.

A relação entre o conhecimento, as práticas sociais, econômicas, políticas não são, porém, um impedimento para o sujeito do conhecimento. Ao contrário disso, é através delas que ocorre a subjetivação e, conseqüentemente, as relações de verdade. Nessa direção, Foucault defende: “Até na ciência encontramos modelos de verdade cuja formação deriva das estruturas políticas que não se impõem do exterior ao sujeito do conhecimento, mas que são, elas próprias, constitutivas do sujeito do conhecimento” ([1973] 2013, p. 35).

Lançando essas luzes sobre o objeto em estudo, constatamos também a relação entre o poder, a verdade/o conhecimento, os processos de subjetivação. Do início do filme a seu final, somos levados a essa discussão, quando o líder Chitauri conversa supostamente

com Thanos, personagem que, na saga de “Os Vingadores”, só aparece no terceiro filme, “Os Vingadores: Guerra Infinita¹¹”. Inicialmente, os Chitauri põem em xeque o conhecimento dos humanos sobre o poder do *Tesseract*, colocando Loki, seu aliado, numa posição de superioridade quanto a esse saber/poder:

(SE₆ (0:00:29)): O *Tesseract* foi despertado. Ele está em um mundo pequeno, um mundo humano. Eles querem utilizar seu poder, porém nosso aliado conhece seu funcionamento como eles jamais conhecerão. Ele está pronto para liderar nosso exército, os nossos Chitauri o seguirão. Um mundo será dele. O universo, seu. E os humanos, o que poderão fazer senão perecer? (grifos nossos)

Sob a óptica do líder dos Chitauri, os humanos não têm a competência de Loki, resultando no extermínio dos humanos. Em outras palavras, a produção do saber tecnológico, armamentista dos humanos está aquém da dos alienígenas, discurso reiterado em vários filmes (além dos filmes da Marvel, exemplificamos “A 5ª Onda”, 2016). Tal perspectiva é reiterada por Thor (defensor essencialmente da Terra), quando afirma, diante dos demais ‘Vingadores’ (SE₇ (1:12:24)): “O *Tesseract* pertence a Asgard. Nenhum humano é páreo para ele”. Observamos uma disputa entre povos (humanos, Chitauri, asgardianos, super-heróis) e planetas, quanto ao saber usar esse objeto bélico, quanto à intensidade de seu poder. Toda a trama desse filme gira em torno da obtenção desse objeto bélico e o posterior governo da Terra, do Universo, a partir dele.

A SE₆, acima apresentada, pode ser contrastada também com uma outra *sequência enunciativa*, correspondente às cenas pós-créditos, em que o líder dos Chitauri trava um novo diálogo com Thanos, em resposta ao ataque contra a Terra, advertindo-o de que é perigoso lutar com os humanos (SE₈ (2:15:10)): “Humanos. Não são os miseráveis acuados que nos prometeram. Eles resistem. São indisciplinados, portanto não podem ser governados. Desafiá-los é cortejar a morte”. Se comparadas, essas três *sequências enunciativas* remetem à contraposição referente à subjugação (ao conhecimento, às armas alienígenas) *versus* resistência. Esta é representada pela *Iniciativa Vingadores*; não são humanos comuns, mas super-heróis salvaguardando todos os seres da Terra (e, em determinados filmes deste Universo, os de outros planetas). Nesse sentido, a imagem dos humanos continua como a de seres subjugados aos demais, considerados superiores, dentre os quais estão os super-heróis, partícipes de uma organização para além dos órgãos estatais, enfatizando, inclusive, a incompetência destes.

No final do filme, o Homem de Ferro e Hulk despontam como as mentes ilustres capazes de não só entenderem o mecanismo do *Tesseract* como também de construir armas compatíveis com a tecnologia alienígena. Capitão América reitera a representação de dignidade, integridade, a competência de combate, associando-o à imagem de soldado criada por esse país. Viúva Negra pode reproduzir a figura do *empoderamento* feminino, tanto em relação à força física como às capacidades de persuasão, de ação. Finalmente, ao Gavião Arqueiro subjaz o discurso da capacidade de reagir ao controle do mal, com a

¹¹ Entende-se, porém, que a tradução realizada é inadequada. O título deve ser traduzido como “Os Vingadores: Guerra do Infinito” (com o título em inglês: “Avengers: Infinity War”; não “Avengers: Infinite War”), já que o objeto em discussão são *as joias do infinito*.

ajuda da Viúva Negra. Ele traz à tona também a imagem lendária do guerreiro portador do arco e flecha. Cada super-herói uma representação; a cada representação, uma geração de verdades, de subjetividades, a reiteração da personificação do *bem*.

Enfatizamos ainda a força, o poder da *Torre Stark*, representante do poderio tecnológico, científico, armamentista e, conseqüentemente, econômico-financeiro. Entendemos que, a partir das análises, há uma remissão sub-reptícia ao ataque terrorista das Torres Gêmeas, corroborando o diálogo entre o presente filme e esse acontecimento histórico.

E, se levarmos em conta o processo de subjetivação dos super-heróis, há uma reiteração de suas características heroicas, dada a vitória final. Nesse sentido, retomamos os argumentos de Foucault ([1973] 2013, p. 33), para quem “o conhecimento é o efeito dessa batalha”. Somente a partir da necessidade de combater o desconhecido, nesse caso os alienígenas, os super-heróis produzem saberes compatíveis com o desenvolvimento tecnológico, armamentista de seres considerados mais poderosos, mais inteligentes. Em tese, todos estão em busca da justiça e, por isso, percebem-se autorizados a matar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente, explicamos o significado da pesquisa arqueológica, nos termos de Foucault (1997a), por ser um dos eixos em que se fundamenta a análise. Em síntese, tal perspectiva se interessa pela esfera discursiva, não pelo referente (considerado por Foucault (1997a), como objeto do historiador); abre as estruturas para as discontinuidades temporais, a dispersão, os desequilíbrios; pauta-se numa perspectiva de pluralização; rompe com o materialismo histórico. Em seguida, complementamos essa abordagem teórica apresentando os conceitos principais norteadores da análise: os dois aspectos do discurso, um linguístico; o outro, um campo estratégico, um operador. De igual modo, definimos enunciado, concretizado sob forma de qualquer registro, de natureza *semiológica*. A partir dessa definição, consideramos o filme um enunciado, analisando oito *sequências enunciativas*.

Ainda concernente à pesquisa arqueológica, analisamos os campos de saber mobilizados no objeto escolhido: a interligação entre os discursos religioso, mitológico, ufológico; o discurso tecnológico/armamentista (numa inter-relação com a física quântica); os conhecimentos referentes à história (em diferentes temporalidades). Da mesma maneira, à luz de Deleuze, Foucault, Gregolin, situamos o objeto como um dispositivo de poder, investigando no todo fílmico, na historicidade de seu entorno, as quatro dimensões apontadas por Deleuze.

Nas *sequências enunciativas* (SE₁, SE₂, SE₃), realizamos a análise resgatando os aspectos históricos, tecnológicos/armamentistas, sociais, religiosos. E constatamos que “Os Vingadores”, enquanto um filme que alcança grandes escalas de veiculação de discursos, é capaz de proporcionar múltiplos processos de objetivação, de subjetivação. Ao remeter a acontecimentos *ditos e esquecidos*, no âmbito da história, da religião, do mito, ele aponta para a construção de novos acontecimentos, tensionando a memória e esquecimento; em virtude disso, proporciona o surgimento de novos discursos, a (re)produção de subjetividades.

Também trabalhamos com o segundo eixo investigativo de Foucault, a pesquisa *genealógica*, abrangendo as práticas não discursivas. Nessa pesquisa, esse filósofo traz para o âmbito das análises as relações de poder, a produção de verdades. Situamos, nessa direção, os processos de subjetivação, de produção de saberes, relacionando-os às ponderações que Foucault ([1973] 2013) faz, sob o ponto de vista nietzschiano da *invenção* do conhecimento. Em consequência disso, instauram-se relações de ódio, a batalha, quanto às verdades resultantes desse processo. A partir dessa orientação, analisamos as *sequências enunciativas* (SE₆, SE₇, SE₈), constatando a subjugação dos humanos ao conhecimento de seres extraterrestres. Entretanto, na mesma medida, observamos a *resistência* de ‘Os Vingadores’, revelando não só o poder intelectual, mas também o econômico, armamentista, a força física. À luz dessas análises, estudamos a representatividade de cada Vingador e, por conseguinte, o seu poder quanto às imagens divulgadas.

Compreendemos, então, que esse filme apresenta, principalmente, a discussão acerca da detenção/obtenção do conhecimento, da tecnologia avançada, do poder das armas, compatíveis com guerras entre nações, entre mundos, em uma suposta busca da paz universal. Tudo isso em meio aos super-heróis, a deuses nórdicos, à *Iniciativa dos Vingadores*, reiterando o discurso segundo o qual o povo americano foi eleito por Deus para civilizar, agora, não somente a América, mas o Universo. Esses *notáveis Vingadores* rememoram, portanto, não só o poder econômico, político, armamentista dessa nação, mas a engenhosidade de seus heróis.

Consideramos ainda a definição de vingança do “Houaiss eletrônico” (2009): um “[...] ato lesivo, praticado em nome próprio ou alheio, por alguém que foi real ou presumidamente ofendido ou lesado, em represália contra aquele que é ou seria o causador desse dano; desforra, vindita”. Verificamos, dessa forma, um apagamento do sentido de *vingança*, na medida em que eles despontam como os protetores da Terra, em busca de paz, de justiça.

Ao longo das análises, tentamos também responder às perguntas norteadoras da pesquisa: qual o papel dos discursos veiculados no UCM para a criação do imaginário dos sujeitos? Numa perspectiva arqueológica, questionamos a conexão entre a mídia e a ‘história do presente’. Quanto à primeira pergunta, os discursos veiculados nesse/por esse Universo Cinematográfico proporcionam novos processos de subjetivação, tanto no interior de seus próprios enredos, como também relacionados aos espectadores, fiéis à observação da filmografia. Na medida em que rememoram *acontecimentos* históricos, inclusive no âmbito do jogo das imagens, instauram (ou reiteram) o ideal segundo o qual os Estados Unidos são capazes de superar as batalhas contra sua economia, seu conhecimento; um país formado por super-heróis, em múltiplos sentidos. Enfim, um país que, em tese, “protege” a Terra.

No que concerne à segunda pergunta, o estabelecimento da conexão entre a mídia e a ‘história do presente’, julgamos que essa mídia, como dispositivo de poder, possibilita constantemente a *visibilidade* da história oficial, do passado/do presente, a fim de garantir a (re)produção de sentidos sobre esses fatos, ‘modelos de verdade advindos de estruturas políticas’, nas palavras de Foucault ([1973] 2013, p. 35). Essa perspectiva, garantidora da tensão entre memória e esquecimento, salvaguarda o discurso formador da própria nação

estadunidense, no sentido de asseverar o nacionalismo, a confiança desse povo, no caso, nos super-heróis. E, assim, assegura o discurso acerca da democracia estadunidense, da luta de seus heróis nacionais, em favor da realização do *sonho americano*. Tais discursos são repetidamente difundidos nesse/por esse Universo Cinematográfico, reiterando mundialmente a imagem de soberania desse povo. Inspiram os espectadores do mundo a pensar nesse projeto de sociedade como um modelo a ser seguido, com o consequente processo de homogeneização da história do presente, em relação a múltiplos povos e culturas.

REFERÊNCIAS

- BERNARDET, J. *O que é cinema*. São Paulo: Nova Cultural/ Brasiliense, 1985.
- CASTRO, E. *Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. Trad. Ingrid Müller Xavier. 2. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.
- DELEUZE, G. O que é um dispositivo? In: DELEUZE, G. *O mistério de Ariana*. Trad. Edmundo Cordeiro. Lisboa: Nova Vega/Passagens, 2015, p. 83-96.
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense, 1997a.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Trad. Raquel Ramalhete. Petrópolis, RJ.: Vozes, 1997b.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2003.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2008.
- FOUCAULT, M. [1969] O que é um autor? In: MOTTA, M. B. da (Org.). *Ditos e escritos III*. Estética: literatura e pintura, música e cinema. Trad. Inês Autran Dourado Barbosa. Petrópolis: Forense Universitária, 2009. p. 264 - 298.
- FOUCAULT, M. [1976]. O discurso não deve ser considerado como... In: MOTTA, M. B. da (Org.). *Ditos e escritos VII: Arte, epistemologia, filosofia, história da medicina*. Trad. Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011, p. 220-221.
- FOUCAULT, M. [1977] Poder e saber. In: MOTTA, M. B. da (Org.). *Ditos e escritos IV: Estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012, p. 219-235.
- FOUCAULT, M. [1977] Poderes e estratégias. In: MOTTA, M. B. da (Org.). *Ditos e escritos IV: Estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012, p. 236-246.
- FOUCAULT, M. [1978] Diálogo sobre o poder. In: MOTTA, M. B. da (Org.). *Ditos e escritos IV: Estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012, p. 247 - 260.
- FOUCAULT, M. [1973]. *A verdade e as formas jurídicas*. Trad. Eduardo Jardim e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Nau, 2013.
- GREGOLIN, M. do R. de F. V. Análise do discurso e semiologia: enfrentando discursividades contemporâneas. In: PIOVEZANI, C.; CURCINO, L.; SARGENTINI, V. (Org.). *Discurso, semiologia e história*. São Carlos: Claraluz, 2011. p. 83-105.
- GREGOLIN, M. do R. de F. V. *Discurso, história e a produção de identidades na mídia*, 2016. Disponível em: <http://geadaararaquara.blogspot.com.br/2016/04/discurso-historia-e-producao-de.html> Acesso em: 9 jul. 2017.
- HOUAISS, A. *Houaiss eletrônico: dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2009.
- LYNCH, R. A. A teoria do poder em Foucault. In: TAYLOR, D. *Michel Foucault: conceitos fundamentais*. Org. Dianna Taylor. Trad. de Fábio Creder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018. p. 23 – 40.
- OS VINGADORES: The Avengers. Direção Joss Whedon. Marvel Entertainment: Disney e Buena Vista. USA, 2012. [DVD] 2h23min, colorido.

MATERIAL DE APOIO

Bíblia Online. Disponível em: <https://www.bibliaonline.com.br/acf/jo/14>. Acesso em: 15 maio 2019.

Bilheteria do filme Os Vingadores (2012). Disponível em:

https://www.google.com.br/search?safe=active&sxsrf=ACYBGNRh15MZGpU_3tgzbYkA5-jueuYEEg%3A1574546726609&source=hp&ei=Jq3ZXeaRipGgtQXduJuwBg&q=os+vingadores+the+vengers+bilheteria&oq=bilheteria+Os+Vingadores%3A+the+&gs_l=psy-ab.1.0.0i22i30j0i333.1973.23166..27287...1.0..0.389.8311.2-26j4.....0....1..gws-wiz.....0i131j0i70i251.RiFiphaeRFY. Acesso em: 23 nov. 2019.

Cetro de Loki. Disponível em: https://aminoapps.com/c/marvel-comics-amino-br/page/item/cetro-do-loki/r0aL_r84Hq117WEddW3zpD0BXxg7RjaLl Acesso: em 07 jul. 2019.

Cronologia Marvel. Disponível em:

<https://www.instagram.com/p/Bu9ABOCgzwf/?igshid=1mwja194n6wwi> Acesso: em 22 maio 2019.

Filmes da Marvel: <https://observatoriodocinema.bol.uol.com.br/listas/2018/04/6-filmes-da-marvel-que-voce-precisa-ver-antes-de-assistir-a-vingadores-guerra-infinita> Acesso: em 22 maio 2019.

Hidra (Marvel Comics). Disponível em:

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Hidra_\(Marvel_Comics\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Hidra_(Marvel_Comics)) Acesso em: 06 de jul. 2019.

Imagens das Torres Gêmeas. Disponível em: https://www.gentside.com.br/atentado/11-de-setembro-de-2001-o-fbi-revela-fotos-exclusivas-dos-atentados-do-world-trade-center_art7420.html: Acesso em: 12 dez. 2019.

Inauguração do monumento 11 de setembro. Disponível em: <https://sicnoticias.pt/mundo/2017-09-11-Ja-passaram-16-anos-desde-o-11-de-Setembro> Acesso em: 12 dez. 2019.

Instituto Humanitas Unisinos. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/172-noticias/noticias-2012/508867-a-desigualdade-nos-estados-unidos-era-uma-vez-o-sonho-americano-> Acesso em: 08 jul. 2019.

Livro de Jonas. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Livro_de_Jonas Acesso em: 16 maio 2019.

Loki. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Loki> Acesso em: 03 nov. 2019.

Significado da Física Quântica: Disponível em: <https://www.significados.com.br/fisica-quantica/> Acesso em: 12 dez. 2019.

Vingadores. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Vingadores;>

[https://pt.wikipedia.org/wiki/The_Avengers_\(filme_de_2012\);](https://pt.wikipedia.org/wiki/The_Avengers_(filme_de_2012);) <http://www.adorocinema.com> Acesso em: 22 maio 2019.



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-210105-1220>

Recebido em: 30/01/20 | Aprovado em: 01/02/21

QUAIS SENTIDOS PARA GÊNERO? UMA ANÁLISE DE DICIONÁRIOS

WHICH MEANINGS | ¿CUÁLES SIGNIFICADOS
ARE THERE FOR GENDER? | PARA GÉNERO?
AN ANALYSIS OF DICTIONARIES | UN ANÁLISIS DE DICCIONÁRIOS

Laís Virginia Alves Medeiros*

Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP, Brasil

Resumo: Este artigo, situado no campo da História das Ideias Linguísticas, analisa diferentes definições para a entrada *gênero* em dois dicionários de língua e dois dicionários especializados. O objetivo é investigar como a diferença sexual e a identidade de gênero são elaboradas (ou silenciadas) em diferentes instrumentos linguísticos. Partindo do campo da História das Ideias Linguísticas a partir de Collinot e Mazière (1997) e autores brasileiros (OLIVEIRA, 2006; NUNES, 1996), reflete sobre instrumentos linguísticos e gramatização. Em seguida, apresenta os critérios para a construção do corpus e procede à análise dos verbetes. Os resultados apontam uma regularidade que permeia *gênero* nos dicionários de língua e nos dicionários especializados: as relações com categorias e diferenças. As especificidades que delineiam diferentes sentidos dependem do funcionamento de *gênero* nos campos do saber que são incluídos ou deixados de fora em cada definição.

Palavras-chave: Gênero. História das Ideias Linguísticas. Discurso. Dicionário de língua. Dicionário especializado.

Abstract: Situated in the field of History of Linguistics Ideas, this paper offers an analysis in the field of History of Linguist Ideas of different definitions for the entry word *gender* in two language dictionaries and two specialized dictionaries. Our objective is to investigate how the exploration and silencing of sexual differentiation and gender identity act in different linguistic instruments. Based on the theoretical framework of the History of Linguistic Ideas developed by Collinot and Mazière (1997), as well as on Brazilian references (OLIVEIRA, 2006; NUNES, 1996), we reflect upon linguistic instruments and grammatization. Subsequently, we present the criteria for the construction of our corpus and proceed to the entries' analysis. The results point to a regularity that permeates the definitions of *gender* in both the language and the specialized dictionaries: its relations with categories and differences. The specificities that outline distinct meanings depend on the way the word *gender* functions in the knowledge fields that are included or excluded in each definition.

Keywords: Gender. History of Linguistic Ideas. Discourse. Language dictionary. Specialized dictionary.

Resumen: Este artículo se sitúa en el campo de la Historia de las Ideas Lingüísticas, analiza diferentes definiciones para la entrada *gênero* en dos diccionarios de lengua y dos diccionarios especializados. El objetivo es investigar cómo la diferencia sexual y la identidad de género son elaboradas (o silenciadas) en diferentes instrumentos lingüísticos. Partiendo del campo de la Historia de las Ideas Lingüísticas desde Collinot y Mazière (1997) y autores brasileños (OLIVEIRA, 2006; NUNES, 1996), reflexiona sobre

* Doutoranda em Linguística na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) com bolsa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Integrante dos grupos de pesquisa Mulheres em Discurso e ALHURes – Análise do Discurso, Linguagem, História, Urbano e Resistência. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3467-8066>. E-mail: lais.v.medeiros@gmail.com.

instrumentos lingüísticos y de gramática. A continuación, presenta criterios para construcción del *corpus* y hace el análisis de las entradas. Los resultados apuntan regularidad que impregna *género* en los diccionarios de lengua y en los diccionarios especializados: las relaciones con categorías y diferencias. Las especificidades que delinear diferentes sentidos dependen del funcionamiento de *género* en los campos del saber que son incluidos o dejados fuera en cada definición.

Palabras clave: Género. Historia de las Ideas Lingüísticas. Discurso. Diccionario de lengua. Diccionario especializado.

1 INTRODUÇÃO

A equivocidade da língua e a impossibilidade de uma relação transparente entre palavra e sentido já é consenso em algumas áreas da Linguística. O cotejamento e a análise de diferentes instrumentos lingüísticos permitem uma compreensão não apenas dessa equivocidade, mas do próprio funcionamento da língua em sua instrumentalização: as tecnologias lingüísticas, conforme Orlandi e Guimarães (2001), não são apenas produto de um saber, mas contribuem para a constituição dos fatos da língua.

Nos estudos do discurso que centram suas análises sobre o discurso feminista, os estudos de gênero em intersecção com o movimento feminista estão na base do referencial teórico. No entanto, este não é o único, tampouco o mais familiar, sentido de *gênero* que circula na sociedade. Qual relação entre discursos sobre *gênero* é identificável no discurso do dicionário? Como pode ser estabelecida nas definições dos dicionários a relação entre a noção de gênero e a palavra *gênero*? É uma palavra que remonta à língua comum ou à língua especializada?

Não ignoramos o potencial político e polêmico da palavra, principalmente num momento histórico em que ganham espaço no Brasil debates inflamados sobre “ideologia de gênero”. Se entendemos que língua e ideologia não se separam, as definições de *gênero* em diferentes dicionários podem servir como observatório para o modo como diferentes saberes são reforçados (ou silenciados), atendendo a diferentes propósitos conforme as condições de produção em que esses instrumentos lingüísticos são produzidos e como circulam. A subjetividade, os processos de identificação de gênero e a diferença sexual são sentidos pertinentes para constarem, por exemplo, num dicionário escolar? Como esses aspectos são (se são) definidos nos dicionários de língua e nos dicionários especializados?

Tendo essas perguntas como questões norteadoras, este artigo começa por uma reflexão situada no campo da História das Ideias Lingüísticas (doravante HIL) sobre o funcionamento do dicionário como discurso. Em seguida, passamos à explicação do processo de construção do corpus, apresentando os dicionários selecionados e os critérios para seleção, para em seguida proceder à análise dos verbetes selecionados. A essa análise, seguem a discussão dos resultados e as considerações finais.

2 DICIONÁRIOS: DISCURSO, ORGANIZAÇÃO E LEITURA

Ao propor a análise do instrumento linguístico *dicionário* na intersecção entre análise do discurso e lexicografia, Collinot e Mazière (1997, p. 50) apontam que esse instrumento é criado em dependência com três aspectos principais. Um deles é “o discurso dominante e/ou contraditório de uma época”. Tomando como exemplo o século XIX, os autores destacam que a lexicografia, no que se refere às mudanças de sentido, teve influência do frenesi da história. Um segundo aspecto é a filosofia da época: ainda tomando o século XIX como exemplo, os autores comparam como à época era o positivismo que modelava a descrição do sentido, enquanto contemporaneamente são a história e a sintaxe que organizam essa descrição. Finalmente, o terceiro aspecto é que o dicionário representa um engajamento militante, relacionado à ideia que se tem de língua, e também um engajamento social. É mantendo em vista essas três dependências que é possível considerar o dicionário “uma construção historicizada pela própria natureza de seu objeto, a palavra” (COLLINOT; MAZIÈRE, 1997, p. 51). A partir dessa tríade, questionamos: quais aspectos vêm à tona no que se refere à nossa época, à nossa língua e à nossa sociedade quando analisamos as definições de *gênero* em diferentes instrumentos linguísticos?

A partir da análise do dicionário *Grand Robert de la langue française*, os autores descrevem o papel do lexicógrafo de um modo que pode se assemelhar à produção dos demais instrumentos linguísticos: o lexicógrafo está imerso nas redes de discurso que tenta conectar, ocupando uma dupla posição de observador e de ator das práticas languageiras, o que obriga a reconhecer um tanto de empirismo nesse processo. Além disso, o modo de organização dos dicionários também sofre influência daquilo que os autores chamam de “modalidades discursivas de representações do público” (COLLINOT; MAZIÈRE, 1997, p. 72). Isso quer dizer que o dicionário é construído para um público suposto, projetado, que teria um dado conhecimento sobre a língua e recorreria ao dicionário com um certo objetivo. Essa representação pode ser fundamental para entender, na análise de um determinado verbete, como sua definição pode corresponder a um dado imaginário de leitor e mesmo de língua.

É nesse sentido que os autores interpretam a nomenclatura apresentada nos dicionários como “um discurso cujo objeto seria uma teoria implícita da palavra” (COLLINOT; MAZIÈRE, 1997, p. 82). Essa teoria diz respeito ao duplo status da palavra, que a coloca na intersecção de dois modos organizacionais da atividade languageira: ora ela é tomada na ordem da língua, ora é tomada na ordem do discurso. É pelas entradas dos verbetes nos dicionários que esse duplo funcionamento é explicado. Para os autores, uma mesma palavra, quando colocada em destaque como verbete, é tomada como uma unidade semiótica que pertence ao sistema da língua. Já quando é colocada na descrição do verbete (seja integrando a definição, seja integrando um exemplo de uso), passa a ser considerada segundo relações distribucionais, como um segmento de discurso. É desse modo que a palavra estabelece, na intersecção entre as duas ordens, uma relação entre as regularidades da língua e as regularidades que se atualizam em diferentes formações discursivas¹. Isso importa porque, ao cotejar diferentes

¹ Uma vez que, no Brasil, o campo da História das Ideias Linguísticas se desenvolveu em conjunto com os estudos do discurso, nos valemos desta noção da Análise do Discurso de linha materialista. Assim,

dicionários de língua, as regularidades identificadas podem não encontrar correspondência entre aquilo que a estabilização da língua apresenta e aquilo que é mobilizado em certas formações discursivas (ponto crucial na análise de palavras que aparecem frequentemente em discursos de militância).

Na leitura dos autores, a formação dos enunciados lexicográficos é regida por um discurso, de modo que:

a palavra enquanto forma discursiva pertencente ao discurso do dicionário é um fenômeno observável a partir de uma base linguística, ou seja, uma teoria dos termos lexicais, que deve conduzir não a uma teoria da sintaxe – o que voltaria a considerar o termo lexical como “átomo sintático” – mas a uma interpretação historicizada das formas de significação, e então colocar o termo lexical como palavra segmento de discurso (COLLINOT; MAZIÈRE, 1997, p. 101).

Além disso, os autores destacam que o dicionário é uma instituição linguística, pois ensina um saber sobre uma língua. Quando da análise da disposição desse saber, tomando a palavra pelo ponto de vista discursivo, há de se atentar para que não ocorram duas atitudes criticáveis. A primeira diz respeito à “tentação do sociologismo baseada na ilusão de uma coincidência entre posição social e posição de discurso” (COLLINOT; MAZIÈRE, 1997, p. 121), ou seja, à possibilidade de considerar que, linguisticamente falando, existam diferentes línguas para diferentes classes². A segunda é a “tentação de uma origem secreta do sentido reformulável em não dito ou já dito” (COLLINOT; MAZIÈRE, 1997, p. 121), cujo lugar deve ser ocupado por uma ênfase na irrupção do acontecimento e nas regras que permitiram que um dado enunciado (e não outro) fosse construído da maneira como foi. Essas críticas guiarão nosso olhar ao longo do exercício de análise, procurando analisar os enunciados definitórios a partir das condições de produção imbricadas no instrumento linguístico, sem com isso estabelecer correspondências simplistas como as apontadas pelos autores.

Independentemente da formulação adotada em sua elaboração, todo dicionário traça “uma espécie de cartografia dos significados das palavras” (COLLINOT; MAZIÈRE, 1997, p. 129), o que, ao mesmo tempo que determina as formas atuais, possibilita também as formas de entradas futuras. Junto a essa generalização, os autores apontam quatro teses sobre o funcionamento do discurso lexicográfico. A primeira é que ele não é interpretável em termos de metalinguagem e é constituído segundo um molde. A segunda é que a propriedade de reflexividade da língua e do discurso sobre eles mesmos é o que faz com que todo discurso e unidade de discurso sejam interpretáveis. A terceira é que “toda manifestação do sentido é da ordem de um discurso” (COLLINOT; MAZIÈRE, 1997, p. 131), e é pela possibilidade de transferência de um discurso a outro que são possíveis a leitura e a escrita do sentido. Finalmente, a quarta tese afirma que toda significação é regulada por um agenciamento de enunciados em rede, motivo pelo qual todo gesto de

compreendemos a Formação Discursiva como um determinante para a produção e compreensão de sentidos.

² Os autores salientam que, embora Pêcheux afirme que padrões e operários não falam a mesma língua, isso não deve ser interpretado de forma linguística, mas, sim, política.

discriminação de dada forma de significação é ao mesmo tempo um evento linguístico e um evento discursivo.

Finalmente, mantemos de Collinot e Mazière (1997) que o dicionário é um discurso feito do eco de outros discursos. Assim, os autores afirmam que, se nenhum discurso é transparente, a materialidade das definições num dado dicionário tem algo a dizer sobre as representações culturais e sobre o lugar do lexicógrafo na ordem do saber. Na análise aqui desenvolvida, isso se mostra especialmente interessante quando da observação das variações nas definições seja entre dicionários de língua, seja entre dicionários especializados.

3 O VERBETE GÊNERO NOS DICIONÁRIOS

3.1 A CONSTRUÇÃO DO CORPUS

Para o desenvolvimento da análise, foram selecionados, a princípio, quatro dicionários de língua diferentes, dois consultados em ambiente digital e dois consultados em sua versão impressa: os dicionários digitais Michaelis³ e Caldas Aulete⁴ e os dicionários impressos *Dicionário Escolar da Língua Portuguesa* (2008), de autoria da Academia Brasileira de Letras, e *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (2009), de autoria de Antônio Houaiss e Mauro de Salles Villar.

Após consultarmos o verbete *gênero* nos quatro dicionários, constatamos que em apenas um deles, o Caldas Aulete, uma das acepções apresentadas diz respeito à identidade de gênero. Nos demais dicionários, as definições retomam conhecimentos da biologia, da gramática, das artes plásticas, da literatura, entre outros campos de saber especializados, sem tocar em questões como diferença sexual e subjetividade. Esse silenciamento nos fez percorrer um novo percurso para a construção do corpus. Ao invés de começar um novo corpus desconsiderando o descarte desses três dicionários⁵, consideramos importante manter a referência a eles para salientar a ausência dessa acepção nas definições de seus verbetes. São dicionários populares que não abordam uma acepção bastante recorrente da palavra *gênero*, embora abordem acepções extremamente especializadas, como no caso dicionário Michaelis, que, em sua última acepção para *gênero* apresenta: “Na teoria grega, modo de distribuição dos intervalos dentro de um tetracorde”.

A inexistência dessa acepção nos três dicionários nos conduziu à reflexão desenvolvida por Orlandi (2007) sobre as formas do silêncio. A autora afirma que o

³ Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/>. Acesso em: 10 ago. 2018.

⁴ Disponível em: <http://www.aulete.com.br/>. Acesso em: 10 ago. 2018

⁵ Quanto ao dicionário Houaiss, ele apresenta em sua versão online, que pode ser consultada em: <https://houaiss.uol.com.br/>, uma acepção de gênero que não consta na versão impressa. “13 soc construção cultural das diferenças sexuais entre homens e mulheres”. No entanto, considerando que nosso foco ao consultar o Houaiss era analisá-lo como dicionário impresso, e que seu acesso em versão online é restrito (limitado a assinantes do Uol), optamos por não incluir essa atualização do verbete em nossa análise. Desse modo, quando nos referimos ao dicionário Houaiss neste artigo, estamos considerando sua edição impressa de 2009.

silêncio significa em modos próprios e traça uma relação com a polissemia: “É a incompletude que produz a possibilidade do múltiplo, base da polissemia. E é o silêncio que preside essa possibilidade” (ORLANDI, 2007, p. 47). Uma vez que as definições do dicionário linearizam a polissemia, organizando as acepções possíveis para uma palavra, é pertinente destacar o funcionamento do silêncio nessa mediação. Orlandi estabelece duas categorias para o silêncio: o silêncio fundante e a política do silêncio (ou silenciamento):

A primeira nos indica que todo processo de significação traz uma relação necessária ao silêncio; a segunda diz que – como o sentido é sempre produzido de um lugar, a partir de uma posição do sujeito –, ao dizer, ele estará, necessariamente, não dizendo “outros” sentidos. Isso produz um recorte necessário no sentido. Dizer e silenciar andam juntos. (ORLANDI, 2007, p. 53)

O que pudemos identificar na primeira leitura dos três dicionários foi o funcionamento da segunda categoria de silêncio, o silenciamento: diversas acepções de gênero são apresentadas (no Michaelis, 13; no Dicionário Escolar da Língua Portuguesa, 9; no Houaiss, 16), enquanto uma delas, a que se refere à identidade de gênero, é silenciada. Orlandi afirma que a dimensão política do silêncio⁶ consiste no fato de ele recortar o dizer, e a omissão dessa acepção nas obras consultadas levanta questões como a hierarquização das acepções (o gênero como classe gramatical, por exemplo, foi uma acepção encontrada em todos os dicionários de língua consultados) e mesmo o jogo de forças materializado nos instrumentos linguísticos: na seara dos conhecimentos específicos, o saber metalinguístico seria mais relevante para um consulente projetado que o saber antropológico?

Uma vez descartados três dos dicionários, reorganizamos o corpus tendo em vista duas questões. A primeira é que todos os dicionários consultados traziam uma acepção voltada ao gênero gramatical; este, por sua vez, recentemente passou a ser questionado através do argumento de uma não correspondência com a identidade de gênero e os processos de subjetivação. Foi por isso que incluímos em nosso corpus um dicionário especializado de linguística e gramática. A segunda questão diz respeito à inclusão de outro dicionário especializado: como a única referência à acepção de gênero que procuramos, apresentada no Caldas Aulete, estava sob a legenda da Antropologia, um campo das Ciências Humanas, recorremos a um dicionário especializado de Ciências Humanas⁷ para analisar o verbete gênero.

Quanto aos dicionários especializados, Nunes (1996) destaca em sua tese a costumeira divisão entre “dicionários de língua” e “dicionários de coisa”. Nos dicionários

⁶ Para a autora, tal dimensão se divide em silêncio constitutivo, que diz respeito ao fato de que para dizer algo é preciso calar outras coisas, e silêncio local, que funciona mediante algum tipo de censura. Compreendemos que o silenciamento que se dá na constituição dos dicionários é o constitutivo, determinado pelas condições de produção.

⁷ Destacamos que nem todos os dicionários especializados no campo de Ciências Humanas apresentam a entrada *gênero*. A obra *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade*, de Raymond Williams (2007), por exemplo, apresentando os termos a partir de sua origem, utilização e diferenciações acadêmicas, conta com o verbete *sexo*, no qual especifica que a utilização de *gênero* teria relação com associações teóricas elaboradas ao longo do século XX.

analisados pelo autor, produzidos entre os séculos XVI e XIX, nem sempre essa distinção se dava de modo claro. No entanto, o autor descreve a passagem que se deu dos dicionários enciclopédicos aos dicionários de língua, exemplificando com as diferenças entre o dicionário de Moraes (1789) e o de Bluteau (1712/1728): a diminuição da extensão da definição marca a transição de um tipo de dicionário para outro. Se atualmente tanto os dicionários especializados quanto os dicionários de língua são bem definidos enquanto tais, a extensão característica da definição em cada tipo se mantém: a definição de *gênero* no dicionário de Ciências Humanas, por exemplo, ocupa três páginas, apresentando inclusive um texto secundário à parte da definição⁸.

Para configurar o corpus com dois dicionários especializados e dois dicionários de língua, selecionamos um dicionário de língua, além do Caldas Aulete, que apresentasse a aceção de gênero que pretendíamos analisar. Foi assim que nosso *corpus* final de análise passou a contar com as seguintes obras:

Dicionários de língua	Dicionários especializados
AULETE, Caldas. Aulete Digital – o dicionário da língua portuguesa na internet. Dicionário Caldas Aulete, versão online.	CÂMARA JUNIOR, Joaquim Mattoso. Dicionário de linguística e gramática: referente à língua portuguesa . 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Aurélio Século XXI : o dicionário da língua portuguesa. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010	Dicionário de ciências humanas /direção de Jean-François Dortier; revisão e coordenação da tradução Márcia Valéria Martinez de Aguiar – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

Quadro 1 – Dicionários selecionados como *corpus*

Fonte: Elaborado pela autora.

Uma vez apresentados os critérios e procedimentos de construção do *corpus*, passamos a uma apresentação dos dicionários selecionados, com vistas a situá-los espaçotemporalmente em suas condições de produção.

Na página inicial do Aulete Digital, o dicionário é apresentado resumidamente como “o dicionário da língua portuguesa na internet/ Mais de 818 mil verbetes, definições e locuções em permanente atualização. Um dicionário de crescimento infinito, sempre em interação com a língua portuguesa”. Isso vai ao encontro do que Oliveira (2006, p. 86) explica sobre a compra do dicionário pelo Grupo Educacional Positivo em 2003, com a proposta de “formar um *corpus* da língua portuguesa com abrangência internacional para derivar em produtos lexicográficos diversos, dentre os quais um monolíngue eletrônico com atualização permanente”. A autora ressalta que esse formato muda a relação entre o falante e o instrumento linguístico: “o falante passa a ocupar um lugar de saber em relação ao instrumento.” (OLIVEIRA, 2006, p. 86). Relacionamos essa mudança ao já citado apontamento de Collinot e Mazière (1997) sobre o lugar de saber

⁸ Por esse motivo, os verbetes dos dicionários especializados não constarão integralmente neste artigo, sendo apresentados apenas os trechos que forem analisados, com as supressões sinalizadas por “[...]”.

do lexicógrafo: considerando um formato em que o consulente tem a possibilidade de interagir, é pertinente questionar o quanto essa interação pode repercutir nas condições de produção, uma vez que mais de um lugar de saber passa a coexistir. O conhecimento metalinguístico de um lexicógrafo não é o mesmo de um falante comum; no entanto, é a esse falante comum que o trabalho do lexicógrafo se dirige, ao mesmo tempo que pode dele receber sugestões. Ainda que a relação deixe de ser unilateral, numa espécie de autoria coletiva, esse compartilhamento é assimétrico, visto que é ainda ao lexicógrafo que cabe a legitimação dos sentidos que figurarão no dicionário, contrariamente ao que acontece com outras ferramentas de conhecimento no ambiente digital, como, por exemplo, a Wikipédia.

Na sequência há uma apresentação dos dois módulos do dicionário: “1. O tradicional e respeitadíssimo Dicionário Caldas Aulete em sua versão original, atualizada para o Brasil até a década de 1980, com mais de 200 mil verbetes (os verbetes desse módulo são identificados com o registro de 'verbe original')”. Essa descrição demonstra o pertencimento do dicionário a um português específico, falado no Brasil, e historicamente contextualizado, com registros que datam de 1980. Além disso, a atualização “para o Brasil” diz respeito à produção inicial do dicionário: sua primeira edição impressa, que data de 1986, foi inicialmente elaborada e publicada em Portugal, com a proposta de ser um dicionário canônico, que homogeneizasse a língua portuguesa (SILVERIS, 2018). Embora o dicionário eletrônico tenha sido consultado no ano de 2018, não há indicação nos verbetes ou nas seções gerais sobre a data de registro e atualização de cada entrada. O funcionamento é diferente nos dicionários impressos, que apresentam o ano da edição na ficha catalográfica.

É o caso do Dicionário Aurélio, cuja edição consultada para este artigo data de 2010. Esta é a quinta edição do dicionário, cujo prefácio explica que a edição anterior fora voltada à atualização dos verbetes segundo o acordo ortográfico que passou a vigorar no Brasil em 2009, enquanto a atual, após essas alterações, foi “revista, atualizada e acrescida com milhares de vocábulos de diversas áreas do conhecimento”, além de trazer “um amplo registro de vocábulos e termos de cunho internacional, ora aportuguesados, ora com a grafia original, conforme o uso que, geralmente, se faz deles”. O objetivo final da edição é que seja “útil e prática”.

Esse prefácio é seguido pelos prefácios à quarta, terceira e segunda edições, todos voltados a explicações sobre mudanças e acréscimos. O prefácio que se volta aos objetivos do dicionário é o *Prefácio à Primeira Edição*, no qual o autor (FERREIRA, 2010) afirma que “pretendeu-se fazer um dicionário médio, ou inframédio etimológico, com razoável contingente vocabular”, dando importância à atualização, à língua que circula na mídia (não restrita à literatura), “ao falar do povo” e aos “linguajares diversos”. Essa pretensão parece se manter até a edição mais recente, publicada anos após a morte de seu autor, haja vista a inclusão de verbetes com foco na realidade contemporânea. Ao longo do prefácio são apresentadas especificações sobre o modo de apresentação dos verbetes e os pontos que neles foram priorizados (como a sinonímia e a regência verbal). Entre eles, destacamos um que se justifica pelas necessidades do público projetado: “Parece-nos de incontestável utilidade para o leitor o largo registro que fizemos de elementos de composição, vernáculos e de origem latina e grega”, dialogando com a pretensão de utilidade e praticidade manifesta no prefácio da quinta edição. É com essas

especificações que se encerram as orientações ao consulente e as descrições a respeito do público projetado.

O *Dicionário de Linguística e Gramática*: referente à língua portuguesa (doravante DLG) selecionado para esta análise teve sua primeira edição em 1956. De autoria de Joaquim Mattoso Camara Jr. (que, de acordo com o texto que consta na orelha do dicionário, é conhecido como “Pai da Linguística no Brasil”), teve como título inicial *Dicionário de Fatos Gramaticais*. A partir da segunda edição, até a sexta, seu título foi *Dicionário de Filologia e Gramática*. O título atual foi adotado após a morte do autor, por decisão dos editores que assinam a Nota dos Editores para a 7ª Edição, após consulta ao linguista Gomes de Matos, que resenhou a 2ª edição da obra em 1966. A justificativa para a mudança é a maior abrangência e difusão da Linguística em relação à Filologia no Brasil. Junto a isso, a nota dos editores destaca que não há redundância na sequência “Linguística e Gramática”, posto que a Linguística, conforme Gomes de Matos, é a “verdadeira ciência panssemiótica do comportamento humano”, enquanto a gramática figura como um estudo descritivo e/ou explicativo dos funcionamentos formais de uma língua.

Desse percurso, destacamos a manutenção do saber gramatical no título da obra ao longo das mudanças: começando com foco nos fatos gramaticais, a obra passou a circular como um dicionário também de filologia, para finalmente se consolidar (nas 21 edições seguintes) como um compêndio de linguística e gramática. As mudanças nos títulos foram acompanhadas por mudanças no conteúdo do dicionário e podem ser relacionadas ao conhecimento metalinguístico e gramatical no Brasil: enquanto a gramática se mantém como um campo do conhecimento que atravessa gerações, a filologia e a linguística são negociáveis. O conhecimento metalinguístico, como observamos pela marcação da acepção gramatical de gênero em todos os dicionários consultados, ocupa lugar permanente nos dicionários de língua e é passível de ter um dicionário consagrado a ele.

O objetivo do DLG é definido como “o estudo da Língua Portuguesa” e relaciona-se às últimas explicações do dicionário, onde este “se entrega à consulta do público estudioso brasileiro”. Além disso, uma orientação de uso estabelece que:

Caberá à exação do consulente aproveitar ao máximo essa disposição da matéria, ampliando a sua consulta por todos os verbetes assim relacionados e indo de remissão em remissão até chegar a um informe compreensivo e conclusivo, em vez de contentar-se com os dados parciais e incompletos do verbete a que por acaso se tenha circunscrito. (CÂMARA JUNIOR, 2011, p. 37).

O público projetado pode ser interpretado não como um falante comum de língua portuguesa, mas como um estudioso da língua portuguesa. Este, por sua vez, não fará uma consulta simples a fim de sanar uma dúvida, mas deverá ampliar sua pesquisa a todos os verbetes relacionados àquele que inicialmente consultou. Pode-se observar, desde o público projetado, uma diferença em relação aos dicionários de língua: enquanto estes se destinam à resolução de dúvidas pontuais a respeito da língua, os especializados se apresentam como uma fonte de pesquisa mais aprofundada.

O segundo dicionário especializado que analisamos, *Dicionário de Ciências Humanas* (doravante DCH), é de autoria de Jean-François Dortier e foi escrito originalmente em língua francesa. Sua tradução foi publicada no âmbito do Ano da França

no Brasil e do programa de apoio à publicação Carlos Drummond de Andrade, com apoio do Ministério Francês das Relações Exteriores. A folha de rosto indica que alguns verbetes passaram por “adaptação ou reformulação” (o verbete *gênero* não é um deles) e identifica o responsável em cada caso. A tradução do DCH, por sua vez, é atribuída a seis diferentes tradutores, seguidos de uma revisora e coordenadora da tradução, não havendo identificação da tradução de cada verbete por algum dos tradutores citados. O prefácio que consta antes dos verbetes é uma tradução do prefácio de Dortier, não havendo um texto introdutório voltado especificamente à tradução.

No prefácio (DORTIER, 2010), o objetivo do DCH é apresentado como “colocar ao alcance de um grande público os conceitos, os autores e as teorias que formam o corpo atual das ciências humanas”. Esse grande público, em seguida, é especificado como estudantes, pesquisadores e professores de ciências humanas, focando na interdisciplinaridade que é exigida nessa formação. Assim, o dicionário “oferece um meio de circular não apenas de uma especialidade a outra, mas também de abordar os inúmeros conceitos e campos de pesquisa que atravessam alegremente as fronteiras disciplinares”. A menção aos pesquisadores e estudantes permite interpretar que esse dicionário não seja voltado ao público comum que porventura queira se informar sobre algum termo ouvido na mídia (exemplo fornecido pelo próprio DCH).

Nesse sentido, os dois dicionários especializados analisados neste artigo se assemelham no público projetado. No entanto, algumas diferenças se marcam (justificadas talvez pelas condições de produção, que determinam diferentes modos de relação com o conhecimento, seja metalinguístico ou não, de cada país). É o caso, por exemplo, da ausência de uma contextualização sobre a autoria do DCH: Dortier aparece como responsável pela direção, sem especificar se foi ele quem elaborou as definições e selecionou os verbetes ou quais critérios foram adotados para isso. Além disso, o DLG conta com uma extensa apresentação do autor, com detalhes sobre sua formação acadêmica e sobre suas demais publicações, diferentemente do DCH, que não apresenta qualquer informação sobre o responsável por sua direção. Enquanto as notas do dicionário especializado em linguística e gramática dissertam sobre o processo de elaboração da obra, o dicionário especializado em ciências humanas apresenta uma reflexão focada na relação da publicação com as necessidades contemporâneas dos especialistas da área.

Uma vez apresentados os dicionários, passamos à análise do verbete *gênero* em cada um deles.

3.2 GÊNERO NOS DICIONÁRIOS DE LÍNGUA

Antes de procedermos à análise dos verbetes, recorreremos à pesquisa de Oliveira (2006) para traçar um paralelo quanto a uma particularidade da palavra aqui analisada. Buscando compreender os sentidos da palavra *cidadania*, a autora se voltou à textualidade de dicionários brasileiros e lusitanos do século XVIII ao século XXI. Sua análise nos serve de base porque, assim como a análise aqui proposta, é centrada em “uma palavra que não tem como contraparte no mundo um objeto concreto, uma palavra do domínio

político, cujos sentidos se buscam frequentemente em textos especializados, da filosofia ou da história política” (OLIVEIRA, 2006, p. 11). Apesar das diferenças quanto às áreas de conhecimento elencadas pela autora, *gênero* também é uma palavra frequentemente evocada em textos especializados, além de não fazer referência a um objeto no mundo, mas a uma noção teórica. Essa distinção nos conduz a pensar, mais uma vez, sobre a diferença entre a palavra e o conceito e, mais do que isso, sobre as relações de polissemia que atravessam as palavras, como a autora observa:

[...] a palavra *cidadania* deriva sim de *cidadão*, porém não do seu sentido greco-romano, mas do sentido moderno, oriundo da Revolução Francesa. Desse modo, não foram os antigos que “inventaram o conceito”, ainda que tenham significado no tempo a “condição de cidadão”, enunciado que tomamos hoje por paráfrase de *cidadania*. A ideia de “inventar o conceito”, aliás, dá margem a uma interpretação que fixa os sentidos no étimo. O que venho afirmando aqui se opõe a essa posição. Pretendo mostrar no dicionário justamente que a palavra *cidadania* é polissêmica e que seus sentidos se constituem na história de suas enunciações ao longo do tempo. (OLIVEIRA, 2006, p. 38).

Essas relações se marcam de modo bastante significativo em algumas das definições aqui analisadas, que permitem refletir sobre as diferenças entre palavra e conceito. Buscando articular o estudo dos enunciados dos dicionários, que organizam acepções possíveis para dado verbete, a uma compreensão discursiva dos efeitos de sentido, identificamos um movimento de estabilização, dada pela linearização das acepções frente aos diferentes sentidos que uma palavra pode assumir, a depender do campo de conhecimento no qual é mobilizada.

Além da pesquisa de Oliveira (2006), destacamos da já citada pesquisa de Nunes (1996) algumas observações sobre o enunciado definidor. Para o autor, “a variação formal do enunciado definidor nos dicionários não é indiferente quanto aos efeitos de sentido que seu discurso produz” (NUNES, 1996, p. 187), e é por isso que sua análise do enunciado definidor se baseia nas variações que se estabelecem a partir de um formato padrão. Tal formato, sintetizado por Mazière (1989) e citado por Nunes (1996), é o seguinte:

N-Entrada: N-Cabeça (Adjetivo) (Particípio) (S Prep.) (Relativa) (Circunstancial)

Para o autor, a análise dos variados desdobramentos possíveis a partir desse padrão permite depreender o funcionamento discursivo das definições, bem como os processos de referenciação que são postos em jogo (NUNES, 1996). Essas orientações nos servirão de base para a análise do verbe *gênero* nos dicionários selecionados, como segue:

Dicionário Caldas Aulete	Dicionário Aurélio
gênero	gênero.

<p>(gê.ne.ro) sm.</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Conceito que engloba todos os grupos com características básicas comuns (espécies) num universo ou classe de seres ou coisas 2. P.ext. Conjunto de seres ou coisas que têm a mesma origem ou que se encontram ligados pela semelhança de suas principais características: o gênero humano. 3. Espécie, tipo: Ele gosta de todo o gênero de pessoas. 4. Biol. Categoria taxonômica de animais ou vegetais que se situa abaixo de família e acima de espécie 5. Gram. Categoria gramatical que classifica nomes e pronomes de uma língua, distinguindo-os, p.ex., entre masculino, feminino e neutro 6. Liter. Categoria distintiva de composição literária: O romance é um gênero literário; a poesia, outro. 7. Art.Pl. Cin. Natureza do assunto tratado por um artista: filme do gênero romântico. 8. Antr. A forma que a diferença sexual assume, nas diversas sociedades e culturas, e que determina os papéis e o status atribuídos a homens e mulheres e a identidade sexual das pessoas 9. Ret. Divisão dos discursos conforme os fins a que se propõem e os meios que empregam para tal [F.: Do lat. genus,eris] 	<p>[Do lat. genus, eris, 'classe', 'espécie', poss. pelo pl. lat. genera, ou pelo lat. *generum, com mud. de declinação.] S. m.</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Lóg. Classe cuja extensão se divide em outras classes, as quais, em relação à primeira, são chamadas espécies. 2. Lóg. Um dos predicáveis (q.v.): característica(s) que uma coisa tem em comum com outra, e que lhe(s) determina(m) a essência, quando acrescida da diferença (8). [Cf. nesta acepç., classe (22).] 3. P. ext. Qualquer agrupamento de indivíduos, objetos, fatos, ideias, que tenham caracteres comuns; espécie, classe, casta, variedade, ordem, qualidade, tipo. Frequentava todo gênero de gente; Que gênero de conversa é esta? Nesta rua há todo gênero de casas. 4. Maneira, modo, estilo: Não concordo com esse gênero de vida. 5. Nas obras de um artista, de uma escola, cada uma das categorias que, por tradição, se definem e classificam segundo o estilo, a natureza ou a técnica: os gêneros literários, musicais, pictóricos. 6. Classe ou natureza do assunto abordado por um artista: gênero dramático, gênero romântico. 7. Antrop. A forma culturalmente elaborada que a diferença sexual toma em cada sociedade, e que se manifesta nos papéis e status atribuídos a cada sexo e constitutivos da identidade sexual dos indivíduos. 8. Biol. Categoria taxonômica compreendida entre a família e a espécie. [V. grupos taxonômicos]. 9. E. Ling. Categoria gramatical (q.v.) que dispõe os nomes de uma língua em classes (como feminino, masculino, neutro, animado, inanimado), de acordo com (a) a referência pronominal (a casa/ela; o menino/ele); (b) a concordância com os modificadores (a menina bonita/o gato gordo); (c) a presença de determinados afixos (como, p. ex., -triz). 10. Mat. Diferença entre o número máximo de pontos duplos que uma curva unicursal pode ter e o número dos que ela realmente possui; deficiência. 11. Mat. Metade do número de cortes que devem ser feitos em uma superfície para que ela se torne simplesmente conexa. ~V. gêneros. <p>Gênero de vida. Conjunto de atividades habituais, provenientes da tradição, mercê das quais o homem assegura a sua existência, adaptando a natureza em seu proveito.</p> <p>Gênero humano. A espécie humana; a humanidade. Comum de dois gêneros. E. Ling. V. comum-de-dois.</p> <p>Fazer gênero. Bras. Gír. Fingir ser o que não é.</p> <p>Não fazer o gênero de. Bras. Não estar conforme a opinião ou gosto de (alguém); não agradar a.</p>
--	---

Quadro 2 – Gênero para os dicionários de língua

Fonte: Elaborado pela autora com base em Aulete (2018) e Ferreira (2010).

Ainda que o número de acepções seja aproximado entre os dois dicionários, os enunciados apresentados no Caldas Aulete são mais enxutos, enquanto no Aurélio as

definições são mais extensas e dispõem de mais exemplos. A estrutura da definição é semelhante em ambos os dicionários: as acepções alternam entre a fórmula “X que Y” (por exemplo, “Conjunto de seres ou coisas que **têm** a mesma origem ou que se **encontram** ligados pela semelhança de suas principais características”, no Caldas Aulete, e “Qualquer agrupamento de indivíduos, objetos, fatos, ideias, que **tenham** caracteres comuns”, no Aurélio) e o uso do particípio (por exemplo, “Natureza do assunto tratado por um artista”, no Caldas Aulete, e “Categoria taxonômica compreendida entre a família e a espécie”, no Aurélio). O tempo verbal predominante nos enunciados é o presente, tanto no modo indicativo como no subjuntivo, conforme grifos dos exemplos anteriores.

Quanto à organização das acepções, destacamos que no Caldas Aulete apenas a partir da terceira acepção o conhecimento especializado passa a ser marcado por rubricas como “Biol.”, “Gram.”, enquanto no Aurélio a primeira acepção já remete ao campo de conhecimento da Lógica. Nesse sentido, é possível afirmar que o dicionário Aurélio toma os diferentes campos de conhecimento especializados como percurso inicial para os sentidos de *gênero*, visto que só a partir da terceira acepção a definição não é marcada por uma rubrica de especificidade. O movimento do Caldas Aulete, ao contrário, parte do conhecimento geral para o específico, e não inclui nesse específico as acepções referentes à lógica e à matemática, por exemplo, presentes no Aurélio. Este, por sua vez, não inclui a acepção referente à retórica, presente no Caldas Aulete.

Veremos agora como a acepção de gênero que diz respeito à diferença sexual é apresentada em ambos os dicionários.

Dicionário Caldas Aulete	Dicionário Aurélio
8. Antr. A forma que a diferença sexual assume, nas diversas sociedades e culturas, e que determina os papéis e o status atribuídos a homens e mulheres e à identidade sexual das pessoas	7. Antrop. A forma culturalmente elaborada que a diferença sexual toma em cada sociedade, e que se manifesta nos papéis e status atribuídos a cada sexo e constitutivos da identidade sexual dos indivíduos.

Quadro 3 – Acepção específica de gênero para os dicionários de língua

Fonte: Elaborado pela autora com base em Aulete (2018) e Ferreira (2010).

Podemos identificar semelhanças desde a rubrica que categoriza as definições, diferentemente do que acontece, por exemplo, quanto ao gênero gramatical (categorizado num dicionário sob a rubrica da Gramática e em outro sob Estudos Linguísticos): em ambos os dicionários é a Antropologia que categoriza a definição da identidade sexual. Esta, por sua vez, em ambos os dicionários, é relacionada com “sociedade”, “cultura”, “papéis” e “status”. Um olhar mais atento à sintaxe dos enunciados permite identificar diferenças sutis, mas relevantes, entre as definições.

No dicionário Aurélio, a relação entre gênero e cultura está posta desde a primeira linha, visto que “a forma” é “culturalmente elaborada”: “A forma culturalmente elaborada que a diferença sexual toma em cada sociedade, e que se manifesta nos papéis e status atribuídos a cada sexo e constitutivos da identidade sexual dos indivíduos”. No Caldas Aulete, embora a cultura esteja presente na definição “A forma que a diferença sexual assume, nas diversas sociedades e culturas, e que determina os papéis e o status atribuídos a homens e mulheres e à identidade sexual das pessoas”, a formulação sintática não

permite que ela figure como agente responsável pela elaboração da diferença sexual: a cultura, pluralizada em “nas diversas sociedades e culturas”, figura como adjunto adverbial, lugar onde a assunção ocorre. Vale destacar que a forma tomada pela diferença sexual está posta no Aurélio como elaboração, assemelhando-se a um processo, enquanto no Caldas Aulete a diferença sexual tem uma forma assumida (sem especificação de como se assume). Desse cotejamento entre os primeiros fragmentos das definições, é possível concluir que o Aurélio permite a leitura do gênero como um processo relacionado à diferença sexual e dependente da cultura, enquanto o Caldas Aulete não apresenta explicações sobre a forma como a diferença sexual é assumida, pontuando a cultura simplesmente como o ambiente onde essa assunção ocorre.

Na segunda parte dos enunciados, embora os “papéis e status atribuídos” estejam presentes em ambas as definições, a relação deles com a forma tomada pela diferença sexual é apresentada de modos diferentes. Para o Caldas Aulete, a forma que a diferença sexual assume determina esses papéis e status; para o Aurélio, os papéis e status são um local de manifestação dessa diferença sexual, não se atribuindo um sentido de causalidade por eles, como é possível interpretar pela determinação apresentada no Caldas Aulete. Essa determinação se estende à identidade sexual das pessoas, de modo que esta é determinada da mesma forma que os papéis e o status. Já para o Aurélio, a identidade sexual estabelece uma outra relação: ela é constituída pelos papéis e status atribuídos a cada sexo, permitindo uma interpretação sequencial: a cultura elabora a diferença sexual, a diferença sexual se manifesta nos papéis e status atribuídos a cada sexo e os papéis e status constituem a identidade sexual.

Após o cotejamento entre as definições, consideramos que ambas se centram sobre a diferença sexual e a identidade sexual, tendo as principais diferenças marcadas pelas relações que estabelecem com os elementos que as circundam, conforme as figuras 1 e 2:

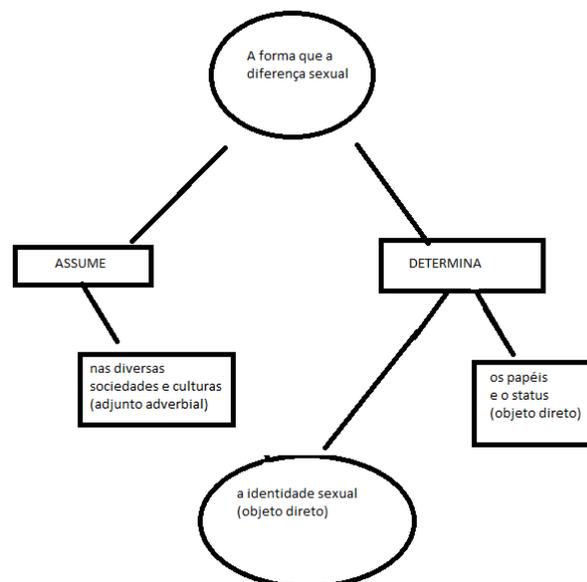


Figura 1 – Gênero no dicionário Caldas Aulete

Fonte: Elaborada pela autora com base em Aulete (2018).

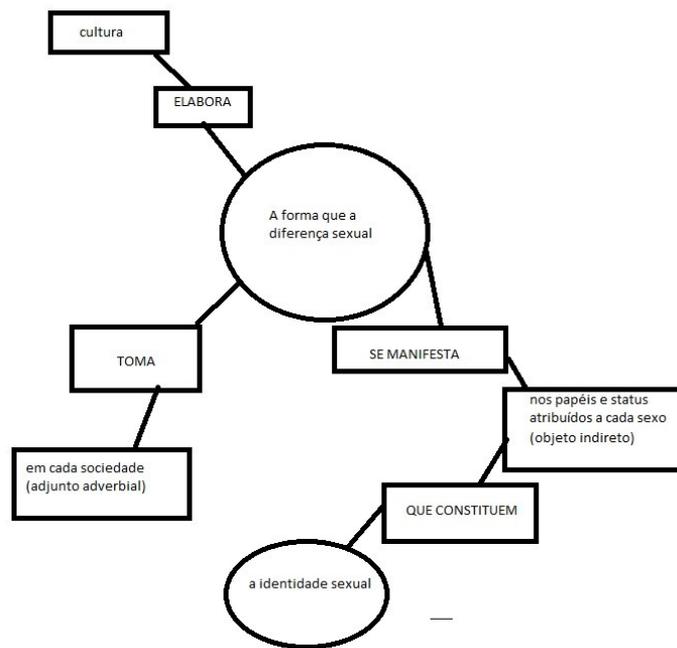


Figura 2 – Gênero no dicionário Aurélio

Fonte: Elaborado pela autora com base em Ferreira (2010).

Os círculos representam os núcleos das definições, em torno dos quais se organizam os elementos complementares (alguns dos participípios e substantivos derivados foram substituídos por sua forma verbal para permitir uma melhor visualização das relações estabelecidas). As figuras ilustram as relações sintáticas das diferentes definições. Dentre eles, destacamos que, na Figura 1, a identidade sexual está na mesma posição de “os papéis e o status”, numa relação de paridade; na Figura 2, esses papéis funcionam como agente de constituição da identidade sexual, o que reforça a já comentada ênfase da definição aureliana de gênero como um processo, com desdobramentos identificáveis e interligáveis.

Nesse sentido, é possível afirmar que a acepção de *gênero* para o dicionário Aurélio estabelece, de uma forma mais explícita do que a apresentada no dicionário Caldas Aulete, o modo como ele é elaborado pela cultura a partir da diferença sexual e, a partir daí, de modo sequencial, produz efeitos na identidade sexual. No Caldas Aulete, diferentemente, a identidade sexual é determinada no mesmo nível dos papéis e status que são atribuídos a homens e mulheres.

Uma vez analisados os diferentes efeitos de sentido produzidos pelos enunciados definidores aparentemente semelhantes em dicionários de língua, passamos agora à análise dos dicionários especializados.

3.3 GÊNERO NOS DICIONÁRIOS ESPECIALIZADOS

Para proceder à análise do verbete *gênero* no Dicionário de Linguística e Gramática (doravante DLG), dada a extensão do verbete, trazemos aqui apenas os fragmentos que serão analisados (as supressões estão marcadas por [...]).

GÊNERO – Categoria gramatical por que nas línguas indo-europeias se distribuem os nomes (v.) em 3 ou 2 classes: 1) masculino, feminino, neutro; 2) masculino, feminino. A primeira divisão, tripartida, é a das antigas línguas clássicas, entre as quais o latim. A segunda, bipartida, é a das línguas românicas, derivadas do latim, entre as quais o português. O critério da primeira divisão parece ter decorrido de uma divisão anterior entre gênero ANIMADO (depois desdobrado em masculino e feminino) e INANIMADO (neutro). Era uma concepção mística, cujo sentido já no latim clássico tinha em grande parte desaparecido. A divisão bipartida das línguas românicas abrange todos os substantivos e os adjetivos que entram em concordância (v.) com eles. O significado da categoria é variável e até lábil; a distinção dos sexos é um significado da categoria para os nomes de seres do reino animal, mas mesmo aí há nomes que só têm um gênero, independentemente do sexo (ex.: *cônjuge*, masculino; *testemunha*, feminino; *jacaré*, masculino; *cobra*, feminino), podendo o sexo ser indicado subsidiariamente pelos termos *macho* e *fêmea* apostos ao nome e sem concordância de gênero com ele, no caso de animais irracionais – um *jacaré fêmea*, *uma cobra macho* (nomes EPICENOS).[...] Para substantivos referentes a seres do reino animal encontram-se não raro vocábulos diferentes para o masculino e feminino, como formas supletivas (v.): a) formados de semantemas distintivos (ex.: *homem – mulher*; *bode – cobra*); b) diferenciados por um sufixo lexical, na base de um mesmo semantema, podendo ter ou não o feminino a desinência *-a* (*conde – condessa*, com o masculino sem sufixo lexical e o feminino com o sufixo *-essa* provido da desinência *-a*; *imperador – imperatriz*, com os sufixos lexicais *-dor* e *-triz* para o masculino e o feminino, respectivamente, e sem a desinência *-a* no feminino). [...]

Quadro 4 – Gênero no Dicionário de Linguística e Gramática

Fonte: Elaborado pela autora com base em Camara Junior (2011).

A definição inicial de *gênero* é “categoria gramatical”, o que nos remete à já observada regularidade pela qual os sentidos de categorias, de classes, de identidades e/ou diferenças são constitutivos das diferentes acepções de *gênero*. Destacamos que o vocabulário adotado pelo DLG é abundante em referências ao conhecimento especializado do campo da linguística e da gramática, reforçando a projeção de público definida no prefácio: um estudioso desses campos específicos.

Diferenciando a designação de gênero que se faz entre objetos animados e inanimados, a definição do DLG reconhece a possibilidade de uma não correspondência entre o gênero da palavra e o seu referente no mundo⁹:

a distinção dos sexos é um significado da categoria para os nomes de seres do reino animal, mas mesmo aí há nomes que só têm um gênero, independentemente do sexo (ex.: *cônjuge*, masculino; *testemunha*, feminino; *jacaré*, masculino; *cobra*, feminino), podendo o sexo ser indicado subsidiariamente pelos termos *macho* e *fêmea* apostos ao nome e sem concordância de gênero com ele, no caso de animais irracionais – um *jacaré fêmea*, *uma cobra macho* (nomes EPICENOS).

⁹ A discussão sobre a sinalização gramatical como forma de inclusão de gênero traz questões pertinentes a respeito dessa relação entre palavra e referente. Um aprofundamento sobre esse debate pode ser encontrado em nossa dissertação de mestrado (MEDEIROS, 2016).

Chamamos atenção para o modo como os exemplos que se aplicam a humanos e que se aplicam a animais são apresentados sequencialmente, não direcionando a qualquer reflexão sobre identidade de gênero. Ao elencar exemplos do reino animal para a explicação do funcionamento da categoria gênero (“jacaré”, “cobra”, “lobo”), ela é posta como natural e evidente: o gênero está dado, não é uma construção, e a língua dispõe de mecanismos para expressá-lo (não para construí-lo ou questioná-lo).

Quanto à diferença sexual, ainda que não seja apresentada com essa nomenclatura, ela está assinalada nos “substantivos referentes a seres do reino animal”:

encontram-se não raro vocábulos diferentes para o masculino e feminino, como formas supletivas (v.): a) formados de semantemas distintivos (ex.: *homem – mulher; bode – cabra*); b) diferenciados por um sufixo lexical, na base de um mesmo semantema, podendo ter ou não o feminino a desinência – *a* (*conde – condessa*, com o masculino sem sufixo lexical e o feminino com o sufixo –*essa* provido da desinência –*a*; *imperador – imperatriz*, com os sufixos lexicais –*dor e –triz* para o masculino e o feminino, respectivamente, e sem a desinência –*a* no feminino).

Desse modo, a definição do dicionário reconhece a especificidade da diferença sexual para seres do reino animal, cujo gênero não pode ser categorizado do mesmo modo que o gênero de objetos. A diferença sexual, posta pela distinção entre masculino e feminino, figura como um fato da natureza e da língua, no qual a sociedade não é evocada como fator condicionante: mesmo para falar de títulos ligados ao campo da política, como “imperador/imperatriz”, a definição apenas constata a possibilidade de ocupação desses cargos por homens ou mulheres¹⁰.

Dessa análise, concluímos que a categoria de gênero conforme apresentada no DLG trata estritamente do funcionamento do gênero das palavras; os referentes para os quais a diferença de gênero poderia importar são evocados apenas como exemplo da flexão no campo lexical. Essa restrição pode ser justificada pelo objetivo do dicionário: ser uma fonte de estudo específico sobre linguística e gramática, campos nos quais o conceito de gênero tem um modo particular de funcionamento, que não necessariamente corresponderá à sua circulação em demais campos do conhecimento (incluída aí a língua geral).

¹⁰ Salientamos que o reconhecimento da relação entre sociedade e língua não se restringe a textos que se focam na abordagem de gênero como fator sociocultural. É o caso, por exemplo, da Moderna Gramática Portuguesa, de Bechara (2009), na qual a seção Gênero abriga uma subseção denominada “O gênero nas profissões femininas” onde se lê que: “– A presença, cada vez mais justamente acentuada, da mulher nas atividades profissionais que até bem pouco eram exclusivas ou quase exclusivas do homem tem exigido que as línguas – não só o português – adaptem o seu sistema gramatical a estas novas realidades. Já correm vitoriosos faz muito tempo femininos como mestra, professora, médica, advogada, engenheira, psicóloga, filóloga, juíza, entre tantos outros. As convenções sociais e hierárquicas criaram usos particulares que nem sempre são unanimemente adotados na língua comum. Todavia, já se aceita a distinção, por exemplo, entre a Cônsul (= senhora que dirige um consulado) e a Consulesa (= esposa do Cônsul), a Embaixadora (= senhora que dirige uma Embaixada) e Embaixatriz (= esposa do Embaixador). Já para senador vigoram indiferentemente as formas de feminino senadora e senatriz para a mulher que exerce o cargo político ou para a esposa do senador, regra que também poucos gramáticos e lexicógrafos estendem a consulesa e embaixatriz.” (BECHARA, 2009, p. 134)

Passamos agora à análise do verbete *gênero* no Dicionário de Ciências Humanas (doravante DCH). Do mesmo modo como procedemos com o DLG, trazemos apenas os fragmentos que serão analisados (as supressões estão marcadas por [...]). O verbete é intercalado por um texto à parte, intitulado *Masculino/Feminino: uma questão de natureza ou de cultura? As teorias das diferenças do sexo*, delimitado em formato de box, cuja análise procederemos após a análise do texto do verbete.

GÊNERO

“Nós não nascemos mulher, e sim nos tornamos mulher”, proclamava Simone de Beauvoir em 1949, no livro *Le Deuxième Sexe [O segundo sexo]*, denunciando a diferença de tratamento com relação a homens e mulheres nas sociedades...[...]

Num dos primeiros trabalhos explicitamente consagrados ao gênero, *Sex, Gender and Society [Sexo, gênero e sociedade]* (1972), a americana Ann Oakley define o gênero em oposição ao sexo. A palavra “sexo” se refere às diferenças biológicas; já o “gênero” é uma questão de cultura: “refere-se à classificação social entre masculino e feminino”, aos papéis sociais atribuídos aos homens e às mulheres, ou, ainda, àquilo que os sociólogos chamam de “as relações sociais de sexo”. [...]

A noção de gênero também é usada cada vez mais amplamente nos trabalhos de ciências sociais, como a história, a sociologia, a antropologia, as ciências políticas e jurídicas... Na esteira dos estudos feministas, desenvolveram-se os estudos sobre a homossexualidade (*Gay and Lesbian Studies*) e, mais recentemente, a *Queer Theory*, movimento intelectual e político que recusa as identidades atribuídas e procura diluir as fronteiras entre os sexos mostrando que o biológico sempre é moldado pelo gênero social.[...]

É preciso também levar em conta que, bem antes que os estudos sobre os gêneros usufríssem da legitimidade de que gozam atualmente nas sociedades ocidentais, muitos autores e autoras já haviam questionado a diferença social entre os sexos.[...]

-> Feminismo, Mulher

Quadro 5 – Gênero no Dicionário de Ciências Humanas

Fonte: Elaborado pela autora com base em Dortier (2010).

O primeiro aspecto que destacamos é o formato enciclopédico: o enunciado definitório começa por uma citação, e não pelo formato de definição padronizada que encontramos nos demais dicionários. Assim como no DLG, o verbete do DCH apresenta uma breve retomada histórica do conceito analisado. Como diferença, é possível perceber que no DCH os desdobramentos não servem apenas para contextualizar diacronicamente, mas também para apresentar diferentes pontos de vista que se elaboram sobre o mesmo conceito.

Das possíveis acepções apresentadas no verbete, destacamos a atribuída à americana Ann Oakley, que, além de servir para estabelecer um marco temporal dos estudos de gênero, “define o gênero em oposição ao sexo”: embora o restante de sua definição se assemelhe às definições encontradas nos dicionários de língua, relacionando gênero à cultura e à sociedade, a noção de oposição diferencia essa acepção das demais analisadas. Enquanto nas acepções dos dicionários de língua comum o gênero é posto em relação de continuidade com “a diferença sexual”, o DCH, ao apresentar a noção de oposição, rompe com essa continuidade, postulando uma diferença marcante que se contrapõe a uma correspondência direta (como poderia ser interpretada pelas definições dos dicionários de língua).

Essa diferente perspectiva é reafirmada pela explicação sobre a *Queer Theory*, “que recusa as identidades atribuídas e procura diluir as fronteiras entre os sexos mostrando que o biológico sempre é moldado pelo gênero social”. A apresentação dessa teoria dentro do verbete *gênero* aponta uma ruptura com o postulado pelos dicionários de língua: enquanto estes afirmam que os gêneros são culturalmente atribuídos segundo a diferença sexual, a teoria aqui apresentada propõe um movimento contrário, no qual é o gênero social que molda o biológico. Abordando também a diluição de fronteiras, tal perspectiva de gênero permitiria refutar a existência de uma diferença a priori, considerando que esta apenas se molda às diferenciações estabelecidas pelo gênero social.

Finalmente, o texto do verbete conclui que os estudos de gênero são um campo de conhecimento antigo, dado que “bem antes que os estudos sobre os gêneros usufríssem da legitimidade de que gozam atualmente nas sociedades ocidentais, muitos autores e autoras já haviam questionado a diferença social entre os sexos”. Dessa conclusão, é possível afirmar que o verbete apresenta diferentes perspectivas para *gênero* de acordo com o campo dos estudos de gênero e seus desdobramentos contemporâneos, reconhecendo, no entanto, que, embora a legitimidade e a nomenclatura desse campo sejam recentes, o assunto de que ele se ocupa já era estudado muito anteriormente. Quanto a essa afirmação, não é estabelecido um marco temporal, mas a citação a Beauvoir nos dá pistas de que essa problemática seja investigada pelo menos desde a década de 1940. É pertinente destacar que tanto a obra citada quanto o seu trecho selecionado não utilizam a palavra *gênero*, mas sim *sexo* e *homens e mulheres*, o que confirma a constatação final do verbete quanto ao estudo já antigo da *diferença social entre os sexos*.

Passamos agora à análise do texto que acompanha, em formato de box, o verbete. Apresentando “as teorias das diferenças do sexo”, o texto aborda duas principais perspectivas sobre o gênero: a natureza e a cultura. Essa divisão é interessante porque coloca separadamente aspectos que até então tinham sido apresentados como constitutivos do gênero de modo conjunto (com variações nas relações de sequencialidade, por exemplo), e não separados por *ou*. Nesse texto, os argumentos a favor da natureza ou da cultura são atribuídos a diferentes campos do conhecimento. A favor da natureza, figura a psicologia evolucionista/evolutiva (ambas denominações presentes no texto). A favor da cultura, figuram a etnologia, a psicologia do desenvolvimento, a psicologia social, a sociologia, a antropologia, a economia, a história e o direito. Destacamos que, embora o dicionário procure abranger diversas disciplinas das ciências humanas, a quantidade de áreas que são referidas a favor de uma mesma perspectiva é desproporcional em comparação à quantidade referida a favor da outra: essa disparidade pode se justificar seja por se tratar de perspectivas com diferentes graus de aceitabilidade por parte dos estudiosos que se dedicam ao estudo do gênero, seja para marcar a posição ocupada pelo lexicógrafo de preferência por uma em detrimento da outra. A leitura do DCH não permite afirmar de qual alternativa se trata, mas essa variação pode ser significativa para os sentidos de *gênero* na língua comum, como discutiremos na próxima seção.

Sobre a perspectiva que se baseia na biologia, a psicologia evolucionista, o texto afirma que ela “continua a fazer, principalmente na Europa, o papel de patinho feio no panorama das ciências humanas” e que “propõe teorias consideradas pouco politicamente

corretas, segundo as quais as diferenças entre os dois sexos se explicariam por determinismos biológicos”. Essa perspectiva é a única, dentre as diversas aqui analisadas, que não coloca a diferença sexual em relação com a cultura. O gênero figura aqui como uma condição biológica que não é passível de interpretações ou modulações sociais. A diferença sexual, nessa perspectiva, é sinônima de gênero, numa relação direta e transparente.

Quanto às perspectivas que se baseiam na cultura, estas são apontadas como as originadoras dos estudos de gênero. É estabelecido um marco temporal por “há cerca de vinte anos” para a expansão desses estudos. No entanto, tal como aconteceu no verbete com a referência a Simone de Beauvoir, neste texto complementar também é referido pelo menos uma produção que é bastante anterior ao marco dos estudos de gênero: “A etnóloga Margaret Mead foi uma das primeiras a enfatizar, nos anos 1930, o caráter cultural e construído das identidades de sexo.” Tal como na referência a Beauvoir, a nomenclatura utilizada para debater as diferenças não se vale de *gênero*, embora a reflexão que hoje se organiza em torno desse conceito já estivesse presente. Isso confirma a já citada diferença, sempre pertinente, entre conceito e palavra: embora a circulação da palavra ocupando o papel de um determinado campo de estudo seja recente, as questões que a atravessam já foram postas em outros termos. Na sequência do texto, são elencados exemplos sobre estereótipos, expectativas, violência simbólica e desigualdades. O texto conclui citando filósofas francesas cujas produções dão continuidade às reflexões de Beauvoir quanto ao “debate sobre o lugar das mulheres nas sociedades contemporâneas”.

Dessa análise, é possível concluir que o DCH se vale de diferentes recursos para produzir um efeito de completude quanto às diferentes perspectivas de gênero que circulam nos campos das Ciências Humanas: o texto do verbete, que apresenta as perspectivas de modo mais enfático e direto, é intercalado por um texto que se marca como questionador desde o título. Além disso, podemos relacionar a referência constante a Simone de Beauvoir ao funcionamento das condições de produção, visto que se trata de um dicionário produzido na França, fazendo referência a autoras francesas, e de um verbete que foi traduzido para o Brasil sem adaptações (ao contrário de outros que constam no DCH, conforme indicado em sua folha de rosto).

Uma vez concluída a análise do verbete *gênero* nos quatro dicionários, passamos agora à discussão de algumas considerações suscitadas pela análise.

4 ENTRE A ANTROPOLOGIA E A GRAMÁTICA, A MARCA DAS DIFERENÇAS

Em todos os dicionários aqui analisados, foi possível identificar uma regularidade quanto à presença da diferença e da categorização nas definições. Assim, o gênero seria aquilo que categoriza a partir da diferença, e isso serve tanto para o gênero gramatical, que marca a diferença entre um jacaré e uma cobra, quanto para a identidade sexual, que marca socialmente diferenças entre homens e mulheres.

Algumas relações podem ser estabelecidas entre os verbetes apresentados nos diferentes tipos de dicionários que analisamos. A primeira para a qual chamamos atenção é a que diz respeito à definição de *gênero* nos dicionários de língua. É possível traçar um

paralelo entre as reflexões propostas pelo campo dos estudos de gênero, os sentidos para gênero apresentados no DCH e seus sentidos nos dicionários de língua comum (quando estes incluem essa acepção): o gênero é uma construção cultural da diferença entre homens e mulheres. É interessante notar que, embora o DCH reconheça outras perspectivas de gênero, como aquela da psicologia evolutiva, o sentido que circula nos dicionários de língua é o da antropologia, havendo inclusive a rubrica que o identifica como tal. A abundância de diferentes campos do conhecimento que defendem a perspectiva da cultura como determinante para o gênero, como demonstramos na análise do DCH, pode ser uma explicação para o fato de ser esta a acepção que figura nos dicionários de língua comum: embora haja perspectivas diferentes, o consenso entre diferentes áreas é responsável por legitimar um sentido que circule como predominante para além de seus campos específicos.

A segunda relação que destacamos é aquela que se estabelece entre o conhecimento especializado e o conhecimento geral, segmentação que se materializa na diferenciação entre dicionários de língua e dicionários especializados, sem que isso estabeleça fronteiras intransponíveis. É o que acontece, por exemplo, na acepção de *gênero* que diz respeito ao conhecimento metalinguístico. Ainda que a definição apresentada no DLG seja muito mais aprofundada, como é o esperado de um dicionário especializado, uma definição mais simples sobre gênero gramatical estava presente em *todos* os dicionários de língua consultados (inclusive aqueles que foram descartados do corpus). Retomando Collinot e Mazière (1997), lembramos que o dicionário é construído para um público suposto, projetado, com certo conhecimento sobre a língua e certo objetivo em sua consulta. De nossa análise, podemos concluir que ao público projetado para os dicionários de língua é reservado um certo conhecimento especializado, aquele que deve ser ensinado na escola e diz respeito ao conhecimento metalinguístico, mas não necessariamente aquele que circula nas ciências humanas e na antropologia. A informação de que o gênero dos substantivos e adjetivos flexiona entre masculino e feminino é mais facilmente encontrada do que aquela que diz respeito aos papéis e status que homens e mulheres ocupam na sociedade.

E isso conduz à terceira relação que queremos destacar: ainda segundo Collinot e Mazière (1997), o dicionário representa um engajamento militante, que tem a ver com a ideia que se tem de língua, e representa também um engajamento social. Desse modo, é interessante voltar o olhar mais uma vez para quais sentidos foram apresentados para *gênero* nos dicionários analisados e mesmo nos dicionários excluídos. Que língua e que sociedade são delineadas por um dicionário direcionado ao público escolar, por exemplo, que silencia a identidade sexual e seus desdobramentos antropológicos nas suas acepções de *gênero*? Por que esse sentido em específico tem uma ocorrência menor que aquele gramatical, que demonstra uma instrumentalização da língua e, mais do que isso, direciona-se a um público escolarizado, para o qual interessa a flexão de adjetivos e substantivos? Sendo o dicionário um discurso atravessado por ecos de outros discursos, nossa análise aponta para uma heterogeneidade discursiva na qual o conhecimento desenvolvido pela escolarização formal parece ser indispensável, enquanto aquele que diz respeito a um modo significativo de organizar a sociedade (e que vem sendo evocado em diversas culturas por diversas outras nomenclaturas além de *gênero*), não restrito ao ambiente dos bancos escolares, só encontra momentos excepcionais nos quais pode emergir.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo de nosso objetivo inicial de investigar os modos como a diferença sexual e a identidade de gênero podem ser elaboradas ou silenciadas em diferentes instrumentos linguísticos, traçamos um percurso que nos permitiu refletir como a opacidade de *gênero* era textualizada em seus diferentes sentidos por diferentes instrumentos linguísticos. Dos dicionários de língua aos dicionários especializados, procuramos tanto por regularidades que atravessassem suas diferentes definições quanto especificidades que caracterizassem seu uso em diferentes campos do conhecimento.

De nossa análise, foi possível concluir que *gênero* está sempre relacionado a diferenças e categorias, e o que varia entre diferentes acepções são as relações estabelecidas com essas diferenças. É desse modo que *gênero* tem sua diferença significada pela língua comum, pela antropologia, pela gramática, pela cultura, fazendo circular sentidos que delineiam seu funcionamento neste ou naquele campo e mesmo que extrapolam determinados campos, legitimando sentidos cabíveis de circular na língua comum. Nos casos em que apenas algumas acepções foram incluídas no verbete, foi possível relacionar o silenciamento aos diferentes campos de saber, bem como às condições de produção específicas de cada edição, permitindo identificar uma divisão das acepções entre aquelas que são unanimemente compartilhadas entre o público não especializado e aquelas que nem sempre circularão entre todos os públicos.

Nesse sentido, deixamos como reflexão final a constante disputa pelos sentidos que é constitutiva da atividade languageira, da qual os instrumentos linguísticos são o registro material. As perguntas sobre gênero que apresentamos no início do artigo serão respondidas diferentemente a depender dos conhecimentos que sejam priorizados no instrumento linguístico que se consulte, e foram os efeitos dessas diferenças que procuramos demonstrar.

AGRADECIMENTOS

Este artigo é resultado parcial do exame de qualificação de área realizado como pré-requisito do doutorado em Linguística. Agradeço à Profa. Dra. Carolina Maria Rodríguez Zucolillo pela orientação durante a escrita, e à Profa. Dra. Ana Cláudia Fernandes Ferreira e ao Prof. Dr. José Horta Nunes pela avaliação e pelos comentários.

REFERÊNCIAS

- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. rev., ampl. e atual. conforme o novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- COLLINOT, A.; MAZIÈRE, F. *Un prêt à parler: le dictionnaire*. Paris: Presses Universitaires de France, 1997.
- MAZIÈRE, F. O enunciado definidor: discurso e sintaxe. In: GUIMARÃES, Eduardo. (Org.) *História e sentido na linguagem*. Campinas: Pontes, 1989. p. 47-60.

MEDEIROS, L. V. A. *Essa língua não me representa: discursos sobre língua e gênero*. 105f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS: 2016.

NUNES, J. H. *Discurso e instrumentos linguísticos no Brasil: dos relatos de viajantes aos primeiros dicionários*. 269f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP: 1996.

OLIVEIRA, S. E. de. *Cidadania: história e política de uma palavra*. Campinas: Pontes Editores, RG Editores, 2006.

ORLANDI, E. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 6. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.

ORLANDI, E; GUIMARÃES, E. Formação de um espaço de produção linguística: a gramática no Brasil. In: ORLANDI, E. (Org). *História das ideias linguísticas: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional*. Campinas/Cáceres: Pontes/Unemat, 2001.

SILVERIS, D. *Política de constituição do dicionário Caldas Aulete Digital*. 199 f. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, RS. 2018.

WILLIAMS, R. *Palavras-Chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. Tradução de Sandra Gardini Vasconcelos. São Paulo: Boitempo, 2007.

DICIONÁRIOS

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Dicionário Escolar da Língua Portuguesa*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.

AULETE, Caldas. *Aulete Digital* – o dicionário da língua portuguesa na internet. Dicionário Caldas Aulete, versão online. Disponível em: <http://www.aulete.com.br/>. Acesso em: 10 ago. 2018.

CAMARA JUNIOR, Joaquim Mattoso. (1956) *Dicionário de linguística e gramática*: referente à língua portuguesa. 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

DORTIER, Jean-François (Dir.). *Dicionário de ciências humanas*. Revisão e coordenação da tradução Márcia Valéria Martinez de Aguiar. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. (1999) *Novo Aurélio Século XXI*: o dicionário da língua portuguesa. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. (2001) *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-210106-1920>

Recebido em: 11/02/20 | Aprovado em: 11/11/20

WE CAN DO IT!: DISCURSOS SOBRE A FORÇA DA MULHER NAS MOVÊNCIAS DA HISTÓRIA

WE CAN DO IT!: DISCOURSES
ABOUT WOMEN'S STRENGTH
IN THE MOVEMENTS OF HISTORY | WE CAN DO IT!: DISCURSOS
SOBRE LA FUERZA DE LA MUJER
EN LA MOVILIDAD DE LA HISTORIA

Juliane de Araujo Gonzaga*

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho",
Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, SP, Brasil

Resumo: Este artigo analisa os discursos produzidos pelo célebre cartaz de fundo amarelo que traz a imagem de uma mulher operária com a legenda *We can do it!*. Criado na Segunda Guerra Mundial e repetido pelos feminismos dos anos 1980 e 2010, o cartaz produz discursos que se relacionam com distintas conjunturas históricas. O estudo objetiva analisar os discursos sobre a força da mulher, materializados pelo enunciado verbo-visual, para compreender como as condições de possibilidade históricas motivam a enunciação da capacidade feminina em épocas distintas. Este trabalho se inscreve no campo da Análise do Discurso filiada a Michel Foucault, que investiga as práticas discursivas e a formação de objetos e subjetividades. Assim, mobiliza os conceitos foucaultianos de enunciado, arquivo e acontecimento. A análise demonstra que as condições de retorno da imagem promovem transformações nas regras de formação desses discursos. Logo, as descontinuidades históricas determinam as repetições desse enunciado como acontecimentos únicos e singulares.

Palavras-chave: Discurso. Enunciado. Acontecimento. Mulher. Feminismo.

Abstract: This article analyzes the discourses produced by the famous yellow background poster with the image of a working woman and the title *We can do it!*. Created in the World War II and repeated by the feminisms in the 1980s and 2010s, the poster produces discourses that relate to different historical conjunctures. We propose an analysis of discourses about the women's strength, materialized by the verb-visual utterances, in order to understand how historical conditions of possibility motivate the enunciation of women's capacity at different times. Affiliated to the Foucauldian Discourse Analysis, a field that investigates the discursive practices and the formation of objects and subjectivities, this work mobilizes the concepts of utterance, archive, and event. The analysis demonstrates that the image's conditions of return modify the formation rules of these discourses. Therefore, historical discontinuities determine the repetitions of this utterance as unique and singular events.

Key-words: Discourse. Utterance. Event. Woman. Feminism.

Resumen: Este artículo analiza los discursos producidos por el célebre afiche de fondo amarillo que trae la imagen de una mujer operaria con la leyenda *We can do it!*. Creado en la Segunda Guerra Mundial y repetido por feminismos de los años 1980 y 2010, el afiche produce discursos que se relacionan con distintas coyunturas históricas. El estudio tiene el objetivo de analizar los discursos sobre la fuerza de la mujer, materializados por el enunciado verbo-visual para comprender cómo las condiciones de posibilidad históricas motivan la enunciaci3n de la capacidad femenina en épocas distintas. Este trabajo se inscribe en el campo de Análisis del Discurso afiliada con Michel Foucault, que investiga prácticas discursivas y la

* Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista (UNESP/FCLAr).
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7041-6990>. E-mail: gonzagajuliane@gmail.com.

formación de objetos y subjetividades. Así, moviliza conceptos de Foucault para enunciado, fichero y acontecimiento. El análisis demuestra que las condiciones de retorno de la imagen promueven transformaciones en las reglas de formación de esos discursos. Luego, discontinuidades históricas determinan las repeticiones de ese enunciado cómo acontecimientos únicos y singulares.

Palabras clave: Discurso Enunciado. Acontecimiento. Mujer. Feminismo.

1 INTRODUÇÃO

As obras de Michel Foucault oferecem postura de análise dos documentos históricos, e pode ser mobilizada para investigar práticas discursivas. Em seu livro *A arqueologia do saber* (2012 [1969]), o autor alinhava os pressupostos que orientaram suas pesquisas anteriores¹ e oferece conceitos que podem auxiliar o analista do discurso a compreender como acontecimentos históricos motivam os modos de enunciação de objetos e subjetividades.

De acordo com Foucault, o discurso é um conjunto de “práticas que produzem sistematicamente os objetos de que se fala” (2012, p. 60). A abordagem foucaultiana consiste em examinar as condições de possibilidade históricas que determinaram que, numa dada época, os sujeitos se enunciassem de dadas formas e não de outras – como loucos e sãos, normais e anormais. Com efeito, o exame do “solo histórico” de aparecimento dos enunciados demonstra que as práticas do sujeito na história constituem os modos de enunciar a si, o outro e os objetos de saber.

Nessa direção, este artigo tem por objetivo analisar enunciados verbo-visuais que materializam discursos sobre a força da mulher em épocas distintas (anos 1940, 1980, 2010). A postura de análise se vale de conceitos foucaultianos que se voltam para as movências da história a fim de identificar “rastros” de rupturas e mutações nos regimes de enunciabilidade, bem como a emergência de acontecimentos discursivos.



Imagem 1 – O cartaz *We can do it!*

¹ As pesquisas anteriores em que Foucault mobiliza a metodologia arqueológica para analisar a formação e transformação de objetos de discurso são: *Nascimento da clínica: uma arqueologia do olhar médico* (1963), *História da Loucura* (2003 [1972]) e *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas* (1966).

Para o *corpus* de análise, selecionamos cartazes produzidos durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), referentes à publicidade que convoca mulheres a trabalhar nas fábricas de material bélico nos EUA. Dentre esses cartazes, é conhecida, em especial, a imagem da jovem mulher de lenço vermelho nos cabelos e de braços flexionados em gesto de força. Na imagem de fundo amarelo, na parte superior, vem a célebre legenda: *We can do it!*.

Além deste, analisamos dois cartazes de publicidade produzidos aproximadamente na mesma época. Ambos falam da força da mulher e de sua participação como operárias durante a guerra.

O *corpus* de análise também se constitui de imagens atuais, que repetem a postura da mulher da ilustração dos anos 1940: tanto a gestualidade do corpo quanto a vestimenta e a legenda. Por isso, analisamos enunciados produzidos em domínio associado feminista e que repetem a imagem anterior. Essas imagens são compartilhadas, na atualidade, em blogs e comunidades no Facebook.

Nas análises, tomamos os cartazes, a capa e as reproduções atuais como enunciados que formam uma rede em que se estabelecem relações de coexistência, diferenciação ou de exclusão (FOUCAULT, 2012). Nos diferentes momentos em que esse enunciado retorna, vemos surgir significações históricas singulares sobre a capacidade da mulher. Produzidos em épocas particulares, esses discursos demonstram a existência de um trajeto histórico, marcado por movências e mutações. Produzidos na conjuntura da Segunda Guerra Mundial, os enunciados entraram em dispersão e retornam associados ao feminismo. Daí a singularidade: hoje, o cartaz *We can do it!* é (re)produzido por sujeitos posicionados historicamente em grupos que lutam pela condição das mulheres.

Inscrito em abordagem foucaultiana de análise dos discursos, este artigo tem os seguintes objetivos específicos: i) descrever as condições históricas de emergência desses enunciados; ii) compreender as regras de formação de discursos sobre a força da mulher em momentos distintos da história; iii) verificar se o retorno do enunciado *We can do it!*, pelos discursos feministas, instaura acontecimento discursivo, produzindo sentidos singulares.

Em primeiro momento, este artigo trata da postura de análise da fase arqueológica de Foucault. Fundamentamos os conceitos de enunciado, arquivo e acontecimento elaborados na obra *A arqueologia do saber* (2012 [1969]). Na terceira seção, descrevemos e interpretamos as materialidades verbo-visuais do cartaz “*We can do it!*”, atentando para as condições históricas que possibilitaram sua emergência. Voltamo-nos para o arquivo daquela época para compreender as regras de formação dos discursos e as motivações históricas para dadas formas de enunciação. Em suma, o que foi possível dizer e ver, naquele momento histórico [anos 1940] em relação à força da mulher.

Na quarta seção, analisamos o acontecimento da volta do enunciado “*We can do it!*”. Verificamos que a repetição do mesmo enunciado produz sentidos singulares em relação aos anteriores. No momento de surgimento, os sentidos produzidos se associam à *força de trabalho* da mulher. Com o retorno do enunciado, em outras conjunturas, os sentidos produzidos são de força como *autonomia e independência femininas*. Além disso, a dispersão do enunciado, na era digital, cria condições de significar a força feminina em associação ao *empoderamento* e às *identidades* de mulheres engajadas ao

feminismo. As diferentes significações sobre a força da mulher e a mutação nas regras de formação dos discursos nos permitem constatar que o retorno da imagem instaura acontecimento discursivo.

2 A ARQUEOLOGIA NA ANÁLISE DISCURSIVA: ENUNCIADO, ARQUIVO E ACONTECIMENTO

Ao utilizar o termo arqueologia, Foucault não pretende trabalhar em busca das origens dos acontecimentos – tal como pressupõe o significado do termo grego *arché* [origem]. Com o termo, na acepção francesa de *archive*, Foucault propôs um tipo de pesquisa que se dedica a “extrair os acontecimentos discursivos como se eles estivessem registrados em um arquivo” (FOUCAULT, 2015, p. 257).

A arqueologia busca encontrar o próprio fato do discurso, pois visa “descobrir por que e como se estabelecem relações entre acontecimentos discursivos” (FOUCAULT, 2015, p. 258). Dessa forma, a arqueologia consiste em postura de análise dos acontecimentos com vistas a compreender as condições históricas de emergência dos discursos e as mutações nas práticas discursivas.

Realizar análise discursiva, orientando-se pela postura da arqueologia, implica considerar questões como: o jogo de regras históricas que definem as transformações de um objeto de discurso; as relações de coexistência entre os enunciados; a ruptura nas práticas discursivas e a descontinuidade que as atravessa (FOUCAULT, 2015, p. 103).

Trazer essas questões para o campo da Análise do Discurso permite problematizar a relação entre acontecimentos históricos e a enunciação, dando a ver a relação entre enunciado, história e memória. Assim, produzir enunciados liga-se à possibilidade de o sujeito dizer alguma coisa em determinado momento histórico. Liga-se, também, à relação que um enunciado mantém com outros, produzidos antes ou simultaneamente, formando uma rede.

Analisar enunciados demanda questionar não o que está neles “escondido”, tampouco uma mensagem “implícita”. E sim, seus modos de existência, o que significa “o fato de se terem manifestado, de terem deixado rastros e, talvez, de permanecerem para uma reutilização eventual” (FOUCAULT, 2012, p. 133). Trata-se de compreender as motivações históricas para o fato de essas formas de enunciação terem aparecido e nenhuma outra em seu lugar.

Com isso, a arqueologia de Foucault (2012) analisa os enunciados considerando sua singularidade e condições de aparecimento, postura que mobilizamos para compreender a emergência e o retorno do cartaz *We can do it!* em diferentes épocas. Analisar esse enunciado segundo abordagem arqueológica requer examinar os acontecimentos, como os de 1942, período da Segunda Guerra Mundial, que possibilitaram colocar a imagem da mulher como protagonista de uma publicidade de fábrica de armamentos.

Nesse gesto, podemos tomar o cartaz como “rastro” das práticas discursivas daquela época e interrogar: por que surgiu a imagem da mulher como sujeito de força naquele momento? Por que essa imagem e não outra (a da mulher como sujeito frágil) em seu lugar? Dessa forma, a arqueologia permite apreender as relações entre as condições históricas e o modo de enunciar a subjetividade da mulher, bem como as possibilidades de o enunciado permanecer e modificar-se através da história.

Foucault não compreende o enunciado como sendo necessariamente uma proposição, uma frase, um ato de fala. O diferencial dessa concepção de enunciado está em concebê-lo como uma *função* que pode ser exercida não só por materialidades linguísticas, mas também por materialidades visuais (imagens, fotografias, ilustrações), criptográficas, numéricas, entre outras. O enunciado em Foucault não é exclusivamente linguístico, pois também se produz através de outras materialidades, o que nos leva a considerá-lo como sendo de natureza semiológica (GREGOLIN, 2002).

O enunciado é, portanto, “uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço” (FOUCAULT, 2012, p. 105). É uma função que se exerce através de: i) uma posição-sujeito; ii) um campo referencial; iii) um domínio associado e iv) uma materialidade repetível. Inclusive, por seu caráter repetível, o enunciado funciona segundo uma dialética repetição-singularidade (GREGOLIN, 2002).

Assim, o cartaz *We can do it!* pode ser considerado um enunciado, pois se compõe de materialidade verbo-visual que se repete na produção de novos enunciados que circulam atualmente, sobretudo na internet. Apresenta, também, em sua constituição, marcas verbais e visuais que constroem a posição do sujeito em relação ao campo referencial, ou seja, o referente histórico do enunciado na instância de seu aparecimento – como, por exemplo, a fabricação de armamentos, o feminismo, o empoderamento das mulheres, etc. Além disso, o cartaz circula historicamente estabelecendo um domínio de associações com outros enunciados já existentes ou atuais, funcionando como uma espécie de “nó” numa rede de enunciados.

Nesse sentido, Foucault destaca o papel do *a priori* histórico, que dá “conta dos enunciados em sua dispersão”, ou seja, “do fato de que o discurso não tem apenas um sentido ou uma verdade, mas uma história, e uma história específica que não o reconduz às leis de um devir estranho” (FOUCAULT, 2012, p. 155). O *a priori* histórico evidencia o “conjunto das regras que caracterizam uma prática discursiva” (FOUCAULT, 2012, p. 156) e que determinam a produção dos enunciados que se ligam e se modificam em limiares decisivos.

Ademais, o *a priori* histórico não garante um alinhamento sucessivo dos enunciados, em que cada um se perfilaria num encadeamento causal, de sentidos evidentes e transparentes. Em vez disso, o *a priori* faz aparecer, na densidade das práticas discursivas, “os sistemas que instauram os enunciados como acontecimentos (tendo suas condições e seu domínio de aparecimento) e coisas (compreendendo sua possibilidade e seu campo de utilização)” (FOUCAULT, 2012, p. 157). O *a priori* possibilita ao analista do discurso depreender o sistema de regras fornecidas pelas condições históricas. E a esse sistema de enunciabilidade, Foucault propõe o nome de *arquivo*.

Para Foucault, o arquivo não é a soma de todos os textos de uma cultura nem de todos os documentos do passado. É aquilo que possibilita que os enunciados apareçam “graças a todo um jogo de relações que caracterizam particularmente o nível discursivo” (FOUCAULT, 2012, p. 158). Às coisas ditas, o analista não pergunta o que se encontra por trás delas, e sim ao sistema de enunciabilidade, àquilo que possibilitou que elas pudessem ter sido ditas. O arquivo, desse modo, representa “a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares” (FOUCAULT, 2012, p. 158).

O arquivo descreve as regras que determinam aquilo que pode emergir neste e não em outro lugar, nesta época e não em outra. Define a forma como o enunciado é transformado e atualizado na instância do acontecimento. Utilizar o conceito de arquivo, na Análise do Discurso, permite identificar os movimentos, as mutações, as rupturas, uma vez que “ele faz aparecerem as regras de uma prática que permite aos enunciados subsistirem e, ao mesmo tempo, se modificarem regularmente. ‘É o sistema geral da formação e da transformação dos enunciados’” (FOUCAULT, 2012, p. 159).

Em relação aos objetos de análise, o conceito de arquivo possibilita trabalhar com um conjunto de enunciados verbo-visuais, dispersos no tempo e no espaço, que circulam em décadas e contextos sociais e históricos particulares. Apesar dessa dispersão, a descrição do arquivo mostra que as imagens produzidas nas décadas de 1940, 1980 e 2010 estabelecem certa unidade nas movências da história, porque se interligam por algo em comum: são enunciados que materializam as regras de formação dos discursos sobre a força da mulher em diferentes períodos.

A postura da arqueologia se volta para aquilo que é efetivamente dito numa época. Interroga aquilo que é possível dizer sobre sujeitos e objetos, tendo em vista o momento em que se diz. Por isso, a análise do enunciado toma a direção de uma análise histórica. Nesse sentido, Foucault (2012) propõe trabalhar com uma concepção de história descontínua, baseada na casualidade e no acidente. Para o autor, é preciso recusar a continuidade porque prescinde da ideia de origem – o que na Análise do Discurso é refutada. A formação dos discursos é então analisada em sua descontinuidade e dispersão.

Toda enunciação mantém relação com a história e a memória, de modo que Foucault (2015) considera o acontecimento como o fato de um sujeito, situado historicamente, *enunciar* alguma coisa. Dizer algo numa dada conjuntura ultrapassa o campo das proposições, pois prática que se inscreve no domínio histórico. A enunciação liga-se à história, que se constitui daquilo que os sujeitos disseram (ou dizem) em momentos diferentes. A partir dessas proposições foucaultianas, Jean-Jacques Courtine desenvolve o conceito de memória discursiva. Compreende-se, assim, que um conjunto de já-ditos, que circulam em distintas épocas – podendo retornar, dispersar-se ou apagar-se – constituem uma memória discursiva, que corresponde à “existência histórica de enunciados” (COURTINE, 2009, p. 105-106).

Em *Arqueologia*, a enunciação é compreendida como um “acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente”, porque se liga a algo que já foi dito e, ao mesmo tempo, “abre para si mesmo uma existência remanescente no campo de uma memória” (FOUCAULT, 2012, p. 34-35). Dessa forma, assumimos uma postura que toma o acontecimento como “o fato de que alguém disse alguma coisa em um dado momento”, instaurando uma singularidade em relação ao que foi dito antes (FOUCAULT, 2015, p. 249).

Um enunciado poderá ser dito diversas vezes, e tantas quantas forem ditas seus sentidos serão únicos. O enunciado é sempre marcado por circunstâncias bem determinadas, o que permite considerar que a enunciação é um acontecimento que não se repete. Dessa forma, Foucault (2012) considera o acontecimento como efeito de uma ruptura histórica, que instaura transformações no arquivo da época.

O acontecimento irrompe por um movimento de atualização de discursos nas redes de memória. Alia-se, portanto, aos retornos e às mudanças nas práticas discursivas; afinal, “o novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta” (FOUCAULT, 2013, p. 25). Desse modo, a concepção foucaultiana de acontecimento fundamenta os gestos analíticos deste artigo, uma vez que, nos movimentos de retorno do cartaz *We can do it!* depreendemos a produção de sentidos novos em relação ao que foi dito e visto antes e em outros lugares da história. A cada vez que esse enunciado verbo-visual é repetido, em conjunturas particulares, é possível demonstrar que a enunciação é um acontecimento único e singular.

Logo, para analisar as singularidades, é preciso “estar pronto para acolher cada momento do discurso em sua irrupção de acontecimentos, nessa pontualidade em que aparece e nessa dispersão temporal que lhe permite ser repetido, sabido, esquecido, transformado” (FOUCAULT, 2012, p. 31). E são as movências da história que indicam transformações nas regras de formação dos discursos. Assim como as descontinuidades, as diversas vias abertas nas tramas da história se ligam, de um lado, a “rastros” e remanências de discursos e, de outro, a transformações e singularidades.

3 AS PUBLICIDADES DE TRABALHO FEMININO NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL (1939-1945)

Assentados os pressupostos da arqueologia foucaultiana, atentamos para enunciados produzidos durante a Segunda Guerra Mundial no intuito de estimular mulheres a trabalharem em fábricas de armamento nos EUA. Com vistas a analisar as condições de emergência, empreendemos breve histórico acerca da produção desses cartazes que enunciam sobre a força da mulher.

Em 1942, Geraldine Hoff Doyle foi fotografada enquanto trabalhava em uma fábrica de armamentos para a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), em Detroit, no estado de Michigan, Estados Unidos. A imagem, à semelhança daquela de tantas mulheres na época, serviu de inspiração para aquilo que se tornou um símbolo de significados históricos diversos. Naquele ano, o artista J. Howard Miller foi contratado pelo *Westinghouse Company's War Production Coordinating Committee*, situado em Pittsburgh na Pensilvânia, para ilustrar uma série de pôsteres que incentivassem as mulheres a assumir postos de trabalho inicialmente direcionados aos homens nas fábricas de materiais bélicos.

Para tanto, Miller infiltrou-se no universo das mulheres operárias que trabalhavam em uma fábrica nos arredores de Detroit. Fotografou-as para ter ideia de como retrataria o tipo de mulher que serviria de estímulo num contexto social em que faltavam homens para o referido trabalho – afinal, grande parte deles estava servindo na guerra. O resultado foi o pôster de fundo amarelo, que traz uma mulher de lenço vermelho de bolinhas brancas, com as sobrancelhas arqueadas, impondo o bíceps dobrado num gesto de força. Acima da imagem, a legenda em um balão, com a fala da personagem. Um slogan para estimular as mulheres para um trabalho que, a princípio, era feito somente por homens: *We can do it!* [Nós podemos fazer isso!].

O pôster de Miller, contudo, não foi bastante divulgado na época, sendo distribuído exclusivamente pela empresa *Westinghouse* e somente em algumas fábricas instaladas na Pensilvânia. Ele só foi distribuído entre as fábricas do centro-oeste do país no ano seguinte, mais precisamente durante duas semanas de fevereiro de 1943.



Imagem 2 – Geraldine Hoff Doyle trabalhando em fábrica no Michigan em 1942

Fonte: <http://www.history.com/news/inspiration-for-iconic-rosie-the-riveter-image-dies>. Acesso em abr. 2016.

Imagem 3 – O pôster *We can do it!*, produzido por J. Howard Miller em 1942

Fonte: <http://www.pophistorydig.com/topics/rosie-the-riveter-1941-1945/>. Acesso em abr. 2016.

A imagem tornou-se ilustrativa não só de uma publicidade de incentivo às mulheres para trabalharem na manufatura bélica, mas também de um acontecimento histórico: a entrada das mulheres no universo operário, antes predominantemente masculino.

Tendo em vista as condições históricas de emergência, podemos depreender que a imagem produz sentidos de patriotismo, pois surgiu em um período de guerra, quando os EUA integraram o grupo dos Aliados, reforçando-o para a vitória em 1945. E, ainda, devido aos elementos materiais que compõem a imagem: as cores que fazem referência à bandeira norte-americana. A mulher usa um lenço *vermelho e branco* e uma camisa *azul*.

Acerca da gestualidade, destaca-se o rosto da mulher. É uma jovem que está conforme os padrões de beleza: cílios alongados, nariz fino e pequeno, lábios levemente pintados, bochechas coradas e queixo simétrico. Um rosto feminino belo que apresenta semblante sério e bravo, com sobrancelhas arqueadas. A feição apresenta traços que remetem à representação de feminilidade que circula socialmente (beleza) e, ao mesmo tempo, diferenciam-se da visão da mulher como delicada e amável. Essa maneira de representar os gestos faciais – firmeza e força – exclui a imagem da mulher de semblante dócil e com sorriso no rosto.

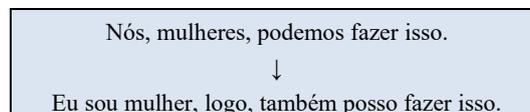
Tendo em vista o domínio associado do enunciado, observamos que, na relação com outras imagens já existentes, este se diferencia de uma representação marcada por clichês e estereótipos da mulher maternal, sensível e frágil. Soma-se a isso o punho

cerrado, em posição de “queda de braço” – a conhecida competição para saber quem é o mais forte. Assim, a imagem abre a possibilidade de representar a mulher com classificação distinta, como sujeito capaz de exercer força física.

Destacamos, ainda, a relação que a imagem estabelece com a legenda que expressa a fala da personagem. O enunciado verbal [We can do it] – traduzido como “Nós podemos fazer isso” – materializa a posição-sujeito de quem fala, bem como os sentidos produzidos tendo em vista o campo referencial e o domínio associado (FOUCAULT, 2012). O sujeito que enuncia se posiciona como um “nós” [we], que é interpretado a partir da figura feminina da ilustração. Portanto, esse “nós” é compreendido em referência a um “nós, mulheres”.

A personagem fala em nome de um conjunto de sujeitos, por isso, também podemos identificar sentidos de coletividade. O uso da primeira pessoa do plural é motivado pelo campo referencial do enunciado: o cartaz se refere a uma publicidade, que tem por objetivo estimular e chamar mulheres para o trabalho na manufatura bélica. Ademais, o verbo empregado [can do] modaliza a ação da mulher com sentidos de capacidade e possibilidade. Relacionados, os sentidos de coletividade [we] e de capacidade [can do] têm efeitos positivos de incitação e crença na força feminina – o que pode contribuir para adesão ao trabalho.

Nessas condições, uma leitora (mulher) pode interpretar os sentidos do cartaz pelo viés da identificação com o “nós” [we] e da posição-sujeito de capacidade, “podemos fazer” [can do].



Quadro 1 – Efeitos de sentido de *We can do it!*

Neste ponto da análise, atentamos para a significação do pronome indefinido [it], traduzido como “isso”, o que nos abre possibilidade de diálogo com Michel Pêcheux (2006). Segundo o autor, a história (ordem do acontecimento) constitui os sentidos da língua (estrutura), de modo que o discurso é ao mesmo tempo estrutura e acontecimento. A visada pecheutiana pode ser colocada em diálogo com a postura da *Arqueologia* considerando os seguintes aspectos teóricos: i) a compreensão histórica da enunciação e do acontecimento discursivo como atualização de discursos (PÊCHEUX, 2006) e ii) os pressupostos foucaultianos sobre as condições históricas, que possibilitam a emergência de enunciados enquanto acontecimentos singulares (FOUCAULT, 2012).

Produzido no “ponto de encontro entre uma atualidade e uma memória”, o acontecimento discursivo instaura singularidade, de modo que os sentidos da língua podem vir a ser outros (PÊCHEUX, 2006, p. 17). Com isso, Pêcheux (2006) destaca que podem ocorrer equívocos na interpretação, afinal, o sentido não é evidente, estável e nem único. No caso do enunciado [We can do it], por ser indefinido, o pronome inglês [it] opaca aquilo que se compreende como a prática que a mulher tem capacidade de fazer. É um pronome que abre a possibilidade para o equívoco e que, ao retornar, pode produzir significações outras.

Logo, cabe interrogar: o que há de motivação na história (ordem do acontecimento) que leva os sujeitos a dizerem [we can do it] (estrutura da língua) neste momento e neste lugar? Questões que permitem constatar que, a depender do momento histórico, “isso” (o que as mulheres podem fazer) significa diferentemente. Desse modo, são as urgências da história que produzem a significação de “it” [isso].

Considerando as condições de emergência, podemos também interrogar: por que uma publicidade que afirma a capacidade das mulheres de trabalhar nas fábricas de armamento e não outro tipo de anúncio? Naquela época, as fábricas norte-americanas tinham alta demanda de armas e, ao mesmo tempo, enfrentavam uma crise no quadro de funcionários. A maioria dos homens que aí trabalhavam precisou se afastar para servir como soldados, pois, os EUA se tornaram aliados da Inglaterra na guerra. Com isso, a aparição da publicidade para recrutar mulheres não foi aleatória, e sim motivada por necessidades econômicas.

Tendo em vista essas condições de possibilidade históricas, temos os seguintes sentidos para o pronome [it/isso] na década de 1940:

Nós podemos fazer isso	{	Trabalho dos homens Trabalho braçal pesado Fabricar armamentos Ajudar a nação na guerra Colaborar para a economia norte-americana
-------------------------------	---	---

Também podemos analisar esses discursos tendo em vista o domínio associado do enunciado. Segundo Foucault (2012), esse domínio é habitado pelas associações que um enunciado estabelece com outros, formando uma espécie de “rede de enunciados”. Desta feita, quando o sujeito fala “Nós podemos fazer isso”, coloca em relação uma prática exercida pelas mulheres, naquele momento pontual da história – a fabricação de armamentos – com outras práticas também feitas pelas mulheres [nós].

No domínio associado, o enunciado [we can do it/nós podemos fazer isso] funciona como um “nó” numa rede e mantém *relações de diferenciação* com outros enunciados, que circulam no mesmo período (anos 1940), tais como: [as mulheres têm capacidade de fazer trabalho doméstico]; [as mulheres não podem fazer trabalho pesado]; [as mulheres não são capazes de trabalhar em fábricas]; [as mulheres só podem trabalhar em casa], entre outros.

Embora estabeleça relação de diferenciação no domínio associado, o aparecimento do enunciado [*We can do it!*] e os sentidos de capacidade das mulheres para um trabalho considerado “masculino” não implica, na década de 1940, acontecimento singular. O deslocamento das mulheres do espaço privado para o público, assim como a afirmação de sua capacidade para o “trabalho nas fábricas” mostra indícios de abertura de lugares para a mulher na sociedade. No entanto, essa abertura não implica transformações nas regras discursivas e nas posições que as mulheres podem assumir em relação aos homens.

Assim, o enunciado pôde emergir devido às *condições de possibilidade históricas* [falta de mão de obra masculina nas fábricas] e àquilo que era *necessário* naquele

momento [suprir a demanda de armas vendidas para a guerra]. Mesmo com a inserção das mulheres nas fábricas, há manutenção de regras rígidas que definem aquilo que elas podem e devem fazer. As mulheres até podiam adentrar as fábricas e fazer “trabalho de homem”, mas ainda tinham o dever de exercer papel de servidora, bela e leal aos interesses de alguém – o marido ou a indústria ou a nação.

Um exame do solo histórico de emergência mostra que o cartaz integra uma série de outros enunciados verbo-visuais que proliferaram no mesmo período. Esses enunciados estabelecem relações por terem referenciais em comum: o trabalho feminino nas fábricas; a Segunda Guerra Mundial; o patriotismo norte-americano. Em postura arqueológica, vemos que esses enunciados se interligam, no tempo e no espaço, por uma regra em comum (FOUCAULT, 2012): a necessidade de as mulheres servirem não só a família e o marido, mas também a nação, os Estados Unidos da América.

Nas imagens 4 e 5 são apresentadas mulheres operárias de bela aparência e de corpos e traços femininos – e não masculinizados.



Imagem 4 – Publicidade do governo norte-americano

Imagem 5 – Publicidade do governo norte-americano

Fonte: <http://www.devoltaaoretro.com.br/2013/03/rosie-riveter-we-can-do-it.html>. Acesso em abr. 2016.

Nesses cartazes é possível identificar elementos que se repetem: i) as cores da bandeira norte-americana no fundo ou nas roupas (signos de patriotismo); ii) o uso do lenço de bolinhas amarrado nos cabelos e a maquiagem para ressaltar a beleza e a feminilidade; iii) as vestimentas para o trabalho (macacões, camisa e calça); iv) a posição das mãos como que prontas para manusear instrumentos de trabalho; v) o olhar que inspira obstinação e confiança para a função operária; vi) as frases e os slogans de incentivo às mulheres. Os enunciados verbais que compõem os cartazes são: *The girl he left behind is still behind him*, *She's a wow*, *I'm proud... my husband wants me to do my part*².

² As expressões utilizadas nos cartazes podem ser traduzidas da seguinte maneira: “A garota que ele deixou para trás ainda está atrás dele”, “Ela é uma ‘wow!’”, “Nós não podemos vencer sem elas” e “Meu marido quer que eu faça a minha parte”.

Na imagem 4 é possível verificar a legenda que traz a sigla *WOW* (*Women Ordnance Worker*), que apresenta duplo sentido. Além de significar “Mulheres fabricantes de munição”, a sigla pode significar também uma interjeição em inglês, traduzida como “uau”. Essa expressão, vinculada ao tipo de mulher que trabalha nas fábricas de materiais bélicos, indica uma euforização da mão de obra feminina. Mobiliza sentidos de surpresa, estupefação e satisfação diante da força que ela tem. Em suma, a imagem constrói uma forma de subjetividade para a mulher norte-americana, que encarna o papel de *Rosie* ou de “mulher *Wow*” e que assume os postos de trabalho que eram exclusivamente dos homens.

Atentando para a materialidade linguística no cartaz (imagem 4), observamos as posições assumidas pelos sujeitos no discurso. A começar pela mulher, enunciada como [the girl], verificamos uma posição passiva, de objeto que sofre a ação do homem [the girl **he left** behind]. Já a posição do homem, expressa pelo pronome [he/ele], é ativa porque pratica ação de deixá-la [**he left**]. Assim, a mulher “é deixada para trás”, trabalhando nas fábricas, enquanto o homem sai do país para lutar na guerra. A maneira como os sujeitos são posicionados dá a ver as regras de formação dos discursos naquelas condições históricas. A mulher pode ser enunciada na condição de *sujeito que recebe ação do homem* [é deixada para trás] – e não de sujeito que pratica ação sobre alguém. Já o homem pode ser enunciado enquanto sujeito *que exerce ação sobre a mulher*.

Quanto à expressão [is still behind him/“ainda está atrás dele”], destacamos o uso do dêitico “para trás”, que faz referência ao espaço. Na relação com aquilo que é visto na imagem, podemos dizer que “still behind him” pode significar tanto permanência no país, à espera do companheiro, quanto permanência no posto de trabalho antes ocupado por ele. Além disso, o enunciado [is still behind/ainda está atrás] pode produzir outros efeitos de sentido além daquele de espaço – pode significar estar “atrás” em posição de inferioridade ou de obediência.

Portanto, “estar ainda atrás” pode significar que a mulher fica “atrás” dele não só na vida privada – esposa devotada – mas também “atrás dele” porque segue seu exemplo, seus passos na vida pública, trabalhando nas fábricas de armamento. O dêitico [atrás] é modalizado por um advérbio [still/ainda], que evidencia manutenção nas regras de formação desses discursos: a mulher *ainda* pode e deve obedecer ao marido; a mulher *ainda* pode e deve ajudar a nação.

Na imagem 4, a mulher inclina o rosto para cima, como se observasse, na parte superior do cartaz, seu companheiro, soldado da guerra. Na relação entre o verbal e o visual, o sujeito da enunciação situa o homem em posição superior, de ideal a ser seguido. Daí os sentidos de “behind” (atrás) não só em referência ao espaço, mas também à inspiração para a mulher, que segue os exemplos de heroísmo do marido – porque de certa forma também está servindo a pátria. Desse efeito de sentido, depreendemos outra regra de formação dos discursos no arquivo daquela época. Enquanto exemplo de “herói”, que está “à frente”, em posição de referência a ser seguida, pode e deve se situar o homem (marido e soldado). E na posição de sujeito que fica “para trás”, que segue o exemplo de heroísmo, pode e deve se situar a mulher (esposa e operária).

Vejamos esquematicamente as regras que distribuem as posições para os sujeitos históricos (homens e mulheres):

Homem → pode e deve se posicionar como *referência a ser seguida*.
Mulher → pode e deve *seguir exemplo* de heroísmo do homem.

Quadro 2 – Regras de formação dos discursos

Com isso, mesmo com a transição da mulher do espaço doméstico para o espaço operário, há manutenção nas regras e nas divisões das posições que ocupam. O homem “está à frente” e ela “permanece atrás”, significação motivada por uma regra social, aceita naquela época, que determina à mulher permanecer “à sombra” do marido. Tendo em vista o funcionamento desse arquivo, depreendemos que o homem é enunciado em posição central e exemplar, já a mulher é enunciada como coadjuvante e auxiliar – portanto, não protagonista.

O outro pôster (imagem 5) apresenta a mulher operária ao lado do marido que a observa em posição de apoio. Ao fundo, a bandeira norte-americana dá o teor patriótico à propaganda, que demonstra a regra de formação dos discursos naquela pontualidade histórica: as mulheres podem e devem ser obedientes aos maridos e, também, à nação. Na parte inferior do pôster, vem o enunciado linguístico que, na relação com o visual, surge como uma espécie de legenda daquilo que diz a mulher. Com o uso de pronomes pessoais e adjetivo possessivo em primeira pessoa, o enunciado constrói a posição-sujeito da mulher: [**I'm** proud... **my** husband wants **me** to do **my** part].

Nas materialidades, verifica-se que o posicionamento da mulher é construído em relação ao posicionamento do homem. Assim, a satisfação enunciada [**I'm** proud/Eu estou orgulhosa] surge como consequência de o marido querer que a esposa faça a parte dela na guerra e, por extensão, servir a nação. Destacamos aí o uso do verbo “querer” [**my** husband **wants** **me**/meu marido **quer** que eu], que modaliza a posição do homem com sentidos de volição. A materialidade linguística dá a ver outra regra de funcionamento do arquivo daquela época: quem tem a possibilidade de “querer” que a mulher faça algo é o marido, e não ela mesma. A possibilidade de o homem “querer” que a mulher faça algo mostra uma hierarquia, uma distribuição das possíveis posições a serem ocupadas por cada um deles.

Essas práticas discursivas manifestam que a posição de subjetividade da mulher é construída de modo a eximi-la de vontade própria. A mulher é colocada em discurso por uma prática de objetivação (FOUCAULT, 1995), pela qual o outro (uma terceira pessoa) atribui forma ao sujeito ao enunciar-lo. Ou seja, é o outro [marido] que define a maneira de a mulher ser e se conduzir. Além disso, estabelece-se uma tensão entre aquilo que pode e deve fazer o sujeito, tendo em vista sua posição naquela conjuntura histórica. O enunciado [**Ele (marido) quer** que eu faça a minha parte], no domínio associado, estabelece relações de exclusão com outro enunciado [**Eu (mulher) quero** fazer a minha parte].

Embora o pôster traga a mulher em posto de trabalho nas fábricas, o regime de enunciabilidade define que essa mulher não tem autonomia, logo, não tem possibilidade de fazer suas próprias escolhas. Afinal, é a *ele* que cabe “querer” que a mulher trabalhe, e não a *ela* mesma. Dessa forma, o enunciado produz posicionamento de autoridade e decisão para o marido, e de obediência para a mulher. O que pode ser interpretado, ainda,

na expressão [my part/**minha** parte]. Através do adjetivo possessivo [minha] e do substantivo [parte] enquanto tarefa, constroem-se sentidos de *dever* e *obrigação*. Daí, outra regra de formação dos discursos daquele momento: é necessário que a esposa não só siga a vontade do marido, mas também faça a “sua parte”, que cumpra seu dever para com a nação.

Por fim, o aparecimento desses documentos históricos dá a ver uma tensão entre acontecimentos, bem como uma contradição nos posicionamentos aí assumidos pelas mulheres. Apesar de serem enunciadas como sujeitos “capazes para o trabalho masculino”, há manutenção nas regras sobre aquilo que podem e devem fazer. A produção de sentidos de força da mulher se dá conforme as motivações e condições de possibilidades históricas da época: a necessidade de mão de obra para a manufatura bélica.

Quando as publicidades dizem que “as mulheres podem fazer isso” ou, ainda, que “os homens querem que as esposas façam sua parte”, identificamos contradição entre uma posição de atividade [We **can do it**] e uma posição de passividade [**my husband wants me to do my part**]. Conservam-se as regras que colocam a mulher em posição de: sujeita à autoridade de outros sujeitos (maridos/nação); isenta de vontade própria; inscrita numa hierarquia de poderes. Assim, a entrada das mulheres nas fábricas não implica aparecimento de regras de enunciabilidade novas – como autonomia feminina, por exemplo. E sim, a manutenção de um regime que determina à mulher dizer e ser: forte para trabalhar; leal aos interesses do marido; patriota e servil.

4 O ACONTECIMENTO DA VOLTA DO ENUNCIADO *WE CAN DO IT!* PELO DISCURSO FEMINISTA

Nesta seção, analisamos enunciados que repetem o cartaz *We can do it!* produzido nos anos 1940 e que atualizam significações históricas. Décadas depois, a imagem produzida por Miller retorna em um domínio bastante diferente: o feminismo. Há indícios de que nos anos 1980 a imagem passou a ser mobilizada por feministas, num período que remonta à segunda onda do feminismo norte-americano (1960-1980). Nessa fase do movimento, a principal reivindicação das mulheres referiu-se à igualdade de gêneros, tanto no âmbito privado (família, casamento, sexualidade) quanto no âmbito público (direitos civis, salários, leis).

Segundo Linda Nicholson, a partir dos anos 1970 “as feministas da segunda onda começaram a focalizar com mais ênfase que em outros períodos as diferenças entre mulheres e homens” (NICHOLSON, 1996, p. 147). O movimento, então, concebeu que essas diferenças “foram elementos cruciais do feminismo radical”³ (NICHOLSON, 1996, p. 147). Com efeito, esse enfoque das lutas feministas foi manifestado pelo discurso de que “o pessoal é político”. Naquela pontualidade histórica, anos 1980, as feministas norte-

³ Tradução nossa de trecho da obra de Linda Nicholson (1996, p. 147): “In the early 1970s, second wave feminists began to focus more extensively than previously on the differences between women and men. I describe this move as an intensivity of focus rather than a complete change of directions, because a focus on the differences between women and men was crucial element of the radical feminism of the late 1960s”.

americanas viram no pôster *We can do it!* uma representação de suas reivindicações quanto à desigualdade de gênero e a práticas machistas. E, principalmente, as feministas viram na imagem a possibilidade de enunciar sentidos de fortalecimento de si próprias.

Para analisar discursos segundo a postura da arqueologia, é preciso examinar o solo histórico de emergência dos enunciados para compreender suas relações com acontecimentos históricos. Foucault (2012) assinala que as práticas discursivas não são depreendidas na relação entre palavras e coisas, e sim da relação entre aquilo que dizemos e algo “mais” que vem da história. É esse “mais” que move os discursos e que motiva os sujeitos a enunciarem as mulheres tal como o fazem – [mulher sexo frágil x mulher ser de força]; [mulher sujeita ao marido e à nação x mulher autônoma e independente]. Trata-se de interrogar as condições de possibilidade históricas para saber por que emerge este discurso [força enquanto autonomia da mulher] em 1980, e não outro em seu lugar [força enquanto capacidade de trabalho].

Nesse sentido, destacamos os acontecimentos históricos que ocorreram nas décadas posteriores à Segunda Guerra Mundial. Consoantes a Foucault (2000), assumimos uma concepção de história descontínua, de vias múltiplas em que os acontecimentos podem sobrepor-se ou dispersar-se. Nas movências da história, os acontecimentos não são vistos como relações de causa e efeito, pois podem manter relações entre si de forma acidental e imprevista. Com isso, enunciados de épocas diferentes podem retornar ou dispersar, transformar-se ou apagar-se.

No final dos anos 1960, nos EUA, eclodiu o movimento hippie. Foi uma geração que protestou contra a rigidez nos costumes e padrões de sexualidade e contra a Guerra do Vietnã. O lema “paz e amor” proliferou indefinidamente e colocou em circulação práticas distintas daquelas que regeram as relações conjugais nos anos 1940. Somam-se a isso, nos anos 1970, as lutas contra leis antiaborto realizadas pelo feminismo francês, e a criação da pílula anticoncepcional. Portanto, aquela conjuntura histórica foi marcada por discursos favoráveis à liberação sexual, ao controle da reprodução, à autonomia da mulher sobre o próprio corpo.

Esses acontecimentos históricos, embora heterogêneos e dispersos no tempo, mantêm relações entre si e condicionam a transformação de discursos sobre o papel da mulher em relação à família e ao casamento. Desta feita, nos anos 1980 vemos uma transformação no arquivo que rege a formação dos discursos. Do mesmo modo, depreendemos a emergência de um novo regime de enunciabilidade, que forma discursos menos rígidos – em relação aos anos 1940 – sobre a conduta da mulher. Com efeito, os acontecimentos na história possibilitam deslocamentos nas posições de subjetividade para as mulheres e transformações naquilo que elas podem e devem dizer e fazer.

No domínio de atualidade, o pôster em que a mulher surge com o bíceps dobrado, o olhar obstinado e sério produz significação singular da força da mulher. Não se trata mais da mulher dona de casa, esposa, operária em fábricas de armamentos, e sim daquela mulher que luta pelos mesmos direitos que os homens (políticos, econômicos, sexuais, reprodutivos, etc.). Atentando para a materialidade linguística [*We can do it!*], constatamos um trajeto de sentidos marcado por descontinuidades e transformações. Nos anos 1940 [can do] produzia sentidos ligados à capacidade das mulheres para o trabalho “masculino”. Contudo, quando volta em 1980, o fato de as mulheres enunciarem [can do] significa a possibilidade de ter direitos iguais aos dos homens.

No retorno, a significação histórica de “nós podemos” [we can] modifica-se de *capacidade de fazer* o mesmo trabalho que os homens para a *possibilidade de ser* iguais aos homens, de assumir posições civis igualitárias. A expressão [we can do it], com destaque para o verbo “poder”, passa a produzir sentidos de possibilidade da autonomia feminina – o que promove ruptura no arquivo da época, nas regras que definem o que a mulher pode dizer, ser e fazer. Instauram-se, assim, significações singulares, motivadas pelas transformações históricas concernentes às relações de gênero.

Nesse movimento de repetição-atualização, depreendemos o acontecimento discursivo. Vejamos a transformação dos discursos:

Anos 1940 → “can do it” produz sentidos de *capacidade para o trabalho* dos homens.

X

Anos 1980 → “can do it” produz sentidos de *possibilidade de lutar* pelos direitos das mulheres.

Quadro 3 – Movimentos de atualização dos discursos

Ao retornar associado ao discurso feminista, o enunciado [*We can do it!*] significa uma prática enunciada em inglês como *empowerment* – que pode ser traduzida para o português como “empoderamento”. Prática pela qual o sujeito afirma o poder de si, de modo que a posição de subjetividade do enunciado é construída em termos de força feminina “autoatribuída”. Dessa forma, os sujeitos que dizem [*We can do it!*/Nós podemos fazer isso!], nesta conjuntura histórica, enunciam a si mesmos como sujeitos que exercem *poder sobre si*, que têm possibilidade de *controlar* suas próprias ações e comportamentos fora de regulações patriarcais.

Como a própria imagem sugere, pelo gesto de flexão do braço, há produção de discursos sobre a força da mulher. Nos anos 1940, vemos a circulação de um discurso de força feminina, porém, força de trabalho. A mulher era enunciada como forte tendo em vista seu papel econômico: mão de obra. Dizer [*we can do it!*], portanto, significava “poder fazer” um trabalho industrial, no interior de uma economia capitalista, majoritariamente movida por homens, sujeitando-se à extração de força produtiva.

No acontecimento de sua volta, nos anos 1980, passa a circular um discurso de força feminina ligada à autonomia e à igualdade de gêneros. Ao enunciar [*we can do it!*], o sujeito da enunciação afirma “poder fazer” a militância feminista e, sobretudo, “poder ser” vista socialmente em pé de igualdade com os homens. Na instância do acontecimento, a emergência desses sentidos de força da mulher desloca a posição de subjetividade ocupada por elas outrora.

De posição de *sujeição* à economia norte-americana e ao marido, o sujeito passa a ocupar a posição de *resistência* através da enunciação de empoderamento [**we can do**]. Logo, há um processo de subjetivação (FOUCAULT, 1995), pois o sujeito trabalha sobre sua própria forma no discurso, situando-se fora das regulações de outrora – processo que pode ser depreendido, na materialidade da língua, na afirmação de si em termos de “poder fazer” e “poder ser” forte e autônoma [**we can do it**].

Atentamos ainda para a transformação nos sentidos do complemento objeto direto da ação do sujeito *mulheres* – aquilo que elas podem fazer. Na opacidade da língua, o pronome indefinido [it] tensiona memória e atualidade (PÊCHEUX, 2006), dando a ver o acontecimento discursivo. No movimento de retorno, a espessura histórica do pronome [isso] possibilita a produção de sentidos singulares:

Nós podemos fazer **isso** {

- Lutar pelos próprios direitos
- Ser autônoma e independente
- Ter direitos iguais aos dos homens
- Exercer a sexualidade
- Controlar a reprodução

No entanto, a imagem não cessou de proliferar. Em outro momento histórico, nos anos 2010, vemos o retorno da imagem em lugares de enunciação distintos das conjunturas anteriores: as mídias digitais. Os movimentos feministas desta década passam a se organizar no ciberespaço e formam comunidades, reunindo sujeitos de lugares diferentes do mundo em torno de pautas e interesses em comum (LÉVY, 1999). Nas redes sociais – Facebook, Twitter, Blogger – as feministas produzem, consomem e compartilham conteúdos que abordam a condição da mulher.

Nas movências da história, a imagem *We can do it!* retorna de forma imprevisível. Em conjuntura marcada pela globalização, vemos o enunciado ser repetido e produzir significações singulares porque emerge conforme regras e determinações históricas outras. Vejamos as imagens 6, 7 e 8 que as feministas produzem e colocam em circulação na internet nos dias atuais.

Na imagem 7, vemos uma novidade: a mulher que assume posição central não é branca, e sim negra. Já na imagem 8, outra diferença: a mulher é muçulmana, pertencente a uma comunidade árabe. E na imagem 6, vemos a reunião de mulheres *diferentes* – tanto do ponto de vista racial e étnico quanto religioso – que se posicionam favoravelmente ao *mesmo* objetivo: lutar pela condição das mulheres.

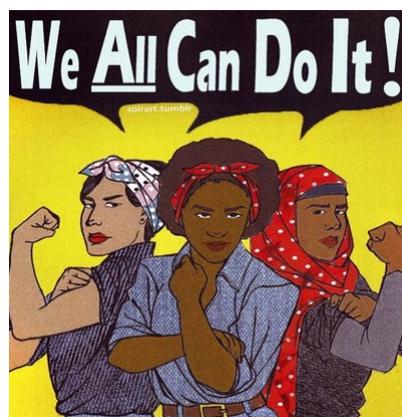


Imagem 6 – Pôster *We can do it!* com novas personagens femininas

Fonte: <http://themis.org.br/com-simone-de-beauvoir-enem-teve-questao-sobre-feminismo/>. Acesso em set. 2019.

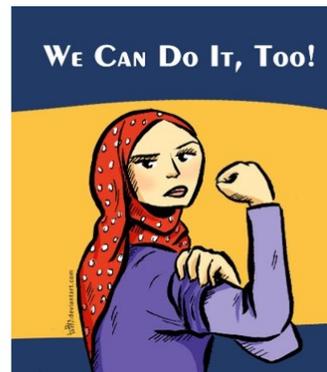


Imagem 7 – Mulher negra como sujeito do feminismo

Fonte: <http://www.mulheressocialistas.org.br/15-milhao-de-mulheres-negras-sao-vitimas-de-violencia-domestica-no-brasil-aponta-analise-inedita-do-r7/>. Acesso em set. 2019.

Imagem 8 – Mulher muçulmana como sujeito do feminismo

Fonte: <http://tuffix.net/portfolio/we-can-do-it-too/#.XhJCD2RKjIU>>. Acesso em set. 2019.

Em conjuntura histórica anterior, a imagem de “Rosie” produziu sentidos de força feminina para a mulher que pertencia a um público específico. Eram representadas como fortes as mulheres brancas, de classe média, casadas e heterossexuais. Hoje, contudo, a imagem é repetida e coloca em circulação representações diferentes da força da mulher. Podem também ocupar essa posição no discurso mulheres que pertencem a outros grupos sociais como: mulheres negras, orientais, árabes; mulheres de classe baixa, média ou alta; mulheres casadas, solteiras, mães; mulheres heterossexuais, homossexuais ou bissexuais; estudantes, profissionais liberais, artistas, etc.

Há uma mudança nas regras que definem qual mulher pode tomar posição no discurso e enunciar a si como forte. Com o acontecimento da volta da imagem, nesta década, surgem outros sujeitos pelos quais o feminismo também luta. Isso porque a imagem retorna em conjuntura histórica marcada pelas lutas em torno das identidades. De acordo com Stuart Hall (2003), as identidades passam pelo viés da representação e são produzidas na tensão entre aquilo que os sujeitos apresentam de igualdade e diferença. No meio digital, os sujeitos estabelecem relações constantes de troca entre o que é idêntico e o que é diferente. A referência do que é ser uma mulher forte e empoderada é construída tanto local quanto globalmente.

A volta da imagem *We can do it!* propicia o cruzamento de práticas discursivas dos feminismos de épocas distintas (anos 1980 e anos 2010) e de formas de subjetividade heterogêneas. Nessas condições, os sentidos de força da mulher podem ser atribuídos a uma pluralidade de sujeitos de formações históricas e repertórios culturais particulares.

Nos enunciados verbais que acompanham as imagens 6 e 8 – [We **all** can do it!/Nós **todas** podemos fazer isso!] e [We can do it, **too!**/Nós podemos fazer isso **também!**] – vemos a materialização dessa mutação nas regras de quem pode e deve ser a mulher forte. Marcas como “too” (também) e “all” (todas) produzem sentidos de união entre mulheres, bem como de inclusão. A singularidade do retorno está na maneira como o enunciado

[*We can do it!*] significa inclusão no coletivo: pelo viés da sororidade⁴ e da diversidade identitária. Evidencia-se, assim, a relação entre práticas discursivas e acontecimentos da atualidade. Desse modo, temos produção e circulação de sentidos singulares:

- **Também** a mulher mulçumana pode ser sujeito do feminismo.
- **Todas** (negras, brancas, orientais, ocidentais, etc.) juntas podem dizer-se fortes, empoderadas e capazes de lutar pela condição da mulher.

Quadro 4 – Transformações na posição de sujeito do feminismo

Nas condições históricas atuais, a repetição do enunciado *We can do it!* dá a ver um regime de enunciabilidade distinto, cujas regulações têm a ver com o surgimento de um feminismo chamado *interseccional*. O termo *interseccional* é definido no campo da Sociologia como “uma forma de interpretação para pensar como as intersecções de raça e classe, ou raça e gênero, ou sexualidade e classe, por exemplo, formam alguns grupos em contextos sociais específicos” (COLLINS, 1998, p. 208, tradução nossa).

Compreendemos, dessa forma, que o contexto da globalização e das mídias digitais favorece a transformação de regras de formação de discursos sobre a força da mulher. Ampliam-se, assim, os sujeitos que podem e devem se identificar com a imagem e ver-se representados por ela.

Aquilo que é dito e visto mantém relações com acontecimentos históricos: a popularização do feminismo na internet e a diversificação do movimento, que passa a ser pensado por pesquisadoras da área como *feminismos* – no plural. Na vertente interseccional, esse sujeito “nós”, que enuncia [**We can do it!**] é plural e heterogêneo. Afirma o poder de si, enuncia a própria capacidade de luta, criando possibilidades de resistência através da estratégia da intersecção: o cruzamento de diferenças em torno de objetivos semelhantes.

Portanto, enunciar a força da mulher, na década de 2010, não mantém os sentidos produzidos nos anos 1980. Na conjuntura digital, ocorre uma atualização dos discursos que instaura novas significações em torno do que é *ser mulher forte*. Na atualidade, dizer **We can do it!** tem a ver com empoderamento, identidade e inclusões na posição de sujeito do feminismo, o que perpassa discussões sobre raça, etnia, classe, religião, sexualidade.

Com isso, os discursos passam a situar *mulheres diversas* como podendo ser representadas pela imagem – e não só a mulher branca, heterossexual, classe média-alta, casada, ocidental. Além disso, colocam em cena outra luta do movimento feminista: o sujeito que pode e deve ter força de representatividade. O verbal e o visual materializam o acontecimento discursivo: *diferentes* sujeitos podem se identificar com esse “nós” que tem força e capacidade [**can do it!**] de lutar pela condição da mulher.

⁴ Sororidade é uma noção que surge no feminismo como efeito de movimentos antiautoritários. Consiste em postura que recusa toda organização hierárquica entre mulheres, de modo que “pertencer ao movimento [feminista] representa a realização de uma nova ideologia, a pesquisa de sentido e de valores comuns. A essa nova ideologia denominou-se ‘sororidade’: Sisterhood is Powerful (a sororidade é poderosa)” (FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 2009, p. 146).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, mobilizamos abordagem foucaultiana na análise discursiva do enunciado verbo-visual *We can do it!*. Ao longo das análises, assumimos postura da arqueologia para descrever as condições históricas de emergência dos enunciados (pôsteres, anúncios publicitários, postagens nas redes sociais) e as relações que mantêm entre si (diferenciação, exclusão, transformação). Nesse aspecto, as análises apresentaram diálogo com proposições de Michel Pêcheux (2006) acerca do acontecimento discursivo, pois as repetições do enunciado *We can do it!*, no encontro entre uma atualidade e uma memória, possibilitam a produção de sentidos singulares na e pela opacidade da língua [pronomes *it/isso*].

Por meio das análises, destacamos o aspecto descontínuo da história através dos movimentos de retorno em distintas conjunturas. A descrição do arquivo de diferentes décadas (1940, 1980 e 2010) permitiu constatar transformações, bem como a irrupção de acontecimentos discursivos. Serviu para demonstrar que uma postura arqueológica de análise dos discursos parte das condições de possibilidade históricas para compreender como o sujeito – a mulher – é colocado em discurso. Conforme mostram as análises, a dispersão do enunciado *We can do it!* acompanhou acontecimentos históricos e teve como efeito transformações nos modos de significar a força da mulher de uma época para outra.

Como materialidade repetível, o enunciado coloca em tensão um domínio de memória e um domínio de atualidade. Há relações entre o que se diz e o que se vê da mulher com eventos históricos distintos: a Segunda Guerra Mundial; a liberação sexual; a eclosão do feminismo nos EUA e na Europa; a globalização; o uso das mídias digitais; a popularização do feminismo na internet, etc. Na relação com os acontecimentos, os enunciados se modificam e novos sujeitos históricos podem ocupar posição-sujeito [we] e enunciar a si como “capazes” e fortes.

Em 1940, os discursos sobre a força da mulher estavam ligados à capacidade de desempenhar tarefas “masculinas” nas fábricas de armamento. Em 1980, a força da mulher passou a significar a possibilidade de lutar por igualdade de direitos. Em 2010, o retorno da imagem *We can do it!* se dá em contexto digital e global, produzindo sentidos ligados ao empoderamento e às lutas em torno das identidades. Questões como gênero, sexualidade, religião, etnia, classe associam o sentido de força da mulher à *identidade* e à *representação*, por isso ocorre a produção da imagem com sujeitos pertencentes a grupos sociais tão diversos.

Na atualidade, as figuras centrais do pôster podem ser mulheres negras, brancas, mulçumanas, católicas, heterossexuais, homossexuais, bissexuais, infames, célebres, estudantes, artistas, profissionais liberais, entre tantas outras. Apesar das diferenças entre os sujeitos da enunciação, no cartaz, há uma regularidade: o modo de enunciar euforicamente a “força da mulher” e a inclusão de sujeitos. Por isso, atualmente, é possível ver enunciados verbo-visuais que trazem modificações como no caso de [We **all** can do it!] e [We can do it **too!**]. São enunciados que materializam novos processos de subjetivação, cujos efeitos são sentidos de “empoderamento” e a pluralidade de sujeitos que se posicionam em lutas pela condição da mulher.

Dessa forma, diversas mulheres – independentemente de classe, raça, gênero, religião, profissão, nacionalidade, orientação sexual – têm possibilidade de afirmar-se como sujeito de força e capacidade. Os discursos produzidos pelo enunciado *We can do it!* dispersaram e emergem neste momento manifestando a possibilidade de um grupo heterogêneo de mulheres se identificar com algo em comum: o feminismo. Antes, o cartaz foi enunciado e visto segundo regulações e sujeições ao sistema patriarcal e capitalista. Já hoje, *We can do it!* é enunciado na fluidez global da web, conforme referências identitárias forjadas na afirmação das diferentes possibilidades de ser uma mulher forte.

REFERÊNCIAS

- COLLINS, P. *Fighting words: Black women and the search for justice*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1998.
- COURTINE, J.-J. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. Tradução dos Bacharéis em Letras pela UFRGS. São Carlos: Edufscar, 2009. FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012 [1969].
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 23. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.
- FOUCAULT, M. *Ditos e escritos IV: Estratégia poder-saber*. MOTTA, M. B. (Org.). Tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Tradução de Roberto Machado. 15. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2000.
- FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. (Org.) *Michel Foucault, uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-250.
- FOUGEYROLLAS-SCHEWEBEL, D. Movimentos feministas. In: HIRATA, H.; LABORIE, F.; DOARÉ, H.; SENOTIER, D. (Org.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2009.
- GREGOLIN, M. R. Michel Foucault: o discurso nas tramas da história. In: FERNANDES, C. A.; SANTOS, J. B. C. (Org.). *Análise do discurso: unidade e dispersão*. Uberlândia: Entremeios, 2002, p. 19-42.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.
- LÉVY, P. *Cibercultura*. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999.
- NICHOLSON, L. *The second wave: a reader in feminist theory*. London: Routledge, 1996.
- PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução de Eni P. Orlandi. 4. ed. Campinas: Pontes, 2006X.



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-210107-2220>

Recebido em: 13/02/20 | Aprovado em: 23/02/21

A SUBJETIVIDADE NOS DISCURSOS DA LITERATURA DE AUTOAJUDA*

THE SUBJECTIVITY IN SELF-HELP | SUBJECTIVIDAD EN DISCURSOS
LITERATURE'S DISCOURSES | DE LITERATURA DE AUTOAYUDA

Geilson Fernandes de Oliveira**

Universidade Federal do Rio Grande do Norte,
Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia, Natal, RN, Brasil

Marcília Luzia Gomes da Costa Mendes***

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Departamento de Comunicação Social,
Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem, Mossoró, RN, Brasil

Resumo: O presente artigo tem como objetivo refletir sobre a questão da subjetividade nos livros da literatura de autoajuda, de modo específico nas obras *Treinando a emoção para ser feliz* (2007a) e *12 semanas para mudar uma vida* (2007b), ambas do escritor brasileiro Augusto Cury. Tomando como base a perspectiva teórica e metodológica da Análise do Discurso (AD) de orientação francesa, especialmente aquela desenvolvida na esteira dos estudos foucaultianos, são empreendidas discussões sobre a problemática. A partir de um processo de descrição e interpretação dos enunciados que compõem o *corpus*, identifica-se, nos discursos analisados, a mobilização de dispositivos e práticas da relação do sujeito consigo mesmo, os quais discursivizam e trabalham com a produção de subjetividades na contemporaneidade e inscrevem-se em um campo da produção editorial marcado por condições de possibilidades históricas e sociais dadas.

Palavras-chave: Discurso. Literatura de Autoajuda. Subjetividade.

Abstract: This paper aims to reflect on the question of the subjectivity in self-help literature books, particularly in *Treinando a emoção para ser feliz* (2007a) – *Training Your Emotion To Be Happy*, in English – and *12 semanas para mudar uma vida* (2007b) – *Twelve Weeks to Change Your Life*, in English –, two works of the Brazilian writer Augusto Cury. Based on the theoretical-methodological perspective of the Discourse Analysis (DA), especially the one developed by Michel Foucault, we mobilize some discussions about this matter. From a process of description and interpretation of the statements that compose the

* Uma primeira versão deste texto foi apresentada durante a reunião do GP de Produção Editorial, no XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Rio de Janeiro, RJ, 2015. Aqui, são incorporadas algumas das discussões promovidas, assim como novos debates visando o enriquecimento e atualização da discussão empreendida.

** Doutor em Estudos da Mídia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Membro do GEMINI - Análise e Pesquisa em Cultura, Processos e Produtos Midiáticos (UFRN) e do Grupo de Pesquisa Informação, Cultura e Práticas Sociais (UERN). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3278-4044>. E-mail: geilson_fernandes@hotmail.com.

*** Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Docente do Departamento de Comunicação Social e do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4232-7832>. E-mail: marciliamendes@uol.com.br.

corpus, we identified, in the analyzed discourses, the mobilization of devices and practices in the subject's relations with himself. Those devices discursivize and work with the production of subjectivities in the contemporaneity, as well as they are in a field of the editorial production marked by given conditions of social and historical possibilities.

Keywords: Discourse. Self-help literature. Subjectivity.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo reflexionar sobre el tema de la subjetividad en los libros de literatura de autoayuda, específicamente en las obras *Treinando a emoção para ser feliz* (2007a) y *12 semanas para mudar uma vida* (2007b), ambas del escritor brasileño Augusto Cury. Partiendo de la perspectiva teórica y metodológica del Análisis del Discurso (AD) con orientación francesa, especialmente la desarrollada a raíz de los estudios de Foucault, se emprenden discusiones sobre este tema. A partir de un proceso de descripción e interpretación de los enunciados que componen el corpus, se identifica, en los discursos analizados, la movilización de dispositivos y prácticas de la relación del sujeto consigo mismo, que discursan y trabajan con la producción de subjetividades en la época contemporánea, y se inscriben en un campo de producción editorial marcado por condiciones de posibilidades históricas y sociales dadas.

Palabras Clave: Discurso. Literatura de autoayuda. Subjetividad.

1 A AUTOAJUDA, O CUIDADO DE SI E A PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADES: NOTAS INTRODUTÓRIAS

Na atualidade, os discursos de autoajuda se têm espreado de modo efetivo, de tal forma que sua presença na vida cotidiana é cada vez mais comum. Seja no jornalismo, seja nos modelos educacionais, nas mídias digitais ou em outros contextos, o discurso prescritivo e pedagógico da autoajuda está presente, orientando os sujeitos acerca de seus comportamentos e condutas a partir de modelos que visam guiar e fomentar normas e formas sobre uma vida estável, bem vivida e feliz. Como mecanismo constituinte da produção desses discursos, destaca-se com maior ênfase a literatura de autoajuda, segmento que, apesar das constantes crises do mercado editorial, continua a apontar números promissores, evidenciando, mais do que a força de um nicho específico, o sucesso dos discursos que ele produz junto a seu público.

Com ampla produção e circulação, tais discursos, fruto de condições de possibilidades sociais, históricas e culturais dadas, desvelam seu poder no engendramento de subjetividades, uma vez que suas narrativas tratam, para além de modelos de comportamento, de formas de cuidado do sujeito consigo mesmo, de sentir no que concerne aos acontecimentos que o rodeiam, bem como de conduzir sua própria vida, revelando o constante atravessamento destes discursos com a produção de sujeitos e subjetividades particulares no contemporâneo e a reconfiguração de práticas e técnicas inerentes a esse processo.

No que remete às discussões e problematização da noção de produção de subjetividades, tal temática foi tratada com especial atenção pelo filósofo francês Michel Foucault, especificamente quando de suas reflexões desenvolvidas durante os anos de 1970 e 1980, que se voltaram para a questão da constituição do sujeito e seus modos de subjetivação. Tais discussões são aqui de interesse considerando que os enunciados que constituem a autoajuda possuem, como será melhor visto quando da análise da empiria, uma relação direta com estas categorias. Segundo alguns leitores do filósofo francês, o

estudo das relações citadas (sujeito e subjetividades) seria a terceira e última fase¹ do pensamento foucaultiano, a qual teria como objetivo a análise dos modos pelos quais o sujeito se constitui enquanto tal a partir das relações estabelecidas consigo mesmo, isto é, de sua ética.

Para o autor, a ética de si estaria vinculada a um conhecimento de si mesmo, o qual é, conforme indica, necessário para a constituição do sujeito através de práticas que versam sobre um cuidado de si sobre si, mobilizando sua subjetividade e seus processos de subjetivação. É importante que não se confunda aqui o cuidado de si com *o conhece-te a ti mesmo*, de Sócrates, pois são perspectivas distintas para se perceber a si mesmo. Foucault (1985) assinala que o conhece-te a ti mesmo seria um quadro mais genérico do cuidado de si, enquanto este último seria uma reflexão que não se limitaria ao conhecimento de si, mas a um cuidado ético aprofundado e indispensável.

Nas obras que constituem sua terceira fase, Foucault (1985) alerta que durante muito tempo as discussões relacionadas ao tema do cuidado de si não foram consideradas, trabalhadas ou desenvolvidas. Até a própria filosofia as desconsiderou por um certo período. Para ele, neste sentido, houve um “momento cartesiano”, que favoreceu a emergência dos regimes discursivos/regimes de verdade sobre o sujeito, em oposição aos saberes sobre o cuidado de si.

O desenvolvimento das reflexões de Foucault sobre este tema recorre aos gregos e, mais tarde, aos romanos. Com o termo “cuidado de si”, o teórico busca traduzir uma noção grega que perdurou por muito tempo: a *epiméleia heautoú* – em tradução, equivalente ao *cuidado de si mesmo*. Esta é uma noção rica e complexa, que indica a ocupação do sujeito consigo mesmo visando ao aprimoramento de sua existência a fim de produzir uma vida da forma mais bela possível.

Por indicar a preocupação do sujeito para consigo mesmo, o cuidado de si se mostra como uma prática extremamente importante para a história do sujeito e de sua subjetividade, ou, para a história de suas práticas de subjetividade. A adesão às práticas de si é vista como o momento do primeiro despertar, referindo-se ao fato de que o sujeito abre os olhos e abandona seu sono, passando a ter interesse pela ocupação consigo mesmo.

Segundo a *epiméleia heautoú* grega, é necessário que o sujeito se ocupe consigo mesmo, possibilite reflexões sobre suas inquietações e suas ações. Por este motivo, os aspectos da *epiméleia heautoú* deveriam fazer parte das práticas cotidianas dos sujeitos. “O cuidado de si é uma espécie de agulhão que deve ser implantado na carne dos homens, cravado na sua existência, e constitui um princípio de agitação, um princípio de movimento, um princípio de permanente inquietude no curso da existência” (FOUCAULT, 2006, p. 11). As reflexões sobre o cuidado de si elaboradas por Foucault explicam as “técnicas de si”, por meio das quais os sujeitos se constituem. Como parte efetiva do cuidado de si, estas técnicas permitiriam aos sujeitos efetuarem, por si próprios, operações e análises sobre seus corpos, seus pensamentos, condutas, suas próprias almas.

¹ Alguns pensadores que se dedicam ao estudo da obra foucaultiana dividem seus escritos em três fases/momentos: a arqueologia, voltada para a relação entre discursos, saberes e a história; a genealogia, voltada para a análise das relações de poder, e a fase da ética ou do cuidado de si, na qual o filósofo dedica especial atenção para as formas de subjetivação, cuidado e governo dos sujeitos. No entanto, esta divisão recebe algumas críticas, sendo a principal a que defende a não existência dessa divisão na obra do autor, uma vez que seria possível identificar uma imbricação de todos os temas acima mencionados em todos os seus escritos.

Diante dos elementos explicitados, neste artigo são promovidas análises e reflexões sobre a relação da literatura de autoajuda, em específico dos enunciados que compõem nosso *corpus* – as obras *Treinando a emoção para ser feliz* (2007a) e *12 semanas para mudar uma vida* (2007b), ambas do escritor brasileiro Augusto Cury² – com o ocupar-se consigo mesmo, ou seja, com a questão da atenção e cuidado do sujeito sobre si, atentando para a produção de subjetividades daí advindas, considerando que estes discursos trabalham efetivamente com a promoção de formas e normas no que concerne a modos de ser, estar e se comportar, fornecendo modelos subjetivos. Para tanto, são tomados como base os postulados teóricos e metodológicos da Análise de Discurso de orientação francesa, especialmente aquela que vem sendo desenvolvida na esteira dos estudos foucaultianos.

2 A LITERATURA DE AUTOAJUDA

O tipo de literatura que deu origem ao gênero autoajuda formou-se a partir de transformações sociais, históricas e culturais que possibilitaram mudanças na percepção sobre o poder da mente, decorrente, especialmente, da difusão da cultura de massa, como sugere Rüdiger (1996). O fenômeno literário teve como percussor expressivo um livro homônimo ao título do gênero: *Self-Help* (autoajuda), do médico e publicista Samuel Smiles, em 1859.

A obra consiste em uma série de palestras proferidas pelo autor para um grupo de trabalhadores que tinham aprendido a ler e a escrever, além de estudar outras disciplinas de forma autônoma. A partir de *Self-Help*, Smiles buscava mostrar aos leitores o quanto nós podemos ajudar a nós mesmos e, principalmente, o quanto “a felicidade e o bem estar individuais do decurso da vida dependem principalmente e necessariamente de nós” (SMILES, 1859 *apud* RÜDIGER, 1996, p. 33).

Com proposta inovadora para a época, esta é a obra de maior sucesso de Smiles, que também produziu outros livros com temática semelhante³. *Self-Help* já foi publicado em várias línguas e é apontado como a obra que inaugura uma nova lógica, transmitindo os princípios que qualquer pessoa deveria e poderia buscar por seus objetivos, fazendo uso da perseverança e de seus esforços individuais, abandonando qualquer tipo de amparo ofertado pelas culturas precedentes.

Como parte da lógica da indústria cultural, a autoajuda é vista como uma das instâncias propagadoras da felicidade, estado que se torna, ele mesmo, uma indústria em

² A escolha das obras deste autor dá-se pelo fato de seus livros como um todo já terem vendido mais de 20 milhões de exemplares somente no Brasil e terem sido publicados em mais de 70 países. Além disso, Augusto Cury foi considerado pela *Folha de S. Paulo* e *Revista Isto É* o autor mais lido no Brasil na primeira década do século XXI e, recentemente, como o brasileiro que mais vende livros no país, segundo a *Época Negócios*, conforme informações publicadas nos seguintes endereços: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u600189.shtml>, http://www.istoe.com.br/reportagens/142655_O+MAIOR+VENDEDOR+DE+LIVROS+DO+BRASIL e <https://epocanegocios.globo.com/Vida/noticia/2018/01/augusto-cury-o-brasileiro-que-maisvende-livros-no-brasil-quer-desacelerar.html>. Acesso em: 2 mar. 2021.

³ *O poder da vontade* (1865), *O Caráter* (1875) e *O dever* (1880).

crescimento. Schoch (2011, p. 11) demonstra a extensão dessa indústria em valores monetários, apontando que “os livros de autoajuda geram vendas de US\$1 bilhão anualmente [...]”. Nesse cenário, o Brasil é, conforme Tucherman (2012), o segundo maior público consumidor do gênero. Afunilando essa discussão, Freire Filho (2010) mostra que, de acordo com dados da Câmara Brasileira do Livro (CBL), consultados por ele em 2010, o segmento da literatura de autoajuda cresceu, no país, de 5% a 10% ao ano, entre 1996 e 2006. Conforme esses dados, no ano de 2006 cerca de 600 novos livros do gênero foram lançados, compreendendo, inclusive, obras direcionadas ao público infantil.

Ainda, segundo pesquisa realizada pela Associação Nacional de Livrarias (ANL, 2012), os livros desse segmento apresentam-se na quarta posição da lista de classificação dos gêneros mais comercializados no Brasil, demonstrando, além disso, que, de 2009 para 2012, a comercialização dessas publicações teve 23% de crescimento, percentual ainda mais expressivo em relação aos apresentados por Freire Filho em 2010. Mesmo em tempos de crise editorial, é um gênero que continua em ascensão⁴, sobretudo em momentos de crise política e econômica⁵, como a vivida no tempo presente. Estas obras não apresentam formato somente de livros impressos, mas atendem à dinâmica do mercado, sendo produzidas e vendidas em diversos outros suportes, como ocorre com os livros digitais e os audiolivros.

Para se ter uma noção da popularidade e sucesso do gênero autoajuda, desde 1983 o *New York Times* criou estrategicamente uma forma de divulgar a lista dos livros mais vendidos, criando uma nova categoria – *Advice* (conselho) –, seção que se tornou especial para os livros de aconselhamento. A necessidade de sua criação mostrou-se importante e justificável, pois, como afirma Tucherman (2012, p. 137), “se isso não fosse feito, nunca mais nenhum livro de não ficção poderia aparecer como sendo um dos mais vendidos”. Esta mesma estratégia foi tomada como modelo pela *Revista Veja* a partir de 1989 e, na sequência, por muitas outras empresas.

Renúncia não é palavra recorrente nos ideais de vida da “civilização do desejo” (LIPOVETSKY, 2007); a ordem é o princípio do gozo, da felicidade, a liberação do homem de todo e qualquer passado de carências, sofrimentos e inibição. Neste contexto, a autoajuda, com seu discurso prescritivo, intitula-se como um dos dispositivos que possuem as fórmulas para esse bem-estar, agenciando muitos tipos de aconselhamento. O gênero fornece esquemas e/ou etapas a serem cumpridas, atestando que através de seu exercício levarão o sujeito ao patamar almejado (MENDES; OLIVEIRA, 2013).

Do sucesso na carreira profissional ao êxito amoroso, as obras colocam em cena o discurso de que não existe mais nenhum domínio da existência humana que não possa ser aprimorado. Assim, fornecem a uma massa de leitores ávidos novas estratégias e técnicas de fácil compreensão, objetivando maximizar sua existência subjetiva. A felicidade torna-

⁴ De acordo com o balanço de vendas de livros feito pelo “**Painel das Vendas de Livros no Brasil**”, houve aumento significativo nas vendas de livros de autoajuda entre 2016 e 2017. Segundo os dados, houve um crescimento acumulado de 4,55%, o que corresponde a aproximadamente 1 milhão e 800 mil exemplares, conforme informações disponíveis em: <https://snel.org.br/levantamento-mensal/> Acesso em: 02 mar. 2021.

⁵ Conforme disposto em: <https://veja.abril.com.br/entretenimento/autoajuda-um-segundo-que-floresce-em-tempos-de-crise/> Acesso em: 2 mar. 2021.

se, então, um imperativo (BIRMAN, 2010), ao mesmo tempo que surge uma indústria do bem-estar e do aprimoramento pessoal, originando o que Freire Filho (2010) denomina *técnicas da felicidade*. Para esse autor, vivemos na era da reprodutibilidade científica da felicidade, em que existe um verdadeiro império dos manuais de autoajuda, nos quais a manifestação da certeza é um dos traços semânticos.

A literatura do gênero é formada por manuais e textos práticos, os quais indicam métodos e formas de bem viver, obter sucesso material – riqueza, trabalho, etc. –, e sucesso pessoal – felicidade, emagrecimento, encontro de parceiros amorosos, superação da timidez, etc. Também podem ser encontrados neste gênero relatos pessoais, com histórias de vida de sucesso – material e pessoal –, apresentando as maneiras utilizadas para superar as adversidades e tornar-se uma “nova pessoa” (RÜDIGER, 1996). Nas obras, o pressuposto básico é a noção de que o bem-estar subjetivo será alcançado através de um “condicionamento positivo” e disciplinamento pessoal que resultará em uma verdadeira transformação.

Os programas de autoajuda partem dessa convocação primeira à transformação de si. Variam conforme a necessidade dos públicos segmentados. Essa “necessidade” nem sempre vem do mundo cultural para ser atendida pelos tecnólogos de discursos ou analistas simbólicos, que concebem os formatos e programas de autoajuda. Por vezes essa necessidade está latente até ser descoberta pelos tecnólogos e, uma vez descoberta e lançada num formato, seja televisivo, seja ciberespacial, ela parece inevitável, ou seja, algo que teria de ser tido despertado de modo ou outro, pois, a partir dela, o mundo já não parece ser o que era. (PRADO, 2013, p. 12)

São livros que atendem às demandas latentes e obtêm, por consequência, grande sucesso de público, tendo em vista seu “pedagogismo”, isto é, mensagens que visam a adequar o sujeito leitor aos discursos dominantes, tranquilizá-los por meio dos sentidos produzidos, torná-los “melhores”. Os títulos da literatura de massa – e aqui enquadramos a autoajuda –, são manifestações de um discurso que é resultante das tendências e exigências geradas pela sociedade moderna. Uma prova disto, defende Sodré (1988), é que a indústria editorial responsável pelas publicações desse tipo investe continuamente neste nicho já há algum tempo, sem ainda demonstrar ter sofrido prejuízo. Basta olharmos a quantidade de títulos lançados para repararmos esta questão.

No Brasil, um dos autores mais lidos e que mais vende, segundo o Jornal *Folha de S. Paulo*, *Revista Isto É* e *Época Negócios*, por exemplo, é Augusto Cury, escritor conhecido por suas inúmeras obras de aprimoramento pessoal. Uma delas – *O vendedor de sonhos* –, inclusive chegou aos cinemas em 2016 após ter sido transformada em filme, o que desvela o potencial comercial e simbólico dos discursos produzidos por suas obras. Os livros do autor já foram publicados em mais de 60 países, sendo traduzidos para diversos idiomas e vendendo mais de 16 milhões de exemplares somente no Brasil.

3 A INSCRIÇÃO DA SUBJETIVIDADE NOS DISCURSOS DA LITERATURA DE AUTOAJUDA

Como é apontado por Thompson (1998), com o advento dos meios de comunicação e a profusão de seus produtos, o eu, visto como projeto simbólico ou *self*, é atingido diretamente pelos conteúdos produzidos por estes meios, de modo que os sujeitos muitas

vezes são influenciados e a partir deles passam a orientar as suas ações. Ao mesmo tempo, o *self* torna-se mais reflexivo, já que os sujeitos, a partir da forte expansão dos recursos simbólicos disponíveis, são continuamente confrontados com as possibilidades que lhes são apresentadas. Com isto, há a promoção de formas alternativas para uma reflexão crítica de si mesmo.

A profusão de materiais simbólicos pode fornecer aos indivíduos os meios de explorar formas alternativas de vida de um modo imaginário e simbólico; e conseqüentemente, permitir-lhes uma reflexão crítica sobre si mesmos e sobre as reais circunstâncias de suas vidas. (THOMPSON, 1998, p. 185)

Neste sentido, como parte destes “materiais simbólicos”, os discursos da literatura de autoajuda podem atuar no sentido de promover mais reflexões sobre o sujeito em relação a si mesmo, compreendendo que o leitor deste gênero busca medidas paliativas para lidar com as agruras enfrentadas em seu cotidiano, atuando, dessa forma, em sua subjetividade.

Por uma perspectiva mais integrada (ECO, 1979) e deixando de lado análises meramente mercadológicas e/ou ideológicas sobre o fenômeno da literatura de autoajuda, observa-se que com seu advento os sujeitos que, em seu dia a dia, não dispõem de tempo para refletir sobre suas vidas e sobre si mesmos são instados a refletir sobre sua existência, como propõe Giddens (2002; 1991). Esta reflexão é proposta e pode se efetivar, principalmente, a partir de enunciados que versam sobre a necessidade de uma maior atenção do sujeito por si mesmo, como é identificado quando da análise da empiria:

SD⁶ 1 – Ache tempo para se ouvir e falar de você [...] Quantas vezes você faz uma pausa e reflete sobre sua vida? Quantas vezes você consegue desfazer seus compromissos e acha espaço para refletir sobre os pilares de sua existência? Muitos são ótimos para trabalhar, mas péssimos para cuidar de si mesmos. Eles têm tempo para tudo, mas não para dialogar consigo mesmos (CURY, 2007a, p. 87).

SD 2 – Podemos fugir do mundo, mas não de nós mesmos. Para escrever nossa história precisamos conhecer nosso próprio ser (CURY, 2007b, p. 31).

Com efeito, os enunciados acima destacados sugerem ao leitor uma maior reflexão e conhecimento do sujeito por si mesmo, promovendo modulações subjetivas que versam sobre uma maior interiorização e atenção sobre si em meio às atribulações diárias. Em sua exterioridade, há a produção discursiva de sujeitos e subjetividades, especialmente por meio da proposta de uma conversão para si, o que implica uma reflexão, autodiálogo e autoconhecimento, ou seja, discursiviza-se sobre uma produção subjetiva de si sobre si. Nestes enunciados, são produzidos sentidos que propõem a necessidade da ação por parte do sujeito, negando sua pretensa passividade e entrando em ação, por sua vez, a dimensão da subjetividade e do sujeito como uma produção constante.

No que diz respeito à relação estabelecida com os leitores, sujeitos produzidos também por estes discursos, identifica-se uma positividade nesses enunciados ao

⁶ Sequência Discursiva.

intermediarem e proporem um conhecimento sobre o próprio ser. Assim, de acordo com esta perspectiva, que deixa de lado as análises que versam sobre um princípio alienante das relações de poder intrínsecas aos produtos da indústria cultural, esta seria uma positividade do poder, que contraria o sentido do poder como algo somente negativo, como afirma Foucault (2013a):

Ora, me parece que a noção de repressão é totalmente inadequada para dar conta do que existe justamente do produtor no poder. Quando se define os efeitos de poder para repressão, tem-se uma concepção puramente jurídica deste mesmo poder; identifica-se poder a uma lei que diz não. O fundamental seria a força de proibição. Ora, creio ser esta uma noção negativa, esquelética do poder que curiosamente todo mundo aceitou. Se o poder fosse somente repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não você acredita que seria obedecido? O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir (FOUCAULT, 2013a, p. 44-45).

Como uma rede produtiva, as relações de poder presentes nos discursos mencionados atuam também na produção de sujeitos e subjetividades, possibilitada pelo condicionamento a partir da relação de reflexão estabelecida entre o sujeito leitor e os enunciados. Na perspectiva de Rüdiger (1996), a literatura de autoajuda se constitui como uma das principais mediações da vida social contemporânea, uma vez que, por meio de seus discursos, as pessoas comuns, independente de classes, são atraídas tendo como objetivo aprimorar, por meio da leitura e dos sentidos que são produzidos e reproduzidos, sua existência e sua subjetividade. A mitologia euforizante expressa é, de certo modo, indica Morin (1997), o antídoto para a angústia difusa dos novos tempos.

Assim sendo, o poder deve ser pensado por uma perspectiva não puramente negativa, bem como os discursos de autoajuda, pois eles também são produtores e engendram sujeitos e subjetividades específicas. Neste sentido, ao mesmo tempo que se propõem a disciplinar, as relações de poder instituídas juntamente com o discurso de superação e da felicidade como um imperativo (FREIRE FILHO, 2010), que colocam à margem o seu contrário, podem engendrar o interesse pelo cuidado de si, bem como intensificar, após a leitura, as relações de si para consigo e contribuir para uma política de si. Ressalta-se, no entanto, que essas afirmações não pretendem ser deterministas ou universais, levando em conta a singularidade de cada relação que é/pode ser estabelecida com os enunciados analisados⁷.

Nos ideais do cuidado de si por meio da efetivação das técnicas de si para consigo, o sujeito poderia caminhar e atingir um estado de perfeição. Estas técnicas contribuiriam para a elaboração de uma arte da existência. Referindo-se às artes da existência, Foucault (2006) apresenta a noção das práticas refletidas pelos próprios sujeitos, técnicas de si,

⁷ Considerando que este artigo é alicerçado na análise do discurso, isto é, na análise dos enunciados, não se pode definir categoricamente os efeitos dos discursos da autoajuda, sendo necessário, para tanto, estudos sobre a recepção do tipo de literatura analisada. Por este motivo, justifica-se o uso das palavras “podem” e “pode”, tendo em vista que a análise é centrada na reflexão da relação entre discurso e engendramento de subjetividades, como propõem estudos recentes do campo da AD francesa.

logo, artes que os aproximariam da perfeição. Através destas artes, o homem não somente fixava regras de conduta (discurso e prática), mas buscava se transformar e fazer de sua vida, de sua existência, uma obra de arte, “[...] no sentido de uma arte de viver entendida como cuidado de si, de uma elaboração da própria vida como uma obra de arte, da injunção de um governo da própria vida que tinha por objetivo lhe dar a forma mais bela possível” (MACHADO, 2013, p. 34).

Ao abordar o conceito de estética da existência, o autor explicita que se trataria de um processo de autodescoberta dos valores de si, de autoconhecimento, no qual o sujeito poderia se constituir enquanto tal através do aprimoramento de si mesmo. O cuidado de si é visto, então, como uma arte da existência (FOUCAULT, 1985, p. 50).

As “artes da existência” devem ser entendidas como as práticas racionais e voluntárias pelas quais os homens não apenas determinam para si mesmo regras de conduta, como também buscam transformar-se e modificar seu ser singular, e fazer de sua vida uma obra que seja portadora de certos valores estéticos e que corresponda a certos critérios de estilo (FOUCAULT, 1985, p. 198-199).

Neste processo, o filósofo pontua a importância das relações entre o discurso e a prática como um dos critérios necessários para o cuidado de si e um estilo de vida, defendendo que o cuidado de si não se caracteriza como um exercício solitário, mas de ordem social, no sentido de que não basta afirmar por meio do discurso a busca pelo autoconhecimento, mas, de modo mais importante, sua prática, fator que possibilitará o convívio consigo mesmo (governo de si) e com os outros (governo de si e dos outros). É neste sentido que ele retoma o conceito de *parrhesia* como um procedimento técnico fundamental para o cuidado de si (FOUCAULT, 2006).

A *parrhesia* é definida como o dizer verdadeiro, o franco falar. Um aspecto de maior relevo deste conceito está ligado à questão da coerência entre o dizer/discurso com a própria vida. Logo, sua relação com o cuidado de si é colocada pela necessária articulação que deve existir entre o discurso e a prática, bem como a necessidade de conhecer-se verdadeiramente, de modo *parrhesiástico*, podendo ser inclusive por meio das práticas de veridicção e/ou os jogos de verdade de si para consigo. Em sua *Hermenêutica do sujeito*, Foucault pontua incisivamente que a *parrhesia* é útil para a “gerência” da alma (FOUCAULT, 2006, p. 488). Percebe-se, assim, o papel relevante da *parrhesia*, bem como do *parrhesiasta* – aquele que diz a verdade, fala francamente e dirige seu aprendiz para o caminho do conhecimento que propiciará o autoconhecimento e modificação do seu ser –, no estabelecimento das relações de si para consigo, para a construção de uma estética da existência. A partir das análises e reflexões sobre a empiria, observa-se que Cury mostra-se, por meio dos enunciados e discursos que produz, como um “novo” *parrhesiasta*, uma vez que se coloca como aquele que diz a verdade ou fornece as orientações sobre o bem viver. Com efeito, o posicionamento assumido se dá como resultante das contingências históricas atuais, sendo, evidentemente, distinto daquele da antiguidade.

As artes da existência apresentadas por Foucault quando da análise das práticas greco-romanas do cuidado de si, nas quais a *parrhesia* seria parte efetiva, extrapolam o âmbito do *conhece-te a ti mesmo*. Mais do que isso, pressupõe um governo de si por si

mesmo, por meio do qual o sujeito deve e pode examinar-se, refletir sobre si mesmo e se reparar diante das necessidades, de modo a poder constituir um trajeto de sua própria vida, fundada em preceitos de uma ética de si, podendo compor, deste modo, um quadro o mais belo possível de si mesmo. Todavia, nas práticas *parrhesiásticas* o *outro* é de grande importância, já que ele pode ser aquele que diz a verdade, fala francamente e induz o sujeito a uma relação de si para consigo, a um governo de si ético e verdadeiro.

Cabe a este *outro*, dessa forma, antes de tudo saber governar a si mesmo para poder proceder ao governo dos outros e incentivar um governo de si. A partir das relações que estabelece, Augusto Cury produz-se discursivamente como um *parrhesiasta* da atualidade, demonstrando saber governar a si mesmo, possuindo conhecimentos necessários e suficientes (formação, escritor de vários livros de sucesso e criador da teoria da inteligência multifocal⁸ e de técnicas – *PAIQ*⁹, *D.C.D.*¹⁰, etc.) para atuar tanto no governo de si, como também no dos outros, o que é visto como uma estratégia discursiva, pois a partir disso o autor se propõe como uma autoridade, que, com seu saber e experiência (SD 3), vontade e produção de verdade sobre os caminhos da felicidade, indica as rotas a serem seguidas para o encontro consigo mesmo e com uma vida estável e feliz, como ocorre quando da indicação da necessária análise sobre o tempo dedicado pelo sujeito leitor para uma conversa consigo mesmo (SD 4), colocando este aspecto como um elemento significativo, bem como quando enuncia críticas no que remete aos modos de existência que não têm contribuído para uma vida satisfatória (SD 5).

SD 3 – Muitos nos têm enviado e-mails dizendo que suas vidas ganharam novos rumos após a leitura (CURY, 2007a, p. 117).

SD 4 – Converse, debata e discuta aberta e silenciosamente consigo mesmo. Interiorize-se. Seja seu grande amigo. Analise se você tem tido tempo para todo mundo, mas não para si mesmo (CURY, 2007b, p. 187).

SD 5 – Critique seus paradigmas existenciais, seus conceitos sobre a vida. Repense suas verdades e seus comportamentos rígidos (CURY, 2007a, p. 105).

Esta característica é fortalecida, ainda, quando o autor discorre sobre os relatos de seus leitores ou pacientes, evidenciando nestes uma mudança após a adoção das técnicas

⁸ Título de outra obra de Cury – *Inteligência Multifocal*, São Paulo, Cultrix, 1998, que chega a ser citada e indicada para os leitores nas obras analisadas. Segundo Cury, a inteligência multifocal diz respeito a uma teoria que tem sido estudada por diversos cientistas em vários países, chegando inclusive a ser inserida nas grades curriculares de alguns cursos universitários. É uma teoria que investiga os fenômenos da inteligência humana a partir de quatro processos da psique ou mente humana: “1 – a formação de pensamentos; 2 – a transformação da energia psíquica; 3 – a formação da consciência e dos alicerces do “eu”; 4 – os papéis da memória e a formação da história existencial” (CURY, 2007b, p. 20).

⁹ O PAIQ é o Programa da Academia de Inteligência de Qualidade de Vida. É através desse programa que o autor indica os passos e técnicas necessárias para se atingir o bem-estar e a felicidade.

¹⁰ Técnica proposta por Cury, o D.C.D. (Duvidar, Criticar, Determinar). É trabalhada a partir das seguintes práticas: a necessidade de o sujeito leitor **duvidar** de sua incapacidade, **criticar** sua passividade e **determinar** novos rumos para sua vida a partir de um “choque de lucidez na emoção”.

por ele sugeridas, reforçando seu estatuto de sujeito que diz uma verdade que é comprovada e empiricamente validada:

SD 6 – J.C. passou por onze psiquiatras. Fui o décimo segundo e, felizmente, o último. Ele compreendeu as causas do seu transtorno obsessivo e principalmente aprendeu a *criticar* seus pensamentos e a *dar um choque de lucidez* na sua emoção (CURY, 2007a, p. 29).

SD 7 – J.N. fez esse treinamento. O resultado? Libertou sua emoção do cárcere. Reacendeu as chamas de sua segurança e expandiu as raízes de sua autoestima [...]. Depois de percorrer um solitário deserto, J. N. se tornou um poeta da emoção. Hoje, é um homem feliz e sábio (CURY, 2007a, p. 86)

Verifica-se, então, o quanto o autor se postula como alguém que é detentor de um saber, um mestre da experiência, legitimado para a atuação no que concerne a orientações e aconselhamentos.

Conforme Marín-Díaz (2015), a autoajuda se ancora nos ideais de um governo de si, tal qual propõe os preceitos do cuidado de si, sendo, no entanto, um dispositivo renovado ou atualizado de técnicas mais antigas que tinham como meta a sabedoria ou um estado de si elevado. Tais questões são identificadas, como indicam as materialidades destacadas, haja vista o trabalho com a proposta de uma percepção mais apurada e uma interiorização que dê conta de uma avaliação sobre os modos de vida do sujeito leitor, o que é feito com a indicação de que este possa repensar verdades e comportamentos a partir de uma autoanálise, mobilizando ações que possuem um caráter estritamente subjetivo.

Na contemporaneidade, ainda segundo Marín-Díaz (2015), o dispositivo da autoajuda e suas técnicas atuam visando a felicidade e o bem-estar. Com a atualização dos contornos históricos e sociais dos dispositivos do cuidado de si, modificam-se as técnicas, assim como seus resultados. Evidenciando-se como um dispositivo produtor de subjetividade no presente, verifica-se, conforme assevera a autora,

[...] a ancoragem da autoajuda numa milenar tradição de práticas dirigidas para o governo de si. Trata-se de um conjunto de técnicas antigas como a meditação e a escrita de si que são agora atualizadas num dispositivo novo [...]. Este dispositivo precisa de indivíduos, isto é, para funcionar requer produzir indivíduos que ajam como “eus”, com interesses e com capacidade de aprender a aprender, para atingir a nova meta desejável: ser bem-sucedidos e felizes (MARÍN-DÍAZ, 2015, p. 9).

Frente a estas questões, por meio dos processos de descrição e interpretação dos enunciados, o fenômeno da autoajuda é percebido como uma das tecnologias de si contemporâneas que se propõem a promover, através de seus discursos, uma relação de maior atenção do sujeito consigo mesmo, incidindo, desta forma, diretamente em suas produções subjetivas. Por tecnologias do eu, Foucault (2006) visava definir as práticas que permitiam ao indivíduo efetuar, por si próprio ou com a ajuda de outros, operações sobre seu corpo e sua alma, a fim de se transformar e alcançar um estado de sabedoria.

Com respaldo nos escritos de Deleuze (2008), que tiveram influência das noções elaboradas por Foucault, a relação entre autoajuda, tecnologias, cuidado e governo de si se dá, com efeito, pela concepção de que “houve uma experiência grega, experiências cristãs, etc; mas, não são os gregos nem os cristãos que farão a experiência por nós hoje” (DELEUZE, 2008, p. 132). Neste sentido, tomar a autoajuda como uma tecnologia de si que engendra a produção de subjetividades e governo de si não se dá a partir de uma visão de evolução ou retrocesso desses conceitos, mas uma necessidade de analisar o campo sócio-histórico como descontínuo, com desníveis e fissuras que favorecem as condições de possibilidade de outras tecnologias de si, cuidados e governamentalidade no decorrer da história e, por conseguinte, as transformações pelas quais passaram os modos de subjetivação hoje existentes, pois “não são os gregos, é nossa relação com a subjetivação, nossas maneiras de nos constituirmos como sujeito” (DELEUZE, 2008, p. 132), especialmente pelo fato de que ser contemporâneo é viver em um presente onde jamais estivemos, cabendo, desta forma, sua análise, pois, como pontua Revel (2006), “não se trata de se tornar novamente gregos, nem de pensar que eles foram mais admiráveis do que nós. Trata-se, precisamente, de compreender o que nós não somos mais, a fim de nos perguntar, ao contrário, o que nós somos hoje” (REVEL, 2006, p. 23), em que relações estamos inseridos e de que modos nossas subjetividades se têm produzido.

Reconhece-se, deste modo, que, por sua forma e visando ao aprimoramento contínuo dos sujeitos, bem como o fato de poder propiciar a partir dos momentos de leitura um momento de reflexão, os discursos da autoajuda são tecnologias de si da atualidade que proporcionam *outras* subjetividades, podendo vir a induzir em algum momento um estado de si semelhante ao expresso pelo cuidado de si, mas não nos moldes da *epiméleia heautoú* grega, tendo em vista outras condições de produção e relações que ora se estabelecem, bem como se considerando as lógicas e interesses inerentes ao gênero autoajuda e suas articulações com a dinâmica da indústria cultural, padrões morais atualmente em voga e suas relações de saber e poder.

Fazendo uso dos preceitos foucaultianos, Mansano (2009) destaca a importância da análise do presente e de seus dispositivos na constituição da história e a desvalidação de qualquer pensamento que queira se fazer universal. Em suas palavras,

Seguindo a investigação sobre os modos de subjetivação, cabe perguntar: quais modos de vida precisam ser abandonados e quais outros pedem passagem em nossos dias? Qual a potência que temos para produzir outros modos de existir e colocá-los em circulação no social? É perceptível o quanto os estudos de Foucault convocam para uma análise do presente e das nossas possibilidades de transformação. Para isso, ele resgata a dimensão histórica que atravessa os modos de subjetivação, descartando, assim, qualquer pretensão de universalidade. (MANSANO, p. 114, 2009)

Torna-se válido salientar, neste sentido, que esta produção de subjetividades promovida pelos discursos de autoajuda não se dá de forma determinante e muito menos universal, como são apregoados pelos discursos deste tipo de literatura, levando em conta a multiplicidade de sujeitos e subjetividades, que, no encontro com as estimulações variadas, produzem uma miscelânea de outras subjetividades, as quais nunca são

passíveis de totalização e/ou implicam posse; ao contrário, são uma produção incessante que acontece através de encontros e desencontros diversos. A autoajuda, como prática contemporânea de subjetivação, agencia sujeitos, identidades, modos de ser e estar. Com efeito, seus discursos fornecem e possibilitam a produção e o agenciamento de subjetividades a partir da exterioridade de que se constitui.

Nesse sentido, os discursos produzidos por Cury reatualizam antigas práticas de cuidado e atenção por parte dos sujeitos, o que é feito em meio a interesses, lógicas e processos bem distintos, haja vista os preceitos econômicos alicerçados na racionalidade neoliberal a que muitas vezes obedecem, mas, mesmo assim, com atuação na modulação de uma subjetividade que deve voltar o olhar para si mesma, conforme sugerido nas sequências discursivas destacadas, o que é verificado nas obras desde seus títulos e reiterado no decorrer de seu desenvolvimento, reforçando o interesse em promover nos leitores uma autoavaliação, redirecionamento e mudança de postura que possa ser favorável e proporcionar uma vida estável e feliz, elementos na grande maioria das vezes colocados de forma imperativa, desvelando que o regime de cuidado e atenção que é discursivizado e proposto é atravessado por uma ética e modelo moral particulares e correspondentes a seu tempo. Nessa perspectiva, tomando a subjetividade como uma produção essencialmente modelada e fabricada social e historicamente, a autoajuda, como tecnologia de si, se propõe a impulsionar esta relação do sujeito consigo mesmo, o que é feito em meio a seus diversos atravessamentos.

No que diz respeito a este processo de conversão do olhar e produção constante do sujeito e suas subjetividades, tal aspecto é indicado por Foucault (2006), que visualiza o sujeito como uma produção incessante e um agente estratégico e não imóvel ou somente instado e gerenciado pelos poderes que circulam no social, elemento que é reforçado pela noção de reflexividade ou de um sujeito reflexivo em Giddens (1991)¹¹, compreendido pela premissa de que há por parte das pessoas um autoexame das próprias ações e, através dele, a possibilidade de reformulação das mais diversas práticas sociais e do próprio sujeito, tendo em vista a percepção de acesso ao pensamento e às informações, formuladas e reformuladas continuamente durante toda a existência do indivíduo.

Para Giddens (1993), os livros de autoajuda são alguns dos mecanismos da modernidade que possibilitam para os sujeitos uma maior reflexão sobre si. Em sua concepção,

¹¹ Temos conhecimentos de alguns conflitos nos pensamentos de Giddens e Foucault, principalmente quando da crítica do sociólogo às concepções sobre o sujeito e subjetividade do filósofo francês, propondo que nas pressuposições deste último o sujeito não possuiria uma ação individual e as relações de poder consistiriam apenas em sua dominação, bem como criticando as formas de subjetivação propostas por Foucault – segundo Giddens, sempre atreladas a um dispositivo em específico. A partir da leitura das obras de Foucault, torna-se difícil concordar com as críticas de Giddens, pois no centro das relações trabalhadas por Foucault estão presentes a liberdade, a resistência e a produção incessante do sujeito e de suas subjetividades a partir não de um dispositivo específico, mas em meio a uma rede histórica mais ampla e complexa. Ressalta-se, dessa forma, que a utilização das ideias de Giddens se dá levando em consideração o fato de o teórico explicitar a autoajuda como um mecanismo que induz à reflexividade ou ação reflexiva no contemporâneo, não implicando, portanto, a concordância com as críticas elencadas ao pensamento foucaultiano, que é uma das principais bases deste trabalho.

[...] a maioria é constituída essencialmente de livros de carácter prático e correspondem a expressões de processos de reflexividade que esboçam e ajudam a conformar. Muitos são também emancipatórios: apontam para mudanças que poderiam libertar os indivíduos de influências que bloqueiam o seu desenvolvimento autónomo (GIDDENS, 1993, p. 75).

Com os momentos de reflexividade, identificados pelo autor como “uma conversa consigo mesmo” (GIDDENS, 1993, p. 103), as identidades e os sujeitos são igualmente tornados reflexivos. A proposta do teórico é que há uma nova identidade, ou novas identidades para o “eu” da modernidade, sendo estas passíveis de revisão e monitoramento recorrente. O eu torna-se “um projeto reflexivo”, assim como a concepção de identidade, vista como algo “autoconstruída” pelos processos reflexivos individuais e coletivos.

O tema “conversa consigo mesmo”, recorrente para os momentos de reflexividade propostos por Giddens (1993), bem como para Foucault (2006) ao abordar a questão do cuidado de si e da conversão do sujeito para si mesmo, também é comum nos enunciados das obras analisadas, algumas vezes colocados como uma “mesa redonda do eu”:

SD 8 – A 9ª lei da qualidade de vida – “a arte do autodiálogo: a mesa-redonda do eu” (CURY, 2007b, p. 165).

SD 9 – Não é possível sermos autores da nossa história, gerenciarmos nossos pensamentos, administrarmos nossa emoção, enfim, desenvolvermos qualidade de vida se não temos coragem e capacidade para fazer uma mesa-redonda em nosso próprio interior para debatermos com inteligência nossos próprios problemas e revisarmos nossos caminhos (CURY, 2007b, p. 169).

SD 10 – Não me procure no imenso espaço nem nos recantos da terra. Viaje para dentro de você. Eu me escondo nas velas da sua emoção, no cerne do seu espírito... (CURY, 2007a, p. 10).

Na relação com estes enunciados, são promovidos agenciamentos que buscam uma subjetividade voltada para a reflexão do sujeito leitor sobre si mesmo. Com a orientação para um condicionamento ou treinamento, arregimentam o propósito das práticas a serem incorporadas para a condição de rendimentos positivos. Estas práticas postulam o engendramento de um outro tipo de cuidado de si, sendo colocadas como fontes ou caminhos da felicidade. Exterioridades diversas são discursivamente postas, engendrando produções de sentido que revelam a possibilidade de um governo de si, em meio às muitas governamentalidades, perpassado especialmente pelo desenvolvimento de uma relação de si para consigo.

Destaca-se que este “eu” que reflete sobre si mesmo que é sugerido não é uma entidade passiva, identificada somente pelas influências sociais determinantemente externas. Em oposição, é um “eu” que trama e desenvolve sua identidade, sua posição-sujeito, pautado em sua autonomia conduzida pelos processos de autorreflexão e subjetivações efetivadas que visam a lhe dar equilíbrio. De acordo com Marín-Díaz (2015), são enunciados atravessados pela governamentalidade que visam à autogovernamentalidade, o que pode ser percebido

[...] na produção de novas formas e reflexões para melhorar as condições de vida nas nossas sociedades - recuperação de técnicas de cuidado de si antigas ou de outras culturas, produção ampla e massiva de livros e materiais de autoajuda e, em geral, procura por métodos e formas de exercitação individuais e coletivas que ajudem a conseguir o equilíbrio que parece se encontrar no âmago do que muitos consideram ser felicidade. (MARÍN-DIAZ, 2015, p. 14)

Na visão da autora, as técnicas executadas na antiguidade, que visavam ao equilíbrio do sujeito, parecem ser substituídas pelas que promovem o bem-estar e a felicidade, visto como o principal bem a ser atingido na atualidade, conforme disposto pelos discursos dominantes. Para tanto, com seu discurso pedagógico, faz-se necessário que os sujeitos, atravessados pelos discursos e poderes, sendo também formados a partir destas relações que se estabelecem de múltiplas formas e podem adquirir variados sentidos, constituindo-se não por vieses unilaterais, mas a partir de um jogo, possam aprender a aprender em meio a uma série de exercitação-individualização-condução que emerge nos discursos da autoajuda, no qual o “eu” precisa embarcar e prosseguir na busca de descobertas que possam auxiliá-los a uma autocondução, vinculados a um governo de si. Destarte, o sujeito deve moldar-se e ser, ele próprio, o responsável por seus investimentos, perdas e ganhos.

Nos moldes contemporâneos e ora investigados do cuidado de si – se assim pudermos manter a nomeação – são incorporados a felicidade e o bem-estar, os quais poderão ser atingidos a partir das técnicas enunciadas, implicando não uma mera realização, mas um autodiálogo, gerenciamento de pensamentos, administração de emoções, enfim, pela coragem de enfrentar uma mesa-redonda do eu, de fazer uma viagem para a dimensão subjetiva, com o objetivo de resolver os problemas identificados e revisar as rotas para se conseguir ser, efetivamente, feliz (SD’s 8, 9 e 10). Trata-se de um discurso que pressupõe uma exercitação-individualização-condução, como salienta Marín-Díaz (2015). Exercitação a partir da proposição de perceber a si mesmo a partir de técnicas e treinamentos, tomar conhecimento sobre quem e como se é, para, somente assim, poder modificar-se mais uma vez com o auxílio das técnicas e treinamentos. Individualização pelo fato de que tais práticas visam promover um outro indivíduo, que efetua determinadas operações sobre si mesmo até poder transformar-se e constituir-se conforme o que é discursivamente propagado como parte da ordem; um eu que possa, por sua vez, efetivar uma outra condução de si mesmo. Uma autocondução que não cessa a sua produção, reinventando-se a partir das vivências e experiências históricas e sociais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se analisarmos brevemente os diferentes modos pelos quais os sujeitos têm buscado a felicidade, o bem-estar ou um estado de si elevado, podemos perceber que comportamentos e formas de existência dos indivíduos em se tratando destas questões diferenciam-se e agenciam modos de conduta próprios para alcançá-la em cada época (MCMAHON, 2006). Hoje, com maior força e expressão, são os discursos da autoajuda que têm produzido um imaginário sobre a felicidade e o bem-estar, concomitante à propagação de orientações voltadas para estes fins.

Com efeito, considerando as condições de possibilidade dadas que permitiram a irrupção destes discursos a partir do arquivo de seu tempo, as análises desenvolvidas indicam as obras de Augusto Cury e os agenciamentos que produzem como mecanismo contemporâneo que trabalha com questões ligadas aos processos de subjetivação, atravessada por um governo de si e do outro que pode engendrar o interesse pelo cuidado de si, tendo em vista o posicionamento do sujeito como uma função estratégica. Com isto, percebe-se que, com seus enunciados, a literatura de autoajuda produzida por Cury trabalha aspectos referentes à felicidade que proporcionam e demandam agenciamentos subjetivos, já que os discursos possuem relações recíprocas com a construção de sentidos que se dão sob esferas subjetivas. Certamente, aqueles que buscam os discursos da autoajuda tentam um outro olhar sobre o estado de suas vidas, de forma a examinar a si mesmos através das reflexões propostas e o exercício das técnicas e treinamentos, o que não pode ser definido como negativo apenas pelo fato de muitos considerarem a autoajuda uma leitura “alienante” ou essencialmente atrelada ao mercado.

Dito isto, a questão não se centra sobre os efeitos, eficácia ou a postulação dos discursos analisados como receitas a serem seguidas. Mais do que isso, a discussão foi situada no sentido de refletir sobre os modos pelos quais, a partir de seus enunciados, a autoajuda incide na produção de subjetividades atentas e cuidadosas consigo mesmas, de modo a atualizar ou singularizar no tempo presente cuidados e práticas de si, o que no caso é feito a partir de condições de possibilidade próprias, as quais se vinculam a interesses éticos e políticos determinados.

Emerge, a partir disso, a necessidade de enfatizar que as práticas de si da atualidade não podem ser vistas como uma sucessão das práticas tradicionais, indicando um desenvolvimento ou continuidade. Ao contrário, são práticas que têm sua irrupção em meio às diversas quebras, regularidades e rupturas que compõem a história e a sociedade (FOUCAULT, 2013b). Nesta esteira, os discursos de autoajuda ora investigados indicam outros modos de governo e governamentalidade direcionados para um autogoverno, uma autocondução da própria vida, na qual é o sujeito o responsável por suas perdas e ganhos.

Nas obras analisadas, o discurso da autoajuda configura-se como dispositivo que propõe formas de subjetivação pela exterioridade que visa conduzir as vidas dos indivíduos, atuando diretamente em suas subjetividades e nos seus modos de objetivação, isto é, em sua constituição como sujeitos. Este aspecto é demonstrado a partir dos enunciados analisados, levando em conta que, como destacado anteriormente, são discursos que trabalham diretamente com a subjetividade dos leitores, atuando discursivamente na condução de suas vidas.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE LIVRARIAS. *Diagnóstico ANL do setor livreiro*. 2012. Disponível em: http://anl.org.br/web/pdf/diagnostico_setor_livreiro_2012.pdf. Acesso em: 4 jul. 2018.
- MENDES, M. L. G. C.; OLIVEIRA, G. F. Treine suas emoções, supere-se, seja feliz! Uma análise discursiva do imperativo da superação e da felicidade na literatura de autoajuda. *Revista Comunicação, Mídia e Consumo*, v. 10, n. 29, 2013.
- BIRMAN, J. Muitas felicidades?! O imperativo de ser feliz na contemporaneidade. In: FREIRE FILHO, J. (Org.). *Ser feliz hoje: reflexões sobre o imperativo da felicidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

- CURY, A. *Treinando a emoção para ser feliz*. São Paulo: Academia de Inteligência, 2007a.
- CURY, A. *12 Semanas para mudar uma vida*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007b.
- DELEUZE, G. *Conversações*. São Paulo: Editora 34, 2008.
- ECO, U. *Apocalípticos e integrados*. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- FERNANDES, C. *Discurso e sujeito em Michel Foucault*. São Paulo: Intermeios, 2012.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 26. ed. São Paulo: Graal, 2013a.
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013b.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. 21. ed. São Paulo: Loyola, 2011.
- FOUCAULT, M. *A hermenêutica do sujeito*. 2. ed. - São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H; RABINOW, P. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 229-293.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade: o cuidado de si*. Edições Graal: Rio de Janeiro, 1985.
- FREIRE FILHO, J. (Org.). *Ser feliz hoje: reflexões sobre o imperativo da felicidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- GIDDENS, A. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: JorgeZahar, 2002.
- GIDDENS, A. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.
- GIDDENS, A. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Editora USP, 1991.
- LIPOVETSKY, G. *A felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade do hiperconsumo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- MACHADO, R. Introdução: por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 26. ed. São Paulo: Graal, 2013.
- MANSANO, S. R. V. Sujeito, subjetividade e modos de subjetivação na contemporaneidade. *Revista de Psicologia da UNESP*, v. 8, n. 2, 2009. Disponível em: <https://seer.assis.unesp.br/index.php/psicologia/article/view/946>. Acesso em: 3 mar. 2021.
- MARÍN-DIAZ, D. L. *Autoajuda, educação e práticas de si: genealogia de uma antropotecnica*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015. (Coleção Estudos Foucaultianos).
- MCMAHON, D. M. *Felicidade: uma história*. São Paulo: Globo, 2006.
- MORIN, E. *Cultura de massas no século XX: neurose*. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- PRADO, J. L. A. *Convocações biopolíticas dos dispositivos comunicacionais*. São Paulo: EDUC: FAPESP, 2013.
- REVEL, J. Uma subjetividade que jamais cessa de inventar-se a si própria. In: *Michel Foucault – 80 anos. IHU ON-LINE*, São Leopoldo, ano VI, n. 203, 2006, p. 20-27. Disponível em: <http://www.observatoriodeseguranca.org/files/foucault%20unisinos.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2021.
- RÜDIGER, F. *Literatura de auto-ajuda e individualismo*. Porto Alegre: Editora da Ufrgs, 1996.
- SCHOCH, R. W. *A história da (in)felicidade: três mil anos de busca para uma vida melhor*. Rio de Janeiro: BestSeller, 2011.
- SODRÉ, M. *Best-seller: a literatura de mercado*. São Paulo: Ática, 1985.
- THOMPSON, J. B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- TUCHERMAN, I. Desvendando um enigma: autoajuda, mídia e biopoder. In: ROCHA, R. M.; CASAQUI, V. (Org.). *Estéticas midiáticas e narrativas do consumo*. Porto Alegre: Sulina, 2012..



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-210108-3220>

Recebido em: 26/02/20 | Aprovado em: 05/03/21

IMPOLIDEZ E IDENTIDADES EM UMA INTERAÇÃO ON-LINE NO FACEBOOK: UMA ABORDAGEM SOCIODISCURSIVA

IMPOLITENESS AND IDENTITIES IN AN ONLINE INTERACTION ON FACEBOOK: A SOCIODISCURSIVE APPROACH | DESCORTESÍA E IDENTIDADES EN UNA INTERACCIÓN EN LÍNEA EN FACEBOOK: UN ABORDAJE SOCIODISCURSIVO

Ricardo Rios Barreto Filho*

Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação,
Departamento de Letras, Recife, PE, Brasil

Kazue Saito Monteiro de Barros**

Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação,
Departamento de Letras, Recife, PE, Brasil

Resumo: Os sites de redes sociais, como o Facebook, podem servir como um palco de disputas políticas e ideológicas onde interlocutores entram em conflito, gerando linguagem ofensiva e disputas identitárias. Este artigo objetiva apresentar contribuições que os estudos das identidades podem fornecer à análise da impolidez – uso da língua para causar ofensa – em interações on-line. Para tanto, propõe a análise qualitativa de cunho interpretativista de uma postagem e seus respectivos comentários, coletados no Facebook. Os resultados sugerem que o estudo combinado entre impolidez e identidades possibilita demonstrar que o processo de ofensa nessa plataforma on-line é normalmente inferencial, e depende de processos de identificação com a impolidez presentes nos textos.

Palavras-chave: Interação online. Impolidez. Identidade.

Abstract: The social networking websites, such as the Facebook, have become a place for political and ideological conflicts between the interlocutors, generating offensive language and identity disputes. This paper aims to present the contributions that the identity studies can provide to the impoliteness analysis (the use of language to cause offense) in online interactions. For this purpose, it proposes a qualitative and interpretative analysis of a Facebook post and its respective comments. The results suggest that the combined study between the impoliteness and identities is capable of showing that the offense processes in this online platform are normally inferential and rely on identification processes with the impoliteness in the texts.

Keywords: Online interaction. Impoliteness. Identity.

Resumen: Las portadas de redes sociales, como *Facebook*, pueden servir de escenario de disputas políticas e ideológicas donde interlocutores entran en conflicto, generando lenguaje ofensivo y disputas identitarias. Así, ese artículo tiene el objetivo de presentar contribuciones que estudios de las identidades pueden proveer

* Doutor em Letras (concentração em Linguística) pela UFPE. Professor Adjunto do Departamento de Letras da Universidade Federal de Pernambuco. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2895-2981>. E-mail: ricardo.rios@ufpe.br.

** Doutora em Language and Linguistics pela University of Essex (UK). Professora Titular do Departamento de Letras da Universidade Federal de Pernambuco. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9024-6239>. E-mail: kazuesaito@uol.com.br.

para análisis de la descortesía – uso de la lengua para causar ofensa – en interacciones *en línea*. Para ello, propone el análisis cualitativo de naturaleza interpretativa de un postaje y sus respectivos comentarios, colectados en *Facebook*. Los resultados sugieren que el estudio combinado entre descortesía e identidades haz posible demostrar que el proceso de ofensa en esa plataforma *en línea* es normalmente de inferencia, y depende de procesos de identificación con la descortesía presentes en los textos.

Palabras clave: Interacción *en línea*. Descortesía. Identidad.

1 INTRODUÇÃO

As redes sociais têm se tornado verdadeiros palcos de debates político-ideológicos, marcados principalmente por um discurso de combate, muitas vezes permeado por uma linguagem conflituosa e, por vezes, rude ou grosseira. Essa realidade no ambiente *on-line* nos faz questionar sobre o funcionamento interacional dessas disputas, sobretudo em relação a como se dá o processo de ofensa nessas interações.

O campo dos estudos da linguagem a que recorreremos para empreender uma investigação sobre essa linguagem conflituosa na internet são os estudos da *impolidez*¹. Esses estudos são posteriores e inter-relacionados aos estudos da *polidez*, que se dedica grosso modo à investigação do uso da língua para gerar interações harmoniosas entre falantes. Os estudos da *impolidez*, por sua vez, preocupam-se com as interações conflituosas, muitas vezes marcadas por rudeza e agressão.

Embora haja ligação inquestionável entre os estudos da *impolidez* e da *polidez*, os estudiosos de *impolidez* assumem que ela não equivale à ausência de *polidez*. Para eles, na verdade, uma não é o oposto da outra, pois existem dois fenômenos diferentes que apresentam características linguístico-discursivas e funções sociais particulares.

Como nos interessamos pela linguagem nas interações sociais, perguntamo-nos: como se configura a *impolidez* em debates *on-line* no *Facebook*? Ademais, como a *impolidez* se inicia e se desenvolve no *Facebook* e como ela está relacionada a processos de construção de identidades na interação?

Em vista desse questionamento, assumimos aqui uma abordagem sociodiscursiva² dos estudos da *impolidez* (por exemplo, Eelen (2001), Culpeper (2011) e Culpeper e Hardaker (2017), a qual pretende explicar quais aspectos linguístico-discursivos atuam no processo de ofensa, por meio da análise situada de contextos. Em função de nosso ponto de vista epistemológico, acreditamos que a *impolidez* emerge da interação e depende não apenas do uso de elementos linguísticos isolados, mas principalmente da associação destes elementos ao contexto, tanto situacional e imediato quanto sócio-histórico.

Além do caráter interacional, a que nossa abordagem se associa, este artigo tem particular interesse em demonstrar o papel dos estudos sobre identidades nas análises da *impolidez* em ambiente *on-line*. Para essa discussão, nos apoiamos nos estudos sobre

¹ A palavra *impolidez* é um termo técnico que designa uma linguagem considerada ofensiva.

² Aqui, optamos por trabalhar apenas com a perspectiva sociodiscursiva de estudos da *impolidez*. Para detalhamento sobre outras perspectivas, conferir o ensaio de Barros (2017).

identidades de base sociocultural (BUCHOLTZ; HALL 2004a, 2004b 2005) e nas discussões acerca das relações entre impolidez e identidades (BLITVICH; SIFIANOU, 2017). Estas autoras ressaltam que os estudos da impolidez e das identidades têm se desenvolvido tradicionalmente de maneira autônoma sem que haja grande investimento nas inter-relações desses contextos. O artigo tematiza, portanto, o papel da impolidez no processo de construção das identidades dos interactantes no discurso *on-line*.

Após esta breve contextualização, explicitamos o conceito de impolidez adotado no trabalho e discutimos as fórmulas de impolidez propostas por Culpeper (2011), que guiarão as análises. A partir da perspectiva sociocultural de Bucholtz e Hall (2004a, 2004b, 2005), explicitamos a noção de identidades e seus princípios, por meio dos quais propomos a abordagem da impolidez para construção das identidades em interações no *Facebook*. Finalmente, investimos na análise de um *post* publicado no *Facebook*, e seus respectivos comentários e réplicas, que servirão de base para a discussão final sobre as relações entre fenômenos de construção de identidade e impolidez.

2 DEFINIÇÃO E ABORDAGEM DA IMPOLIDEZ NUMA PERSPECTIVA SOCIOINTERACIONAL

Antes de surgir o interesse pela impolidez, a Linguística dedicou-se à polidez. O tema foi especialmente explorado por Brown e Levinson (1987), cuja perspectiva teórica investiga as escolhas linguísticas associadas à preservação das faces e das interações harmoniosas³.

Especificamente sobre a impolidez, Culpeper e Hardaker (2017 p. 200) explicam que “todas as noções de impolidez parecem envolver comportamentos que são considerados negativos por pelo menos um dos participantes [da interação]”⁴. Levando em consideração essa definição, partimos do princípio de que a impolidez não é construída pura e simplesmente por escolhas lexicais e construções sintático-semânticas que tradicionalmente são vistas como impolidas. Em outras palavras, não é o simples uso de palavras de baixo calão ou de maldizeres tradicionais que é considerado ofensivo, violento ou impolido, mas as percepções que os interactantes têm dos termos ou expressões.

Neste texto, assumimos que a impolidez é gerada pelo uso da linguagem, cujos sentidos são atualizados no fluxo da interação. Com isso, ratificamos a necessidade de entender a linguagem como uma atividade social orientada pela interação social. É apenas por meio da análise do contexto de interação que podemos sustentar se há ou não impolidez.

³ O trabalho de Brown e Levinson (1987), além de ter inspirado muitas investigações no campo da Linguística e área afins, também estimulou diversas críticas que deram início a outras perspectivas teóricas e de análise. Neste artigo, no entanto, não temos como intenção revisar de forma aprofundada os estudos da polidez. Contudo, recomendamos Eelen, (2001), Barros (2017) e Culpeper, Haugh e Kádár (2017) para conferir a história dos estudos da polidez, que, sem dúvida, impactam as pesquisas sobre impolidez, como a deste trabalho.

⁴ All notions of impoliteness seem to involve behaviours that are considered emotionally negative by at least one participant.

Dessa maneira, defendemos a noção de que a impolidez é, na verdade, um processo avaliativo dos participantes das interações, que, por sua vez, julgam intersubjetivamente seu discurso bem como o discurso do outro.

Sobre esse assunto, Eelen (2001, p. 109) comenta:

Diariamente, a (im)polidez ocorre nem tanto quando o falante produz o comportamento, mas quando o ouvinte avalia o comportamento [...] a essência da (im)polidez está nesse momento avaliativo. Mesmo que haja ouvintes avaliando falantes, falantes avaliando a si próprios, ou informantes avaliando falantes hipotéticos ou enunciados, esse momento avaliativo sempre estará presente. De fato, na prática este parece ser o único jeito que a (im)polidez possa ser estudada. A avaliação é, portanto, a maneira primordial de ser da (im)polidez.⁵

A visão do autor demonstra a natureza contextual da (im)polidez⁶, uma vez que ela se estabelece pela avaliação que interactantes fazem dos comportamentos (verbais ou não) face ao contexto situacional e também ao contexto social mais amplo. Por essa razão, não acreditamos ser possível determinar *a priori* um conjunto de expressões naturalmente impolidas. Alguns itens lexicais podem ganhar valor impolido em alguns grupos sociais ao passo que em outros esse valor é perdido. Os xingamentos e palavrões podem ser avaliados, por exemplo, como um indício de intimidade na interação entre amigos, ao passo que podem ser vistos como grosseiros na relação entre desconhecidos. O que poderá nos fazer perceber a impolidez é, na verdade, a análise de contextos situados de interação.

Sobre a questão do contexto, cabe ressaltar que ele não é preestabelecido, mas depende da co-construção que os interactantes fazem no fluxo interacional, na maioria das vezes de maneira imperceptível e não notada pelos falantes. No caso de uma briga ou discussão, é incomum que os interactantes anunciem verbalmente que estão iniciando uma. No entanto, há certos elementos verbais e não verbais que indicam implicitamente a formação dessas situações.

Acerca dessa construção interacional do contexto, Gumperz (1982) chama a atenção para o conceito de *pistas de contextualização*, que é definido como “qualquer característica da forma linguística que contribui para sinalizar o contexto pressuposto”⁷ (GUMPERZ, 1982, p. 131). Portanto, ao assumir que a impolidez depende da avaliação do contexto de uso da língua pelos interlocutores, partimos do princípio de que, para identificar situações de impolidez, é preciso analisar o discurso a partir das reações visíveis dos interactantes.

⁵ In everyday practice (im)politeness occurs not so much when the speaker produces behaviour but rather when the hearer evaluates that behavior [...] the very essence of (im)politeness lies in this evaluative moment. Whether it involves hearers evaluating speakers, speakers evaluating themselves, or informants evaluating hypothetical speakers or utterances, the evaluative moment is always present. Indeed, in practice it proves to be the only way in which (im)politeness can be studied. Evaluation is thus the basic, primordial mode of being of (im)politeness.

⁶ Na literatura especializada, o termo *(im)polidez*, com o prefixo entre parênteses, é usado para designar tanto a polidez – uso marcado da linguagem para criar harmonia na interação – quanto a impolidez – uso da linguagem para gerar ofensa. É ainda importante ressaltar que o termo *(im)polidez* carrega uma ideia de conceito guarda-chuva, que designa diversas avaliações rotuladas como bem-educadas, corteses, rudes, grosseiras, mal-educadas etc.

⁷ A contextualization cue is any feature of linguistic form that contributes to the signaling of contextual presuppositions.

Em outras palavras, para identificar um insulto – e possivelmente diferenciá-lo de uma brincadeira – é preciso que o analista invista na interpretação das *pistas de contextualização* relacionadas à impolidez que possam ser associadas a emoções negativas. A análise da impolidez passa, portanto, pela análise de pelo menos três aspectos que Culpeper e Hardaker (2017) enumeram: texto, co-texto e contexto.

Em relação ao texto, destacamos as escolhas lexicais e construções sintático-semânticas dos discursos, que devem ser analisadas em relação à porção maior de texto que as circundam, ou seja, o co-texto. Aliado a esses dois aspectos, também deve-se analisar o próprio contexto imediato de interação, percebido por meio das *pistas de contextualização* (GUMPERZ, 1982), que revelam sentidos implícitos e pressupostos não presentes na superfície do texto e co-texto. Também fazem parte do contexto aspectos relacionados ao horizonte social mais amplo, os quais estão associados às relações de poder, ideologias e identidades.

Assim, a perspectiva que nossa análise empreende ao estudo da impolidez alinha-se à perspectiva interacionista de autores como Bakhtin/Volochínov⁸, ao defender que:

Qualquer que seja o aspecto da expressão-enunciação considerado, ele será determinado pelas condições reais da enunciação em questão, isto é, antes de tudo pela *situação social mais imediata*. [...] Na maior parte dos casos, é preciso supor além disso um certo *horizonte social* definido e estabelecido que determina a criação ideológica do grupo social e da época a que pertencemos, um horizonte contemporâneo da nossa literatura, da nossa ciência, da nossa moral, do nosso direito. (grifos do autor). (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006, p 116)

Em resumo, assumimos como interações impolidas aquelas nas quais pelo menos um dos participantes demonstra avaliações de comportamentos (verbais ou não) associados a emoções negativas (CULPEPER et al., 2014; CULPEPER; HARDAKER, 2017). Ademais, chegamos também à conclusão de que o estudo da impolidez se dá a partir da análise da linguagem em contexto situado, ou seja, por meio da consideração da materialidade do texto e do co-texto, associado ao estudo do contexto, que inclui tanto o contexto situacional imediato, quanto o horizonte social mais amplo.

A partir desses pressupostos, reconhecemos a necessidade de utilizar categorias linguístico-discursivas que auxiliem a análise da impolidez. Embora não seja possível, como já dissemos, determinar categorias infalíveis de análise da impolidez, é possível conceber construções sintático-semânticas e escolhas lexicais normalmente associadas à impolidez, em função da sua regularidade em interações impolidas.

Sobre essas categorias, Culpeper (2011) apresenta as *fórmulas convencionalizadas de impolidez*, ou seja, fórmulas linguístico-discursivas normalmente associadas a situações de impolidez. O pesquisador chegou a elas por meio de uma pesquisa extensiva de *corpora* de interações impolidas em inglês britânico, tais como treinamentos militares, programas “de baixaria”, documentários violentos, pichações, relatos de situações de impolidez e outros gêneros de texto em que a impolidez é esperada⁹.

⁸ Em função da indefinição sobre a autoria dessa obra, preferimos exibir o nome dos dois autores, embora reconheçamos que apenas um deles de fato a escreveu.

⁹ Para Culpeper (2011), é difícil a coleta de situações espontâneas em que a impolidez aparece por questões éticas. Por isso, seu principal campo de coleta de dados de impolidez são textos públicos onde a ofensa já é esperada, como em alguns programas de TV que exploram brigas e insultos entre participantes.

As fórmulas convencionalizadas de impolidez são diferentes de categorias linguístico-discursivas preconcebidas na teoria para serem aplicadas posteriormente à prática, pois, na verdade, elas foram concebidas a partir de uma análise extensiva de dados. Além disso, o autor esclarece que, embora as fórmulas sejam indicativo de impolidez, elas não são infalíveis, pois, conforme estivemos defendendo, a impolidez depende do contexto e deve ser analisada a partir dele. Outra ressalva sobre as fórmulas é que elas foram concebidas a partir da análise de *corpora* em uma língua específica, o inglês britânico. Culpeper e Hardaker (2017) ressaltam que elas não foram empiricamente comprovadas em dados de outras culturas e línguas.

Em nosso caso, julgamos que as fórmulas são indícios de impolidez que podem nos fornecer capacidade analítica, uma vez que são definidas e conceituadas a partir da análise de interações reais, mesmo que em outra cultura. Ademais, seguimos as indicações dos autores, que explicam que a simples identificação de fórmulas convencionalizadas de impolidez é apenas uma etapa inicial do exercício de análise, pois as conclusões e resultados de análise só tomam forma a partir da associação da linguagem a aspectos contextuais das interações. Por essas razões, percebemos que as fórmulas, embora elaboradas com base em uma única língua, atendem a nossos objetivos de análise se considerarmos as devidas adaptações para o contexto cultural analisado.

Apresentamos, no Quadro 1 a seguir, as fórmulas convencionais de impolidez de Culpeper (2011), com a devida tradução dos exemplos para nosso contexto de pesquisa em língua portuguesa.

Fórmulas Convencionalizadas de Impolidez	Exemplos
Insultos (vocativos negativos personalizados)	Seu idiota
Insultos (afirmações negativas personalizadas)	Você é uma puta
Insultos (referências negativas personalizadas)	No seu cu
Insulto (referência negativa a outra pessoa na presença do alvo)	Aquela tapada
Crítica/reclamação acentuada	Isso tá uma merda
Desafio, perguntas ou pressuposições desagradáveis	Por que você faz a minha vida impossível?
Arrogância	Você está sendo infantil
Reforços de mensagens	Escuta aqui!
Dispensas	Vai se foder (no sentido de sai daqui)
Silenciadores	Cala tua boca
Ameaças	Eu vou dar um tiro na porra da tua cabeça se tocar no meu carro
Maldições e maldizeres	Vá tomar no cu

Quadro 1 – Fórmulas convencionalizadas da impolidez

Fonte: Retirado e traduzido de Culpeper (2011, p. 135-136).

3 IDENTIDADES CRIADAS NA E PELA INTERAÇÃO

Conforme chamam a atenção Blitvitch e Sifianou (2017), os estudos da (im)polidez e das identidades tradicionalmente tomaram caminhos separados. Embora esses dois fenômenos tenham sido alvo de estudos interacionais, eles parecem ter se desenvolvido sem que tivesse sido tematizada a relação e influência mútua entre esses dois temas.

Levando em consideração a discussão iniciada pelas autoras, objetivamos, neste trabalho, discutir como o estudo combinado sobre a construção interacional das identidades é relacionado ao fenômeno da impolidez e vice-versa. Para tanto, utilizamos um aparato teórico que parte do princípio da interação social. Uma vez definida a noção de impolidez (seção 2), passamos a demonstrar como as identidades podem ser estudadas a partir da perspectiva interacionista.

Vemos as identidades como o “posicionamento social do eu e do outro” (BUCHOLTZ; HALL, 2005, p. 586). Assim, assumimos que há diferentes posicionamentos sociais ou agrupamentos, e que as pessoas se identificam com determinados grupos, mas não com outros. No que tange ao uso da linguagem, pressupomos que ela varia, e um dos fatores que influenciam essa variação é justamente o posicionamento social nesses agrupamentos, ou seja, as identidades.

A maneira como nos identificamos face aos agrupamentos sociais faz com que escolhamos determinados estilos linguísticos ou mesmo tenhamos interpretações semelhantes (ou diferentes) de fenômenos sociais, como é o caso da própria impolidez. Talvez um determinado comportamento ou insulto só seja visto de forma ofensiva se nos identificarmos de alguma maneira com o grupo ou identidades insultadas.

Reconhecendo a importância que as identidades têm para a vida social, podemos nos perguntar como elas são construídas e como são percebidas pelas pessoas. Pressupomos que sejam construídas e percebidas também pela interação social.

Assumindo o conceito de identidades como emergindo da interação, Bucholtz e Hall (2004) afastam-se das chamadas abordagens essencialistas da questão, ou seja, que postulam uma essência preestabelecida, normalmente biologicamente determinada. Assim, as estudiosas chamam a atenção para as seguintes críticas:

Os críticos têm acusado os pesquisadores das identidades de essencialismo, um posicionamento teórico que sustenta que aqueles que ocupam uma categoria identitária (como mulher, asiático, classe trabalhadora) são fundamentalmente similares entre si e fundamentalmente diferentes de membros de outros grupos. O essencialismo pressupõe que esses agrupamentos são inevitáveis e naturais, e que há limites contundentes que separam um grupo de outro.¹⁰ (BUCHOLTZ; HALL, 2004, p. 374)

¹⁰ Critics have charged researchers of identity with essentialism, a theoretical position that maintains that those who occupy an identity category (such as women, Asians, the working class) are both fundamentally similar to one another and fundamentally different from members of other groups. Essentialism takes as its starting point that these groupings are inevitable and natural, and that they are separated from one another by sharp boundaries.

A abordagem essencialista das identidades é problemática do ponto de vista interacional, pois assumir esse ponto de vista seria aceitar que há fatores já pre-estabelecidos, imutáveis e anteriores à interação, a ponto de predizer exatamente de qual estilo determinado interactante faria uso, tomando com base informações demográficas. Outra concessão à realidade que teríamos de fazer é que assumiríamos que todos os membros de um dado grupo agiriam da mesma forma, teriam o mesmo estilo de linguagem, interpretariam insultos da mesma maneira. Em verdade, sabemos que dentro de uma mesma identidade há posicionamentos internos diferentes, os quais ocasionam, conseqüentemente, diferenças no uso da linguagem.

Além disso, as pessoas não estão identificadas em um único agrupamento social. Pelo contrário, a vida social exige a ocupação de posições sociais sobrepostas. Nunca falamos de uma identidade única; os interactantes, na verdade, assumem diversas posições sociais que dizem respeito a suas vidas públicas, íntimas, profissionais, acadêmicas, regionais etc. Dessa forma, adotar uma postura essencialista parece-nos simplório, o que não dá conta da diversidade de papéis que podemos assumir ao longo da interação social.

Por essa razão, corroboramos a visão de Bucholtz e Hall (2004, 2005), para quem as identidades são construídas nas interações:

Nós defendemos o valor analítico de abordar a identidade como um fenômeno relacional e sociocultural que emerge e circula em contextos discursivos locais de interação em vez de uma estrutura estável localizada na psique individual ou em categorias sociais fixas.¹¹ (BUCHOLTZ; HALL, 2004, p. 585-586).

Ao ratificar a natureza relacional e sociocultural, as autoras ressaltam que as identidades emergem da necessidade de relacionar-se com o outro, em um determinado agrupamento social, como nacionalidade, gênero, etnia, orientação sexual entre outros. As identidades surgem da necessidade de diferenciar um grupo de outro, ou seja, pela relação entre os grupos sociais. Elas também são socioculturais, pois nascem das interações locais e são sustentadas por interações anteriores, uma vez que a cultura é produzida quando os interactantes se baseiam em múltiplas vozes, textos e diferentes enunciados (BAKHTIN, 1981).

Levando em conta essas características das identidades, Bucholtz e Hall (2005) apresentam categorias analíticas que permitem a abordagem interacional das identidades, com base em cinco princípios: *emergência*, *posicionalidade*, *indexicalidade*, *relacionalidade* e *parcialidade*. O princípio da *emergência* indica que as identidades emergem e são construídas pela linguagem nas interações, e se contrapõe à noção de identidades como categorias sociais fixas ou contidas na psique individual dos seres humanos. O princípio da *posicionalidade* aborda a heterogeneidade dos grupos identitários; dessa maneira, defende-se que, quanto à noção de identidades, há espaço para categorias identitárias locais e posicionamentos interacionais transitórios, os quais

¹¹ We argue for the analytic value of approaching identity as a relational and sociocultural phenomenon that emerges and circulates in local discourse contexts of interaction rather than as a stable structure located primarily in the individual psyche or in fixed social categories.

emergem de necessidades interacionais imediatas. O princípio da *indexicalidade* diz respeito à maneira como as identidades são construídas linguisticamente por meio de índices identitários, ou seja, elementos linguístico-discursivos que fazem referência a uma identidade e possibilitam sua identificação no discurso. O princípio da *relacionalidade* explica que as identidades se constituem a partir de uma relação de alteridade, ou seja, pela diferença ou semelhança com as outras. Por fim, o princípio da *parcialidade* ratifica que nenhuma construção identitária é capaz de expressar o todo da identidade: todas as construções são apreensões parciais e limitadas de um agrupamento social.

Neste trabalho nos concentramos em dois princípios: indexalidade e relacionalidade, uma vez que são cruciais para a investigação em pauta. Usamos o princípio da indexalidade porque estamos interessados em identificar como a impolidez pode funcionar como um índice identitário, visto que as fórmulas de impolidez podem estar relacionadas ideologicamente a grupos sociais. Ademais, nos interessamos em discutir como a relação entre as identidades também é construída pela impolidez, na medida em que esta cria relações de afastamento ou distanciamento entre identidades construídas na interação.

Ainda sobre a relacionalidade, devemos comentar sobre seu funcionamento a partir de categorias de análise nomeadas de *táticas de intersubjetividade* (BUCHOLTZ; HALL, 2004a, 2004b, 2005). Essas táticas são maneiras de uma identidade se relacionar a outra. As autoras explicam que são criadas relações de semelhança e diferença entre identidades, mas elas sustentam que há processos mais complexos que vão além desse eixo (semelhança *versus* diferença).

Bucholtz e Hall (2005) apontam pelo menos três eixos, que são divididos por uma razão didática, mas podem funcionar em conjunto: adequação e distinção, autenticação e desnaturalização, autorização e deslegitimação.

Adequação e distinção dizem respeito às semelhanças e diferenças entre as identidades. De um lado, a adequação ocorre quando as características das identidades são enfatizadas, enquanto as diferenças são postas em segundo plano. Por outro lado, a distinção decorre da ênfase às diferenças entre identidades.

Autenticação e desnaturalização, por sua vez, “são processos pelos quais os falantes reivindicam a autenticidade ou artificialidade respectivamente¹²” (BUCHOLTZ; HALL, 2005, p. 602). Quando se questiona a autenticidade de um membro a dado grupo identitário, que, de acordo com as expectativas ideológicas, pertenceria a ele, há uma tática de desnaturalização. Por outro, o movimento oposto seria a tática de naturalização.

Autorização e deslegitimação se referem à afirmação ou à censura de uma identidade em relação ao poder ideológico e institucionalizado, seja este local ou translocal. Em outras palavras, a autorização confere poder a uma identidade, ao passo que a deslegitimação censura o poder de grupos identitários.

Por meio desse quadro, as autoras ratificam o dinamismo das identidades e esclarecem:

¹² [...] are the processes by which speakers make claims to realness and artifice, respectively.

[n]osso objetivo é desenvolver um quadro mais completo da identidade que não a represente como um fenômeno monolítico e estático ou algo que seja inerentemente distintivo ou determinístico nos seus reflexos linguísticos. Esse processo produz um complexo de relações intersubjetivas que se combinam e recombina de maneira imprevisível e contextualmente situadas. As táticas de intersubjetividade que caracterizamos anteriormente certamente não são os únicos tipos de relações identitárias que emergem na linguagem, e uma questão para pesquisas futuras seria que outras relações podem ser construídas entre posições subjetivas.¹³ (BUCHOLTZ; HALL, 2004b, p. 506).

O aparato de análise proposto pelas pesquisadoras serve a nosso estudo como proposta de trabalho interacional para abordar a questão das identidades. A seguir, propomos a análise de uma interação *on-line*, no *Facebook*, que demonstra como a impolidez influencia a construção das identidades e vice-versa.

4 IMPOLIDEZ E IDENTIDADES NO FACEBOOK

Os dados foram originalmente utilizados no projeto de pesquisa “Avaliações da (Im)polidez em interações no Facebook” (BARRETO FILHO, 2019). Todos os textos coletados pelo projeto são públicos, mas decidimos retirar todas as referências pessoais que possam identificar os participantes das interações, por questões éticas. Em função disso, os textos estão transcritos com os seguintes codinomes: **autor(a) do post** para quem fez a postagem e **comentador(a) 1 e 2** para os usuários que fizeram comentários e réplicas na postagem, enumerados de acordo com sua ordem de aparecimento na interação.

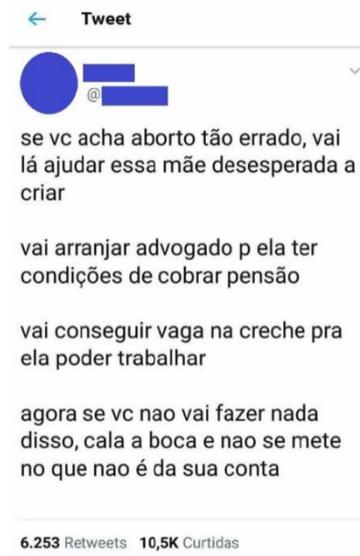
O debate se centra na discussão sobre aborto. Nos excertos escolhidos, vemos a postagem que deu origem à discussão e os comentários que foram feitos pela autora do texto e pelos comentadores 1, um homem, e pela comentadora 2, outra mulher. É de nosso conhecimento que a autora do *post* e o comentador 1 se conhecem *off-line*, ou seja, fora das redes. A comentadora 2 só conhece e é amiga no Facebook da autora do *post*, porém o comentador 1 não está em sua lista de amigos ou seguidores.

O Excerto 1 é uma postagem sobre os direitos reprodutivos das mulheres. A autora do *post* meramente compartilha um texto de outra rede social, o *Twitter*, em sua página pessoal do *Facebook*, situação bastante comum neste site de redes sociais. Nesses casos, verificamos em Barreto Filho (2019) que, embora a autoria dos compartilhamentos não seja dos autores do *post*, os usuários assumem que o compartilhador concorda e se responsabiliza pelas opiniões dos textos. Vejamos a publicação sem os respectivos comentários no Excerto 1.

¹³ Our aim is to develop a more complete picture of identity that does not represent it as a monolithic or static phenomenon or as something that is inherently distinctive or deterministic in its linguistic reflexes. This process yields a complex of intersubjective relations that combine and recombine in unpredictable and contextually situated ways. The tactics of intersubjectivity that we characterize above are certainly not the only sorts of identity relations that merge in language, and one question for future research is what other relationships may be constructed between subject positions.

Excerto 1: Post 1

Autora do post compartilhou uma postagem



O *post* 1 apresenta um tom direto e sem quaisquer marcas linguístico-discursivas que objetivem a polidez. Pelo contrário, o texto inclusive utiliza-se de fórmulas convencionalizadas de impolidez, como o silenciador (CULPEPER, 2011), quando no último parágrafo enuncia “cala a boca e não se mete no que não é da sua conta”. É perceptível que o texto apresenta índices que o identificam com a ideologia feminista, uma vez que o tema abordado se pauta pela defesa do direito das mulheres de serem protagonistas nas escolhas relacionadas à reprodução.

Cabe esclarecer aqui que o princípio da *indexicalidade* de Bucholtz e Hall (2005) explica que os índices de identidade podem ser construídos a partir de vários elementos linguístico-discursivos, além das marcas visíveis no texto.

Diferentes processos indexais de rotulação, de implicatura, de posicionamentos argumentativos, de marcações de estilo e de escolhas de código funcionam para construir identidades, tanto micro quanto macro, bem como as híbridas. Considerar a formação da identidade, em múltiplos níveis indexais, em vez de focar em apenas um, pode nos auxiliar na construção de retrato mais rico da subjetividade e intersubjetividade já que estas são construídas em interação.¹⁴ (BUCHOLTZ; HALL, 2005, p. 598).

Por essas razões, devemos perceber que o posicionamento argumentativo em favor de certas pautas já pode indiciar a identidade feminista. Além disso, considerando o horizonte social (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006) a que o feminismo se associa, reconhecemos que o texto dirige-se a posicionamentos ideológicos contrários, que não partilham da ideia de que à mulher faculta-se o direito de escolher pela interrupção ou não da gravidez. Portanto, o silenciador “cala a boca e não se mete no que não é da sua

¹⁴ Disparate indexical processes of labeling, implicature, stance taking, style marking, and code choice work to construct identities, both micro and macro, as well as those somewhere in between. By considering identity formation at multiple indexical levels rather than focusing on only one, we can assemble a much richer portrait of subjectivity and intersubjectivity as they are constituted in interaction.

conta”, embora não esteja explicitamente direcionado a um interactante específico, volta-se a identidades discordantes, entre elas, por exemplo, as ideologias religiosas que não aceitam a opinião de que a mulher pode optar pelo aborto.

Vejam, no excerto 2, como a discussão se desenvolve a partir de comentários e réplicas ao *post*:

Excerto 2: Comentários e réplicas do *post* 1

- 1 **Comentador 1:** Autora do post, com esses comentários que você fez eu, de fato,
2 fiquei chateado.
- 3 Estou por aqui pensando que você quer tirar a sua criança. Por favor, **Autora do post**,
4 não faça isso.
- 5 Se você fizer isso, de fato, a mãe de Deus vai ficar preocupada e as coisas não vão
6 caminhar. Continue com a sua criança que tudo dá certo.
- 7 Saiba. Se você precisar da minha ajuda, estarei aqui pra te ajudar e te amparar.
8 Dinheiro, uma casa pra morar, várias e várias palavras de incentivo e tudo o mais que
9 você quiser.
- 10 Essa é a verdade, minha amiga. Saiba. A vida é uma glória de Deus e a gente precisa
11 dela pra tudo caminhar. Fica aí um abraço pra você. Muita saúde e a gente se fala.
12
- 13 **Autora do post:** Não, comentador 1, não quero tirar a minha
14 criança. Mas continuo apoiando as mulheres que querem e
15 precisam. Isso é escolha delas. Mas agradeço a sua proposta de
16 amparo.
- Comentadora 2:** No uterus, no opinion. Por favor.

Nos comentários que seguem a postagem (linhas 1 a 12), vemos que o comentador 1 responde à autora do *post* apresentando um posicionamento argumentativo diferente do texto compartilhado, cujos índices de identidade apontam uma identificação religiosa cristã, conseqüentemente contrária ao aborto. Vários índices são dispostos explicitamente para criar um debate, tanto de ideias quanto de identidades, como a referência a Maria, mãe de Jesus, na linha 5, e a referência a Deus, na linha 10.

O comentador 1, na extensão de seu texto (linhas 1 a 12), parece inferir que a autora do *post*, que está grávida, pretende abortar, o que é negado na réplica da autora do *post*, entre as linhas 13 e 15. Percebe-se aí que um assunto que se pautava pelo domínio de um tema público torna-se privado ao adicionar informações da vida íntima da autora do *post*. Embora não seja o foco da análise, percebe-se que o comentador 1 utiliza-se de uma linguagem polida, principalmente ao final de seu texto ao despedir-se com um abraço e desejos de saúde e de reencontro. Cremos que a polidez é usada aqui em função da delicadeza social do tema: pressupor que uma mulher grávida realizará um aborto.

Chama-nos particular atenção, no entanto, a réplica da comentadora 2, na linha 16, que contém a frase em inglês “*No uterus, no opinion*”. Com o objetivo de calar o comentador 1, a comentadora 2 faz o uso de um silenciador, uma das fórmulas convencionadas de impolidez (CULPEPER, 2011) para interromper a fala de alguém.

Dessa maneira, percebemos que a comentadora 2 utiliza-se da impolidez, uma vez que não responde de maneira harmônica, de modo a expressar sua revolta frente ao fato de que um homem opina sobre os direitos reprodutivos de uma mulher.

O silenciador, nesse caso, age como uma *pista de contextualização* (GUMPERZ, 1982), que demonstra o sentimento de revolta da comentadora 2. Assim, é possível inferir que, mesmo com o investimento de polidez do comentador 1, a usuária avaliou seu discurso como socialmente inadequado, revoltando-se.

Percebemos que esse enunciado, além do seu sentido imediato para interação, faz menção a outro texto anterior a ele, notadamente uma fala da personagem Rachel Green do seriado norte-americano *Friends*. Essas mesmas palavras foram usadas pela personagem para tentar silenciar dois homens que tentavam opinar sobre o uso de anestésicos durante o parto natural. Essa observação reverbera de forma mais explícita o fato de que os enunciados são formados e sustentados a partir de enunciados anteriores, os quais constituem a cultura, conforme o pensamento de Bakhtin (1981).

É visível que o silenciador não apenas cumpre seu objetivo imediato na interação, mas também constrói a identidade da comentadora 2. A interlocutora se identifica de alguma forma com o feminismo, pois defende uma pauta da agenda desse grupo identitário. Simultaneamente, ela busca deslegitimar o comentador 1, categorizando-o como um interactante que não tem poder para opinar sobre o assunto em pauta. Percebe-se, nessa interação, que a impolidez, sustentada pela análise do silenciador em conjunto com o contexto de identidades antagônicas, não funciona apenas como um jogo de ofensas individuais, mas como processo de disputa ideológica em que são atingidos não apenas indivíduos, mas grupos identitários indexados a partir da impolidez. Aqui vemos não apenas uma fórmula convencionalizada de impolidez, mas um silenciador imbuído de sentidos ideológicos que, por sua vez, atinge identidades alheias.

Em pesquisas anteriores (BARRETO FILHO, 2019; BARRETO FILHO; NEVES; BARROS, 2019), verificamos que nas discussões sobre temas públicos no *Facebook* são comuns esses ataques identitários que provocam reações de usuários que não foram diretamente chamados para a interação. Vemos que a comentadora 2 sentiu-se incomodada com o comentador 1 e, com isso, mesmo sem conhecê-lo ou ter sido chamada diretamente à interação, reagiu rispidamente ao comentário. Defendemos, portanto, que a ofensa nesse site de redes sociais é normalmente um processo de “vestir a carapuça”, ou seja, identificar-se com a impolidez presente nos discursos.

Muito além de um debate entre pessoas, esse *post* e seus comentários se caracterizam por um debate entre identidades, nesse caso a feminista e a cristã, que são por sua vez construídas a partir de índices identitários. Particularmente no caso da comentadora 2, a impolidez deflagrada pelo silenciador (*No uterus, no opinion!*), aplicado a esse contexto em especial, é um índice da identidade feminista. Percebe-se que a impolidez aqui usada se constitui pela necessidade de silenciar a voz de um homem que é deslegitimado, o que nos leva a crer que a comentadora 2 sentiu a necessidade de agir frente ao que ela julga como injustiça, não apenas nessa interação local, mas no contexto translocal entre as identidades de homens e mulheres, já que o silenciador utilizado pela comentadora 2, na linha 16, não se direciona apenas à figura individual do comentador 1, mas a todos os homens que possam querer emitir opiniões sobre os direitos reprodutivos das mulheres. Portanto, a gênese da impolidez contida na fala da comentadora 2 nasce de um sentimento de revolta e injustiça.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto parte da provocação iniciada em Blitvitch e Sifianou (2018), que defendem o trabalho conjugado entre a construção das identidades e a impolidez. Em nosso caso, cremos que essa conjunção deve começar por um ponto de partida em comum, a interação social.

Por essa razão, trouxemos neste artigo a perspectiva interacional da impolidez, presente em Eelen (2001), Culpeper (2011) e Culpeper e Hardaker (2017), bem como os estudos da identidade em perspectiva interacional de Bucholtz e Hall (2004a, 2004b e 2005). Ao realizar o estudo de caso de uma interação *on-line* no *Facebook*, notamos que o processo de construção das identidades é influenciado pela configuração da impolidez de natureza ideológica.

Nossas conclusões ratificam aquelas de Blitvitch e Sifianou (2017) quando defendem que a impolidez pode servir como um índice de construção das identidades. Consequentemente, a impolidez pode representar um caminho para o estudo das construções identitárias na internet, já que, nesse novo espaço de interação, são comuns os debates político-ideológicos acerca de temas de interesse social, normalmente envolvidos por linguagem impolida e ofensiva.

Coadunamos, dessa forma, com as conclusões presentes em trabalhos anteriores (BARRETO FILHO, 2019; BARRETO FILHO; NEVES; BARROS, 2019) que demonstram que a ofensa, na internet, é um processo inferencial de “vestir carapuças”, uma vez que, em decorrência da natureza pública das interações no *Facebook*, os interactantes precisam identificar-se com os discurso proferidos para que se sintam ofendidos, mesmo quando não são chamados à conversa. A pesquisa sobre impolidez na internet pode, dessa maneira, lançar luz sobre as discussões e conflitos em ambientes digitais, de modo a contribuir para explicar hábitos de uso da internet.

Este trabalho encerra-se, portanto, lançando a provocação para trabalhos futuros que investiguem o processo de construção das diversas identidades a partir do discurso impolido, explorando, por exemplo, relações de poder hegemônico e a construção desses discursos em sua relação com as identidades minoritárias. Dessa maneira, talvez possamos melhor compreender o surgimento de polarizações e conflitos verbalmente violentos em sites de redes sociais.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, M. M./VOLOCHÍNOV, V. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 12 ed. 2006.
- BAKHTIN, M. M. *The dialogic imagination: four essays*. Austin: University of Texas, 1981. Trad. Caryl Emerson e Michael Holquist.
- BARRETO FILHO, R. R. *Avaliações da (im)polidez em interações no Facebook*. 2019. 268 f. Tese (Doutorado) – Curso de Letras, Departamento de Letras, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.
- BARRETO FILHO, R. R.; NEVES, H; BARROS, K S M. Impolidez em textos on-line no facebook: análise das escolhas lexicais numa perspectiva textual-interativa. *Calidoscópio*, São Leopoldo, v. 17, n. 3, p. 433-452, 5 jun. 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4013/cld.2019.173.02>. Acesso em: 19 ago. 2019.
- BARRETO FILHO, Ricardo Rios; BARROS, Kazue Saito Monteiro de. Impolidez e identidades em uma interação on-line no Facebook: uma abordagem sociodiscursiva. *Linguagem em (Dis)curso* – LemD, Tubarão, SC, v. 21, n. 1, p. 135-149, jan./abr. 2021.

- BARROS, K S M. Perspectivas nos estudos da polidez. In: CABRAL, A L T; SEARA, I R; GUARANHA, M. F. *Descortesia e cortesia: expressão de culturas*. São Paulo: Cortez, 2017. p. 359-374.
- BLITVICH, P; SIFIANOU, M. (Im)politeness and Identity. In: CULPEPER, J; HAUGH, M; KÁDÁR, D. *The Palgrave Handbook Of Linguistic (im)politeness*, [s.l.]: Palgrave Macmillan UK, 2017. p. 227-256.
- BROWN, P; LEVINSON, S. *Politeness*. Cambridge: Cambridge University, 1987.
- BUCHOLTZ, M.; HALL, K. Language and Identity In: DURANTI, A. (Ed.) *A Companion to Linguistic Anthropology*, p. 369-394. Malden, MA: Blackwell, 2004a
- BUCHOLTZ, M.; HALL, K. Theorizing Identity in Language and Sexuality Research. *Language in Society*, [s. l.], v. 33, n. 4, p. 469-515, set. 2004.
- BUCHOLTZ, M.; HALL, K. Identity and interaction: a sociocultural linguistic approach. *Discourse Studies*, [s.l.], v. 7, n. 4, p. 585-614, 1 out. 2005.
- CULPEPER, J. *Impoliteness: Using Language to Cause Offence*. New York: Cambridge University Press, 2011.
- CULPEPER, J. *et al.* Impoliteness and Emotions in a Cross-Cultural Perspective. *Spell: Swiss papers in English language and literature*, Tübingen, v. 30, n. 1, p. 67-88, jan. 2014.
- CULPEPER, J.; HAUGH, M.; KÁDÁR, D. *The Palgrave Handbook of Linguistic (Im)Politeness*, [s.l.]: Palgrave Macmillan UK, 2017.
- CULPEPER, J; HARDAKER, C. Impoliteness. In: CULPEPER, J; KÁDÁR, D; HAUGH, M (Ed.). *The Palgrave Handbook of Impoliteness*. [s.l.]: Palgrave, 2017, p. 199-226.
- EELLEN, G. *A critique of politeness theory*. Manchester: St. Jerome, 2001.
- GUMPERZ, J. J. *Discourse Strategies*. Cambridge: Cambridge University, 1982.



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-210109-8420>

Recebido em: 27/05/20 | Aprovado em: 11/03/21

TENSÃO E PRODUÇÃO DE SENTIDOS EM BAKHTIN E O CÍRCULO

TENSION AND MEANING MAKING | TENSION Y PRODUCCIÓN DE
IN BAKHTIN AND *THE CIRCLE* | SIGNIFICADO EN BAKHTIN Y *EL CÍRCULO*

Paulo Rogério Stella*

Universidade Federal de Alagoas, Faculdade de Letras, Maceió, AL, Brasil

Beth Brait**

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Comunicação e Artes,
Departamento de Ciências da Linguagem e Filosofia, São Paulo, SP, Brasil

Resumo: Este artigo discute o sentido de *tensão* com base nos conceitos de compreensão e avaliação em Bakhtin e o Círculo, considerando que os sentidos se constroem no encontro de dois polos opostos, como uma fâsca elétrica (VOLÓCHINOV, 2017). Perguntas de pesquisa: O que é tensão como reflexão teórica? Quais são os possíveis pontos de tensão, considerando compreensão e avaliação nos textos selecionados das obras de Bakhtin e o Círculo? Coletados os dados em artigos de periódico acadêmico especializado, em três obras é constatada a recorrência dos conceitos sob análise. As reflexões e definições teóricas apontam para dois centros de circulação de valores em embate. Quanto aos resultados obtidos, compreensão e avaliação, dois centros de valores, atuam como duplo um do outro na preparação de uma resposta ativa por parte de um locutor.

Palavras-chave: Tensão. Compreensão. Avaliação. Produção de sentidos.

Abstract: This paper discusses the meaning of *tension* based on Bakhtin and The Circle's concepts of comprehension and evaluation, considering that the construction of the meanings occurs in the encounter of two opposite poles, as an electric spark (VOLOSHINOV, 2017 [1973]). The research questions are two: what is tension as a theoretical reflection? What are the possible tension points when considering comprehension and evaluation in the texts selected among the works of Bakhtin and The Circle? After the data collection phase in papers of a specialized journal, we noticed three works in which we verified a recurrence of the concepts analyzed. Theoretical definitions and reflections about the meaning of tension lead to two centers of circulation of clashing values. Concerning the outcome of this research, comprehension and evaluation (two centers of value) act as a double of each other in the preparation of an active response by a speaker.

Keywords: Tension. Comprehension. Evaluation. Production of meanings.

Resumen: Este artículo discute el significado de *tensión* desde los conceptos de comprensión y evaluación en Bakhtin y el Círculo, considerando que los significados se construyen mediante el enganche de dos

* Docente na Faculdade de Letras (FALE), Universidade Federal de Alagoas – UFAL; Maceió, Alagoas, Brasil. Pós-doutorando do LAEL (PUCSP) no período compreendido entre 01/09/2019 a 31/08/2020. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4494-6319>. E-mail: prstella@gmail.com.

** Docente nos Programas de Estudos Pós-Graduados em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem/LAEL e Literatura e Crítica Literária/LCL da PUCSP. Bolsista CNPq 1A, Proc. 307028/2018-6. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1421-0848>. E-mail: bbrait@uol.com.br.

terminales, como una chispa eléctrica (VOLOSHINOV, 1976). Preguntas de investigación: ¿cuál es el significado de la tensión como reflexión teórica? ¿Cuáles son los posibles puntos de tensión, considerando la comprensión y evaluación en textos seleccionados entre las obras de Bakhtin y el Círculo? Luego de realizar la fase de recolección de datos en una revista especializada, se obtuvieron tres trabajos en los que se verifican que los conceptos bajo análisis eran los más frecuentes. Las reflexiones y definiciones teóricas apuntan a dos focos de circulación de valores en conflicto. En cuanto a los resultados obtenidos, comprensión y evaluación, dos centros de valores, actúan como un doble entre sí en la preparación de una respuesta activa por parte de un locutor.

Palabras clave: Tensión. Comprensión. Evaluación. Producción de significado.

O que a palavra manifesta, o que ela torna evidente para uma comunidade de sujeitos que a ouvem, é o útil e o nocivo, e *consequentemente*, o justo e o injusto (RANCIÈRE, 1996, p. 17).

A *parresia* portanto põe em risco não apenas a relação estabelecida entre quem fala e aquele a quem é dirigida a verdade, mas, no limite põe em risco a própria existência daquele que fala (FOUCAULT, 2017, p. 12-3).

Porque a nossa própria ideia – seja filosófica, científica, artística – nasce e se forma no processo de interação e de luta com os pensamentos dos outros, e isso não pode deixar de encontrar os seus reflexos também nas formas de expressão verbalizada de nosso pensamento. (BAKHTIN, 2016, p. 59)

1 INTRODUÇÃO

Sabemos que a palavra constitui um terreno de disputa entre, pelo menos, dois participantes em processo de interlocução. A palavra orientada a outros pode provocar reações as mais diversas, tornando-se quase impossível a previsão de todas as variações responsivas possíveis. Dizer alguma coisa a alguém implica certo grau de incerteza, e certa cumplicidade entre os interlocutores no compartilhamento de uma informação. Embora o locutor tenha sempre em mente seu auditório previsto, quando na produção do enunciado, visto que o dialogismo é constitutivo de todas as relações permeadas pela palavra, não há garantias de que a produção de sentidos visada pelo locutor chegue a seu auditório como inicialmente prevista.

Isto se dá em decorrência do fato de que a palavra, preta de sentidos, torna-se, segundo Volóchinov (2017), uma arena de disputas de posições opostas e, consequentemente, de sentidos divergentes entre “participantes do enunciado” (VOLÓCHINOV, 2019, p. 128) que, posicionados em seus tempos e espaços, direcionam seus olhares para além de seus interlocutores visados porque o campo de visão de cada um em relação ao outro é muito mais amplo do que apenas a imagem solitária desse outro a quem a palavra é orientada. Aquele para quem a palavra orienta-se, em um primeiro instante, não tem acesso ao campo de visão total do outro, de onde a palavra originou-se. Nem este, quando se torna respondente ativo, tem o ângulo de visão coincidente com aquele, a quem a palavra foi orientada primeiramente no instante da resposta. Volóchinov utiliza o termo “antipalavra” (2017, p. 232) para enfatizar esse embate de sentidos em que se inserem os interlocutores no instante único da produção de um enunciado concreto.

Este artigo propõe reflexões acerca do embate de pontos de vista, entendido como um tenso processo de construção de sentidos que ocorre “no processo de interação social entre os participantes do enunciado” (VOLÓCHINOV, 2019, p. 128), isto é, nas várias manifestações concretas da palavra que a “transforma em verdadeira ou mentirosa, infame ou nobre, necessária ou inútil” (VOLÓCHINOV, 2019, p. 128), ou que “atribui à palavra seu significado artístico, tornando-a maravilhosa ou disforme” (VOLÓCHINOV, 2019, p. 128). Partimos da afirmação presente em Volóchinov (2017) acerca da relação dialógica estabelecida entre interlocutores quando no tratamento da significação.

Segundo Volóchinov (2017, p. 233), a significação “é uma faísca elétrica surgida apenas durante o contato de dois polos opostos”. Em primeiro lugar, na produção de sentidos há a necessidade de se considerar certa tensão ocorrida como consequência desse contato entre os dois polos opostos. E, em segundo lugar, há também a necessidade de observar que a significação produzida desse encontro, essa faísca elétrica produzida por esse contato, pode não chegar aos participantes da mesma maneira, porque, na verdade, quando dois polos opostos se chocam, muitas faíscas são produzidas ao mesmo tempo, o que torna muito complexo o processo de significação.

Para este artigo, refletiremos acerca de tensão, focalizando os conceitos de compreensão e avaliação e seus desdobramentos presentes em Bakhtin (2015, 2016) e em Volóchinov (2017). A justificativa para a seleção dessas obras, capítulos e conceitos utilizados está descrita na próxima seção, em que trataremos especificamente do recorte proposto. Torna relevante passarmos em revista esse conjunto de textos em decorrência da grande circulação em artigos científicos nos últimos anos.

Para direcionar nosso olhar com respeito ao sentido de tensão, estabelecemos duas perguntas de pesquisa: o que é tensão como reflexão teórica? Quais são os possíveis pontos de tensão considerando-se compreensão e avaliação nos textos selecionados das obras de Bakhtin e o Círculo? Sabemos que existe tensão em todas as reflexões advindas de Bakhtin e o Círculo, pois, como arena de lutas (VOLÓCHINOV, 2017), a palavra – o discurso – concentra sempre, minimamente, dois feixes de sentido, dois pontos de vista distintos e, às vezes conflitantes, sobre o mesmo objeto. Além disso, coerentemente com a perspectiva dialógica de Bakhtin e o Círculo, os conceitos tendem a pequenos deslocamentos de sentido dependendo do local e do momento em que circulam nas obras, dialogando com o espaço e o tempo em foram produzidos e segundo o olhar situado do autor.

Na tentativa de controlar momentaneamente essa fluidez teórica e articular os conceitos tratados de forma coerente, de maneira a fazer sentido como perspectiva de pesquisa, dividimos este artigo em três partes, além desta introdução, das considerações finais e das referências ao final. A seção 2, intitulada *Recortes*, apresenta brevemente o caminho teórico-metodológico que guia nosso estudo, além de tratarmos dos parâmetros estabelecidos para o recorte utilizado e das razões pelas quais os textos utilizados nesta reflexão foram selecionados. A seção 3, intitulada *Tensão*, faz um breve percurso teórico de sentido visando ao entendimento do termo *tensão*. A seção 4, intitulada *Compreensão e avaliação*, trata especificamente da observação da circulação do sentido de *tensão* no que diz respeito à *compreensão* e *avaliação* especificamente nos textos selecionados.

2 RECORTES

Para Agamben (2009), as metodologias de pesquisa servem para estabelecer uma ponte entre o pesquisador e os objetos do mundo. Sendo construções humanas situadas em um tempo e espaço específicos, as metodologias permitem reutilização, desde que o pesquisador faça os devidos deslocamentos, apropriando-se delas de modo a funcionarem como mediadoras em outros tempos e espaços.

Sousa Santos (2008) compartilha desta mesma perspectiva, dizendo que a simples reprodução de metodologias, criadas para funcionarem em situações específicas de países considerados centrais, não conseguem dar respostas adequadas às demandas sociais localizadas em países periféricos. A transposição de metodologias de pesquisa científica de um centro a outro, sem o devido questionamento acerca da viabilidade e das consequências desse processo no contexto local onde o método será utilizado, favorece a manutenção do *status quo*. O pesquisador deve encontrar alternativas metodológicas para o fazer científico, levando em consideração as necessidades e os conhecimentos adquiridos localmente. As metodologias replicáveis, normalmente decorrentes de uma ciência dita neutra ou apolítica, que visam à generalização de resultados, favorecem um processo contínuo de exclusão de saberes locais em decorrência do apagamento da possibilidade de manifestação dos valores localizados em favor de valores transplantados.

Grosfoguel (2013), por sua vez, critica o uso de metodologias generalizantes, estruturadas e reproduzíveis, dizendo que essas metodologias refletem especificamente o pensamento cartesiano, resultado de acontecimentos históricos ocorridos no mundo ocidental na formação da modernidade que ocasionaram mudanças na percepção acerca do outro. Essas mudanças de percepção tiveram como consequência o apagamento de formas de saber localizados em favor de valores homogeneizantes decorrentes de um ponto de vista classificatório e paradigmático com base no homem branco, centro-europeu, heterossexual, de elevada instrução formal. Os acontecimentos a que se refere o autor foram a expulsão dos árabes muçulmanos da Andaluzia, a queima de mulheres por bruxaria, a conquista das Américas e o transplante de populações negras da África para servirem como escravos.

A expulsão dos árabes muçulmanos da Andaluzia foi marcada pelo genocídio físico e cultural dos povos muçulmanos e judeus, o que ocasionou o apagamento das formas de produção de conhecimento islâmicos e judeus em favor de uma única forma de conhecimento considerada digna e aceitável: a europeia, espanhola e católica. A isso junta-se a morte de mulheres, acusadas de bruxaria no continente europeu, que acumulavam um conhecimento da história e da natureza ao redor, transmitido oralmente de geração para geração por meio de poesias e parlendas. Carecendo de organização formal, rigidez e neutralidade, essa forma de produção de conhecimentos afrontava diretamente os parâmetros metodológicos para a construção do saber do que viria a se constituir como ciência moderna com seu rigor e método.

A conquista das Américas, por sua vez, marcada pelo encontro do europeu com o radicalmente outro, ocasionou o surgimento da dúvida acerca da condição humana dos conquistados. Para tanto, estabeleceram-se paradigmas classificatórios com base em diferenças raciais a partir do paradigma: homem branco, centro-europeu, o que permitiu

classificações como raça superior e raça inferior. Esse estabelecimento paradigmático abriu espaço para a transferência de pessoas do continente africano para o trabalho escravo no continente americano. As categorias humanas entendidas como desvios do paradigma vigente eram vistas como inferiores ou defeituosas, permitindo não somente a dominação e a exploração, mas também o apagamento de identidades culturais e raízes históricas. Esses quatro movimentos históricos têm seus resquícios nas metodologias que se dizem neutras e generalizáveis.

Morin (1991) oferece-nos uma alternativa para pensar metodologias alternativas por meio da aceitação das incertezas, emoções e motivações do pesquisador durante a construção do caminho da pesquisa. A inclusão da instabilidade metodológica dissolve a rigidez, que é típica dos métodos controlados e generalizantes, transformando o pensamento científico em um campo de possibilidades de produção de conhecimentos em que a reflexão científico-metodológica deve ser constantemente retomada, adaptando-se aos novos tempos e espaços. Uma metodologia desse tipo deve ser permeada pelo diálogo posicionado entre pesquisador e seu objeto de pesquisa, o que permite que ambos evoluam à medida que interagem como interlocutores.

Levando esses pressupostos em consideração, sem desmerecer a importância da metodologia como mediadora de reflexões entre o pesquisador e o objeto de discussão, estabelecemos os seguintes parâmetros para o recorte de pesquisa, especialmente para este artigo: 1. As obras de Bakhtin e o Círculo que circulam no meio acadêmico devem ter uma frequência de referência, isto é, algumas devem ser mais utilizadas do que outras; 2. A maneira de verificarmos a circulação das obras é por meio de referências em trabalhos acadêmicos relacionados à área de línguas e/ou discurso; 3. Artigos científicos podem ser uma boa fonte de observação, pois refletem tanto resultados de pesquisas quanto pesquisas em andamento. Levando-se isso em consideração, estabelecemos como ponto de observação os últimos três anos de circulação do periódico *Bakhtiniana. Revista de Estudos do Discurso*. As razões para esta escolha são, primeiramente, o fato de ser “o único periódico que contempla os estudos bakhtinianos no Brasil e no estrangeiro de forma específica e em seu diálogo com outras áreas do conhecimento”¹; e, também, porque “tem como missão promover e divulgar pesquisas produzidas no campo dos estudos do discurso, com destaque para os estudos dialógicos”².

Por concentrar, parcial ou totalmente, artigos cujas reflexões, em sua maioria, têm como referencial teórico o pensamento de Bakhtin e o Círculo, podemos ter pistas acerca da aceitação e da circulação das obras de Bakhtin e o Círculo no pensamento acadêmico, o que pode nos ajudar a decidir acerca dos recortes feitos para este artigo. Objetivando a construção de um quadro relativamente atualizado, estipulamos o período de 2017 a 2020,

¹ Página de apresentação do periódico em:

<https://revistas.pucsp.br/bakhtiniana/about/editorialPolicies#focusAndScope>. Acesso em mar. 2020.

² Página de apresentação do periódico em:

<https://revistas.pucsp.br/bakhtiniana/about/editorialPolicies#focusAndScope>. Acesso em mar. 2020.

correspondendo aos volumes 12 a 15³ do periódico⁴. Nesses volumes, descontando resenhas de livros e entrevistas com pesquisadores, encontramos 76 artigos, publicados em língua portuguesa, distribuídos em 11 números em quatro volumes anuais correspondentes.

Como resultado, encontramos 161 referências aos textos de Bakhtin e o Círculo, com tendência para uma maior circulação das seguintes obras: *Os gêneros do discurso* (BAKHTIN, 2016), *Teoria do romance I: A estilística* (BAKHTIN, 2015) e *Marxismo e filosofia da linguagem. Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem* (VOLÓCHINOV, 2017); nesta ordem de frequência os textos mais referidos dentro de cada obra são, respectivamente,: Os gêneros do discurso em Bakhtin (2016), O discurso no romance em Bakhtin (2015) e Partes I e II em Volóchinov (2017). A razão para o foco deste artigo no entendimento da tensão em compreensão e avaliação decorre do fato de os dois termos aparecerem constantemente nos capítulos destacados das três obras.

Estabelecido o recorte para este artigo, colocamos, então, a questão de quais obras e edições utilizarmos. Optamos pela utilização das edições mais recentes das obras em circulação no Brasil por terem sido traduzidas diretamente da língua russa, aproximando-nos mais do texto original.

3 TENSÃO

Parece-nos que a questão da tensão e produção de sentidos nas relações humanas não é algo novo nem restrito a um ou outro autor. Sousa Santos (2014) reflete acerca dos sentidos produzidos no embate entre valores globalizados, advindos de culturas centrais, e valores localizados, presentes em culturas periféricas. O autor entende que a globalização acontece em vários níveis por meio da concentração de valores por pequenos grupos de poder. Esses valores concentrados expandem-se para outros centros periféricos sempre em via de mão única, onde entram em tensão com os valores circulantes localmente, o que provoca uma mudança, nem sempre para melhor, das formas locais de expressão. Em outras palavras, nos centros periféricos, os sentidos produzidos na interação entre valores globais e valores locais são decorrentes de um tenso processo dado

³ Volume 12, números 1 a 3 (2017), totalizando 23 artigos publicados, distribuídos em 7 artigos nos números 1 e 2 (cada um); e 9 artigos no número 3

Volume 13, números 1 a 3 (2018), totalizando 21 artigos publicados, distribuídos em 7 artigos nos números 1 e 3 (cada um); e 8 artigos no número 2.

Volume 14, números 1 a 4 (2019); totalizando 26 artigos publicados, distribuídos em 6 artigos nos números 1 e 4 (cada um); e 7 artigos nos números 2 e 3 (cada um).

Volume 15, número 1 (primeiro trimestre de 2020), totalizando 6 artigos publicados.

⁴ Os artigos estão disponíveis no portal da Bakhtiniana. Revista de Estudos do Discurso em <https://revistas.pucsp.br/bakhtiniana/about/editorialPolicies#focusAndScope> Acesso em mar. 2020; e também no portal do Scielo – Scientific Electronic Library Online em https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_home&lng=pt&nrm=iso Acesso em mar. 2020.

pelo embate de valores importados com os valores locais. O resultado tende ao apagamento dos valores circulantes localmente em favor de outros valores que apontam para os centros de poder.

Para o autor, o conhecimento, tratado como valor de mercadoria nas sociedades contemporâneas, passa por esse mesmo tenso movimento de produção de sentidos, pois a sociedade divide-se entre aqueles que produzem conhecimentos – e, portanto, participam de uma forma ou de outra dos movimentos globais – e aqueles que, alijados dessa produção de conhecimentos, tornam-se meros consumidores de conhecimento. Institui-se, assim, um espaço de tensão entre uns e outros que pode ser preenchido pela tradução intercultural (SOUSA SANTOS, 2014), que significa o preenchimento desse tenso espaço pelo diálogo entre diferentes grupos de perspectivas diferentes na tentativa da compreensão dos diferentes pontos de vista. Desse modo, cria-se uma espécie de ponte entre perspectivas conflitantes, entre grupos sociais e de interesses distintos com o objetivo da interação entre valores e o favorecimento da descoberta de outros meios de produção de conhecimentos que possam favorecer a inclusão de grupos cujo conhecimento é considerado de menor ou nenhum valor.

Rancière (1996), por sua vez, reflete acerca da tensão na compreensão do sentido do termo *democracia*, porque, para o autor, essa discussão não pode ser feita em oposição a outra forma de governo considerado antagônico. A tensão no sentido desse termo está nele mesmo, que concentra em seu interior valores correspondentes a dois polos antagônicos ou opostos, que oferecem dois pontos de vista distintos acerca do mesmo evento, isto é, acerca do valor de *democracia*. Partindo de uma reflexão acerca do sentido de *democracia* na Grécia antiga, origem desse conceito no mundo ocidental, o autor lembra que essa forma de construção política implica uma diferença qualitativa clara entre aqueles que participavam ativamente do processo democrático – e, portanto, podiam ter a palavra e decidir realmente sobre os destinos da comunidade – e aqueles que, apesar de viverem na mesma democracia grega, não tinham voz e, portanto, não participavam da tomada de decisões. Em outras palavras, de um lado existia o cidadão grego com plenos direitos políticos, ou seja, com voz e corpo na sociedade grega, e, de outro, as mulheres, os escravos e os conquistados que, de alguma forma, participavam da sociedade grega por meio do comércio, da troca de mercadorias, da produção agrícola etc., mas não possuíam voz, apenas corpo.

Essa diferença de valores é a base para toda a constituição das sociedades democráticas contemporâneas e está na origem de todas as formas de interação política nessas sociedades. Isso quer dizer que em todas as microrrelações existentes entre os sujeitos participantes das sociedades democráticas há um ponto de tensão na produção de sentidos entre aqueles que possuem voz e corpo e aqueles que somente possuem corpo. Para Rancière (1996), essa tensão é constitutiva de todas as instituições democráticas, portanto não pode ser desfeita: os sentidos produzidos pelos valores circulantes nesse espaço político sempre apontam para esse desequilíbrio. A possibilidade de confronto de valores por meio da voz daquele que só tem corpo é possível apenas por meio da expressão artística, vista como única maneira de se pensar o impensável, o novo, o diferente. Os valores estéticos propostos pela arte entram em embate com os valores políticos estabilizados e aceitos como verdadeiros. Nesse sentido, a arte funciona como um movimento político em tensão com o estritamente político, oferecendo um espaço de construção de novos sentidos por meio da crítica ao que se entende como estabelecido.

Foucault (2017), por sua vez, trata da tensão nos valores circulantes nas relações permeadas pelo dizer a verdade a alguém. Para tanto, parte dos seguintes pontos de reflexão: o que é, de quem é e para quem é a verdade? Que condições de linguagem garantem ou permitem a veridicção? Para o autor, o dizer a verdade implica uma imbricação dos eixos de pessoa, espaço e tempo; ou seja, alguém diz uma verdade a um outro alguém em determinado espaço específico em um momento adequado para que isso aconteça. O conceito de verdade torna-se instável e fluido, pois depende do movimento sempre contínuo desses eixos. Os valores presentes nessa relação de instabilidade e fluidez são vistos da perspectiva de quatro condições fundamentais que instituem uma tensa relação entre falante e ouvinte. A primeira condição é a cumplicidade entre aquele que diz a verdade e aquele que a aceita, assumindo as consequências decorrentes desse dizer e desse ouvir a verdade. A segunda condição necessária é a confiança mútua que se institui entre quem diz a verdade a alguém e quem ouve esta verdade, pois a verdade só pode ser dita em um ambiente adequadamente confiável e seguro para ambos os participantes. A terceira condição é a coragem de dizer a verdade e de ouvir a verdade, pois ao assumirem os riscos de uma verdade, ambos se posicionam corajosamente como responsáveis pelo que foi dito. A quarta condição é a legitimação, isto é, para que haja a possibilidade de se construir uma verdade é necessário que não somente o falante diga sua verdade, mas também que o interlocutor concorde e aceite o que fora dito como verdadeiro. Para Foucault (2017), o que é importante nesse encontro é o fato de que tanto falante quanto ouvinte saem modificados em decorrência da ressignificação dos valores de verdade tanto para um quanto para outro.

Brait (2019) traz um viés discursivo ao sentido de tensão⁵, tratando-o como embate entre duas dimensões discursivas acerca do período em que se instalou a ditadura no Brasil. A primeira dimensão discursiva é a dos discursos oficiais que tentam, de uma maneira ou de outra, deixar ao passado o que é passado por meio do apagamento das identidades dos muitos desaparecidos durante a ditadura militar. A segunda dimensão, que se opõe discursivamente à anterior, diz respeito aos discursos não-oficiais, de resistência, constituindo-se de narrativas perdidas ou ocultas acerca dos desaparecidos que tentam, por meio de algum escape, desarticular os discursos oficiais circulantes.

Funcionando em interação com os discursos oficiais, os discursos de resistência atuam como forças centrífugas que promovem uma espécie de desequilíbrio nas forças centrípetas que constituem as vozes da oficialidade. A prosa literária caracteriza-se como um viés dessas correntes discursivas de resistência que se opõem discursivamente aos discursos oficiais. Por meio dela, principalmente, circulam discursos organizados de forma a constituir um corpo de sentido que oferece um olhar em direção à descentralização verboideológica.

⁵ Em pesquisa no *Scielo – Scientific Electronic Library Online* (scielo.org.br) acerca do termo *tensão* associado a *Bakhtin*, encontramos 8 artigos entre os anos de 2001 e 2019. Como parâmetros de pesquisa, estipulamos, primeiramente, que o termo *tensão* deveria explicitamente aparecer no artigo juntamente com a teoria de Bakhtin e o *Círculo*. As discussões nos artigos giram em torno do embate entre dois centros de sentido, o que não somente parece coerente com a própria teoria de Bakhtin e o *Círculo*, em que a palavra é uma arena de lutas (VOLÓCHINOV, 2017), mas também aponta para os sentidos acerca de tensão discutidos nesta seção. Para este artigo, discutiremos o artigo de Brait (2019) publicado em setembro de 2019 pela aproximação temporal com o momento de produção deste artigo.

Por meio da análise de duas obras que são parte de uma trilogia, a autora aponta para os valores que constituem o todo dessas obras e que se colocam como valores em estado de tensão em relação aos valores oficiais. Para tanto, focaliza os aspectos relativos ao paratexto das obras, pois entende que esses aspectos representam uma intervenção direta do autor na própria obra, estabelecendo um diálogo direto entre autor e leitor, oferecendo pistas ao interlocutor de como relacionar-se com a obra. O resultado disso é transformação da obra de ficção em mais um documento, fragmento-versão, de resistência discursiva, promovendo um embate constituído pelos documentos oficiais e resquícios de memória quase apagadas de pessoas que sofreram na luta de resistência à ditadura.

4 COMPREENSÃO E AVALIAÇÃO

Para as reflexões apresentadas a respeito das obras selecionados para este artigo, estabelecemos as siglas TR1 para Bakhtin (2015), OGD para Bakhtin (2016) e MFL para Volóchinov (2017). Dividimos esta seção em quatro partes, apenas por uma questão didática, mas as partes inter-relacionam-se em decorrência do todo orgânico da obra, sendo elas: compreensão e avaliação como tensão no signo ideológico, compreensão e avaliação como tensão na comunicação discursiva, compreensão e avaliação como tensão na língua viva e compreensão e avaliação como tensão no ângulo de visão.

Compreensão e avaliação como tensão no signo ideológico não somente referem-se ao signo ideológico como palavra circulante entre pelos menos dois participantes de uma interação, mas também dizem respeito ao embate da palavra como arena de lutas na consciência de cada um. Não importa se o signo ideológico que invade a consciência é um signo novo ou não, pois os sentidos sempre sofrerão alterações ou deslocamentos em decorrência do movimento constante dos eixos de espaço, tempo e pessoa. A compreensão do signo ideológico na consciência ocorre em dois estágios, produzindo sentidos por meio da tensão: 1. apreensão do signo na consciência e consequente produção de sentidos; 2. validação desse sentido no sistema ideológico vigente. A avaliação, por sua vez, implica o retorno do signo à circulação com novas cores em decorrência do posicionamento do falante⁶ em relação ao auditório visado.

Primeiramente, torna-se necessário dizer que o termo *compreensão* aponta para a característica relacional e responsiva do signo ideológico. Isso significa que o signo ideológico em sua natureza dialógica “ocorre na relação deste com outros signos já conhecidos; em outras palavras, a compreensão responde ao signo e o faz também com signos” (MFL, p. 95). Essas duas características estão presentes não somente nas interações ocorridas entre dois interlocutores posicionados concretamente no mundo, mas também na consciência de cada um. O signo ideológico funciona externamente como mediador de interações, circulando no mundo em palavras trocadas em diálogo, mas refere-se também a um processo mais complexo de produção de sentidos que se estabelece na consciência individual.

⁶ Durante as discussões apresentadas nesta seção, utilizaremos falante e ouvinte para nos referirmos aos participantes de uma interação, com o objetivo de sermos coerentes com os capítulos das obras em discussão aqui. Utilizaremos, contudo, quando necessário, *interlocutores* no plural para expressar a relação entre falante e ouvinte em estado de diálogo. Utilizaremos também *interlocutores* para a referência aos outros que falam em um enunciado.

A produção de sentidos na consciência decorre de dois tensos movimentos internos no psiquismo daquele a quem a palavra se dirige. O primeiro movimento acontece no embate entre o signo externo e os signos internos. O signo externo, premente de resposta, penetra na consciência do ouvinte entrando em embate com os signos internos circulantes e responsivos presentes nessa mesma consciência. Do confronto entre o signo externo e os signos circulantes internamente aparecem novos sentidos como respostas a esse encontro. Assim é o movimento que garante a vida do signo ideológico, que se renova constantemente à medida que outros sentidos lhe são agregados. O signo ideológico “se desenvolve no processo de renovação de sua compreensão, vivência e assimilação, ou seja, em sua inserção contínua no contexto interior” (MFL, p. 128).

O segundo movimento na compreensão do signo ideológico ocorre em relação ao conjunto de valores ideológicos presentes no sistema ideológico vigente, isto é, “compreender significa perceber o signo dentro de um sistema ideológico correspondente” (MFL, p. 131). O sistema ideológico existe na consciência individual composta por signos ideológicos que apontam para valores válidos e existe também como sistema ideológico exterior, circulando externamente à consciência do indivíduo, dando sentido à realidade. Isso significa que os valores que compõem o sistema ideológico encontram-se vivos e circulantes tanto na consciência de cada membro de uma comunidade quanto externamente a cada consciência, no mundo exterior, discursivo e repleto de valores.

O movimento de validação do novo sentido do signo ideológico acontece quando o sentido é confrontado com os valores ideológicos circulantes internamente na consciência. Nesse instante, ocorre um reposicionamento de valores dentro desse sistema ideológico interno pelo embate entre sentido e valores circulantes. O reposicionamento de valores no sistema ideológico da consciência implica também um deslocamento no sistema ideológico exterior, porque o signo ideológico funciona como um pêndulo que se renova quando penetra na consciência e renova os valores ideológicos quando é externalizado.

Dito de outro modo, o sistema ideológico é composto por palavras, signos ideológicos por natureza, circulantes internamente à consciência, compondo os valores no sistema ideológico interno presente na consciência do indivíduo. A renovação dos valores presentes no sistema ideológico exterior ocorre após a validação dos valores ideológicos ocorridos na consciência, no momento em que o ouvinte torna-se falante, o que mantém o signo ideológico vivo e sempre atualizado, pois, para se manter em circulação no mundo, o signo ideológico “precisa imergir no universo dos signos subjetivos interiores, obter tonalidades subjetivas” (MFL, p. 138), ganhar novas nuances de sentido.

A avaliação, que “possui um papel criativo nas mudanças das significações” (MFL, p. 237), torna-se extremamente relevante nesse contexto de renovação dos valores ideológicos. Após passar pelo processo de renovação de valores na consciência como recepção ativa, o signo ideológico, repleto de novas nuances de sentido, é devolvido à circulação externa, no instante em que o ouvinte torna-se falante. Ocorre que esse instante não é despido de significação; ao contrário, as possibilidades avaliativas são tantas quantas são as possibilidades determinadas pelo posicionamento de cada um no tempo e no espaço.

A entoação expressiva da palavra tem o papel de dar sentido ao ponto de vista do falante frente aos interlocutores, considerando os valores ideológicos circulantes. Isso significa que “na maioria dos casos a entoação é definida pela situação mais próxima, e muitas vezes pelas suas circunstâncias efêmeras” (MFL, p. 233), o que implica novos deslocamentos de sentido para o signo ideológico. O signo ideológico, já colorido com novos tons advindos da consciência, passa por outras instâncias de produção de sentidos em interações, constituindo um movimento incessável de embate e renovação, “para não se transformar em uma relíquia de museu que é respeitada, mas incompreendida” (MFL, p. 138).

Compreensão e avaliação como tensão na comunicação discursiva referem-se à interação constituída entre dois participantes, podendo ocorrer como um diálogo em que duas pessoas conversam, caracterizando-se como a “forma mais simples e clássica da comunicação discursiva” (OGD, p. 34). Pode também ocorrer em maneiras mais refinadas de interação “nos campos da comunicação cultural (científica ou artística) de organização complexa” (OGD, 34). O falante, tendo em vista um auditório que pode ser real ou imaginado, fisicamente presente ou distanciado, orienta seu enunciado, estabelecendo um projeto discursivo que não somente inclui uma possível resposta prevista, mas também e, ao mesmo tempo, responde a outros interlocutores situados em outros tempos e espaços.

Em todo enunciado há diversos centros de tensão pressionando a produção de sentidos em decorrência de orientações responsivas direcionadas não somente ao ouvinte direto ou visado, mas também a outros interlocutores presentes na constituição do próprio enunciado. Para esta discussão, percebemos pelo menos três aspectos que exercem pressão no enunciado: a orientação responsiva interna, que direciona o projeto discursivo do falante a uma provável resposta esperada; a resposta ativa do próprio falante porque no enunciado produzido circulam outras respostas a interlocutores anteriores; e a avaliação que implica uma reação valorativa do locutor em direção ao próprio objeto de sentido do enunciado produzido.

Quanto à orientação responsiva interna, primeiro aspecto do enunciado que exerce tensão sobre a produção de sentidos, podemos defini-la como a expectativa do falante em relação a seu ouvinte para que este movimente-se em direção a uma resposta ativa já nas primeiras palavras produzidas no enunciado. Considerando que “o ouvinte, ao perceber e compreender o significado (linguístico) do discurso, ocupa simultaneamente em relação a ele uma ativa posição responsiva” (OGD p. 25), podemos entender que essa expectativa do falante significa que há, dentro dos limites de um gênero do discurso, graus variados de liberdade na construção de seu enunciado. Essa liberdade pode acontecer na escolha de palavras, ou na seleção de termos e expressões e até na escolha de uma ordem sintática, visando a uma reação do ouvinte. A tensão na produção de sentidos focaliza-se nessa expectativa por meio das escolhas enunciativas.

Como consequência de o falante não esperar de seu ouvinte “uma compreensão passiva [...] mas uma resposta, uma concordância, uma participação, uma objeção, uma execução, etc” (OGD, p. 26), na comunicação discursiva o ouvinte, em reação ao enunciado, pode iniciar a “compreensão desde o seu início, às vezes literalmente a partir da primeira palavra do falante” (OGD, p. 25). A resposta ativa a esse enunciado pode ser

imediate como em um diálogo entre dois interlocutores frente a frente; ou “pode permanecer de quando em quando como compreensão ativa silenciosa” (OGD, p. 25), em que uma resposta concreta pode vir a se manifestar de formas variadas futuramente.

Quanto ao aspecto referente à resposta ativa do falante na construção de um enunciado, temos de considerar que esse mesmo falante foi, em algum momento anterior, um ouvinte ativo de outros interlocutores. Como consequência disso, por meio de uma “compreensão ativa de efeito retardado” (OGD, p. 25), o falante responde tardiamente a esses outros enunciados em seu próprio enunciado. A tensão ocorre no enunciado projetado porque o falante orienta-o também a esses outros interlocutores a quem responde ativamente em reação tardia. Em outras palavras, o enunciado encontra-se em constante estado responsivo não somente porque foi projetado para a compreensão ativa de um auditório previsto ou esperado, mas também porque implica do falante uma reação a outros interlocutores. Porque um dia foi ouvinte ativo de discursos direcionados a ele, o falante responde ativamente a esses enunciados produzidos, organizando essa reação em seu próprio enunciado.

O aspecto avaliativo compõe a construção de sentidos estabelecida pela compreensão ativa na comunicação discursiva a partir de dois pontos de vista: a discursividade do objeto de sentido e a escolha do gênero do discurso. A discursividade do objeto de sentido pode ser entendida como uma reação do falante em direção ao objeto de sentido do enunciado. O objeto de sentido de todo enunciado está atravessado de discursos anteriores, encontrando-se “já difamado, contestado, avaliado, envolvido ou por uma fumaça que o obscurece ou, ao contrário, pela luz de discursos alheios já externados a seu respeito” (TR1, p. 48). O falante posicionado em seu tempo e espaço, visando a um auditório, participante direto ou não da comunicação discursiva estabelecida, volta-se ao objeto de seu enunciado e estabelece uma relação de sentido por meio da entonação valorativa direcionada a esse objeto, como reação aos discursos que atravessam esse objeto e como orientação ao auditório visado. Desse modo, o elemento expressivo, que “é a relação subjetiva emocionalmente valorativa do falante com o conteúdo do objeto e do sentido do seu enunciado” (OGD, p. 47), instaura mais uma camada de sentido na orientação do enunciado, constituindo mais um elemento direcionado ao auditório.

A expressividade decorrente da escolha do gênero do discurso acontece, de um lado, em relação ao problema da escolha do gênero do discurso no projeto discursivo do falante. E, de outro lado, na escolha das palavras que compõem o enunciado em determinado gênero do discurso escolhido. No que concerne ao problema da escolha dos gêneros do discurso no projeto discursivo do falante, os gêneros possuem certo grau de impessoalidade. Isso quer dizer que, apesar de serem mais plásticos do que as formas da língua, os gêneros do discurso possuem uma estabilidade relativa, o que significa que cada gênero do discurso possui uma expressividade típica decorrente das possibilidades oferecidas em cada campo da atividade humana.

Mesmo assim, a escolha de determinado gênero do discurso constitui-se no primeiro viés expressivo resultante da vontade discursiva individual na orientação do enunciado dentro de uma esfera de atuação humana. As possibilidades expressivas decorrentes da escolha dos gêneros do discurso em determinado campo de atuação humana dependem do contato do falante com a realidade imediata. Disso resultam

variações nas possibilidades expressivas de acordo com o grau de coerção do gênero do enunciado e da possibilidade dada ao falante de escolher as palavras, as expressões e a ordem sintática no enunciado, entre outras coisas. Essa decisão somente pode ser tomada quando o falante direciona seu olhar não somente para seu auditório concreto ou imaginado, mas também para o contexto concreto de circulação de valores em que a interação ocorre. O que é importante notar é que essas palavras, expressões etc., escolhidas pelo falante na construção de seu enunciado constituíram “enunciados do outro sobre o mesmo tema, aos quais respondemos, com os quais polemizamos” (OGD, p. 58), isto é, aos quais respondemos ativamente.

Podemos resumir a questão da avaliação da seguinte forma: o falante, em seu projeto discursivo, posicionado em seu tempo e espaço, sob a coerção de determinado gênero, estabelece uma relação valorativa com o objeto de sentido do enunciado. Ao mesmo tempo, as palavras e orações utilizadas nesse enunciado já passaram por outras enunciações, de onde o falante retirou-as. Por isso, essas palavras e orações estão repletas de outras “atitudes responsivas a outros enunciados de dado campo de comunicação” (OGD, p. 57). Desse modo, a entoação expressiva não somente encontra-se na relação do falante com o objeto de sentido de seu enunciado, mas também está presente na escolha de palavras de um enunciado que podem ser às vezes mais e às vezes menos livres dependendo das coerções do gênero do discurso.

Compreensão e avaliação como tensão em relação à forma da língua e seu uso como língua viva podem ser entendidas como um embate entre os valores que visam à estabilidade e ao controle social e cultural e os valores que visam à renovação e à evolução social e histórica. As forças centrípetas estabelecem um tipo estático de compreensão, associada à identidade de formas, enquanto as forças centrífugas associam-se à compreensão ativa, germe da resposta ativa. O problema da forma e do uso da língua aponta para a confluência de pelo menos três eixos de sentido concorrentes e concomitantes: o eixo da estabilidade, o eixo da língua viva e o eixo da acentuação.

O eixo estabilidade refere-se à percepção instantânea de que existe uma língua comum entre falante e ouvinte. Isso se dá nos vários níveis linguísticos – por exemplo, “os significados lexicográficos neutros das palavras da língua asseguram para ela a identidade e a compreensão mútua de todos os seus falantes” (OGD, p. 53). As formas abstratas da língua garantem um tipo de “compreensão passiva, isto é, uma compreensão da palavra em que a resposta ativa é eliminada de antemão por princípio” (MFL, p. 186). Dessa perspectiva, não há tensão na produção de sentidos, há apenas a garantia do mesmo por meio da manutenção das formas abstratas que asseguram um “*maximum* de compreensão mútua em todos os campos da vida ideológica” (TR1, p. 40).

O eixo da língua viva refere-se ao momento em que há um movimento em direção à compreensão ativa, quando o ouvinte, ao ouvir um enunciado, coloca-o em um contexto discursivo por onde circulam outros discursos assemelhados, pois “no geral a tarefa da compreensão não se reduz ao reconhecimento da forma usada, mas à sua compreensão em um contexto concreto” (MFL, p. 178). Ocorre que essa inserção não é um movimento simples de encaixe de discursos, pois implica um embate entre o enunciado apreendido e as correntes de discursos presentes na consciência do ouvinte para um campo de atuação humana. Disso decorre uma outra nova percepção do ouvinte acerca da realidade

discursiva em que se insere. O eixo da fala viva implica tanto a percepção do ouvinte acerca de um certo contexto discursivo válido para ele, quanto uma orientação do enunciado apreendido em direção aos discursos que circulam nesse contexto, com vistas a um movimento de readequação dos sentidos produzidos pelas correntes discursivas circulantes.

Esse movimento assemelha-se ao signo ideológico, pois, primeiramente, a adequação de sentidos ocorre de forma interna, na consciência do ouvinte, onde os contextos são readequados, e, posteriormente, de forma externa, quando o ouvinte torna-se falante. Internamente, os sentidos relativos aos contextos alteram-se, alterando a percepção do ouvinte acerca da realidade que o cerca. Quando o ouvinte torna-se falante, já alterado por meio da experiência ocorrida internamente, a percepção da realidade modifica-se, refletindo-se nos enunciados produzidos e interferindo na percepção do auditório visado.

O eixo da acentuação constitui o momento posterior ao momento da língua viva, ou seja, após os enunciados terem integrado a corrente de discursos na consciência do ouvinte, implicando o momento da construção da resposta ativa em que o ouvinte poderá tornar-se falante. O processo pode ser descrito da seguinte forma: os enunciados na comunicação discursiva existem para o ouvinte, em primeiro lugar, como palavras de outros e, por isso, repletas de ecos de outros enunciados. Esses enunciados, com seus tons valorativos advindos desses outros, são reavaliados por um processo de assimilação mais ou menos ativa e criativa por parte do ouvinte, pois, ingressados em correntes de discursos presentes na consciência, são constantemente reorientados, de acordo com a intenção discursiva, com o projeto discursivo dentro de um gênero específico, e segundo a orientação avaliativa que se quer dar ao enunciado. Isso quer dizer que a acentuação dá expressividade aos enunciados no momento que o enunciado é projetado em direção a um novo ouvinte no momento da fala.

Compreensão e avaliação como tensão no ângulo de visão referem-se aos sentidos produzidos ou visados em decorrência da diferença de posicionamento de cada um dos participantes de uma interação nos eixos de espaço e de tempo. A esse respeito, percebem-se três vieses de sentido que se cruzam, instaurando uma complexidade no instante do encontro entre falante e ouvinte. O primeiro viés relaciona-se ao problema do contexto em que falante e ouvinte se posicionam, porque esse contexto está repleto de valores sociais que exercem pressão sobre o sentido do enunciado. O segundo viés trata do embate decorrente de distintos ângulos de visão dos participantes, isto é, o posicionamento de cada um dos participantes no tempo e no espaço implica diferentes campos de visão e, portanto, diferentes perspectivas acerca do mesmo objeto. E o terceiro viés relaciona-se à expressividade do enunciado direcionado ao ouvinte, pois a tentativa de previsão de reação do outro na construção de qualquer enunciado torna-o expressivo na expectativa de uma resposta ativa.

O viés relacionado ao contexto refere-se à percepção dos participantes de uma interação de que pertencem a um contexto comum de valores circulantes tanto do ponto de vista mais imediato e concreto quanto do ponto de vista mais distante e abstrato relacionado ao tempo histórico. Nesse caso, o entendimento acerca do compartilhamento de um espaço contextual comum provoca, por parte dos participantes, respostas que

tendem a deixar claro o pertencimento a esse terreno comum (VOLÓCHINOV, 2019). Ocorre que esse contexto é mais complexo do que o simples espaço físico onde se encontram falante e ouvinte, porque qualquer lugar está sempre atravessado por discursos e, conseqüentemente, pelos valores sociais que esses discursos carregam consigo. Afirmamos, assim, que o contexto possui dois lados: um lado estável e concreto, comum a todos, e outro lado, que interessa para a produção de sentidos, discursivo e repleto de valores. Trataremos especificamente desse segundo tipo de contexto.

O contexto discursivo apresenta dois vieses: de um lado, os discursos que atravessam o contexto circulam no mundo real; de outro lado e ao mesmo tempo, esses discursos são percebidos como pertencentes a determinado contexto em decorrência de também circularem na consciência individual. Isso quer dizer que o contexto discursivo existe por meio da confluência entre os discursos circulantes em correntes de discursos na consciência do falante ao mesmo tempo que esses discursos circulam concretamente no mundo exterior por meio das interações presentes em cada situação concreta com a qual falante e ouvinte têm contato.

Em relação ao funcionamento do contexto na consciência individual, compreensão como tensão ocorre responsivamente por meio do encontro entre os enunciados circulantes externamente que penetram na consciência do ouvinte e os enunciados relativos circulantes internamente na consciência discursiva do mesmo ouvinte que apontam para aspectos contextuais comuns. Disso decorre que novos sentidos para um determinado contexto são produzidos na confluência entre o externo e o interno, o que significa que “em cada palavra de um enunciado compreendido, acrescentamos como que uma camada de nossas palavras responsivas” (MFL, p. 232). Decorre daí que a compreensão, ação interna de produção de sentidos, torna-se tanto mais complexa quanto maior for a quantidade e a qualidade de “palavras responsivas” (MFL, p. 232): outros enunciados circulantes na consciência de cada um acerca de contextos aproximados e que já foram respondidos ativamente.

Ao mesmo tempo que se caracteriza como uma ação interna, esse movimento de compreensão ativa é também uma ação externa de produção de sentidos porque a qualidade e a quantidade de contato com enunciados alheios que foram internalizados em referência a certo contexto implicam diferentes graus de percepção em relação ao mundo exterior. Em outras palavras, os contextos discursivos, resultantes de processos de compreensão decorrentes da internalização de enunciados alheios, são posteriormente respondidos ativamente por meio de reações variadas. No que se refere à quantidade e qualidade de palavras contextualizadas, pode-se afirmar que “quanto maior for o seu número, quanto mais essenciais elas forem, tanto mais profunda e essencial será a compreensão” (MFL, p. 232) contextual.

O viés relacionado ao ângulo de visão trata do problema das distintas perspectivas decorrentes da variação no posicionamento de cada um dos participantes de uma interação no espaço e no tempo, pois o ângulo de visão de cada um implica um olhar distinto em relação a valores visados. Ao produzir um enunciado, o falante assume uma posição no eixo espaço-tempo em relação a seu auditório. O ângulo de visão decorrente desse posicionamento permite a esse falante ver todo um conjunto de valores que provavelmente não estão completamente acessíveis ao auditório a quem a fala é

direcionada. Por sua vez, o ângulo de visão do auditório também difere do ponto de vista do falante. A compreensão acontece durante a ação de orientação dos enunciados por parte do falante em direção aos ouvintes. A compreensão direciona-se não somente ao enunciado produzido, mas também aos sentidos decorrentes dos valores transmitidos pelo ângulo de visão do falante, inacessível ao olhar desse ouvinte.

Podemos afirmar que a compreensão ativa do ouvinte extrapola a orientação contextual comum e vai em direção ao processamento de valores visados pelo falante, decorrentes da perspectiva advinda de um ângulo de visão específico. Esse ângulo de visão repleto de valores, direcionado ao ouvinte, implica “novos aspectos da existência que passam a integrar o horizonte de interesses sociais abordados pela palavra e pelo *pathos* humano (MFL, p. 237)”. A tensão estabelece-se no embate entre valores circulantes no contexto discursivo comum entre falante e ouvinte e entre os valores visados no horizonte valorativo do falante que penetram na consciência do ouvinte. O resultado é um choque de sentidos entre o que é comum e o que é visado, cujo resultado retorna ao contexto comum em forma de um deslocamento de sentidos e de reposicionamento constante nos espaços contextuais em que circulam enunciados relacionados.

O viés avaliativo, que compõe esse processo de compreensão, refere-se à expectativa do falante acerca de uma resposta esperada por parte do auditório a quem dirige a fala. Essa expectativa, que pode ser “sentida como resistência ou apoio” (TR1, p. 54) a ser dada pelo ouvinte a quem a palavra é dirigida, abre caminho para a inserção do ouvinte no próprio enunciado. O falante passa a trabalhar o enunciado “em território alheio, no campo aperceptivo do ouvinte” (TR1, p. 56), enriquecendo o enunciado com o oferecimento de possibilidades expressivas abertas ao falante na tentativa do vislumbre de uma resposta ativa. O falante, sentindo que na sua frente há um complexo caminho discursivo que se apresenta na imagem construída do outro, volta-se a seu enunciado e passa a colori-lo expressivamente visando a “alma do ouvinte como seu campo aperceptivo” (TR1, p. 54).

A orientação expressiva do enunciado por parte do falante em direção a seu ouvinte extrapola o objeto de sentido e se torna uma aposta do próprio falante na projeção no enunciado de valores pertencentes a um possível horizonte de valores decorrente do ponto de vista do ouvinte. Isso promove um tom estilístico no enunciado com o objetivo do autorreconhecimento, pelo ouvinte, do que é dito. A expressividade baseia-se naquilo que o falante imagina serem os valores visados pelo ouvinte, “aqui não é o objeto que serve como arena do encontro, mas o horizonte subjetivo do ouvinte” (TR1, p. 56). Como resultado, o enunciado torna-se expressivo em seu conjunto porque os valores são continuamente trabalhados pelo falante na tentativa de alcançar a perspectiva do ouvinte, para que este reaja dentro dos limites oferecidos pela previsão inicial.

A expectativa do falante em relação a esse movimento de orientação expressiva em direção ao ouvinte é que este produza sentido de maneira que implique uma alteração de “seu lugar na unidade do horizonte valorativo (MFL, p. 237)”. O tom estilístico do enunciado, dessa maneira, está diretamente ligado ao contexto discursivo visado e externo ao próprio enunciado, e também aos elementos advindos dessa expectativa acerca do horizonte de valores do outro, o que torna a expressividade do enunciado um aspecto

intersubjetivo. A orientação expressiva do enunciado pelo falante pode ser entendida como uma “política interna do estilo (a combinação de seus elementos) [...] determinada por sua política externa (pela relação com a palavra do outro)” (TR1, p. 57).

Chegamos ao fim desse percurso de sentido sobre compreensão e avaliação. Portanto, podemos dar um acabamento relativo à discussão. Afirmamos com clareza que em todas as instâncias de sentido em que compreensão faz-se presente, seu sentido é construído em tensão tendo como polo oposto de significação a resposta ativa. A compreensão é um estágio de internalização de palavras, de enunciados, de valores relacionado diretamente à instância de recepção em que o ouvinte é visado como alguém que vai reagir de alguma maneira ao enunciado produzido. Na preparação da resposta ativa, a compreensão estabelece uma conexão de sentido entre diferentes perspectivas e pontos de vista em decorrência dos variados posicionamentos decorrentes do movimento dos eixos pessoa, espaço e tempo. Decorrem desse movimento constante, sentidos novos e prontos para retornarem ao mundo.

A avaliação, por sua vez, caracteriza-se também como uma instância de produção de sentidos anterior à resposta ativa como um processo de preparação para a externalização de um enunciado, referindo-se ao instante de produção do enunciado, quando o ouvinte assume o papel de falante. O ouvinte, após ter passado pela produção de sentidos por meio da compreensão, inicia os procedimentos para a externalização de uma resposta ativa, tornando-se falante e tendo como orientação um auditório visado. A avaliação é uma previsão acerca da posição do interlocutor no espaço-tempo com o objetivo de estabelecer o máximo de compreensão. O locutor estabelece uma conexão de sentido com o ouvinte por meio de nuances de expressividade, tons estilísticos, etc, gerando “a centelha da expressão” (OGD, p. 51).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na introdução deste artigo, apresentamos o problema relacionado à compreensão e avaliação do ponto de vista da tensão na produção de sentidos. Nossa proposta foi entender, primeiramente, o sentido de tensão e, posteriormente, discutir os pontos de tensão no que diz respeito à compreensão e avaliação em relação aos capítulos pertencentes às três obras de Bakhtin e o Círculo. Após o direcionamento metodológico do trabalho, fizemos um breve percurso teórico em que observamos que o sentido de tensão significa embate entre, pelo menos, dois pontos de vista distintos, assim como descrito na metáfora da faísca elétrica resultante do contato entre dois polos opostos (VOLÓCHINOV, 2017).

No tratamento dos textos de Bakhtin e o Círculo, percebemos que o sentido de compreensão implica uma reação à palavra do outro, que se reverte posteriormente em uma ação concreta como resposta ativa. A compreensão pode ser definida como uma ação que orienta o ouvinte a uma escuta ativa e situada, e a avaliação corresponde a um posicionamento do falante em direção a seu próprio enunciado, colorindo-o de várias formas, com vistas a uma previsão de expectativas de resposta ativa por parte do futuro ouvinte.

Não podemos terminar o artigo sem voltar a reflexão para a relação entre o pesquisador e seu texto, já que o processo que se estabeleceu reflete o movimento entre compreensão e avaliação tratado teoricamente neste artigo. De um lado, há o aspecto da compreensão ativa do pesquisador em direção à teoria e, de outro lado, a avaliação dessa interação e as entonações expressivas resultantes que produzem as reflexões trazidas por este artigo e que, conseqüentemente, implicarão outras instâncias de compreensão e responsividade futuras. Como resultado desse processo de compreensão ativa, no gênero relativamente estável que podemos denominar *artigo científico* a escolha das palavras, a ordenação das orações, a ordem das seções etc. implicam um ponto de vista avaliativo do pesquisador em relação a uma resposta direcionada ao auditório visado.

O direcionamento do olhar do pesquisador sobre a teoria implica uma tensa relação entre os valores advindos do posicionamento do pesquisador no espaço-tempo e os valores circulantes na teoria como enunciado concreto. Do encontro, sentidos foram produzidos, porém o olhar posicionado de outro pesquisador em outro tempo e outro espaço trará outra perspectiva de tratamento dos dados da teoria, pois “a palavra como a conhecemos reflete sensivelmente as mudanças mais sutis da existência social” (BAKHTIN, 2016, p. 112). Isso garante uma fluidez nos sentidos tratados e a conseqüente evolução das pesquisas, “pois um processo de formação só pode ser apreendido com a ajuda de outro processo também de formação” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 232).

A dinamicidade da produção de sentidos constitui o motor das mudanças sociais, às vezes lentas, outras vezes rápidas, porque aponta para um constante devir, um constante estado de incompletude, o que garante a continuidade das reflexões em decorrência da abertura a outros processos de compreensão e avaliação. A tensão constitui-se no motor da produção de sentidos, trazendo instabilidade e movimento na nas reflexões teóricas em oposição às tentativas de reprodução do mesmo. As reflexões teóricas que visam a um universo fechado, estável e homogêneo correspondem ao movimento de alguém que “na verdade quer acender uma lâmpada desligando-a da corrente elétrica (VOLÓCHINOV, 2017, p. 233).

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, G. *The Signature of all Things – On Method*. Zone Book: New York, 2009.
- BAKHTIN, M. *A teoria do romance I: A estilística*. Tradução, prefácio, notas e glossário: Paulo Bezerra. Organização da edição russa: Serguei Botcharov e Vadim Kójinov. São Paulo: Ed. 34, [1977] 2015.
- BAKHTIN, M. *Os gêneros do discurso*. Organização, tradução, posfácio e notas: Paulo Bezerra. Notas da edição russa: Serguei Botcharov. São Paulo: Martins Fontes, [1979] 2016.
- BRAIT, B. Discursos de resistência: do paratexto ao texto. Ou vice-versa? *Alfa*, São Paulo, v. 63, n. 2, p. 243-263, 2019.
- FOUCAULT, J. *A coragem da verdade – O governo de si e dos outros II – Cursos no Collège de France (1983-1984)*. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2017.
- GROSGOUEL, R. Racismo/Sexismo epistêmico, Universidades Occidentalizadas e Los Quatro Genocídios/Epistemicídios Del Largo Siglo XVI. *Tabula Rasa*, Bogotá – Colombia, n. 19, p. 31-58, jul.-dec. 2013.
- MORIN, E. *Introdução ao pensamento complexo*. Tradução: Dulce Matos. Lisboa: Instituto Piaget, 1991.

RANCIÈRE, J. *O descentendimento*. Política e Filosofia. Tradução: Ângela Leite Lopes. São Paulo: Editora 34, 1996.

SOUSA SANTOS, B. *Um discurso sobre as ciências*. São Paulo: Cortez, 2008.

SOUSA SANTOS, B. *Epistemologies of the South: Justice Against Epistemicide*. London: Paradigm Publishers, 2014.

VOLÓCHINOV, V. (Círculo de Bakhtin). *Marxismo e filosofia da linguagem – Problemas Fundamentais do Método Sociológico na Ciência da Linguagem*. Tradução, notas e Glossário: Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. Ensaio Introdutório: Sheila Grillo. São Paulo: Editora 34, [1929] 2017.

VOLÓCHINOV, V.N. (Círculo de Bakhtin). *A palavra na vida e a palavra na poesia*. Ensaios, artigos, resenhas e poemas. Organização, tradução, ensaio introdutório e notas: Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova. São Paulo: Editora 34, [1926] 2019.

VOLOSINOV, V.N. *Marxism and the Philosophy of Language*. Translated by Ladislav Matejk and I.R. Titunik. Cambridge, Massachusetts, London (England): Harvard University Press, [1929] 1973.

VOLOSHINOV, V.N. *El signo ideológico y la filosofía del lenguaje*. Traducción del inglés de Rosa María Rússovic. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, [1929]1976.



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.